



<b>TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO</b>	
<b>Pregão Eletrônico N.º 034/2010</b>	
(Regido pela Lei Complementar 123/06, pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 5.450/05, 6.204/07 e subsidiariamente pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)	
<b>Setor:</b>	CLCON – Coordenadoria de Licitações e Contratos
<b>Tipo:</b>	Menor Preço
<b>Objeto:</b>	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada.
<b>SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES</b>	
<b>Dia:</b>	Consultar o portal <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>
<b>Hora:</b>	Consultar o portal <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>
<b>Local:</b>	<a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>
<b>Local, dias e horários para leitura ou obtenção deste edital</b>	
<b>Dia:</b>	Segunda a sexta-feira
<b>Hora:</b>	Das 12h às 18h
<b>Local:</b>	SAFS quadra 8, lote 1, bloco A, 3º andar, sala 333, Coordenadoria de Licitações e Contratos, CEP 70070-600, Brasília-DF
<b>Custo do edital impresso: R \$ 0,15 (quinze centavos) por página</b>	

**Acompanhe esta licitação e seus atos na internet nos portais**  
[www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**Observação:** o pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço [cpl@tst.jus.br](mailto:cpl@tst.jus.br), conforme o art. 19 do decreto n.º 5.450/05.

Retire o edital gratuitamente pelos portais  
[www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)



## 1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, código **CATSER: 23795**, conforme especificado na Tabela abaixo, nos termos e condições constantes no Termo de Referência, neste Edital e seus anexos.

GRUPO 1			
ITEM	POSTO DE TRABALHO	QUANT. DE POSTOS DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
1	Vigilância Armada	5	12 horas noturnas – Escala 12x36
2	Vigilância Armada	5	12 horas diurnas – Escala 12x36
3	Vigilância Desarmada	5	12 horas noturnas – Escala 12x36
4	Vigilância Desarmada	6	12 horas diurnas – Escala 12x36
5	Vigilância Desarmada	12	44 horas semanais
6	Supervisão	1	12 horas noturnas – Escala 12x36
7	Supervisão	1	12 horas diurnas – Escala 12x36

- 1.2. O quantitativo de mão-de-obra foi estabelecido conforme justificativa existente no Termo de Referência anexo a este Edital.
- 1.3. Os serviços serão prestados de acordo com os turnos e postos relacionados na Tabela acima, podendo o TST alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, respeitando os limites legais, a carga horária e a folga semanal remunerada da categoria.

## 2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
- 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a



responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 2.1.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.1.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.2. Ficam impedidos de participar desta licitação os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo TST.
- 2.3. Ficam impedidas de participar desta licitação as Sociedades Cooperativas de mão-de-obra, constituídas nos termos da Lei n.º 5.764, de 16.12.1971, devido à impossibilidade dos serviços serem executados com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados.

### **3. Credenciamento dos Representantes**

- 3.1. O credenciamento do licitante bem assim a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.450/05.
  - 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 do Decreto 5.450/05.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

### **4. Forma de Apresentação da Proposta**

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar nos campos apropriados do sistema o preço unitário, correspondente ao valor mensal de um posto de trabalho, e o preço total, correspondente ao valor mensal do total de postos de trabalho, para cada item integrante do grupo, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.



- 4.2. Os interessados deverão cotar **todos os itens do grupo**, sob pena de desclassificação.
- 4.3. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” solicita-se que seja indicado o prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, noventa dias, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação do prazo indicado.
- 4.4. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, **que deixarem de cotar qualquer item do grupo**, ou as que desatendam às exigências deste edital.
- 4.5. Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:
- 4.5.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
  - 4.5.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - 4.5.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
  - 4.5.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.
- 4.6. As referidas declarações somente poderão ser visualizadas e impressas a partir da fase de aceitação e habilitação, respectivamente, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes, por solicitação do pregoeiro.

## **5. Critério de Aceitabilidade dos Preços**

- 5.1. Todos os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais, sob pena de serem truncados, e serão irrealizáveis.
- 5.2. Serão desclassificadas as propostas e, quando possível, os lances que ofereçam preços excessivos ou inexeqüíveis.
- 5.2.1. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.
  - 5.2.2. O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.



## **6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico**

- 6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido nos Decretos 5.450/05 e 6.204/07.
- 6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto 5450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.2. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas cujos dados disponíveis revelem estarem em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 6.2.1. O pregoeiro, ao abrir os itens para análise, abrirá o grupo e procederá a análise das propostas de cada item do grupo.
- 6.2.2. A desclassificação de um único item do grupo implicará a desclassificação da proposta para todo o grupo.
- 6.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.
- 6.2.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.
- 6.4. O pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. Na fase de lances, a disputa será por item, embora a classificação final seja pelo valor global do grupo.
- 6.5.1. Não se recomenda concentrar o esforço de redução em apenas um, ou mesmo em um subconjunto de itens que integram o grupo, pois os demais, se incompatíveis com o respectivo valor estimado, podem levar à desclassificação da respectiva empresa proponente, nos termos do item 7.4.1.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



- 6.7. A cada lance ofertado por item, o Sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo.
- 6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.10. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, no fim do qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11. **A empresa que ofertar o menor valor global do grupo será classificada em primeiro lugar pelo critério de Julgamento por Preço Global – Lote.**
- 6.12. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.13. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.14. **Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, após verificação automática perante a Receita Federal do porte da empresa, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 6.204/07.**

## **7. Julgamento das Propostas e Habilitação**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro, utilizando a funcionalidade de “convocação de anexos” existente no sistema de pregão eletrônico, notificará o licitante melhor classificado a enviar as planilhas de custos e formação de preços, conforme modelo exemplificativo constante do Anexo V do Termo de Referência, no prazo de uma hora.
- 7.1.1. Juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços, a empresa melhor classificada deverá enviar memorial descritivo dos cálculos realizados para cômputo dos custos dos insumos de mão de obra e dos tributos, contendo todas as informações que considere necessárias para avaliação dos preços ofertados.
- 7.1.2. Erros e omissões existentes nas planilhas inicialmente enviadas poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do pregoeiro, desde que nenhum dos preços finais ofertados para cada um dos itens que compõem o grupo sofra acréscimo.



- 7.1.3. Este documento não integra a proposta e o seu envio constitui mera diligência destinada a comprovar a exeqüibilidade do preço ofertado.
- 7.1.4. As referidas planilhas deverão ser impressas e remetidas, preferencialmente, no formato PDF, criado exatamente com a finalidade de conferir portabilidade a operações como esta.
- 7.2. Examinada as referidas planilhas pela unidade administrativa responsável, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade da proposta, observados os seguintes requisitos:
  - 7.2.1. Conformidade com as especificações do objeto.
  - 7.2.2. Compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado.
- 7.3. As propostas que apresentarem preços manifestamente ineqüíveis serão desclassificadas.
  - 7.3.1. Consideram-se preços manifestamente ineqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
  - 7.3.2. Se houver indícios de ineqüibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas outras diligências.
- 7.4. **O pregoeiro realizará a aceitação da proposta para o grupo, sendo impossível aceitar parte dos itens.**
  - 7.4.1. O preço ofertado final de cada item que integra um grupo deve ser compatível com o valor estimado para a respectiva contratação.
- 7.5. O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
  - 7.5.1. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.6. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.7. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.8. Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, o



proponente será afastado do certame e o pregoeiro examinará as propostas subseqüentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.

- 7.9. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e em seus anexos.
- 7.10. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da notificação.
- 7.11. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.13. **As empresas vencedoras do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (*chat*), sob pena de serem descartados.**
- 7.14. O sistema eletrônico produzirá automaticamente ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

## 8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:
- a) Habilitação jurídica;
  - b) Regularidade fiscal;
  - c) Qualificação econômica e financeira;
  - d) Qualificação técnica;
  - e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;





- 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- 8.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 8.2.5. **Autorização para funcionamento no Distrito Federal, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei n. 7.102, de 20.06.1983, Decreto n. 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPFMJ n. 387, de 28/08/2006;**
- 8.2.6. **Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria n. 387/DPF/MJ, de 28/08/2006;**
- 8.2.7. **Certificado de segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal, de acordo com a Portaria n. 387/DPF/MJ, de 28/08/2006, do Ministério da Justiça;**
- 8.2.8. **Declaração de regularidade de situação de cadastramento da Divisão de Controle de Atividades Especiais – DICAÉ do Distrito Federal, em nome da licitante, emitido pela Secretaria de Segurança Pública – DF, em plena validade, conforme artigo 38 do Decreto n. 89.056 de 24/11/1983.**
- 8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
  - 8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
  - 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto n.º 6.106/2007.
  - 8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que



estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

- 8.3.4.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e
- 8.3.4.2. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
  - 8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, o pregoeiro verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela Internet.
- 8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
  - 8.3.6.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, o pregoeiro verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Previdência Social, pela Internet.
- 8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
  - 8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
  - 8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se **Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um**, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
    - 8.4.2.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor da contratação resultante da licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.
    - 8.4.2.2. Serão considerados aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
      - a) Publicados em Diário Oficial ou;



- b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
- d) Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, na forma da IN 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1.º-08-97, art. 6º, junto com o original do Diário para cotejo pelo pregoeiro ou acompanhada obrigatoriamente da cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento.

8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação de:

8.5.1. Pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Edital.

8.5.1.1. Entende-se por compatíveis os serviços prestados em qualquer época ou lugar com um quantitativo de, no mínimo, 50% do efetivo total previsto neste Edital, ou seja, a empresa deverá comprovar já ter executado serviços de Vigilância com o emprego de, no mínimo, vinte e nove prestadores de serviço.

8.5.2. Comprovante de autorização para compra de armas no Distrito Federal e respectivos registros de armas disponíveis em quantidade mínima ao necessário ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste termo de referência, conforme determina a Portaria/DPF/MJ n. 387, de 28/08/2006.

8.5.2.1. O registro de cada arma deve incluir, pelo menos, o número da arma, o nome do proprietário, a espécie, a marca e o calibre.

8.5.3. Declaração, emitida pela licitante, informando o quantitativo de armas de sua propriedade registradas no Departamento de Polícia Federal.

8.6. Disposições gerais sobre habilitação:

8.6.1. Para conferir a qualificação técnica das empresas informada mediante documentos, o Pregoeiro poderá visitar as instalações da proponente, a seu critério e sem comunicação prévia, sob pena de exclusão do certame a qualquer tempo, em caso de discrepância.



- 8.6.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.
- 8.6.3. **Os licitantes que estiverem em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL.**
- 8.6.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados utilizando-se a funcionalidade de “convocação de anexos” existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo de uma hora contado da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em dois dias úteis após o encerramento da sessão pública.
- 8.6.4.1. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.
- 8.6.5. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.6.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.
- 8.6.7. Caso o licitante seja inabilitado por irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE 05/95), ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.6.8. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.6.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.6.10. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.



- 8.6.11. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204, de 05/09/07.**

## **9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos**

- 9.1. Até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
- 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os **pedidos de esclarecimento** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço indicado na folha de rosto, em mensagens escritas que não podem conter qualquer anexo, sob pena de serem descartadas, assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de forma e conteúdo.
- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua **intenção de recorrer** ao final da sessão pública, **imediata e motivadamente**, em campo próprio do sistema, o qual terá **três dias** para apresentar as **razões de recurso**, e os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar **contra-razões em igual prazo** contado do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O encaminhamento das razões de recurso bem assim das contra-razões deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e o pregoeiro ficará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 9.9. Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão final antes da homologação do procedimento.
- 9.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Licitações e Contratos do TST, sito no SAFS, Quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 333.

## **10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato**

- 10.1. Após a homologação do resultado, o TST convocará a empresa adjudicatária para retirar a nota de empenho e assinar o instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.
- 10.2. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de dois dias úteis, prorrogável uma única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação e de serem aplicadas as sanções previstas neste edital e no art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 10.3. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficarão diretamente condicionadas à formalidade assinatura do próprio contrato, e cabe à empresa fazer-se representar por profissional habilitado a cotejar a minuta com o instrumento obrigacional definitivo bem assim a firmá-lo.
- 10.4. O exame a que alude o item anterior se dará no recinto do Tribunal e poderá ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive fora do expediente normal de trabalho.
- 10.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.6. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.6.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
  - 10.6.2. Seguro garantia;
  - 10.6.3. Fiança bancária.



- 10.7. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em cinco dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.1, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 18 deste edital.
- 10.8. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST.
- 10.9. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

## **11. Vigência do Contrato**

- 11.1. O prazo de vigência do contrato será de doze meses contados da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, e terá validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 11.1.1. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último.

## **12. Fiscalização da Execução Contratual**

- 12.1. A execução das obrigações contratuais objeto deste pregão eletrônico será fiscalizada por um servidor designado pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.
- 12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:
- 12.2.1. Encaminhar à Secretaria de Administração Orçamento e Finanças - SEAOF os documentos que relacionem às ocorrências que impliquem possíveis sanções punitivas a serem aplicadas à Contratada;
  - 12.2.2. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
  - 12.2.3. Ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições, em desacordo com as especificações;



- 12.2.4. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
  - 12.2.5. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade destes serviços ou não cumprimento do contrato;
  - 12.2.6. Promover, mensalmente, antecedendo a atestação dos serviços prestados, rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços e providenciar o pagamento da fatura apenas após a Contratada comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas.
- 12.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

### **13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação**

- 13.1. O serviço objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:
- 13.1.1. **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega da nota fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com os serviços prestados;
  - 13.1.2. **Definitiva**, mediante recibo, em até cinco dias úteis, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 13.2. Os serviços executados em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazê-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
- 13.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.
- 13.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

### **14. Condições de Pagamento**

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela





Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

14.1.1. Quando houver ressalva no ateste dos serviços pela Fiscalização, no que concerne a execução do objeto do contrato, e pela gestão do contrato, em relação às demais obrigações contratuais, ocorrerá à interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à Contratada, até que sejam escoimados os vícios detectados.

14.1.2. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

14.2. A Contratada deverá efetuar os pagamentos, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, e, fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

14.2.1. Pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

14.3. As faturas deverão corresponder à prestação dos serviços do mês de competência.

14.4. A Contratada deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, para que haja o acerto do faturamento; e deverão estar acompanhadas da documentação descrita nos subitens subseqüentes:

14.4.1. Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante;

14.4.2. Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado.

14.4.2.1. Outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela Fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no subitem anterior.

14.4.3. Comprovante de pagamentos dos vales-alimentação e vales-transporte de todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que, transitoriamente,



em substituição à mão-de-obra faltante, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços.

14.4.3.1. Por ocasião da apresentação da primeira nota fiscal, a empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços.

14.4.3.2. A prova de pagamento dos vales-alimentação e vales-transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos.

14.4.4. Certidão Negativa de Débitos das Contribuições Previdenciárias, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

14.4.4.1. A não apresentação das certidões supramencionadas ensejará a postergação do pagamento até a regularização da situação da empresa frente ao Fisco. A manutenção dessa condição, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993.

14.4.5. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

14.4.5.1. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

14.4.5.2. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – RE;

14.4.5.3. Cópia da Relação de Tomadores/Obras – RET;



- 14.4.5.4. Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP – Tomador/Obra;
  - 14.4.5.5. Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;
  - 14.4.5.6. Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP; e
  - 14.4.5.7. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP.
  - 14.4.5.8. A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.
  - 14.4.5.9. O Tribunal, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.
- 14.5. Serão retidos da Contratada, em conta vinculada, os custos relativos às provisões de férias e abono de férias, 13º salário, multa do FGTS e impacto sobre férias e 13º salário, em conformidade com a Resolução n.º 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anexo VI do Termo de Referência. Ao valor do depósito em conta vinculada será acrescido o percentual de lucro proposto pela Contratada.
- 14.5.1. Os valores serão liberados quando apresentado pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;
  - 14.5.2. O saldo total da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.
  - 14.5.3. Os valores provisionados mencionados no subitem 14.5 serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da empresa.



14.6. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no artigo 4º da Resolução nº 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça, depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa.

14.6.1. Os valores retidos da Contratada referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; à incidência do grupo A da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do anexo V, sobre os valores de 13º salário e férias; e ao valor correspondente ao percentual de lucro proposto, serão liberados somente quando da ocorrência das indenizações trabalhistas, com prévia autorização do Contratante, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 98/2009.

14.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso.

## 15. Repactuação

15.1. Será permitida repactuação do contrato, desde que observada a periodicidade mínima de um ano, a contar da data da proposta ou, da data do orçamento a que a proposta se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

15.2. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

15.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.



- 15.3.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 15.4. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:
- 15.4.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
  - 15.4.2. As particularidades do contrato em vigência;
  - 15.4.3. O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
  - 15.4.4. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
  - 15.4.5. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
  - 15.4.6. A disponibilidade orçamentária do Contratante.
- 15.5. O Contratante realizará diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 15.6. O prazo para solicitação da repactuação contratual pela Contratada terá início a partir da data de homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato e findará na data da prorrogação contratual subsequente, ou seja, na data em que for assinado o termo aditivo de prorrogação.
- 15.6.1. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, perderá o direito a repactuar, o qual poderá ser exercido novamente apenas após a nova data base da categoria;
  - 15.6.2. Nas hipóteses em que as negociações para a celebração do acordo ou convenção de trabalho, ou solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem após a data-base da categoria profissional abrangida pelo contrato e, nesse intervalo, o Contratante convoque a Contratada para prorrogação contratual, caberá à Contratada solicitar a inclusão, no novo termo aditivo a ser celebrado, de cláusula que resguarde o seu direito à repactuação tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou convenção devidamente registrado.
- 15.7. Os efeitos financeiros decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 15.7.1. A partir da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato;



- 15.7.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 15.7.3. Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 15.8. No caso previsto no subitem 15.7.3, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.9. O valor do contrato, depois de aplicada a repactuação, deverá estar compatível com o praticado no mercado.

## **16. Obrigações da Contratada**

- 16.1. Executar os serviços, objeto da presente licitação, conforme determinado neste edital e seus anexos.
- 16.2. Iniciar as atividades objeto desta contratação em, no máximo, cinco dias úteis após a assinatura do contrato, prestando os serviços de acordo com a legislação vigente.
- 16.3. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, com observância das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, para o desempenho das atividades objeto deste edital, bem como conhecimentos teóricos e práticos afetos à categoria profissional e aos requisitos básicos estabelecidos neste edital.
- 16.4. Observar a garantia de estabilidade concedida aos profissionais advindos da relação jurídica anterior, para prestação dos serviços idênticos, nos termos da cláusula trigésima segunda da Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010-SIDESV/DF, desde que sejam atendidos os demais requisitos previstos neste Edital e no Termo de Referência.
- 16.4.1. Em caso de utilização de mão-de-obra nos termos do item anterior, a Contratada não será dispensada de fornecer os uniformes e cursos qualificados, respectivamente, nos anexos I e III do Termo de Referência, além dos demais insumos de mão-de-obra indicados nos anexos deste documento.



16.5. Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, com os requisitos básicos abaixo descritos, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional, de acordo com a legislação vigente:

16.5.1. Nacionalidade brasileira;

16.5.1.1. No caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972.

16.5.2. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos, conforme o art. nº 16 da Lei nº 7.102 de 20/6/1983;

16.5.3. Quitação com as obrigações eleitorais;

16.5.4. Instrução correspondente ou superior à quarta série do primeiro grau;

16.5.5. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

16.5.6. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;

16.5.7. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;

16.5.8. Certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade.

16.6. Fornecer, a cada seis meses, aos profissionais alocados nos postos de trabalho, inclusive aos supervisores, uniformes novos, conforme descrição constante no Anexo I do Termo de Referência, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, no prazo de cinco dias úteis, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, resguardado o direito do Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

16.6.1. O primeiro fornecimento deverá ocorrer em até cinco dias antes do início da execução do contrato.

16.6.2. O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao Contratante, no prazo de cinco dias úteis a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.



- 16.6.3. As despesas com o fornecimento dos uniformes serão exclusivamente da Contratada.
- 16.7. Apresentar à Área Administrativa Responsável do TST, no início das atividades, fichas dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverão estar sempre atualizadas e acondicionadas em pastas suspensas, contendo todas as identificações dos empregados: foto; tipo sanguíneo/fator Rh; endereço/telefone residencial; comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do curso de formação.
- 16.8. Criar métodos e programas de incentivo profissional visando a motivar o profissional no desempenho de suas atividades.
- 16.9. Indicar, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, preposto(s), para atender os profissionais alocados nos postos de trabalho, em horário comercial.
- 16.10. Instruir os seus empregados sobre as normas de segurança e regulamentos internos do TST, bem como, quanto ao seu devido cumprimento.
- 16.11. Supervisionar, por meios próprios, os postos de serviço.
- 16.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TST ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 16.13. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, permitindo à Fiscalização do TST acesso aos respectivos dados.
- 16.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores;
- 16.15. Manter seus funcionários, quando em serviço, devidamente uniformizados e com o crachá de identificação.
- 16.15.1. Arcar com o ônus de fornecimento, pelo TST, de cada crachá de identificação dos seus empregados, conforme norma vigente, sendo atualmente o valor de R\$ 5,62 (cinco reais e sessenta e dois centavos), não estando incluído o valor do cartão de proximidade que é de propriedade do TST;
- 16.15.2. Indenizar, em caso de dano irreparável ou perda do crachá pelo empregado, a confecção de um novo, completo, no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), estando aí incluído o cartão de proximidade, conforme norma vigente.





- 16.15.3. Recolher e devolver ao TST os crachás dos empregados removidos dos postos de serviços contratados
- 16.16. Fornecer todos os materiais necessários à execução dos serviços e de uso individual, inclusive material de consumo (caneta, papel, livro de ocorrência), coldre, revólveres, colete balístico e lanterna de mão tipo farolete, etc, zelando por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação individual ou eficiência estiver comprometida, conforme Anexo II do Termo de Referência.
- 16.17. Cumprir as normas e regulamentos internos do TST:
- 16.18. Acatar a Fiscalização dos serviços contratados, levado a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim pelo Contratante e atender às solicitações imediatamente.
- 16.19. Não permitir que os empregados da empresa saiam armados do serviço, devendo o seu supervisor estar presente no horário da troca de turno dos postos e providenciar a guarda do armamento na empresa, quando for o caso, de acordo com a legislação vigente.
- 16.20. Utilizar munição de procedência do fabricante, não sendo permitido o uso de munição recarregada.
- 16.21. Apresentar ao Contratante a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos registros de arma e porte de arma, que serão utilizadas pelos profissionais alocados em determinados postos de trabalho.
- 16.22. Observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como fornecer produtos apropriados aos profissionais alocados nos postos de serviços que estejam expostos a condições climáticas adversas, tais como: capas de chuva, conforme Anexo II do Termo de Referência.
- 16.23. Fiscalizar a limpeza e a organização dos vestiários de uso dos seus empregados, criando normas para utilização e aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis aos profissionais que não cumprirem o regulamento.
- 16.24. Realizar, por meios próprios, a fiscalização das atividades contratadas em todas as instalações do Contratante;
- 16.25. Não permitir a utilização dos telefones do TST, sob sua responsabilidade, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço.
- 16.25.1. Será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados



nas contas dos aparelhos telefônicos do TST, quando comprovadamente feitos por empregado da Contratada para tratar de assuntos alheios ao serviço.

- 16.26. Não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando os serviços.
- 16.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 16.28. Providenciar a substituição de seus empregados em caso de falta, folga, férias ou outros, sendo no caso de falta, no prazo máximo de uma hora, não permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 16.29. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo Tribunal, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados.
- 16.30. Fornecer, aos profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, armários individuais, tipo roupeiro com cadeado e ou fechadura, para guarda de pertences, conforme Anexo II do Termo de Referência, os quais deverão ser instalados em local colocado à disposição pelo Contratante.
- 16.31. Informar previamente à Fiscalização do Tribunal as alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com a antecedência mínima de cinco dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas.
- 16.32. Substituir os empregados de forma diligente e inquestionável, sempre que for exigido pelo Tribunal, cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços, no prazo máximo de um dia útil.
  - 16.32.1. Não realizar cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias por profissionais substituídos anteriormente a pedido do TST nos termos do item anterior.
- 16.33. Fornecer aparelhos de radiocomunicação eficientes em todas as instalações do TST, na quantidade e especificações constantes no Anexo II do Termo de Referência, item 2, com recurso de conversação em grupo, todos com fones de ouvido e microfone/PTT, para seus empregados, nos postos de trabalho, bem assim à Fiscalização do TST, sendo de responsabilidade da empresa Contratada a manutenção.



- 16.34. Comunicar ao TST, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 16.35. Identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Tribunal.
- 16.36. Alocar profissionais nos postos de trabalho de supervisão devidamente treinados, com capacidade de liderança, responsabilidade da função, atendimento de pessoas, motivação de equipe, identificação de riscos em geral e outros necessários à capacitação profissional de Supervisor.
- 16.37. Auxiliar, por meio dos empregados, nas atividades de prevenção e combate a incêndios, ou em outros sinistros, visando à segurança física de pessoal, de instalações e do patrimônio.
- 16.38. Substituir os materiais e equipamentos fornecidos, durante a execução do contrato, se constatado que não atendem às necessidades quanto ao desempenho, devendo apresentar outros novos no prazo de, no máximo, cinco dias úteis, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do Tribunal.
- 16.39. Responsabilizar-se pelo manuseio e pela guarda de cones, barreiras e/ou sinalizadores do TST, bem assim outros materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, cabendo à empresa contratada o ressarcimento de quaisquer danos e/ou prejuízos que porventura venham a ocorrer com o respectivo material.
- 16.40. Submeter, previamente, os uniformes à aprovação do Tribunal, fornecendo-os semestralmente a cada empregado, conforme especificações no Anexo I do Termo de Referência, sendo os primeiros entregues quando do início do contrato, resguardado o direito do Tribunal exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendam às condições mínimas de apresentação.
- 16.41. Proporcionar aos empregados, periodicamente, curso de reciclagem na área de atuação e em relações interpessoais, devendo a participação de cada um ter o intervalo máximo de um ano, sem que isso implique em ônus para o TST ou para os respectivos empregados.
- 16.42. Fornecer e instalar dois Relógios de Controle de Ponto Biométrico (impressão digital), conforme especificações constantes no Anexo X do Termo de Referência, ou outro similar, que tenha as mesmas funcionalidades especificadas, sem ônus adicional para o Tribunal;



- 16.42.1. O Sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho, permitindo à Fiscalização do TST o acesso aos respectivos dados;
- 16.42.2. Os funcionários da Contratada deverão registrar no sistema eletrônico indicado no item anterior, os horários de início e término de sua jornada de trabalho. Além disso, o mencionado sistema permitirá aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;
- 16.42.3. A instalação do sistema eletrônico de controle de frequência não exime a Contratada da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;
- 16.42.4. A Contratada deverá fornecer e instalar os relógios de controle de ponto biométrico indicados no subitem 16.42 em até cinco dias antes do início da execução do contrato.
- 16.43. Orientar a cada um de seus empregados Supervisores, no sentido de:
  - 16.43.1. Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
  - 16.43.2. Coordenar e fiscalizar as atividades, objetivando o bom andamento dos serviços;
  - 16.43.3. Cuidar da disciplina;
  - 16.43.4. Controlar a frequência e verificar a apresentação individual dos empregados, inclusive no que diz respeito à higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc.);
  - 16.43.5. Solucionar reivindicações apresentadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, no que se refere à melhoria e à qualidade dos serviços, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno dos pleitos formulados;
  - 16.43.6. Evitar confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho, ou entre estes e servidores ou visitantes do Tribunal, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do Contratante;
  - 16.43.7. Conhecer as missões de cada posto de trabalho;
  - 16.43.8. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais, a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
  - 16.43.9. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;



- 16.43.10. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergências ou quando devidamente autorizado;
- 16.43.11. Prestar informações diárias ao Contratante quanto à execução do Contrato;
- 16.43.12. Levar ao conhecimento da Fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 16.43.13. Não permitir que profissionais da Contratada entrem ou saiam das dependências do Contratante por locais que não aqueles previamente determinados;
- 16.43.14. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando imediata remessa à Fiscalização, com o devido registro;
- 16.43.15. Fornecer aos empregados da Contratada, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- 16.43.16. Fiscalizar, controlar e orientar, permanentemente, o correto porte de arma.
- 16.43.17. Providenciar a imediata substituição de armas defeituosas ou danificadas, verificando sempre a validade da munição;
- 16.43.18. Coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;
- 16.43.19. Adotar todas as providências ao seu alcance, para que os serviços transcorram dentro da normalidade, sendo obedecidas as normas regulamentares e os padrões de conduta;
- 16.43.20. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
- 16.43.21. Estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando a resolver os problemas relativos aos serviços;
- 16.43.22. Inspeccionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos empregados (radiotransmissor, armamento e outros);
- 16.43.23. Ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes;
- 16.43.24. Passar ao superior imediato e à Fiscalização todas as informações referentes aos serviços;
- 16.43.25. Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo Contratante para a execução dos serviços;



- 16.43.26. Fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pela vigilância;
  - 16.43.27. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Fiscalização do contrato;
  - 16.43.28. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las; e
  - 16.43.29. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.
- 16.44. Orientar a cada um de seus empregados Vigilantes, no sentido de:
- 16.44.1. Ser pontual e permanecer no posto de serviço determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro vigilante ou quando autorizado pela Chefia;
  - 16.44.2. Caso lotado na Sede deste Tribunal, comunicar ao Supervisor os principais fatos relativos aos serviços, visando ao registro em livro de ocorrências;
  - 16.44.3. Apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, barbeado, unhas aparadas e cabelos cortados, calçado engraxado;
  - 16.44.4. Colaborar, nos casos de emergência, na evacuação das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos;
  - 16.44.5. Orientar o profissional substituto, sobre todos os procedimentos existentes no posto;
  - 16.44.6. Realizar rondas periódicas durante o turno de serviço conforme procedimentos e rotinas de serviços estabelecidos pelo Contratante;
  - 16.44.7. Utilizar o armamento em estrita obediência às Leis e regulamentos vigentes, única e exclusivamente, em legítima defesa ou estado de necessidade próprio ou de terceiro, para preservar a integridade dos bens do Contratante e de membros e servidores que estejam nas dependências do Contratante, buscando cessar ou conter a injusta agressão;
  - 16.44.8. Quando necessário o emprego de força contra pessoas ou coisas, a ação deve obedecer aos dispositivos legais vigentes, baseando-se em repelir o perigo ou a agressão e sempre com a exaustão suficiente para não prejudicar terceiros ou seus bens;
  - 16.44.9. Manter-se atento aos visitantes e, havendo alguma suspeita, abordar de forma educada, visando averiguar a real situação;



- 16.44.10. Interromper serviços de terceiros não-autorizados, impedindo seu acesso às dependências dos postos do Contratante, realizando as devidas comunicações;
- 16.44.11. Proibir qualquer aglomerado de pessoas no posto ou próximo dele, comunicando o fato ao supervisor e à Fiscalização do Contratante, no caso de desobediência;
- 16.44.11.1. Em caso de emergência, o segurança deverá acionar a Polícia Militar, tel.: 190, ou entrar em contato com o Batalhão ou CPmind da circunscrição do seu posto de trabalho.
- 16.44.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial no posto e nas imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços contratados;
- 16.44.13. Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do Contratante, salvo nos casos de emergência;
- 16.44.14. Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, em muros, paredes, pilastras, vidraças, gramados, janelas dentre outros, sem a prévia autorização do Contratante;
- 16.44.15. Conforme orientação repassada pela fiscalização à Contratada, executar a(s) ronda(s) diária(s) verificando todas as dependências e instalações dos postos do Contratante, salvo as áreas reservadas e que necessitem de autorização prévia para o acesso, adotando, quando requeridas, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- 16.44.16. Assumir o posto de posse dos acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 16.44.17. Receber de maneira educada o público, prestando as informações e orientações sempre que solicitado, encaminhando-o ao local pretendido;
- 16.44.18. Permitir a entrada de servidores e empregados fora do horário de expediente somente quando devidamente autorizados;
- 16.44.19. Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização do Contratante;
- 16.44.20. Ao chegar ao posto, receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;



- 16.44.21. Conhecer as missões do(s) posto(s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (rádio-comunicador, telefone, etc.) colocados à sua disposição para o serviço;
- 16.44.22. Acionar a Companhia de Polícia Militar mais próxima, bem como a gestão fiscalizadora, sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio, presença de delinquentes e de outros suspeitos;
- 16.44.23. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 16.44.24. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- 16.44.25. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- 16.44.26. Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para os serviços;
- 16.44.27. Levar ao conhecimento do supervisor, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 16.44.28. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à Segurança, com o devido registro;
- 16.44.29. Deter elementos suspeitos e reter qualquer material e/ou equipamento que não tenha autorização de saída;
- 16.44.30. Operar equipamentos de raios-x e detectores de metais ou outros equipamentos de segurança, disponibilizados pelo CONTRATANTE, para promover a segurança;
- 16.44.31. Controlar entradas e saídas de materiais e equipamentos, exigindo sempre as respectivas autorizações fornecidas pelo setor competente;
- 16.44.32. Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- 16.44.33. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- 16.44.34. Em caso de roubo, furto, incêndio, rompimento de tubulação de água ou falta de energia elétrica e outros sinistros, comunicar ao supervisor, na impossibilidade desse, ao fiscal do contrato, para as providências cabíveis;





- 16.44.35. Utilizar adequadamente os equipamentos e sistemas disponibilizados pelo Contratante para a execução dos serviços;
- 16.44.36. Não participar, no âmbito do Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas; e
- 16.44.37. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.
- 16.45. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o TST.
- 16.46. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.47. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.
- 16.48. A Contratada não será responsável:
- 16.48.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- 16.48.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.49. TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **17. Obrigações do TST**

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 17.1.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da Contratada, executores dos serviços, solicitarem para o desenvolvimento dos trabalhos;
- 17.1.3. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados;



- 17.1.4. Fiscalizar o controle de assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
- 17.1.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente;
- 17.1.6. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais;
- 17.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições estabelecidas no contrato;
- 17.1.8. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;
- 17.1.9. Deduzir da fatura mensal correspondente, qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos do Tribunal, quando comprovadamente feito por empregado da Contratada.
- 17.1.10. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais.

## **18. Sanções para o Caso de Inadimplemento**

- 18.1. Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, a empresa que:
  - 18.1.1. apresentar documentação falsa;
  - 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 18.1.3. fraudar na execução do contrato;
  - 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 18.1.5. fizer declaração falsa;
  - 18.1.6. cometer fraude fiscal.
- 18.2. Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:



- 18.2.1. Advertência;
- 18.2.2. Multas;
- 18.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.
- 18.2.5. No caso de atraso para início da execução do objeto, as multas aplicadas serão de:
  - 18.2.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 18.2.5.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso no início da execução do objeto, por período superior ao previsto no item acima;
  - 18.2.5.3. 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 18.2.6. Além das multas elencadas nos itens acima, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:



Grau	Correspondência
1	0,2% do valor mensal do Contrato
2	0,4% do valor mensal do Contrato
3	0,8% do valor mensal do Contrato
4	1,0% do valor mensal do Contrato
5	1,5% do valor mensal do Contrato
6	4,1% do valor mensal do Contrato

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	Grau	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais;	6	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	Por dia e por unidade de atendimento
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;	4	Por ocorrência
4	Retirar do Tribunal Superior do Trabalho quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	4	Por item e por ocorrência
5	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá;	2	Por empregado e por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização previsto em contrato;	2	Por serviço e por dia
7	Retirar funcionários ou supervisores do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante.	5	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

08	Fornecer os equipamentos relacionados neste edital e seus anexos em perfeitas condições de uso;	4	Por item e por dia
09	Prestar manutenção aos equipamentos, e de zelar pelas instalações utilizadas do TST;	3	Por item e por dia
10	Manter em estoque o material de consumo discriminado neste edital para consumo diário;	2	Por item e por dia
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários;	1	Por funcionário e por dia
12	Cumprir determinação formal ou instrução	2	Por ocorrência



	complementar do órgão fiscalizador;		
13	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente dentro do prazo estabelecido em contrato;	2	Por funcionário e por dia
14	Entregar os salários, vales-transporte e/ou vales-refeição nas datas avençadas;	5	Por ocorrência e por dia
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por funcionário e por dia
16	Substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados;	3	Por equipamento e por dia
17	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos;	3	Por item e por dia
18	Fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los;	4	Por empregado e por ocorrência
19	Fornecer 2 (dois) uniformes para cada categoria semestralmente;	2	Por funcionário e por dia
20	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas;	2	Por item e por ocorrência
21	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador;	3	Por item e por ocorrência
22	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada;	1	Por ocorrência
23	Não apresentar garantia contratual.	4	Por dia

18.3. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

18.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.


18.5. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar, considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18.5.1. A solicitação de prorrogação formal, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento do prazo.



## 19. Generalidades

- 19.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 80001.
- 19.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 29 do Decreto 5.450/05.
- 19.3. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica o TST ciente de que: “É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante”.
- 19.3.1. Conforme entendimento do Exmo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, manifestado nos autos administrativos nº 500.375/2009-9, a Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça aplica-se também aos eventuais ocupantes de função comissionada no âmbito do TST, que direta ou indiretamente tenham poder de fiscalização ou gestão de contratos.
- 19.3.2. A Contratada deverá obter dos empregados declaração, por escrito, de que não se enquadram na vedação mencionada nos subitens 19.3 e 19.3.1.
- 19.4. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.
- 19.5. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 19.6. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico [cpl@tst.jus.br](mailto:cpl@tst.jus.br).
- 19.7. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), onde são divulgados prazos, consultas e demais informações do certame.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	39
--	--	------------------------------	----

## ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. MÉTODO, ESTRATÉGIAS, DEVERES, PROCEDIMENTOS E PRAZOS

#### 1.1. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de se oferecer um serviço célere e confiável no que diz respeito à segurança patrimonial (de instalações, equipamentos, acervo documental etc.), atendendo demandas do Tribunal Superior do Trabalho.

Trata-se de Serviço Continuado que não pode sofrer interrupções, tendo em vista que a manutenção da integridade do patrimônio público e a segurança no ambiente de trabalho são de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades inerentes à instituição.

#### 1.2. OBJETIVO

Os serviços a serem contratados visam a oferecer segurança armada e desarmada para o Tribunal Superior do Trabalho.

#### 1.3. OBJETO

Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, com fornecimento de mão-de-obra especializada, para o Tribunal Superior do Trabalho.

GRUPO 1 – Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	
Item	Especificação
01	Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica - 24 Horas Diurnas
Código CATSER: 000023795	

##### 1.3.1 DETALHAMENTO

Os serviços serão prestados de acordo com os turnos e postos abaixo estabelecidos, podendo o CONTRATANTE alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, respeitando a carga horária e a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	40
--	--	------------------------------	----

folga semanal remunerada da categoria.


VIGILANTE	QUANTIDADE DE POSTOS (Un.)	VIGILANTES POR POSTO (Un.)	TOTAL DE VIGILANTES (Un.)
Vigilância Armada – 12 horas noturnas – 12x36	5	2*	10
Vigilância Armada – 12 horas diurnas – Escala 12x36	5	2*	10
Vigilância Desarmada – 12 horas noturnas – Escala 12x36	5	2*	10
Vigilância Desarmada – 12 horas diurnas – Escala 12x36	6	2*	12
Vigilância Desarmada – 44 horas semanais	12	1	12
Supervisão – 12 horas noturnas – Escala 12x36	1	2*	2
Supervisão – 12 horas diurnas – Escala 12x36	1	2*	2
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>xx</b>	<b>58</b>

\* Cada posto tem dois vigilantes, considerando a necessidade de revezamento de empregados relativo à escala de trabalho 12x36.


A contratação por postos de serviço justifica-se pela impossibilidade de se estabelecer um indicador para a produtividade dos serviços de vigilância, que se caracteriza pela presença do trabalhador no posto, estando este apto a atender as demandas que possam surgir com eficácia e rapidez, e encontra-se respaldada pelos Art. 11, § 1.º e Art. 49 da Instrução Normativa N.º 2 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 30 de abril de 2008. Não é possível, por conseguinte, estabelecer metas de quantidades de atendimentos a serem realizados, pois estes dependem da ocorrência de incidentes e não da ação direta do vigilante. A relação posto x demanda está demonstrada no quadro abaixo:

Vigilantes							
Posto	Horário de funcionamento	44h semanais	Escala 12X36 diurno	Escala 12X36 noturno	Total por dia	Total no posto	Justificativa/Observações
Guarita Oeste	19 às 7h	xx	xx	1	1	2	Necessidade de monitoramento da entrada/saída de veículos com auxílio a liberação de cancelas/orientação ao público.
CSAUD	7 às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento do público freqüentador e de servidores/empregados da Coordenadoria de Saúde com vistas a evitar/coibir incidentes no ambiente.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	41
--	--	------------------------------	----

Vigilantes							
Posto	Horário de funcionamento	44h semanais	Escala 12X36 diurno	Escala 12X36 noturno	Total por dia	Total no posto	Justificativa/Observações
Guarita Leste	19h às 07h	xx	xx	2	2	4	Necessidade de monitoramento da entrada/saída de veículos e auxílio a liberação de cancelas/orientação ao público. Obs.1: Além de rondas internas, um posto dá cobertura no monitoramento do perímetro do Tribunal. Obs.2: A Guarita Leste é composta por 2 (dois) postos noturnos.
Guarita Sul	19h às 07h	xx	xx	1	1	2	Necessidade de monitoramento da entrada/saída de veículos com auxílio a liberação de cancelas/orientação ao público e vigilância predial.
Estacionamento Sul	07h às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento da circulação de veículos e pessoas no estacionamento, com vistas a evitar/coibir incidentes no período que compreende o expediente do Tribunal.
CFTV	24h	xx	2	2	4	8	Necessidade de monitoramento dos diversos ambientes do Tribunal por meio de Circuito Fechado de TV, com vistas a evitar/coibir incidentes. Obs.1: 2 (dois) vigilantes por turno são necessários para a devida visualização de todos os monitores. Obs.2: O CFTV é composto por 2 (dois) postos diurnos e 2 (dois) postos noturnos.
Térreo Bloco A Raio X	06h30 às 16h30	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento do público frequentador do Tribunal e verificação do conteúdo de seus respectivos pertences, com vistas a evitar/coibir incidentes e entrada de armas e objetos não autorizados.
Térreo Bloco A Porta de Emergência	07h às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento da saída/entrada indevida de servidores e demais usuários sem identificação, preservando a segurança das instalações.
Térreo Bloco A Catracas I	06h30 às 16h30	1	xx	1	2	3	Necessidade de monitoramento e controle da saída/entrada de servidores e demais usuários por meio das catracas. Obs.: O Térreo Bloco A Catracas I é composto por 2 (dois) postos, 1 (um) de 44h semanais e outro de escala 12x36 noturno.
Térreo Bloco A Catracas II	08h às 18h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento e controle da saída/entrada de servidores e demais usuários por meio das catracas.
Térreo Bloco B Raios X	07h às 19h	xx	1	1	2	4	Necessidade de monitoramento do público frequentador do Tribunal e verificação do conteúdo de seus respectivos pertences, com vistas a evitar/coibir incidentes e entrada de armas e objetos não autorizados.
Térreo Bloco B/A Catraca I	07h às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento e controle da circulação de servidores e demais usuários por meio das catracas.
Entrada da Garagem	19h às 07h	xx	xx	1	1	2	Necessidade de monitoramento e controle de Acesso de veículos no subsolo e ronda, com vistas a evitar/coibir incidentes e manter a segurança patrimonial.
Estacionamento Interno Bloco A	07h às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento da circulação de veículos e pessoas no estacionamento, com vistas a evitar/coibir incidentes no período que compreende o expediente do Tribunal.
Casa de Máquinas	07h às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento do ambiente que compreende a Casa de Máquinas, com vistas à preservação da segurança predial.
6º Andar Bloco B	10h às 17h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento dos ambientes que compreendem o 6.º Andar do Bloco B, com vistas a evitar/coibir incidentes diversos, e prestar apoio na segurança patrimonial.
5º Andar Bloco B	07h às 19h	xx	1	xx	1	2	Necessidade de monitoramento dos ambientes que compreendem o 5.º Andar do Bloco B, com vistas a evitar/coibir incidentes diversos e preservação da segurança.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	42
--	--	------------------------------	----

Vigilantes							
Posto	Horário de funcionamento	44h semanais	Escala 12X36 diurno	Escala 12X36 noturno	Total por dia	Total no posto	Justificativa/Observações
4º Andar Bloco B	09h às 19h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento dos ambientes que compreendem o 4.º Andar do Bloco B, com vistas a evitar/coibir incidentes diversos, preservando a segurança.
3º Andar Bloco B	09h às 19h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento dos ambientes que compreendem o 3.º Andar do Bloco B, com vistas a evitar/coibir incidentes diversos, preservando a segurança.
2º Andar Bloco B	09h às 19h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento dos ambientes que compreendem o 2.º Andar do Bloco B, com vistas a evitar/coibir incidentes diversos, preservando a segurança e prestar apoio aos demais andares.
1º Andar Bloco B	09h às 22h	2	xx	xx	2	2	Necessidade de monitoramento dos ambientes que compreendem o 1.º Andar do Bloco B, com vistas a evitar/coibir incidentes diversos, e prestar apoio. Obs.: O 1.º Andar do Bloco B é composto por 2 (dois) postos diurnos.
Estacionamento Leste	09h às 19h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento da circulação de veículos e pessoas no estacionamento, com vistas a evitar/coibir incidentes no período que compreende o expediente do Tribunal.
Estacionamento Oeste	09h às 19h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento da circulação de veículos e pessoas no estacionamento, com vistas a evitar/coibir incidentes no período que compreende o expediente do Tribunal.
Lago Sul	24h/dia	xx	1	1	2	4	Necessidade de vigilância com vistas a evitar/coibir incidentes diversos, preservando a segurança do local.
Posto motorizado	10h às 20h	1	xx	xx	1	1	Necessidade de monitoramento de externos (perímetro do Tribunal) e internos, com vistas ao rápido acesso para evitar/coibir incidentes diversos e preservar a segurança.
Supervisores	07h às 19h	xx	1	1	2	4	Necessidade de supervisão do corpo de vigilância, com vista ao devido cumprimento do contrato e à rápida solução de problemas inerentes à atividade.
<b>Total de Vigilantes (com supervisores)</b>	<b>xx</b>	<b>12</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>58</b>	

#### 1.4. REQUISITOS BÁSICOS

Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços de vigilância deverão atender os seguintes requisitos:

- 1.4.1. Nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972.
- 1.4.2. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos, conforme o art. nº 16 da Lei nº 7.102 de 20/6/1983;
- 1.4.3. Quitação com as obrigações eleitorais;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	43
--	--	------------------------------	----


- 1.4.4. Instrução correspondente ou superior à quarta série do primeiro grau;
- 1.4.5. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;
- 1.4.6. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;
- 1.4.7. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;
- 1.4.8. Certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade.

## **1.5. FORNECIMENTO DE UNIFORMES**

- 1.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer, a cada seis meses, aos profissionais alocados nos postos de trabalho, inclusive aos supervisores, uniformes novos, conforme descrição constante no Anexo I, submetendo-os previamente à aprovação do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, resguardado o direito do CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.
- 1.5.2. O primeiro fornecimento deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias antes do início da execução do contrato.
- 1.5.3. O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) úteis dias a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.
- 1.5.4. As despesas com o fornecimento dos uniformes serão exclusivamente da CONTRATADA.

## **1.6. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 1.6.1. A fiscalização será exercida por servidor ou comissão de servidores do Tribunal, doravante denominado Fiscalização, que terá autoridade para proceder toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, tais como:
  - 1.6.1.1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	44
--	--	------------------------------	----

aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;


- 1.6.1.2. Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 1.6.1.3. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- 1.6.1.4. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade destes serviços ou não cumprimento do contrato;
- 1.6.1.5. Mensalmente, por ocasião do atesto dos serviços prestados, a unidade gestora promoverá rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e providenciará o pagamento da fatura apenas após a CONTRATADA comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas; e
- 1.6.1.6. Encaminhar à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas;
- 1.6.2. A ação da Fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

## 1.7. FUNDAMENTOS LEGAIS

- 1.7.1. Nas determinações das Leis n.º 8.078/1990, 8.666/1993 e 9.784/1999;
- 1.7.2. Na Instrução Normativa Nº2 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 30 de abril de 2008;
- 1.7.3. Lei n. 7.102, de 20.06.1983 - (Anexo VII);
- 1.7.4. Decreto n. 89.056, de 24.11.83 - (Anexo VIII);
- 1.7.5. Portaria/DPFMJ n. 387, de 28/08/2006 - (Anexo IX);
- 1.7.6. Nos preceitos de direito público; e
- 1.7.7. Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

## 1.8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para execução do Contrato a ser firmado correrão, no presente exercício, à conta do Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho e do Elemento de Despesa


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	45
--	--	------------------------------	----

3390.37 - Locação de mão-de-obra. As despesas para os exercícios subsequentes correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários a serem consignados.

## 1.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA


Cabe à CONTRATADA além do previsto e exigido pela Lei n.º 8.666/1993 e normas regulamentares pertinentes:

- 1.9.1. Iniciar as atividades objeto desta contratação até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, prestando os serviços de acordo com a legislação vigente.
- 1.9.2. A CONTRATADA observará a garantia de estabilidade concedida aos profissionais advindos da relação jurídica anterior, para prestação dos serviços idênticos, nos termos da cláusula trigésima segunda da Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010-SIDESV/DF, desde que sejam atendidos os demais requisitos previstos neste Termo de Referência;
  - 1.9.2.1 Em caso de utilização de mão-de-obra nos termos do item 1.9.2, a CONTRATADA não será dispensada de fornecer os uniformes e cursos qualificados, respectivamente, nos anexos I e III deste Termo de Referência, além dos demais insumos de mão-de-obra indicados nos anexos deste documento;
- 1.9.3. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, com observância das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, para o desempenho das atividades objeto do contrato, bem como conhecimentos teóricos e práticos afetos à categoria profissional e aos requisitos básicos estabelecidos neste projeto;
- 1.9.4. Apresentar nada consta dos setores de distribuição dos foros criminais dos Estados que tenham residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual, para todos os ocupantes dos postos de serviços;
- 1.9.5. Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional de acordo com a legislação vigente;
- 1.9.6. Apresentar à Administração do CONTRATANTE fichas dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de serviços, que deverão estar sempre atualizadas e acondicionadas em pastas suspensas, contendo todas as identificações dos funcionários: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço/telefone residencial; comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do curso de formação;
- 1.9.7. Criar métodos e programas de incentivo profissional visando a motivar o profissional no


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	46
--	--	------------------------------	----

desempenho de suas atividades;

- 1.9.8. Indicar, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, preposto (s), para atender os profissionais alocados nos postos de trabalho, em horário comercial, tais como: entrega de contracheques, vale-transporte, vale-alimentação, assinatura de folha de ponto e outras de responsabilidade da contratada, conforme consignado neste Termo de Referência e que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações do CONTRATANTE;
- 1.9.9. Instruir os seus empregados sobre as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 1.9.10. Supervisionar, por meios próprios, os postos de serviços;
- 1.9.11. Manter sigilo sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 1.9.12. Assumir, com exclusividade, as obrigações pecuniárias, trabalhistas e previdenciárias advindas da prestação dos serviços;
- 1.9.13. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, conforme o artigo 74, parágrafo 2º da CLT, permitindo à Fiscalização do CONTRATANTE acesso aos respectivos dados;
- 1.9.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus Supervisores;
- 1.9.15. Manter o pessoal, quando em serviço, devidamente uniformizado e com o crachá de identificação;
- 1.9.16. Fornecer ao CONTRATANTE cópias das folhas de pagamento, dos contracheques e dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, referentes ao mês da prestação dos serviços, juntamente com a fatura de cada mês;
- 1.9.17. Emitir fatura correspondente aos serviços prestados nos postos implementados;
- 1.9.18. Arcar com o ônus de fornecimento, pelo CONTRATANTE, de cada crachá de identificação dos seus empregados, conforme norma vigente, sendo atualmente o valor de R\$ 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos), não estando incluído o valor do cartão de proximidade que é de propriedade do TST;
- 1.9.19. Indenizar, em caso de dano irreparável ou perda do crachá pelo empregado, a confecção de um novo, completo, no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), estando aí incluído o cartão de proximidade, conforme art. 1º do ATO.SEAOF.GDGSET N°29, de 17/01/2008, alterado pelo ATO N° 374/GDGSET, de 28/05/09.
- 1.9.20. Recolher e devolver ao CONTRATANTE os crachás dos empregados removidos dos postos de serviços contratados;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	47
--	--	------------------------------	----


- 1.9.21. Pagar, incondicionalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia útil do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondente ao mês seguinte ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos;
- 1.9.22. Providenciar, por meios próprios, todos os materiais necessários à execução dos serviços e de uso individual, inclusive material de consumo (caneta, papel, livro de ocorrência), coldre, revólveres, colete balístico e lanterna de mão tipo farolete, zelando por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação individual ou eficiência estiver comprometida, conforme ANEXO II;
- 1.9.23. Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE;
- 1.9.24. Acatar a Fiscalização dos serviços contratados, levado a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim pelo CONTRATANTE e atender às solicitações imediatamente;
- 1.9.25. Não permitir que os empregados da empresa saiam armados do serviço, devendo o seu supervisor estar presente no horário da troca de turno dos postos e providenciar a guarda do armamento na empresa, quando for o caso, de acordo com a legislação vigente;
- 1.9.26. Utilizar munição de procedência do fabricante, não sendo permitido o uso de munição recarregada;
- 1.9.27. Apresentar ao CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos registros de arma e porte de arma, que serão utilizadas pelos profissionais alocados em determinados postos de trabalho;
- 1.9.28. Observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como fornecer produtos apropriados aos profissionais alocados nos postos de serviços que estejam expostos a condições climáticas adversas, tais como: capas de chuva, conforme ANEXO II;
- 1.9.29. Fiscalizar a limpeza e a organização dos vestiários de uso dos seus empregados, criando normas para utilização e aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis aos profissionais que não cumprirem o regulamento;
- 1.9.30. Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no projeto;
- 1.9.31. Realizar, por meios próprios, a fiscalização das atividades contratadas em todas as instalações do CONTRATANTE;
- 1.9.32. Não permitir a utilização dos telefones do CONTRATANTE, sob sua responsabilidade, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;
  - 1.9.32.1. Será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	48
--	--	------------------------------	----

especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente feito por empregado da CONTRATADA;


- 1.9.33. Não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando os serviços;
- 1.9.34. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 1.9.35. Providenciar a substituição de seus empregados em caso de folga, férias ou outros, sendo no caso de falta, no prazo máximo de 1 (uma) hora, não permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 1.9.36. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados;
- 1.9.37. Fornecer, aos profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, armários individuais, tipo roupeiro com cadeado e ou fechadura, para guarda de pertences, conforme ANEXO II, os quais deverão ser instalados em local colocado à disposição pelo CONTRATANTE;
- 1.9.38. Dar conhecimento à Fiscalização do CONTRATANTE das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas.
- 1.9.39. Sempre que exigido pelo CONTRATANTE, substituir de forma diligente e inquestionável, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, os empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços;
- 1.9.40. Não realizar cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias por profissionais substituídos anteriormente a pedido do CONTRATANTE, nos termos do item anterior;
- 1.9.41. Fornecer equipamentos de radiocomunicação eficientes em todas as instalações do TST, na quantidade e especificações constantes do Anexo II, item 2, com recurso de conversação em grupo, todos com fones de ouvido e microfone/PTT, para seus empregados, nos postos de trabalho, bem assim à Fiscalização do CONTRATANTE, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção.
- 1.9.42. Identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- 1.9.43. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	49
--	--	------------------------------	----

esclarecimentos solicitados;

- 1.9.44. Alocar profissionais nos postos de serviços de supervisão devidamente treinados, com capacidade de liderança, responsabilidade da função, atendimento de pessoas, motivação de equipe, identificação de riscos em geral e outros necessários à capacitação profissional de Supervisor;
- 1.9.45. Auxiliar, por meio dos empregados, nas atividades de prevenção e combate a incêndios, ou em outros sinistros, visando à segurança física de pessoal, de instalações e do patrimônio;
- 1.9.46. Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a CONTRATADA deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do CONTRATANTE;
- 1.9.47. Responsabilizar-se pelo manuseio e pela guarda de cones, barreiras e/ou sinalizadores do CONTRATANTE, bem assim outros materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, cabendo à CONTRATADA o ressarcimento de quaisquer danos e/ou prejuízos que porventura venham a ocorrer com o respectivo material;
- 1.9.48. Submeter, previamente, os uniformes à aprovação do CONTRATANTE, fornecendo-os semestralmente a cada empregado, conforme especificações no Anexo I, sendo os primeiros entregues quando do início do contrato, resguardado o direito do CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendam às condições mínimas de apresentação;
- 1.9.49. Proporcionar aos empregados, periodicamente, curso de reciclagem na área de atuação e em relações interpessoais, conforme Anexo III, devendo a participação de cada um ter o intervalo máximo de um ano, sem que isso implique em ônus para o CONTRATANTE ou para os empregados;
- 1.9.50. Fornecer e instalar 2 (dois) Relógios de Controle de Ponto Biométrico (impressão digital), conforme especificações constantes no Anexo X deste Termo de Referência, ou outro similar, que tenha as mesmas funcionalidades especificadas, sem ônus adicional para o Tribunal;
  - 1.9.50.1. O Sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho, permitindo à Fiscalização do TST o acesso aos respectivos dados;
  - 1.9.50.2. Os funcionários da CONTRATADA deverão registrar no sistema eletrônico indicado no item anterior, os horários de início e término de sua jornada de trabalho. Além disso, o mencionado sistema permitirá aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	50
--	--	------------------------------	----


1.9.50.3. A instalação do sistema eletrônico de controle de frequência não exige a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;

1.9.50.4. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os relógios de controle de ponto biométrico indicados no item 1.9.50 em até 05 (cinco) dias antes do início da execução do contrato”;

1.9.51. A CONTRATADA deverá, ainda, orientar seus empregados no sentido de:

1.9.51.1. SUPERVISOR:

- I. Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
- II. Coordenar e fiscalizar as atividades, objetivando o bom andamento dos serviços;
- III. Cuidar da disciplina;
- IV. Controlar a frequência e verificar a apresentação individual dos empregados, inclusive no que diz respeito à higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc.);
- V. Solucionar reivindicações apresentadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, no que se refere à melhoria e à qualidade dos serviços, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno dos pleitos formulados;
- VI. Evitar confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho, ou entre estes e servidores ou visitantes do Tribunal, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do CONTRATANTE;
- VII. Conhecer as missões de cada posto de trabalho;
- VIII. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais, a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- IX. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- X. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergências ou quando devidamente autorizado;
- XI. Prestar informações diárias ao CONTRATANTE quanto à execução do Contrato;
- XII. Levar ao conhecimento da Fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XIII. Não permitir que profissionais da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE por locais que não aqueles previamente determinados;
- XIV. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando imediata remessa à Fiscalização, com o devido registro;
- XV. Fornecer aos empregados da CONTRATADA, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- XVI. Fiscalizar, controlar e orientar, permanentemente, o correto porte de arma;
- XVII. Providenciar a imediata substituição de armas defeituosas ou danificadas, verificando sempre a validade da munição;
- XVIII. Coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;
- XIX. Adotar todas as providências ao seu alcance, para que os serviços transcorram dentro da normalidade,


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	51
--	--	------------------------------	----

sendo obedecidas as normas regulamentares e os padrões de conduta;


- XX. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
- XXI. Estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando a resolver os problemas relativos aos serviços;
- XXII. Inspecionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos empregados (radiotransmissor, armamento e outros);
- XXIII. Ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes;
- XXIV. Passar ao superior imediato e à Fiscalização todas as informações referentes aos serviços;
- XXV. Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- XXVI. Fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pela vigilância;
- XXVII. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Fiscalização do contrato;
- XXVIII. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las; e
- XXIX. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

#### 1.9.51.2. VIGILANTE:

- I. Ser pontual e permanecer no posto de serviço determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro vigilante ou quando autorizado pela Chefia;
- II. Caso lotado na Sede deste Tribunal, comunicar ao Supervisor os principais fatos relativos aos serviços, visando ao registro em livro de ocorrências;
- III. Apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, barbeado, unhas aparadas e cabelos cortados, calçado engraxado;
- IV. Colaborar, nos casos de emergência, na evacuação das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos;
- V. Orientar o profissional substituto, sobre todos os procedimentos existentes no posto;
- VI. Realizar rondas periódicas durante o turno de serviço conforme procedimentos e rotinas de serviços estabelecidos pelo CONTRATANTE;
- VII. Utilizar o armamento em estrita obediência às Leis e regulamentos vigentes, única e exclusivamente, em legítima defesa ou estado de necessidade próprio ou de terceiro, para preservar a integridade dos bens do CONTRATANTE e de membros e servidores que estejam nas dependências do CONTRATANTE, buscando cessar ou conter a injusta agressão;
- VIII. Quando necessário o emprego de força contra pessoas ou coisas, a ação deve obedecer aos dispositivos legais vigentes, baseando-se em repelir o perigo ou a agressão e sempre com a exaustão suficiente para não prejudicar terceiros ou seus bens;
- IX. Manter-se atento aos visitantes e, havendo alguma suspeita, abordar de forma educada, visando averiguar a real situação;
- X. Interromper serviços de terceiros não-autorizados, impedindo seu acesso às dependências dos postos do CONTRATANTE, realizando as devidas comunicações;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	52
--	--	------------------------------	----

- XI. Proibir qualquer aglomerado de pessoas no posto ou próximo dele, comunicando o fato ao supervisor e à Fiscalização do CONTRATANTE, no caso de desobediência. Em caso de emergência, o segurança deverá acionar a Polícia Militar, tel.: 190, ou entrar em contato com o Batalhão ou CPmind da circunscrição do seu posto de trabalho;
- XII. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial no posto e nas imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços contratados;
- XIII. Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do CONTRATANTE, salvo nos casos de emergência;
- XIV. Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, em muros, paredes, pilstras, vidraças, gramados, janelas dentre outros, sem a prévia autorização do CONTRATANTE;
- XV. Conforme orientação repassada pela fiscalização à CONTRATADA, executar a(s) ronda(s) diária(s) verificando todas as dependências e instalações dos postos do CONTRATANTE, salvo as áreas reservadas e que necessitem de autorização prévia para o acesso, adotando, quando requeridas, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- XVI. Assumir o posto de posse dos acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- XVII. Receber de maneira educada o público, prestando as informações e orientações sempre que solicitado, encaminhando-o ao local pretendido;
- XVIII. Permitir a entrada de servidores e empregados fora do horário de expediente somente quando devidamente autorizados;
- XIX. Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização do CONTRATANTE;
- XX. Ao chegar ao posto, receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- XXI. Conhecer as missões do(s) posto(s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (rádio-comunicador, telefone, etc.) colocados à sua disposição para o serviço;
- XXII. Acionar a Companhia de Polícia Militar mais próxima, bem como a gestão fiscalizadora, sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio, presença de delinquentes e de outros suspeitos;
- XXIII. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- XXIV. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- XXV. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- XXVI. Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para os serviços;
- XXVII. Levar ao conhecimento do supervisor, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XXVIII. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à Segurança, com o devido registro;
- XXIX. Deter elementos suspeitos e reter qualquer material e/ou equipamento que não tenha autorização de saída;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	53
--	--	------------------------------	----

- XXX. Operar equipamentos de raios-x e detectores de metais ou outros equipamentos de segurança, disponibilizados pelo CONTRATANTE, para promover a segurança;
- XXXI. Controlar entradas e saídas de materiais e equipamentos, exigindo sempre as respectivas autorizações fornecidas pelo setor competente;
- XXXII. Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- XXXIII. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- XXXIV. Em caso de roubo, furto, incêndio, rompimento de tubulação de água ou falta de energia elétrica e outros sinistros, comunicar ao supervisor, na impossibilidade desse, ao fiscal do contrato, para as providências cabíveis;
- XXXV. Utilizar adequadamente os equipamentos e sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- XXXVI. Não participar, no âmbito do CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas; e
- XXXVII. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

## 1.10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao CONTRATANTE:

- 1.10.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 1.10.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da CONTRATADA, executores dos serviços, solicitarem para o desenvolvimento dos trabalhos;
- 1.10.3. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados;
- 1.10.4. Fiscalizar o controle de assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;
- 1.10.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente;
- 1.10.6. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais;
- 1.10.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no contrato; e
- 1.10.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste projeto.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	54
--	--	------------------------------	----

- 1.10.9. Deduzir da fatura mensal correspondente, qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos do Tribunal, quando comprovadamente feito por empregado da CONTRATADA;
- 1.10.10. Em conformidade com a Resolução n.º 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anexo VI, reter da CONTRATADA, em conta vinculada, os custos relativos às provisões de férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; e impacto sobre férias e 13º salário. Ao valor do depósito em conta vinculada será acrescido o percentual de lucro proposto pela CONTRATADA.
  - 1.10.10.1. Os valores serão liberados quando apresentado pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;
  - 1.10.10.2. O saldo total da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa na ocasião do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados;
  - 1.10.10.3. Os valores provisionados mencionados no item 1.10.10 serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da empresa.
- 1.10.11. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no artigo 4º da Resolução n.º 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça, depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa.
  - 1.10.11.1. Os valores RETIDOS da CONTRATADA referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; à incidência do grupo A da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do anexo V, sobre os valores de 13º salário e férias; e ao valor correspondente ao percentual de lucro proposto, serão liberados somente quando da ocorrência das indenizações trabalhistas, com prévia autorização do CONTRATANTE, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 98/2009.
- 1.10.12. A retenção de tributos na fonte será realizada em conformidade com a legislação vigente, por ocasião do pagamento da nota fiscal apresentada pela CONTRATADA.

## 1.11. DA VIGÊNCIA

- 1.11.1. A vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo e por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.
- 1.11.2. Na contagem dos prazos previstos neste documento, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	55
--	--	------------------------------	----

vencimento, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA ou qualquer outro documento.

## 1.12. SALÁRIOS

A categoria terá como base salarial o piso estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal – SINDESV/DF.

## 2. SANÇÕES


2.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, a CONTRATADA que:

- 2.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 2.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 2.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 2.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 2.1.5. Fizer declaração falsa;
- 2.1.6. Cometer fraude fiscal.

2.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 2.2.1. Advertência;
- 2.2.2. Multas de:

2.2.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	56
--	--	------------------------------	----

assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem 2.2.2.1, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

2.2.2.3. 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

2.2.2.4. Além dessas, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 do ANEXO IV;

- 2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.
- 2.5. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

### **3. DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICA EXIGIDA**

3.1. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação, considerada essencial para a garantia da segurança da contratação:

3.1.1. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação:

3.1.1.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência;

3.1.1.2. Entende-se por compatíveis os serviços prestados em qualquer época ou lugar com um quantitativo de no mínimo 50% do efetivo total previsto neste Termo de Referência, ou seja, a empresa deverá comprovar já ter executado serviços de VIGILÂNCIA com o emprego de,



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	57
--	--	------------------------------	----

no mínimo, 29 (vinte e nove) prestadores de serviço;

- 3.1.2. Autorização para funcionamento no Distrito Federal, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei n. 7.102, de 20.06.1983, Decreto n. 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPFMJ n. 387, de 28/08/2006;
- 3.1.3. Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria n. 387/DPF/MJ, de 28/08/2006;
- 3.1.4. Certificado de segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal, de acordo com a Portaria n. 387/DPF/MJ, de 28/08/2006, do Ministério da Justiça;
- 3.1.5. Comprovante de autorização para compra de armas no Distrito Federal e respectivos registros de armas disponíveis em quantidade mínima ao necessário ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste termo de referência, conforme determina a Portaria/DPF/MJ n. 387, de 28/08/2006. O registro de cada arma deve incluir, pelo menos, o número da arma, o nome do proprietário, a espécie, a marca e o calibre;
- 3.1.6. Declaração, emitida pela licitante, informando o quantitativo de armas de sua propriedade, registradas no Departamento de Polícia Federal;
- 3.1.7. Declaração de regularidade de situação de cadastramento da Divisão de Controle de Atividades Especiais – DICA-E do Distrito Federal, em nome da licitante, emitido pela Secretaria de Segurança Pública – DF, em plena validade, conforme artigo 38 do Decreto n. 89.056 de 24/11/1983;

#### **4. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS**

- 4.1. As Alíquotas referentes aos Encargos Sociais, e Tributos, informadas nas Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão, necessariamente, ser compatíveis com o regime tributário da empresa – Lucro Real – Lucro Presumido – Simples Nacional, conforme legislação pertinente. (ver quadro abaixo);
- 4.2. Não poderão ser computadas nas Planilhas de Custos e Formação de Preços as alíquotas referentes ao Imposto de Renda e CSLL em qualquer regime de tributação acima descrito, conforme Decisão do TCU nº 950/2007;
- 4.3. Para as empresas optantes pelo Simples Nacional deverão ser informadas as respectivas alíquotas estabelecidas nos anexos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme faixa de Receita Bruta nos últimos 12 meses, excluindo-se os percentuais referentes ao Imposto de Renda e CSLL da Alíquota Total.


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	58
--	--	------------------------------	----

TABELA RESUMO – TRIBUTOS			
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO	SIMPLES NACIONAL
PIS	1,65%	0,65%	Ver Anexo da Lei Complementar 123/2006
COFINS	7,60%	3,00%	Ver Anexo da Lei Complementar 123/2006
IR	-	-	Excluir da Alíquota Total
CSLL	-	-	Excluir da Alíquota Total
ISSQN	5,00%	5,00%	-
CPP – Contribuição Previdenciária Patronal	-	-	Conforme Anexo III, da Lei Complementar 123/2006
	<b>14,25 %</b>	<b>8,65%</b>	<b>Total= soma do PIS, COFINS e CPP – Anexo LC 123/2006</b>

TABELA RESUMO – ENCARGOS SOCIAIS – GRUPO “A”

REGIME DE TRIBUTAÇÃO	INSS	SESI/SESC	SENAI/SENA C	INCRA	SALÁRIO EDUC.	SEBRAE	SAT (tabela RAT)	FGTS	TOTAL
LUCRO REAL	20,0 %	1,5%	1,0%	0,2%	2,5%	0,6%	1,0% a 3,0%	8,0%	34,80% a 36,80%
LUCRO PRESUMIDO	20,0 %	1,5%	1,0%	0,2%	2,5%	0,6%	1,0% a 3,0%	8,0%	34,80% a 36,80%
SIMPLES NACIONAL								8,0%	8,0%

## 5. DO PAGAMENTO

- 5.1. As faturas deverão corresponder à prestação dos serviços do mês de competência. A contratada deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, para que haja o acerto do faturamento; As faturas serão entregues na Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal Superior do Trabalho, e deverão estar acompanhadas da documentação descrita nos subitens subseqüentes:
- 5.1.1. Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante;
- 5.1.2. Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	59
--	--	------------------------------	----

operação e valor creditado;

5.1.2.1. Outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no subitem anterior;

5.1.2.2. Pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

5.1.3. Comprovante de pagamentos dos vales-alimentação e vales-transporte de todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços. Por ocasião da apresentação da primeira nota fiscal, a empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços;

5.1.3.1. A prova de pagamento dos vales-alimentação e vales-transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos.

5.1.4. Certidão Negativa de Débitos das Contribuições Previdenciárias, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

5.1.4.1. A não apresentação das certidões supramencionadas ensejarão a postergação do pagamento até a regularização da situação da empresa frente ao Fisco. A manutenção dessa condição, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993.

5.1.5. A Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação.

5.1.5.1. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

5.1.5.2. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – RE;


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	60
--	--	------------------------------	----

- 5.1.5.3. Cópia da Relação de Tomadores/Obras – RET;
- 5.1.5.4. Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP – Tomador/Obra;
- 5.1.5.5. Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;
- 5.1.5.6. Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP; e
- 5.1.5.7. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP.
- 5.1.5.8. 5.1.5.1 A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

- 5.2. O Tribunal, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.
- 5.3. Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional, no prazo de 10 dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal à Coordenadoria de Material e Logística. Quando houver ressalva no ateste dos serviços pela fiscalização, no que concerne a execução do objeto do contrato, e pela gestão do contrato, em relação às demais obrigações contratuais, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à contratada, até que sejam escoimados os vícios detectados.


## 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. A administração do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em caso fortuito, força maior ou qualquer outro motivo que atrase o cumprimento da obrigação, podendo, a seu critério, atribuir à responsabilidade de apurar os atos e fatos, comissivos ou omissivos, a uma comissão.
- 6.2. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.
- 6.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	61
--	--	------------------------------	----

vigente e não expressas neste Termo de Referência.

- 6.4. A CONTRATADA não será responsável por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior.
- 6.5. O CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 6.6. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica a CONTRATANTE ciente de que: “É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante;
  - 6.6.1 Conforme entendimento do Exmo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, manifestado nos autos administrativos nº 500.375/2009-9, a Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça aplica-se também aos eventuais ocupantes de função comissionada no âmbito do TST que direta ou indiretamente tenham poder de fiscalização ou gestão de contratos.
  - 6.6.2 A CONTRATADA deverá obter dos empregados declaração, por escrito, de que não se enquadram na vedação mencionada nos itens 6.6 e 6.6.1.


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	62
--	--	------------------------------	----

## ANEXO I

### UNIFORME

#### VIGILANTE E SUPERVISOR

Tipo	UNIDADE	Quantidade		Especificações	Justificativa
		Inicial	Semestral		
Terno	Unidade	02	02	Terno: estilo tipo paletó, com 02 (dois), 03 (três) ou 04 (quatro) botões. Tecido microfibra de boa qualidade: a) 73% viscose e 17% poliéster. ou b) 65% poliéster e 35% lã). Todos os tipos de ternos forrados internamente, inclusive a manga, em tecido cetim ou acetato, 02 (dois) ou 03 (três) botões na manga, 03 (três) bolsos internos, 03 (três) externos sendo 02 (dois) inferiores e 1 (um) superior esquerdo. Calça do terno modelo semi-bag, bolsos tipo faca, 02 (duas) ou 03 (três) pregas, cor preto (vigilante) e preto (supervisores).	Para identificação padronizada dos empregados, adequada ao ambiente de trabalho. Quantidade de acordo com a média de durabilidade.
Gravata	Unidade	02	02	Em tecido 100% poliéster ou 100% seda, cor preta, de boa qualidade.	
Camisa	Unidade	03	03	Estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cinza claro, de boa qualidade.	
Par de Sapatos	Par	01	01	Tipo social, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.	
Par de Meias	Par	03	03	Tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, cor preta, de boa qualidade.	
Cinto	Unidade	01	01	Tipo social, de couro e cor preta, de boa qualidade.	

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	63
--	--	------------------------------	----

## ANEXO II


### MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

#### 1) MATERIAL DE CONSUMO

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	JUSTIFICATIVA
Livros anotação de ocorrência, contendo 100 (cem) folhas pautadas cada	unidades	11	Para uso dos supervisores e vigilantes para anotações/registro de ocorrências, observações e/ou alterações diárias
Canetas esferográficas de boa qualidade	unidades	08	Para uso dos supervisores e vigilantes para anotações/registro de ocorrências, observações e/ou alterações diárias
Resma de papel A4, contendo 500 (quinhentas) folhas cada.	unidades	02	Para utilização dos supervisores na confecção de escalas, avisos e demais comunicados escritos necessários à coordenação das atividades.


#### 2) MATERIAL DE TRABALHO

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aparelho de radiocomunicação, níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo na transmissão que proporcione cobertura em todos os pontos extremos do Tribunal.</li> <li>- Led de medição de bateria, bateria principal, carregador de baterias independente, antena móvel, possibilidade de comunicação em grupo, microfone de lapela para os rádios transmissores, fone de ouvido.</li> </ul>	unidade	26	Para comunicação eficiente, rápida e simultânea entre os postos nos diversos andares, subsolo e área externa do Tribunal, com transmissão de instruções, ocorrências e/ou outras comunicações pertinentes ao serviço. A cobertura mencionada na descrição corresponde à área total construída de 96.000 m <sup>2</sup> , num terreno de 57.600 m <sup>2</sup> ; dimensões internas dos blocos A e B possuem a seguinte cobertura ao piso do subsolo: distância Vertical: 49 m / distância horizontal: 200 m / distância entre Lages (média de 20 cm de espessura de concreto): 5 m - correspondendo a 4 lances de escada de um pavimento para outro.
Bateria - reserva	unidade	26	Necessário, em razão do posto de trabalho não poder ficar sem comunicação, uma vez que é comum o esgotamento da carga no decorrer das atividades.
Lanternas Vigilight, ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de	unidade	11	Para uso dos vigilantes e supervisores nas rondas e vigilância das


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	64
--	--	------------------------------	----

55 w / Luz auxiliar - lâmpada de 5 watts, alça metálica para transporte manual e alça de nylon a tiracolo, Dimensões: 12,5cm x 18cm x 9,2cm (L x P x A), tensão do carregador: 110v / 220v, peso máximo de 3,6 Kg.			edificações.
Revólveres cal. 38, 6 tiros, municiados, com 6 munições reservas e porta-cartucho.	unidade	5	Para uso dos vigilantes armados, em seus respectivos postos de trabalho.
Coldre para os Revólveres cal. 38, interno, de cintura, com presilha ou passador de cinta, em couro.	unidade	5	Para uso dos vigilantes armados, em seus respectivos postos de trabalho.
Colete Balístico, modelo social, discreto, com proteção frontal, dorsal e lateral, Nível IIA, dentro das especificações, NIJ 0101.04 ou superior, com fibras de aramida e polietileno, ou com material semelhante com uma capa a mais cada.	unidade	5	Para uso dos vigilantes armados, em seus respectivos postos de trabalho.
Capa de chuva, plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor preta, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4 cm), tamanho extra grande.	unidade	10	Para deslocamentos entre postos de serviço externos.

### 3) ARMÁRIOS (ROUPEIROS)

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	JUSTIFICATIVA
<p>Roupeiros de aço, portas grandes, com pintura antiferrugem e total de compartimentos (portas) suficientes ao número de empregados, sendo um compartimento para cada, com fechadura (à chave) ou pitão para cadeado.</p> <p>Modelo ilustrativo:</p> 	Porta	58	Para possibilitar o abrigo dos uniformes de trabalho, bem assim os pertences pessoais dos empregados, tais como: roupas, bolsas, mochilas, livros etc., uma vez que não é permitido manter qualquer destes acessórios nos postos de trabalho.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	65
--	--	------------------------------	----

### ANEXO III

#### **CURSO DE RECICLAGEM** (Portaria nº 387/2006 - DG/DPF)

##### **1) CARGA HORÁRIA:**


A carga horária total do curso será de 30 (trinta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

##### **2) DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO:**

- a. Disciplinas curriculares: 28 h/a;
- b. Verificação de aprendizagem: 02 h/a;

##### **3) GRADE CURRICULAR:**

DISCIPLINA	OBJETIVO	CARGA HORÁRIA
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.</li> <li>Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.</li> <li>Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.</li> <li>Desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.</li> </ul>	18h/a
ARMAMENTO E TIRO (AT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de segurança privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.</li> <li>Realizar limpeza e conservação da arma.</li> <li>Praticar tiro.</li> </ul>	10h/a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	66
--	--	------------------------------	----


**ANEXO IV**  
**MULTAS, CONFORME INFRAÇÕES COMETIDAS E GRAU RESPECTIVO**

**TABELA 1**


<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% do valor mensal do Contrato
2	0,4% do valor mensal do Contrato
3	0,8% do valor mensal do Contrato
4	1,0% do valor mensal do Contrato
5	1,5% do valor mensal do Contrato
6	4,1% do valor mensal do Contrato

**TABELA 2**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais;	6	Por ocorrência
02	Suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	Por dia e por unidade de atendimento
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;	4	Por ocorrência
04	Retirar do Tribunal Superior do Trabalho quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	4	Por item e por ocorrência
05	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá;	2	Por empregado e por ocorrência
06	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato;	2	Por serviço e por dia
07	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante.	5	Por empregado e por dia
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
08	Fornecer os equipamentos relacionados neste Termo em perfeitas condições de uso;	4	Por item e por dia
09	Prestar manutenção aos equipamentos, e de zelar pelas instalações utilizadas do TST;	3	Por item e por dia
10	Manter em estoque o material de consumo discriminado neste Termo para consumo diário;	2	Por item e por dia
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários;	1	Por funcionário e por dia
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;	2	Por ocorrência
13	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente dentro do prazo estabelecido em	2	Por funcionário e por dia

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	67
--	--	------------------------------	----

	contrato;		
14	Entregar os salários, vales-transporte e/ou vales-refeição nas datas avençadas;	5	Por ocorrência e por dia
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por funcionário e por dia
16	Substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados;	3	Por equipamento e por dia
17	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos.	3	Por item e por dia
18	Fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los;	4	Por empregado e por ocorrência
19	Fornecer 2 (dois) uniformes para cada categoria, semestralmente;	2	Por funcionário e por dia
20	Cumprir dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas;	2	Por item e por ocorrência
21	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador;	3	Por item e por ocorrência
22	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada;	1	Por ocorrência
23	Não apresentar garantia contratual.	4	Por dia

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	68
--	--	------------------------------	----


## ANEXO V

### DA FORMAÇÃO DOS CUSTOS E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

#### 1. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- 1.1 A empresa proponente deverá apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, para cada Categoria Profissional, com as adaptações específicas de cada categoria, conforme modelo abaixo demonstrado;
- 1.2 Deverão, também, na ocasião, ser demonstrados, conforme modelo abaixo apresentado - Quadros 1 a 3, os custos relativos aos Insumos de Mão de Obra (Uniformes), e os relativos aos Insumos Diversos (Equipamentos e Materiais para execução dos Serviços), com a finalidade de constatação da exequibilidade do contrato diante dos preços praticados no mercado;
- 1.3 Os custos totais com Uniformes (Quadro 1) e Equipamentos (Quadros 2 e 3) deverão ser apresentados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, sua totalização – custo mensal por profissional;
- 1.4 A Vida Útil ou Consumo estabelecidos para o cálculo dos equipamentos e materiais – Quadros 1 a 3 – são INALTERÁVEIS, em atenção à isonomia entre as licitantes, considerando a estimativa de deterioração/consumo dos respectivos bens, com base em contratos anteriores do TST;
- 1.5 Os equipamentos e materiais relacionados nos Quadros 1 a 3, descritos neste Termo de Referência, deverão ser preferencialmente novos, na ocasião do início dos serviços, considerando a continuidade do contrato, de até 60 meses, conforme estabelecido na Lei;
- 1.6 No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, encargos sociais e Trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à execução do contrato;
- 1.7 Para fins de cálculo do Adicional Noturno dos Postos de Trabalho 12 X 36 aplicar 12% incidentes sobre o salário normativo, conforme disposto na Cláusula Décima da CCT 2009/2010 – SINDESV;
- 1.8 Os custos de Auxílio Alimentação, e outros benefícios, deverão ter como base as condições estabelecidas na última Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional;
- 1.9 Para cálculo do Vales Alimentação e Vales Transporte, para os postos de trabalho Vigilante 12 x 36, ficam estabelecidos 15 dias de trabalho/mês; para o posto de trabalho de Supervisor 44 horas, considerando a jornada de trabalho de Segunda a Sexta-Feira, ficam estabelecidos 21 dias de trabalho/mês, considerando a média mensal;
- 1.10 Em relação ao custo com transporte, deverá ser considerado o valor de R\$ 3,00 para o trecho equivalente ao de uma cidade satélite até a rodoviária, e de R\$ 1,50 da rodoviária até o TST. Deve-se observar, na ocasião da elaboração das propostas, se houve alteração dos valores informados, ajustando-os, se necessário;
- 1.11 Deverão ser observados os pisos salariais das respectivas categorias, firmados em acordo coletivo - CCT;
- 1.12 Não poderá constar nas Planilhas de Custos e Formação de Preços item relativo à “RESERVA TÉCNICA”, conforme determinação do TCU – acórdãos do Plenário do Tribunal de Contas da União: 645/2009; 727/2009 e 2.060/2009;
- 1.13 As empresas deverão contemplar em seus orçamentos todos os itens necessários à adequada realização dos serviços, mesmo que não estejam explicitados neste Termo de Referência, podendo inseri-los, com justificativa na apresentação das propostas;
- 1.14 A metodologia de apresentação dos preços dos serviços, objeto deste Termo de Referência, baseia-se nos moldes apresentados no Anexo III da IN 02/2008 – MPOG, com os devidos ajustes necessários;
- 1.15 Os modelos de Planilhas e Quadros no formato Excel, abaixo destacados, estarão disponíveis no link abaixo:

**<ftp://licitacao:publicolicitacao@ftp.tst.jus.br/Planilhas/Vigilancia/Vigilantes-Planilhas.xls>**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	69
--	--	------------------------------	----

## 2. DAS PLANILHAS DE FORMAÇÃO DOS CUSTOS DOS INSUMOS

### MODELOS

**QUADRO 1 - CUSTO ESTIMADO COM UNIFORMES (Insumo de Mão de Obra)**


Categoria	Descrição	Custo Unitário Estimado	Quantidade Fornecida por ano	DISTRIBUIÇÃO	Custo Anual Estimado por profissional	Custo Mensal Estimado por Profissional
BRIGADA E CHEFE DE BRIGADA	Terno	R\$ 0,00	4	2 peças por semestre	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Gravata	R\$ 0,00	4	2 peças por semestre	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Camisa	R\$ 0,00	6	3 peças por semestre	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Par de sapatos	R\$ 0,00	2	1 par por semestre	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Par de meias	R\$ 0,00	6	3 pares por semestre	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Cinto	R\$ 0,00	2	1 por semestre	R\$ 0,00	R\$ 0,00
					<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### NOTAS

1 - Preencher os campos em amarelo - Valor Unitário do Uniforme

2 - O resultado do Custo do Uniforme por Profissional deverá ser transportado para Planilha de Custos do Profissional - Insumos de Mão de Obra - UNIFORMES


3 - Quantidade fornecida, com parâmetros em contratos anteriores - INALTERÁVEL

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	70
--	--	------------------------------	----

Quadro 2 - MATERIAL DE TRABALHO E ROUPEIRO (Insumos Diversos) - ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/SIMILAR	UNIDADE	QUANTIDADE (1)	CUSTO UNITÁRIO (2)	CUSTO TOTAL	VIDA ÚTIL ESTIMADA DO OBJETO - MÊS (3)	CUSTO MENSAL ESTIMADO (4)
1	Aparelho de radiocomunicação, níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo na transmissão que proporcione cobertura em todos os pontos extremos do Tribunal - Led de medição de bateria, bateria principal, carregador de baterias independente, antena móvel, possibilidade de comunicação em grupo, microfone de lapela para os rádios transmissores, fone de ouvido.		Unid.	26	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
2	Bateria reserva		Unid.	26	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
3	Lanternas Vigilight, ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55 w / Luz auxiliar - lâmpada de 5 watts, alça metálica para transporte manual e alça de nylon a tiracolo. Dimensões: 12,5cm x 18cm x 9,2cm (L x P x A), tensão do carregador: 110v / 220v, peso máximo de 3,6 Kg.		Unid.	11	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
4	Revólveres cal. 38, 6 tiros, com carregador reserva, ambos municiados.		Unid.	5	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
5	Coldre para os Revólveres cal. 38, interno, de cintura, com presilha ou passador de cinta, em cordura, modelo panqueca.		Unid.	5	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
6	Colete Balístico, modelo social, discreto, com proteção frontal, dorsal e lateral, Nível IIA, dentro das especificações, NIJ 0101.04 ou superior, com fibras de aramida e polietileno, ou com material semelhante com uma capa a mais cada.		Unid.	5	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
7	Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor preta, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4 cm), tamanho extra grande.		Unid.	10	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
8	Roupeiros de aço, portas grandes, com pintura antiferrugem e total de compartimentos (portas) suficientes ao número de empregados, sendo um compartimento para cada, com fechadura (à chave) ou pitão para cadeado. (INFORMAR O VALOR UNITÁRIO POR PORTA - Custo Total / nº de Portas		Portas	58	R\$ -	R\$ -	60	R\$ -
CUSTO MENSAL - MATERIAIS DE TRABALHO E ROUPEIRO					ESTIMATIVA DE GASTO TOTAL MÊS		R\$	-
					RATEIO MÃO DE OBRA CONTRATADA	Nº PROFISSIONAIS	58	
						CUSTO MENSAL POR PROFISSIONAL (5)	R\$	-

#### NOTAS

1 - Quantidade fornecida, com parâmetros em contratos anteriores - INALTERÁVEL.


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	71
--	--	------------------------------	----

2 - Valor Unitário do material;

3 - Vida Útil/Consumo estimada com base em contratos anteriores - INALTERÁVEL

4 - Custo Total dividido pelo nº estimado de vida útil/consumo do objeto.

5- O resultado do "**Custo Mensal por Profissional**" deverá ser transportado para o Quadro 5 - TOTALIZAÇÃO DOS INSUMOS DIVERSOS

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	72
--	--	------------------------------	----

QUADRO 3 - MATERIAL DE CONSUMO (Insumos Diversos) - ESTIMATIVA DE CONSUMO MENSAL								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/SIMILAR	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL(1)	CUSTO UNITÁRIO (2)	CUSTO TOTAL	TEMPO PREVISTO PARA UTILIZAÇÃO - MÊS (3)	CUSTO MENSAL ESTIMADO (4)
1	Livros anotação de ocorrência, contendo 100 (cem) folhas pautadas cada		Unid.	11	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
2	Canetas esferográficas de boa qualidade		Unid.	8	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Resma de papel A4		Unid.	2	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
ESTIMATIVA DE GASTO TOTAL MÊS								R\$ -
							Nº PROFISSIONAIS	58
							CUSTO MENSAL POR PROFISSIONAL (5)	R\$ -

#### NOTAS

1- Quantidade fornecida, com parâmetros em contratos anteriores


2 - Valor Unitário do material;

3 - Vida Útil/Consumo estimada com base em contratos anteriores - INALTERÁVEL

4 - Custo Total dividido pelo nº estimado de vida útil/consumo do objeto.

5- O resultado do "**Custo Mensal por Profissional**" deverá ser transportado para o Quadro 5 - TOTALIZAÇÃO DOS INSUMOS DIVERSOS




	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	73
--	--	------------------------------	----

Quadro 4 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - DEPRECIAÇÃO E MANUTENÇÃO - INSUMOS DIVERSOS							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/SIMILAR	QUANTIDADE ESTIMADA	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO	CUSTO TOTAL	VIDA ÚTIL ESTIMADA (MESES) INALTERÁVEL	CUSTO TOTAL MENSAL/EQUIP DEPRECIAÇÃO
1	Relógio de Controle de Ponto Biométrico (impressão digital)		2		R\$ -	60	R\$ -
CUSTO TOTAL MÊS - DEPRECIAÇÃO (valor a ser recebido mês a mês)							R\$ 0,00
CUSTO ESTIMADO COM MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OUTROS CUSTOS (especificar)							
CUSTO TOTAL MENSAL							R\$ 0,00
RATEIO MÃO DE OBRA CONTRATADA					TOTAL DE PROFISSIONAIS	58	
					CUSTO MENSAL POR PROFISSIONAL	R\$ -	

#### NOTAS

- 1 - Preencher os campos em amarelo - Marca e Modelo do Equipamento, Valor Unitário do material, Custo Estimado com manutenção;
- 2 - O resultado do "**Custo Mensal por Profissional**" será transportado para a Planilha de Custos das Categorias Profissionais - Insumos Diversos - EQUIPAMENTOS;
- 2 - Vida Útil Estimada com base em contratos anteriores e características do objeto - INALTERÁVEL;
- 3 - O resultado do "**Custo Mensal por Profissional**" deverá ser transportado para o Quadro 5 - TOTALIZAÇÃO DOS INSUMOS DIVERSOS

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	74
--	--	------------------------------	----


Quadro 5 - TOTALIZAÇÃO DOS INSUMOS DIVERSOS (2, 3 e 4)

2	MATERIAL DE TRABALHO E ROUPEIRO	R\$ -
3	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ -
4	EQUIPAMENTOS	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>CUSTO POR PROFISSIONAL</b>	<b>R\$ -</b>

Valor a ser informado na Planilha de Custos de cada Profissional

Nota:

1 - Conforme acima demonstrado, o Custo Mensal Total dos Insumos Diversos deverá ser rateado entre os funcionários para execução dos trabalhos. Tal resultado deverá ser transportado para a Planilha de Custos e Formação de Preços de cada categoria.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	75
--	--	------------------------------	----

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MODELO

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui --->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

#### MÃO DE OBRA

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

1	Tipo de Categoria Profissional	Quantidade
	Vigilância Armada – 12 horas noturnas – 12x36	10

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$	510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Armada – 12 horas noturnas – 12x36	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		

Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno - CCT 10ª	12,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>112,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	15	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	15	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

\*\* Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	76
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGOS SOCIAL			-
Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)			
01 - INSS	33,80%		
02 - SESI ou SESC	20,00%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	-
04 - INCRA	1,00%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,20%	R\$	-
06 - FGTS	2,50%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	8,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":			
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":			
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	1,94%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":			
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -	36,40%	-
------------------------------	--------	---

VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra): -

RESERVA TÉCNICA		NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos			
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços			
Item	Descrição		R\$
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)	R\$	-
3	Outros (Especificar)	R\$	-
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS			-

QUADRO 5

TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):	-
---	---

**Módulo: Demais componentes**

	Demais Componentes	%	Valor
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	Total de Demais Componentes	0,00%	-

TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):	-
---	---

**Módulo: Tributos**

BASE DE CÁLCULO (P1) R\$ -

INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL >


	Tributos	%	Valor
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)		
	PIS	0,00%	-
	COFINS	0,00%	-
	ISSQN	0,00%	-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%	-
	Total de Tributos + CPP	0,00%	-

Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	77
--	--	------------------------------	----


**Quadros-resumo**

**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		<b>-</b>
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		<b>-</b>

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	<b>Valor mensal do serviço (preço do profissional)</b>	<b>-</b>
	Vigilância Armada – 12 horas noturnas – 12x36	

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	78
--	--	------------------------------	----

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST**  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui --->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

**MÃO DE OBRA**

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

1	Tipo de Categoria Profissional	Quantidade
	Vigilância Armada – 12 horas diurnas – Escala 12x36	10

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$ 510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Armada – 12 horas diurnas – Escala 12x36
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

*Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.*


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno	0,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>100,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	15	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	15	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

*Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).*

**\*\* Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.**

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	79
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

**VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGOS SOCIAL**

Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)	33,80%		-
01 - INSS	20,00%	R\$	-
02 - SESI ou SESC	1,50%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	-
04 - INCRA	0,20%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	-
06 - FGTS	8,00%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":	0,00%		
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":	1,94%		
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	0,00%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":	0,00%		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":	0,66%		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-

<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>36,40%</b>		<b>-</b>
-------------------------------------	---------------	--	----------

**VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra):**

RESERVA TÉCNICA			NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos				
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços				
Item	Descrição			R\$
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)			R\$ -
3	Outros (Especificar)			R\$ -
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS				-

QUADRO 5

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Demais componentes**

	<b>Demais Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	<b>Total de Demais Componentes</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Tributos**

BASE DE CÁLCULO (P1) R\$ -

**INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL >**


	<b>Tributos</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)		
	PIS	0,00%	-
	COFINS	0,00%	-
	ISSQN	0,00%	-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%	-
	<b>Total de Tributos + CPP</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	80
--	--	------------------------------	----

**Quadros-resumo**

**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**


I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		-
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		-

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	<b>Valor mensal do serviço (preço do profissional)</b>	-

Vigilância Armada – 12 horas diurnas – Escala 12x36



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	81
--	--	------------------------------	----

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST**  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui ---->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

**MÃO DE OBRA**

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

1	Tipo de Categoria Profissional	Quantidade
	Vigilância Desarmada – 12 horas noturnas – 12x36	10

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$	510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Desarmada – 12 horas noturnas – 12x36	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		

*Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.*


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno - CCT 10ª	12,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>112,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	15	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	15	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

*Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).*

**\*\*** Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	82
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

<b>VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGOS SOCIAL</b>			-
Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)	33,80%		
01 - INSS	20,00%	R\$	-
02 - SESI ou SESC	1,50%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	-
04 - INCRA	0,20%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	-
06 - FGTS	8,00%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":	0,00%		
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":	1,94%		
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	0,00%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":	0,00%		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":	0,66%		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-
<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>36,40%</b>		<b>-</b>

**VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra):**

QUADRO 5

RESERVA TÉCNICA		NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos			
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços			
Item	Descrição		R\$
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)		R\$ -
3	Outros (Especificar)		R\$ -
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS			-

**TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):**

**Módulo: Demais componentes**

	<b>Demais Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	<b>Total de Demais Componentes</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

**TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):**


Módulo: Tributos		BASE DE CÁLCULO (P1)	R\$	-
INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL >				
	Tributos	%	Valor	
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)			
	PIS	0,00%		-
	COFINS	0,00%		-
	ISSQN	0,00%		-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%		-
	Total de Tributos + CPP	0,00%		

Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	83
--	--	------------------------------	----


**Quadros-resumo**

**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		-
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		-

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	<b>Valor mensal do serviço (preço do profissional)</b>	-
	Vigilância Desarmada – 12 horas noturnas – 12x36	

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	84
--	--	------------------------------	----

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST**  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui --->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

**MÃO DE OBRA**

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

1	Tipo de Categoria Profissional	Quantidade
	Vigilância Desarmada – 12 horas diurnas – Escala 12x36	12

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$ 510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Desarmada – 12 horas diurnas – Escala 12x36
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

*Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.*


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno	0,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>100,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	15	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	15	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

*Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).*

**\*\*** Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	85
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

**VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGOS SOCIAL**

Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)	33,80%		-
01 - INSS	20,00%	R\$	-
02 - SESI ou SESC	1,50%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	-
04 - INCRA	0,20%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	-
06 - FGTS	8,00%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":	0,00%		-
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":	1,94%		-
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	0,00%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":	0,00%		-
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":	0,66%		-
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-

<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>36,40%</b>	<b>-</b>
-------------------------------------	---------------	----------

**VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra):**

RESERVA TÉCNICA		NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos			
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços			
Item	Descrição	R\$	
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)	R\$	-
3	Outros (Especificar)	R\$	-
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS			-

QUADRO 5

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Demais componentes**

	<b>Demais Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	<b>Total de Demais Componentes</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Tributos**

BASE DE CÁLCULO (P1)

R\$

-

**INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL >**


	<b>Tributos</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)		
	PIS	0,00%	-
	COFINS	0,00%	-
	ISSQN	0,00%	-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%	-
	<b>Total de Tributos + CPP</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	86
--	--	------------------------------	----

**Quadros-resumo**


**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		-
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		-

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	<b>Valor mensal do serviço (preço do profissional)</b>	-

Vigilância Desarmada – 12 horas diurnas – Escala 12x36

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	87
--	--	------------------------------	----

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST**  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui --->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

**MÃO DE OBRA**

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

1	Tipo de Categoria Profissional	Quantidade
	Vigilância Desarmada – 44 horas semanais	12

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$ 510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilância Desarmada – 44 horas semanais
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

*Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.*


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno	0,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>100,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	21	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	21	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS ( ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

*Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).*

**\*\*** Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	88
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

<b>VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGOS SOCIAL</b>			-
Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)	33,80%		
01 - INSS	20,00%	R\$	-
02 - SESI ou SESC	1,50%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	-
04 - INCRA	0,20%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	-
06 - FGTS	8,00%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":	0,00%		
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":	1,94%		
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	0,00%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":	0,00%		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":	0,66%		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-
<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>36,40%</b>		<b>-</b>

**VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra):**

QUADRO 5

RESERVA TÉCNICA		NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos			
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços			
Item	Descrição		R\$
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)		R\$ -
3	Outros (Especificar)		R\$ -
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS			-

**TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):**

**Módulo: Demais componentes**

	<b>Demais Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	<b>Total de Demais Componentes</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

**TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):**

Módulo: Tributos		BASE DE CÁLCULO (P1)	R\$	-
INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL >				
	Tributos	%	Valor	
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)			
	PIS	0,00%		-
	COFINS	0,00%		-
	ISSQN	0,00%		-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%		-
	Total de Tributos + CPP	0,00%		


Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	89
--	--	------------------------------	----


**Quadros-resumo**

**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		-
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		-

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	<b>Valor mensal do serviço (preço do profissional)</b>	-
	Vigilância Desarmada – 44 horas semanais	

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	90
--	--	------------------------------	----

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST**  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui --->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

**MÃO DE OBRA**

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

<b>1</b>	<b>Tipo de Categoria Profissional</b>	<b>Quantidade</b>
	Supervisão – 12 horas noturnas – Escala 12x36	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$	510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Supervisão – 12 horas noturnas – Escala 12x36	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		

*Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.*


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno - CCT 10ª	12,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>112,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	15	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	15	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS ( ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

*Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).*

**\*\*** Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	91
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

**VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGO SOCIAL**

Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)	33,80%		-
01 - INSS	20,00%	R\$	-
02 - SESI ou SESC	1,50%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	-
04 - INCRA	0,20%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	-
06 - FGTS	8,00%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":	0,00%		-
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":	1,94%		-
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	0,00%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":	0,00%		-
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":	0,66%		-
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-

<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>36,40%</b>	<b>-</b>
-------------------------------------	---------------	----------

**VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra):**

RESERVA TÉCNICA		NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos			
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços			
Item	Descrição		R\$
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)		R\$ -
3	Outros (Especificar)		R\$ -
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS			-

QUADRO 5

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Demais componentes**

	<b>Demais Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	<b>Total de Demais Componentes</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Tributos**


<b>INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL &gt;</b>		<b>BASE DE CÁLCULO (P1)</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
	<b>Tributos</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)			
	PIS	0,00%		-
	COFINS	0,00%		-
	ISSQN	0,00%		-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%		-
	<b>Total de Tributos + CPP</b>	<b>0,00%</b>		<b>-</b>

Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	92
--	--	------------------------------	----

**Quadros-resumo**


**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		-
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		-

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	Valor mensal do serviço (preço do profissional)	-

Supervisão – 12 horas noturnas – Escala 12x36

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	93
--	--	------------------------------	----

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST**  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
Nº Processo		
Pregão nº		
1	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
2	LUCRO REAL; LUCRO PRESUMIDO; OPTANTE SIMPLES NACIONAL Responda aqui --->	
<b>IMPORTANTE:</b>	As alíquotas dos Encargos Sociais, e dos Tributos, deverão, necessariamente, refletir o Regime de Tributação da empresa, devendo-se em todas as situações excluir o IR e a CSLL dos Tributos (Acórdão TCU N° 950/2007).	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA
E	Unidade de medida	POSTOS DE SERVIÇO
F	Quantidade <i>(total)</i> a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	12 meses

**MÃO DE OBRA**

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL

1	Tipo de Categoria Profissional	Quantidade
	Supervisão – 12 horas diurnas – Escala 12x36	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

2	Salário mínimo oficial vigente	R\$	510,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Supervisão – 12 horas diurnas – Escala 12x36	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		

*Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.*


I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário (observar o mínimo estabelecido na última CCT)	100,00%	-
B	Adicional Noturno	0,00%	-
	<b>Total de Remuneração</b>	<b>100,00%</b>	-

II	Insumos de Mão-de-obra(*)	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
A *	Transporte	15	-
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-6%	R\$ -
B	Auxílio alimentação (observar CCT)	15	-
C	Uniformes (buscar valor no Quadro 1)		R\$ -
D	Equipamentos (EPI e Outros - de Uso Pessoal)		R\$ -
E	Assistência médica (Assistência Médica e Odontológica) - CCT 15ª - Cotar R\$ 42,00		R\$ -
F	Seguro de vida - CCT 16ª		R\$ -
G	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem - CCT 17ª		R\$ -
H	Fundo Social e Odontológico - CCT 18ª - Cotar R\$ 6,00		R\$ -
I	Fundo para Indenização - CCT 11ª - Cotar R\$ 10,00		R\$ -
J	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$ -
	<b>Total de Insumos de Mão-de-obra</b>		R\$ -

*Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).*

**\*\*** Todos os Custos deverão, necessariamente, refletir em benefícios aos funcionários - Informar somente se houver.

Quadro 1

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	94
--	--	------------------------------	----

**Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas**

<b>VALOR BASE PARA CÁLCULO DE CADA ENCARGO SOCIAL</b>			-
Grupo "A": (Se Optante pelo Simples Nacional, informar somente os itens devidos)	33,80%		
01 - INSS	20,00%	R\$	-
02 - SESI ou SESC	1,50%	R\$	-
03 - SENAI ou SENAC	1,00%	R\$	-
04 - INCRA	0,20%	R\$	-
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	-
06 - FGTS	8,00%	R\$	-
07 - seguro acidente do trabalho - (Decreto 3.048/99 e alterações)	0,00%	R\$	-
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	-
Grupo "B":	0,00%		
09 - férias e abono de férias	0,00%	R\$	-
10 - auxílio doença	0,00%	R\$	-
11 - licença maternidade/paternidade	0,00%	R\$	-
13 - faltas legais	0,00%	R\$	-
14 - acidente de trabalho	0,00%	R\$	-
15 - aviso prévio	0,00%	R\$	-
16 - 13º salário	0,00%	R\$	-
Grupo "C":	1,94%		
17 - aviso prévio indenizado	1,94%	R\$	-
18 - indenização adicional	0,00%	R\$	-
19 - indenização (rescisões sem justa causa)	0,00%	R\$	-
Grupo "D":	0,00%		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	0,00%	R\$	-
Grupo "E":	0,66%		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,66%	R\$	-
<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>36,40%</b>		<b>-</b>

**VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra):**

-

RESERVA TÉCNICA		NÃO COTAR - DECISÃO TCU AC.2.060/09 e outras	
Demais Custos			
INSUMOS DIVERSOS - Relativos à execução dos Serviços			
Item	Descrição		R\$
2	Equipamentos/Materiais (Depreciação/Consumo) (soma dos resultados Qd 2-3)		R\$ -
3	Outros (Especificar)		R\$ -
VALOR DOS INSUMOS DIVERSOS			-

QUADRO 5

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Demais componentes**

	<b>Demais Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Despesas Operacionais/administrativas	0,00%	-
B	Lucro	0,00%	-
	<b>Total de Demais Componentes</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

<b>TOTAL (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos de Mão de Obra + Insumos Diversos + Desp.Op):</b>	<b>-</b>
--	----------

**Módulo: Tributos**

BASE DE CÁLCULO (P1) R\$ -

**INFORMAR REGIME TRIBUTÁRIO: LUCRO PRESUMIDO, LUCRO REAL, OU SIMPLES NACIONAL >**


	<b>Tributos</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)		
	PIS	0,00%	-
	COFINS	0,00%	-
	ISSQN	0,00%	-
	CPP - Contribuição Previdenciária Patronal - LC 123/2006 - anexo 3	0,00%	-
	<b>Total de Tributos + CPP</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>

Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

1,00000000

Nota 2 - Ajustar conforme regime tributário - Se optante pelo Simples Nacional, ver anexos da LC 123/2006 SRF. Excluir IR e CSLL

Nota 3: O campo referente à Contribuição Previdenciária Patronal somente deverá ser preenchido se a proponente for optante pelo Simples Nacional.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	95
--	--	------------------------------	----

**Quadros-resumo**

**Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra**

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
A	Remuneração		R\$ -
B	Encargos sociais	36,40%	R\$ -
C	Insumos de mão-de-obra		R\$ -
D	<b>Subtotal</b>		-
	<b>Total de Mão-de-obra</b>		-

**Quadro-resumo do Valor Mensal do Profissional**

	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
Unid / Elementos		Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.) (QUADRO 5)	- QUADRO 5
C	Demais componentes	-
D	Tributos	-
E	<b>Valor mensal do serviço (preço do profissional)</b>	-
	Supervisão – 12 horas diurnas – Escala 12x36	

ELABORAR UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL.

**Notas:**

- **Não poderá constar** nas Planilhas de Custos e Formação de Preços item relativo à “**RESERVA TÉCNICA**”, conforme determinação do TCU – acórdãos do Plenário do Tribunal de Contas da União: 645/2009; 727/2009 e 2.060/2009.


- DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO - REFLEXOS NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1 - As Alíquotas referentes aos Encargos Sociais, e Tributos, deverão, necessariamente, ser compatíveis com o regime tributário da empresa – Lucro Real – Lucro Presumido – Simples Nacional, conforme legislação pertinente;

2 - Não poderão ser computadas as alíquotas referentes ao Imposto de Renda e CSLL em qualquer regime de tributação, acima descrito, conforme Decisão do TCU nº 950/2007;

3 - Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, deverão ser informadas as respectivas alíquotas estabelecidas nos anexos da Lei Complementar nº 123/2006, da Secretaria da Receita Federal, conforme faixa de Receita Bruta nos últimos 12 meses, excluindo-se os percentuais referentes ao Imposto de Renda e CSLL da Alíquota Total.

4 – A provisão referente ao Aviso Prévio indenizado, deverá montar ao final do exercício 23,33% da remuneração do profissional, devendo, portanto, no item 17 do grupo “C” ser considerado o percentual mínimo de 1,94%, em atendimento à Norma do TST, anexa ao Edital.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	96
--	--	------------------------------	----

#### QUADRO RESUMO – TOTALIZAÇÃO

Quadro Resumo - PREÇO MENSAL DO SERVIÇO							
Item	Categoria Profissional	(A) Quantidade de Postos	(B) Quantidade de Profissionais por Posto	(C) Total de Profissionais	(D) Preço do Profissional	(E) Preço Unitário do Posto de Trabalho (DxB)	(F) Valor Total por Postos de Trabalho (e X a)
1	Vigilância Armada – 12 horas noturnas – 12x36	5	2	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	Vigilância Armada – 12 horas diurnas – Escala 12x36	5	2	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	Vigilância Desarmada – 12 horas noturnas – 12x36	5	2	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	Vigilância Desarmada – 12 horas diurnas – Escala 12x36	6	2	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	Vigilância Desarmada – 44 horas semanais	12	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	Supervisão – 12 horas noturnas – Escala 12x36	1	2	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7	Supervisão – 12 horas diurnas – Escala 12x36	1	2	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		35		58		<b>PREÇO MENSAL DO SERVIÇO</b>	R\$ -

Obs.: Os preços ofertados pelo licitante referem-se ao valor total por postos de trabalho - Coluna F

- ELABORAR UMA PLANILHA PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL.

- TODAS AS TABELAS (MODELOS) PODERÃO SER RETIRADAS NO LINK ABAIXO:

<ftp://licitacao:publiclicitacao@ftp.tst.jus.br/Planilhas/Vigilancia/Vigilantes-Planilhas.xls>



## **ANEXO VI**

### **RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ – RETENÇÃO DAS PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS**

#### **RESOLUÇÃO N.º 98 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.**

Dispõe as provisões de encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública, na prática de atos administrativos, nos termos do disposto no artigo 14 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, observar os princípios da racionalidade e da economicidade;


CONSIDERANDO a responsabilidade subsidiária dos Tribunais, no caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada para prestar serviços terceirizados, de forma contínua, mediante locação de mão-de-obra, conforme a jurisprudência dos Tribunais trabalhistas;

CONSIDERANDO que os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas são pagos mensalmente à empresa, a título de reserva, para utilização nas situações previstas em lei;

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º Determinar que as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, a serem pagas pelos Tribunais e Conselhos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

Parágrafo único. Os depósitos de que trata o caput deste artigo devem ser efetivados em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal ou Conselho contratante.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	2
--	--	------------------------------	---

Art. 2º A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - serão providenciadas pelo setor de administração do respectivo Tribunal ou Conselho.

Art. 3º Os depósitos de que trata o artigo 1º desta Resolução serão efetuados, com o acréscimo do Lucro proposto pela contratada.

Art. 4º O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação:

- I - 13º salário;
- II - Férias e Abono de Férias;
- III - Impacto sobre férias e 13º salário;
- IV - multa do FGTS.

Parágrafo único: Os valores provisionados para o atendimento deste artigo serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

Art. 5º Os Tribunais ou Conselhos deverão firmar acordo de cooperação com banco público oficial, que terá efeito subsidiário à presente Resolução, determinando os termos para a abertura da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação. (ANEXO II)


Art. 6º A assinatura do contrato de prestação de serviços entre os Tribunais ou Conselhos e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

I - solicitação pelo Tribunal ou Conselho contratante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação -, no nome da empresa, conforme disposto no artigo 1º desta Resolução (ANEXOS III, IV, V, VI, VIII e IX);

II - assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ou Conselho ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização. (ANEXO VII)

Art. 7º Os saldos da conta vinculada - bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Art. 8º Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no artigo 4º, depositados na conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	3
--	--	------------------------------	---

Art. 9º No âmbito dos Tribunais ou Conselhos, o setor de controle interno ou setor financeiro é competente para definir, inicialmente, os percentuais a serem aplicados para os descontos e depósitos, cabendo ao setor de execução orçamentária ou ao setor financeiro conferir a aplicação sobre as folhas de salário mensais das empresas e realizar as demais verificações pertinentes.

Art. 10 Os editais referentes às contratações de empresas para prestação de serviços contínuos aos Tribunais ou Conselhos, deverão conter expressamente o disposto no artigo 8º desta Resolução, bem como a obrigatoriedade de observância de todos os seus termos.

Art. 11 A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal ou Conselho para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados pelo Tribunal ou Conselho, ocorridas durante a vigência do contrato.

§ 1º Para a liberação dos recursos da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - a empresa deverá apresentar à unidade de controle interno ou setor financeiro os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas.


§ 2º Os Tribunais ou Conselhos, por meio dos setores competentes, expedirão, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos pela unidade de auditoria, a autorização de que trata o caput deste artigo, que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

§ 3º A empresa deverá apresentar ao Tribunal ou Conselho, no prazo máximo de três dias, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação.

Art. 12 O saldo total da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.


Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Gilmar Mendes

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	4
--	--	------------------------------	---

**ANEXO I (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS								
Item	Risco Acidente do Trabalho						SIMPLES	
	1%		2%		3%			
GRUPO A	34,80		35,80		36,80		28,00	
TÍTULO	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
13º SALÁRIO	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33
FÉRIAS	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33
ABONO DE FÉRIAS	2,98	2,78	2,98	2,78	2,98	2,78	2,98	2,78
SUBTOTAL	20,84	19,44	20,84	19,44	20,84	19,44	20,84	19,44
INCIDÊNCIA GRUPO A	7,25	6,77	7,46	6,96	7,67	7,16	5,84	5,44
MULTA FGTS	4,35	4,30	4,35	4,30	4,35	4,30	4,35	4,30
A CONTINGENCIAR	32,44	30,51	32,65	30,71	32,86	30,90	31,03	29,19

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	5
--	--	------------------------------	---

## ANEXO II (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)

### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 07/2008


#### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL JUSTIÇA OU CONSELHO E O BANCO OFICIAL XXX S.A.

O TRIBUNAL XXXXX, sediado na xxxxxx, Anexo I do Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF, CNPJ xxxxx, doravante denominado xxxx, sediado na neste ato representado pelo seu XXXXXXXXXXXX, NNNNNNNNN, RG nnnnnnnn SSP/UG e CPF 000.000.000-00, no uso das atribuições, conferidas pela Portaria nº nnn, de dd de mmmmm de 200x, e, de outro lado, o **BANCO xxxxx S/A**, com sede no Endereço, Cidade/UF, CNPJ nº 000.000.000/0001-0001, daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato representado pelo seu **GERENTE**, o Senhor xxxxxxxxxxx xxxxxxxx xxxxxxxx, portadora da Carteira de Identidade n.º nn.nnnn SSP/UG, CPF nº 000.000.000-00, têm justo e acordado celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para a prestação dos serviços de abertura automatizada de contas específicas destinadas a abrigar os recursos captados relativos a execução dos Encargos Trabalhistas da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

#### DAS DEFINIÇÕES

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

- I. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho;
- II. **Proponente** – pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o **CNJ**;
- III. **Encargos** – custos relativos às obrigações trabalhistas devidos quando da demissão de funcionário contratado pela empresa e a serviço do **Tribunal xxx**;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	6
--	--	------------------------------	---

**IV. Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada** – Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada aberta em nome dos Proponentes de cada Contrato firmado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos de provisão para encargos trabalhistas de demissão de funcionários;

**V. Usuário(s)** – servidor(es) do **Tribunal ou Conselho**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos, do **BANCO**, Auto Atendimento Setor Público, doravante denominado simplesmente **AASP** e Repasse de Recursos de Projetos de Governo, doravante denominado simplesmente **RPG**.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente instrumento tem por objetivo regulamentar a prestação, pelo **BANCO**, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, bem como viabilizar o acesso do **Tribunal ou Conselho** aos saldos e extratos das contas abertas.


## DOS PROCEDIMENTOS

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para a consecução do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica serão adotados os seguintes procedimentos:

- I.** Para cada Contrato será aberta uma conta-corrente específica em nome do Proponente do Contrato;
- II.** A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos de provisão para demissão de empregados, pagos aos Proponentes dos Contratos e será denominada Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada;
- III.** A movimentação dos recursos na Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada será providenciada exclusivamente à ordem do **Tribunal ou Conselho**;
- IV.** Será facultada ao **Tribunal ou Conselho** a movimentação de recursos da Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada para a Conta Única do Tesouro Nacional.

## DO FLUXO OPERACIONAL

**CLÁUSULA QUARTA** – A abertura, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	7
--	--	------------------------------	---

I. **TRIBUNAL OU CONSELHO** firma o Contrato com os Proponentes;

II. **TRIBUNAL OU CONSELHO** envia ao **BANCO**, por intermédio do Aplicativo Auto-Atendimento Setor Público ou outro sistema que venha a substituí-lo, arquivo em meio magnético, em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes para abertura das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas em nome dos Proponentes que tiveram Contratos firmados;

III. **BANCO** recebe arquivo transmitido pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** e abre Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas, em nome do Proponente para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências do **BANCO** no território nacional;

IV. **BANCO** envia ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** arquivo retorno em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo os números das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas abertas em nome dos Proponentes, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos;

V. **TRIBUNAL OU CONSELHO**, excepcionalmente, envia Ofício, na forma do Anexo I do presente instrumento, à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, solicitando a abertura manual das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;

VI. **BANCO** informa ao **TRIBUNAL OU CONSELHO**, na forma do Anexo II do presente instrumento, o número da Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada aberta em caráter de excepcionalidade;

VII. **TRIBUNAL OU CONSELHO** credita recursos, a título de provisão, nas Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas abertas e mantidas exclusivamente nas agências do **BANCO**, mediante emissão de Ordem Bancária do Tesouro – OB, tipo 26, finalidade especificamente criada;

VIII. **TRIBUNAL OU CONSELHO** solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo III do presente Instrumento;


IX. **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira nas Contas Correntes (Bloqueadas) vinculadas efetuada pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** confirmando através de Ofício, nos moldes do Anexo IV, deste Instrumento;

X. **BANCO** disponibiliza ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos das Contas Correntes (Bloqueadas) vinculadas.

**CLÁUSULA QUINTA** – O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

I. O acesso às Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, formalizada pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de regularização das contas junto às agências do **BANCO**;

II. Os recursos depositados nas Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas serão aplicados automaticamente, pelo **BANCO**, em caderneta de poupança, sendo remunerados mensalmente pela Taxa

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	8
--	--	------------------------------	---


Referencial – TR – acrescido de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou outro índice que venha a ser utilizado para cálculo dos rendimentos em caderneta de poupança;

## DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO CNJ

**CLÁUSULA SEXTA – Ao TRIBUNAL OU CONSELHO compete:**

- I. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do AASP, onde está estabelecido o vínculo jurídico como o **BANCO**, para amparar a utilização do aplicativo;
- II. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VI pó presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) representantes para os quais o **BANCO** atribuirá poderes de administradores dentro do AASP que além de poderem efetuar consultas aos saldos e estratos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas, terão a faculdade de criar tantas quantas chaves de usuários, com poderes apenas de consulta, no âmbito do RPG, forem necessárias para consultarem os saldos e extratos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- III. Remeter ao **BANCO** arquivos em leiaute específico acordado entre os Partícipes, solicitando a abertura das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- IV. Remeter Ofícios à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, solicitando, excepcionalmente, a abertura, em casos de Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas em nome dos Proponentes;
- V. Remeter Ofícios à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VI. Comunicar aos Proponentes, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas, orientando-os a comparecer à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, para providenciar sua regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, para que o **TRIBUNAL OU CONSELHO** possa ter acesso aos seus saldos e estratos bem como solicitar movimentações financeiras;
- VII. Prover os ajustes técnicos em sua “conexão” para possibilitar o acesso ao AASP bem como ao aplicativo RPG, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VIII. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **Banco** por meio do módulo RPG, no aplicativo AASP;
- IX. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações do AASP e do RPG;
- X. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso ao AASP e ao RPG;
- XI. Assumir como se sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos seus representantes legais devidamente cadastrados no AASP e no RPG,



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	9
--	--	------------------------------	---

cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;

**XII.** Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;

**XIII.** Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão ao AASP e ao RPG, em especial, no que concerne à segurança das informações;


**XIV.** Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão ao AASP e ao RPG; e

**XV.** Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações do AASP e do RPG colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **TRIBUNAL OU CONSELHO** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.

## DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

**CLÁUSULA SÉTIMA –** Ao **BANCO** compete:

- I.** Disponibilizar o AASP e o RPG ao **TRIBUNAL OU CONSELHO**;
- II.** Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, apara utilização na primeira conexão ao AASP e ao RPG, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
- III.** Informar ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio do AASP e do RPG;
- IV.** Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento;
- V.** Processar os arquivos remetidos pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** destinados a abrir Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VI.** Gerar e encaminhar, via AASP, os arquivos retorno do resultado das aberturas das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VII.** Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento; e;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	10
--	--	------------------------------	----

**VIII.** Informar ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

#### **DO ACOMPANHAMENTO**

**CLÁUSULA OITAVA** – as partes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

#### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**CLÁUSULA NONA** – Este Acordo de Cooperação Técnica não aplica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

#### **DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Este Acordo Cooperação Técnica terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, por conveniência das partes, exceto se houver manifestação expressa em contrário, nos termos da lei.


#### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial XXXX será providenciada pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

#### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	11
--	--	------------------------------	----

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.

#### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e as demais normas pertinentes.

#### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este acordo de cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação previa da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

#### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela XXX.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes ficaram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.


Cccccccc-UF, de de 200x.

Pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO**

**Aaaaaaaa Cccccccc**  
Cargo

Pelo **BANCO**

**Mmmmmmm Gggggg**  
Cargo

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	12
--	--	------------------------------	----

### Anexo III (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)

Ofício nº /2009 – CNJ

Brasília, de de 2009.

A(o) Senhor(a) Gerente  
(NOME DO GERENTE)  
Agência XXXXXXXXXXXX do Banco XXX S.A.  
ENDEREÇO  
CEP: NN.NNN-NNN - Cidade (UF)

**Assunto:** Abertura de Conta Corrente (bloqueada) Vinculada


Senhor(a) Gerente,

Solicitamos providenciar, excepcionalmente, abertura de Conta Corrente (bloqueada) vinculada, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber créditos ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução nº , de de de 200x a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato **TRIBUNAL OU CONSELHO** n.º firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial XXX no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 200\_\_, página nº \_\_\_\_ e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões.

CNPJ: \_\_\_\_\_  
Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome Personalizado: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Representante Legal: \_\_\_\_\_  
CPJ do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

**Aaaaaaaa Cccccc**  
**Cargo/Órgão**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	13
--	--	------------------------------	----

**Anexo IV (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Agência xxxxxxxxxxxx Cidade/UG – 200x/\_\_\_\_\_

Brasília (DF),        de        de 200x.

Senhor Secretário Geral,

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/200x – **TRIBUNAL OU CONSELHO**, de \_\_\_\_\_, 2009, informamos o número da Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada, aberta em nome do Proponente \_\_\_\_\_ (nome do Proponente), CNPJ \_\_\_\_\_ (número do CNPJ do Proponente) destinada a receber os créditos a título de provisão de encargos trabalhistas do Contrato \_\_\_\_\_ (número de Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial XXX do dia \_\_\_\_\_.200x, página nº \_\_\_\_\_.

Número da Conta: \_\_\_\_\_

Prefixo da Agência: 4200-5

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)

Agência Poder Judiciário – Brasília DF do Banco XXXXX S.A.

Ao Senhor

**AAAAAAAAAAAAA CCCCCCCCCC**


CARGO

Órgão

Endereço,

CEP: NN.NNN-NNN

Cidade – UF

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	14
--	--	------------------------------	----

**Anexo V (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº /200x– CNJ

Brasília, de de 200X

A(o) Senhor(a) Gerente  
(NOME DO GERENTE)  
Agência XXXXXXXXXXX Banco XXX S.A.  
ENDEREÇO  
CEP: NN.NNN-NNN  
Cidade (UF)  
**Assunto:** Movimentação de Conta Corrente (bloqueada) Vinculada


Senhor Gerente,

Solicitamos providenciar, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_  
(valor numérico), da conta nº \_\_\_\_\_ (número da conta) de titularidade de  
\_\_\_\_\_ (nome do Proponente), CNPJ \_\_\_\_\_ (CNPJ  
do Proponente), aberta para abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da  
Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução nº , de de 200x.

DEBITAR		CREDITAR			
Agência	Conta	Banco	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

AAAAAAAAAAAA CCCCCCCCCCCC  
Cargo /Órgão

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	15
--	--	------------------------------	----

**Anexo VI (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Agência XXX – 200x/\_\_\_\_\_ (número seqüencial)

XXXX, de de 200X.

Senhor XXXXI;


Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/200x – TRIBUNAL OU CONSELHOCNJ, de \_\_\_\_\_, 2009, informamos termos providenciado a movimentação financeira indicada a seguir:

DEBITAR		CREDITAR			
Agência	Conta	Banco	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Agência xxxxxxxxxxxxxx do Banco XXX S.A.

Ao Senhor  
**Aaaaaaaaaa Ccccccccc**  
Cargo  
Órgão  
Endereço,  
CEP: nn.nnn-nnn  
Cidade – UF

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	16
--	--	------------------------------	----

**Anexo VII (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

**A U T O R I Z A Ç Ã O**

À Agência AAAAAA do Banco xxxx S.A  
Endereço  
CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência) – Cidade (UF)

Senhor (a) Gerente,


Autorizo em caráter irrevogável e irretratável, que o **TRIBUNAL OU CONSELHO**, solicite a esta agência bancária, ou providencia por meio eletrônico, qualquer tipo de movimentação financeira na conta nº \_\_\_\_\_ (número da conta), de minha titularidade, destinada a receber os créditos ao amparo da Lei nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ a título de provisão de encargos trabalhista do Contrato \_\_\_\_\_ (número do Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial xxxx do dia \_\_\_\_\_. 200x, página nº \_\_\_\_\_, bem como tenha acesso irrestrito de seus saldos, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Proponente)

\_\_\_\_\_  
(local e data)



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	17
--	--	------------------------------	----

**Anexo VIII (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº        /200x - **TRIBUNAL OU CONSELHO,**

XXX,        de        de 200x

A (o) Sr (a). Gerente  
(NOME DO GERENTE)  
Agência nnnnnnnnnnnnn do Banco xxxx S.A.  
Endereço  
CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência)  
Cidade (UF)


Senhor (a) Gerente,

Solicitamos providencias a geração de chaves, padrão " j ", e senhas iniciais de acesso, ao aplicativo Repasse de Recursos de Projetos de Governo – RPG, via Auto Atendimento Setor Público – AASP, para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

**Aaaaaaaaaaaaa Ccccccccccccc**  
**Cargo/Órgão**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	18
--	--	------------------------------	----

**Anexo IX (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº \_\_\_\_/200x - AAA

XXX,                      de                      de 200x

A (o) Senhor(a)  
(NOME DO PROPONENTE)  
(Cargo do Proponente e nome da empresa)  
(Endereço do Proponente).  
(CEP do endereço do Proponente)  
(Cidade e UF do Endereço do Proponente)


Prezado Sr (a). (nome do Proponente).

Informamos a abertura na conta nº \_\_\_\_\_ (*número da conta*), vinculada ao CNPJ \_\_\_\_\_ (*número do CNPJ do Proponente*) na Agência XXX do Banco do Brasil S.A, prefixo XXX-X, em seu nome, destinada a receber os créditos ao amparo da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº , de de de 2008.

2. Na oportunidade, solicitamos comparecer, em no Máximo 20 dias corridos, a partir desta data, à referida agência para regularizar a conta e fornecer a documentação necessária, de acordo com as normas do Banco Central, bem como autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, este Conselho a ter acesso irrestrito aos saldos e extratos, inclusive de aplicações financeiras, quanto a, faculdade de solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta.

Atenciosamente,

**A aaaaaaaa Cccccccccc**  
**Cargo/Órgão**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	19
--	--	------------------------------	----

## ANEXO VII

### LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983.

[Regulamento](#)

[Vide texto compilado](#)

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#) [\(Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995\)](#)

§ 1º Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências. [\(Renumerado do parágrafo único com nova redação, pela Lei nº 11.718, de 2008\)](#)

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos: [\(Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008\)](#)

I – dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2º desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008\)](#)

II – necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências; [\(Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008\)](#)

III – dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento. [\(Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008\)](#)

§ 3º Os processos administrativos em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal observarão os requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências. [\(Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008\)](#)


Art. 2º - O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Art. 3º A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	20
--	--	------------------------------	----

I - por empresa especializada contratada; ou [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

II - pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Parágrafo único. Nos estabelecimentos financeiros estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a vinte mil Ufir, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art. 5º O transporte de numerário entre sete mil e vinte mil Ufirs poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art. 6º Além das atribuições previstas no art. 20, compete ao Ministério da Justiça: [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#) [\(Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995\)](#)

I - fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta lei; [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

II - encaminhar parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento desta lei, pelo estabelecimento financeiro, à autoridade que autoriza o seu funcionamento; [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

III - aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para a execução da competência prevista no inciso I, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados e Distrito Federal. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art. 7º O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta lei ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator: [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#) [\(Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995\)](#)

I - advertência; [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

II - multa, de mil a vinte mil Ufirs; [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)


III - interdição do estabelecimento. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art 8º - Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único - As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 9º - Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta Lei, na forma de seu regulamento.

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: [\(Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	21
--	--	------------------------------	----

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. [\(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. [\(Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. [\(Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes. [\(Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

Art. 11 - A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros.

Art. 12 - Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

~~Art. 13 - O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a 1.000 (mil) vezes o maior valor de referência vigente no País.~~

Art. 13. O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a cem mil Ufirs. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art. 14 - São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do *caput* e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10. [\(Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:


I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei. [\(Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	22
--	--	------------------------------	----

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.184, de 2001\)](#)

Art. 18 - O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Art. 19 - É assegurado ao vigilante:

I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II - porte de arma, quando em serviço;

III - prisão especial por ato decorrente do serviço;

IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

I - conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

b) das empresas especializadas em transporte de valores; e

c) dos cursos de formação de vigilantes;

II - fiscalizar as empresas e os cursos mencionados dos no inciso anterior;

III - aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta Lei;

IV - aprovar uniforme;

V - fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;


VI - fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação;

VII - fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;

VIII - autorizar a aquisição e a posse de armas e munições; e

IX - fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.

X - rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994\)](#)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	23
--	--	------------------------------	----

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e V deste artigo não serão objeto de convênio. [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

Art. 21 - As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

I - das empresas especializadas;

II - dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresas especializadas.

Art. 22 - Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único - Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão também utilizar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Art. 23 - As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa de quinhentas até cinco mil Ufirs: [\(Redação dada pela Lei 9.017, de 1995\)](#)

III - proibição temporária de funcionamento; e

IV - cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único - Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.

Art. 24 - As empresas já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que entrar em vigor o regulamento da presente Lei, sob pena de terem suspenso seu funcionamento até que comprovem essa adaptação.

Art. 25 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.


Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revogam-se os Decretos-leis nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, e nº 1.103, de 6 de abril de 1970, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 20 de junho de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
Ibrahim Abi-Ackel

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.6.1983

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	24
--	--	------------------------------	----

## ANEXO VIII

### DECRETO Nº 89.056, DE 24 DE NOVEMBRO 1983.

Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências".

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** , usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição Federal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimento de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma deste Regulamento. ([Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995](#))

Parágrafo único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, subagências e seções.

Art 2º O sistema de segurança será definido em um plano de segurança compreendendo vigilância ostensiva com número adequado de vigilantes, sistema de alarme e pelo menos mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens instalados de forma a permitir captar e gravar as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; ou

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.


Art 3º. O estabelecimento financeiro ao requerer a autorização para funcionamento deverá juntar ao pedido o plano de segurança, os projetos de construção, instalação e manutenção do sistema de alarme e demais dispositivos de segurança adotados.

Art 5º. Vigilância ostensiva, para os efeitos deste Regulamento, consiste em atividade exercida no interior dos estabelecimentos e em transporte de valores, por pessoas uniformizadas e adequadamente preparadas para impedir ou inibir ação criminosa.

Art 6º. O número mínimo de vigilantes adequado ao sistema de segurança de cada estabelecimento financeiro será definido no plano de segurança a que se refere o art. 2º, observados, entre outros critérios, as peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe.

Art 7º. O sistema de alarme será de reconhecida eficiência, conforme projeto de construção, instalação e manutenção executado por empresa idônea, e de modo a permitir imediata comunicação do estabelecimento financeiro com órgão policial mais próximo, outro estabelecimento da mesma instituição ou empresa de vigilância.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	25
--	--	------------------------------	----

Art 8º. Os dispositivos de segurança previstos nos incisos I, II e III do art. 2º, adotados pelo estabelecimento financeiro, obedecerão a projetos de construção, instalação e manutenção executados por empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência.

Art. 9º O transporte de numerário em montante superior a 20.000 (vinte mil) Unidades Fiscais de Referência (UFIR), para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 1º. Consideram-se especiais para os efeitos, deste Regulamento, os veículos com especificações de segurança e dotados de guarnição mínima de vigilantes a serem estabelecidas pelo Ministério da Justiça.

§ 2º. Os veículos especiais para transporte de valores deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação.

§ 3º. Os veículos especiais para transporte de valores serão periodicamente vistoriados pelos órgãos de trânsito e policial competentes.

Art. 10. Nas regiões onde for comprovada a impossibilidade do uso de veículo especial pela empresa especializada ou pelo próprio estabelecimento financeiro, o Ministério da Justiça poderá autorizar o transporte de numerário por via aérea, fluvial ou outros meios, condicionado à presença de no mínimo, dois vigilantes. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 11. O transporte de numerário entre 7.000 (sete mil) e 20.000 (vinte mil) UFIR poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 12. A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados:

I - por empresa especializada contratada; ou

II - pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação, emitido pelo Ministério da Justiça. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 1º. O Estabelecimento financeiro que mantiver serviço próprio de vigilância e de transporte de valores somente poderá operar com vigilantes habilitados ao exercício profissional nos termos deste Regulamento.


§ 2º Nos estabelecimentos financeiro estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 3º. Os serviços de vigilância ostensiva em estabelecimentos financeiros e o de transporte de valores poderão ser prestados por uma mesma empresa especializada.

Art. 13. O Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, procederá pelo menos a uma fiscalização anual no estabelecimento financeiro, quanto ao cumprimento das disposições relativas ao sistema de segurança. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 14. O estabelecimento financeiro que infringir qualquer das disposições da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e deste Regulamento, ficará sujeito às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômico do infrator: [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

I - advertência; [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	26
--	--	------------------------------	----

II - multa, de 1.000 (mil) a 20.000 (vinte mil) UFIR; [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

III - interdição do estabelecimento. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Parágrafo único. O Ministério da Justiça disporá sobre o procedimento para aplicação das penalidades previstas neste artigo, assegurado ao infrator direito de defesa e possibilidade de recurso. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 15. Vigilante, para os efeitos deste Regulamento, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II, e § 2º, do art. 30, e no art. 31, caput, deste Regulamento. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 16. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá registrar-se na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, comprovando:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do ensino do primeiro grau;

IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 1º. O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes em exercício da profissão, desde que admitidos por empresa especializada até o dia 21 de junho de 1983.

§ 2º. O exame de sanidade física e mental será realizado de acordo com o disposto em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho.

§ 3º. O exame psicotécnico será realizado conforme instruções do Ministério do Trabalho.

Art 17. O registro de que trata o artigo anterior poderá ser promovido pela entidade realizadora do curso de formação de vigilantes.

Art 18. O vigilante deverá submeter-se anualmente a rigoroso exame de saúde física e mental, bem como manter-se adequadamente preparado para o exercício da atividade profissional.


Art 19. O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se efetivo serviço o exercício da atividade de vigilância ostensiva no local de trabalho, conforme o disposto no art. 5º.

Art 20. É assegurado ao vigilante:

I - uniforme especial aprovado pela Ministério da Justiça, a expensas do empregador;

II - porte de arma, quando no exercício da atividade de vigilância no local de trabalho;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	27
--	--	------------------------------	----

III - prisão especial por ato decorrente do exercício da atividade de vigilância; e

IV - seguro de vida em grupo, feito pelo empregador.

Art 21. A contratação do seguro de vida em grupo assegurado ao vigilante será disciplinada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art 22. Será permitido ao vigilante, quando em efetivo serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único. Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão, também, portar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Art 23. O curso de formação de vigilantes somente poderá ser ministrado por instituição capacitada e idônea, autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça.

§ 1º Não será autorizado a funcionar o curso que não disponha de instalações seguras e adequadas, de uso exclusivo, para treinamento teórico e prático dos candidatos a vigilantes.

§ 2º - Na hipótese de não haver disponibilidade de utilização de estande de tiro no município sede do curso, pertencente a organizações militares ou policiais civis, será autorizada a instalação de estande próprio.

Art 24. O Ministério da Justiça fixará o currículo do curso de formação de vigilantes e a carga horária para cada disciplina.

Art 25. São requisitos para a inscrição do candidato ao curso de formação de vigilantes:

I - ser brasileiro;

II - ter instrução correspondente à quarta série do ensino do primeiro grau;

III - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

IV - não ter antecedentes criminais registrados;

e

V - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único. Aos vigilantes em exercício na profissão, contratados até 21 de junho de 1983, não se aplica a exigência do inciso II.


Art 26. A avaliação final do curso em formação de vigilantes será constituída de exame teórico e prático das disciplinas do currículo.

Parágrafo único. Somente poderá submeter-se à prova de avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90% (noventa por cento) da carga horária de cada disciplina.

Art 27. O candidato aprovado no curso de formação de vigilantes receberá certificado nominal de conclusão do curso expedido pela instituição especializada e registrado no Ministério da Justiça.

Art 28. O curso de formação de vigilantes será fiscalizado pelo Ministério da Justiça.

Art 29. A instituição responsável pelo curso de formação de vigilantes remeterá ao órgão fiscalizador, até 5 (cinco) dias após o início de cada curso, relação nominal e qualificação dos candidatos nele matriculados.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	28
--	--	------------------------------	----

Art. 30. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de de: [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, e à segurança de pessoas físicas; [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 1º As atividades de segurança privada desenvolvidas por empresas especializadas em prestação de serviços, com a finalidade de proceder à segurança de pessoas físicas e de garantir o transporte de valores ou de qualquer outro tipo de carga, serão consideradas, para os efeitos deste Regulamento, segurança pessoal privada e escolta armada, respectivamente. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo, poderão se prestar: [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

- a) ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas;
- b) a estabelecimentos comerciais, indústrias, de prestação de serviços e residências;
- c) a entidades sem fins lucrativos;
- d) a órgãos e empresas públicas.

§ 3º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 4º As empresas de que trata o § 2º deste artigo serão regidas pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, por este Regulamento e pelas normas da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 5º A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 6º Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)


§ 7º O capital integralizado das empresas especializadas não poderá ser inferior a 100.000 (cem mil) UFIR. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 31. As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio para a execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto neste Regulamento e demais legislações pertinentes. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 1º Os serviços de segurança a que se refere este artigo denominam-se serviços orgânicos de segurança. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 2º As empresas autorizadas a exercer serviços orgânicos de segurança não poderão comercializar os serviços de vigilância e transporte de valores. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 32. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	29
--	--	------------------------------	----

§ 1º O pedido de autorização para o funcionamento das empresas especializadas será dirigido ao Departamento de Polícia Federal e será instruído com: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

- a) requerimento assinado pelo titular da empresa;
- b) cópia ou certidão dos atos constitutivos devidamente registrados no registro de pessoas jurídicas;
- c) comprovante de inscrição nos órgãos administrativos federais competentes;
- d) modelo de uniforme especial de seus vigilantes;

e) cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e Certificado de Reservista ou documento equivalente dos sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa;

f) prova de que os sócios-proprietários, diretores e gerentes não tenham antecedentes criminais registrados;

§ 2º Qualquer alteração referente ao estabelecido nas alíneas b e d deste artigo dependerá de prévia autorização do Ministério da Justiça. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 3º Quando se tratar de pedido de autorização para o exercício da atividade de segurança pessoal privada e escolta armada a empresa deverá apresentar: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

a) comprovante de funcionamento nas atividades de vigilância ou transporte de valores, há pelo menos um ano;

b) prova de que a empresa e suas filiais estão em dia com as obrigações fiscais, com as contribuições previdenciárias e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

§ 4º O pedido de autorização para o funcionamento das empresas que executam serviços orgânicos de segurança será dirigido ao Ministério da Justiça e será instruído com: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

a) comprovante de que a empresa possui instalações adequadas para operacionalizar os serviços orgânicos de segurança;

b) documentos pessoais dos responsáveis pelo setor que executará o serviço;

c) prova de que os sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa que executa serviços orgânicos e de que os responsáveis pelo setor de segurança não tenham condenação criminal registrada;

d) relação dos vigilantes;

e) modelo do uniforme especial dos vigilantes;


f) relação das armas e munições de propriedade e responsabilidade da empresa, acompanhada de cópia do registro no órgão de segurança pública ou declaração de que não as possui;

g) relação dos veículos especiais, no caso dos serviços próprios de transporte de valores.

§ 5º A relação dos vigilantes deverá conter: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

a) cópia dos documentos pessoais;

b) comprovante de conclusão, com aproveitamento, do curso de formação de vigilantes e reciclagem, quando for o caso;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	30
--	--	------------------------------	----

c) comprovante de registro na Delegacia Regional do Trabalho;

d) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, na parte referente à identificação e vínculo empregatício;

e) cópia de apólice de seguro que identifique o número dos segurados.

§ 6º Consideram-se possuidoras de instalações adequadas ao exercício da segurança orgânica as empresas que dispuserem de: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

a) local seguro e adequado à guarda de armas e munições;

b) setor operacional dotado de sistema de comunicação com os vigilantes empenhados em serviço;

c) sistema de alarme ou outro meio de segurança eletrônica conectado com a unidade local da Polícia Militar, Civil ou empresa de segurança privada.

§ 7º A revisão da autorização de funcionamento das empresas de segurança privada e das empresas que executam serviços orgânicos de segurança deverá ser requerida, anualmente, a contar da publicação da autorização no Diário Oficial da União, mediante apresentação de: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

a) comprovante de quitação das penas pecuniárias que tenham sido aplicadas à empresa por transgressões às normas que regulamentam a atividade;

b) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Estado e Município;

c) comprovante de recolhimento previdenciário e do FGTS;

d) Certificado de Segurança atualizado;

e) prova de que os sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

f) prova de que os sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa que executa serviços orgânicos e de que os responsáveis pelo seu setor de segurança não tenham condenação criminal registrada.

§ 8º Para o desempenho das atividades de segurança pessoal privada e escolta armada, o vigilante, além do curso de formação, deverá: [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

a) possuir experiência mínima, comprovada, de um ano na atividade de vigilância;


b) ter comportamento social e funcional irrepreensível;

c) ter sido selecionado, observando-se a natureza especial do serviço;

d) portar credencial funcional, fornecida pela empresa, no moldes fixados pelo Ministério da Justiça;

e) frequentar os cursos de reciclagem, com aproveitamento, a cada período de dois anos, a contar do curso de extensão.

§ 9º Para o exercício das atividades de segurança pessoal privada e de escolta armada, o vigilante deverá ter concluído, com aproveitamento, curso de extensão correspondente em empresas de curso devidamente autorizada a ministrá-lo. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	31
--	--	------------------------------	----

§ 10. O Ministério da Justiça fixará o currículo para os cursos de extensão em escolta armada e segurança pessoal privada. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 33. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar onde o vigilante prestar serviço e de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

§ 1º. Das especificações do uniforme constará:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e

III - plaqueta de identificação do vigilante.

§ 2º. A plaqueta de identificação prevista no inciso III do parágrafo anterior será autenticada pela empresa, terá validade de 6 (seis) meses e conterà o nome, número de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e fotografia tamanho 3x4 do vigilante.

Art 34. O modelo de uniforme especial dos vigilantes não será aprovado pelo Ministério da Justiça quando semelhante aos utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares.

Art 35. Não será autorizado o funcionamento de empresa especializada que não disponha de recursos humanos e financeiros ou de instalações adequadas ao permanente treinamento de seus vigilantes.

Parágrafo único. Aplica-se às empresas especializadas o disposto no § 2º do art. 23.

Art. 36. Não será autorizado o funcionamento de empresa especializada em transporte de valores e de empresa que execute serviços orgânicos de transporte de valores sem a apresentação dos certificados de propriedade e dos laudos de vistoria dos veículos especiais. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 37. Não será autorizado o funcionamento de empresa especializada e de curso de formação de vigilantes quando seus objetivos ou circunstâncias relevantes indicarem destino ou atividades ilícitos, contrários, nocivos ou perigosos ao bem público e a segurança do Estado e da coletividade.

Art. 38. Para que as empresas especializadas e as que executem serviços orgânicos de segurança operem nos Estados e Distrito Federal, além de autorizadas a funcionar na forma Deste Regulamento, deverão promover comunicação à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 1º. Da comunicação deverá constar:

I - cópia do instrumento de autorização para funcionamento;

II - cópia dos atos construtivos da empresa;

III - nome, qualificação e endereço atualizado dos sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa; bem como dos responsáveis pelo armamento e munição;


IV - relação atualizada dos vigilantes e demais funcionários;

V - endereço da sede, escritório e demais instalações da empresa;

VI - especificações do uniforme especial aprovado para uso dos vigilantes;

VII - relação pormenorizada das armas e munições de propriedade e responsabilidade da empresa;



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	32
--	--	------------------------------	----

VIII - relação dos veículos especiais, no caso de empresa especializada em transporte de valores e de empresa que executa serviços orgânicos de transporte de valores; [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

IX - relação dos estabelecimentos aos quais são prestados serviços de vigilância ou de transporte de valores;  
e

X - outras informações, a critério da respectiva Secretaria de Segurança Pública.

§ 2º Os incisos II e IX do parágrafo anterior não se aplicam as empresas que executam serviços orgânicos de segurança. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 3º Qualquer alteração dos dados a que se refere o parágrafo anterior será comunicada à respectiva Secretaria de Segurança Pública. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 39. O Ministério da Justiça fiscalizará as empresas especializadas autorizadas a funcionar na forma deste Regulamento.

Parágrafo único. A fiscalização a que se refere este artigo será realizada ao menos uma vez por ano.

Art. 40. Verificada a existência de infração a dispositivo da [Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983](#), e deste Regulamento, as empresas especializadas, as empresas que executam serviços orgânicos de segurança e os cursos de formação de vigilantes ficam sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator: [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

I - advertência;

II - multa de 500 (quinhentos) até 5.000 (cinco mil) UFIR;

III - proibição temporária de funcionamento;

IV - cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça disporá sobre o procedimento para a aplicação das penalidades previstas neste artigo, assegurado ao infrator direito de defesa e possibilidade de recursos. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 41. Os números máximo e mínimo de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação serão fixados pelo Ministério da Justiça.

Parágrafo único. O número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação compreenderá o número de vigilantes contratados por empresas especializadas que tenham um mesmo sócio-proprietário.


Art. 42. As armas e as munições destinadas ao uso de treinamento dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade: [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

I - das empresas especializadas; [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

II - dos estabelecimentos financeiros, quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou quando contratarem empresa especializada; [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

III - da empresa executante dos serviços orgânicos de segurança. [\(Incluído pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	33
--	--	------------------------------	----

Art 43 .As armas e as munições utilizadas pelos Instrutores e alunos do curso de formação de vigilantes serão de propriedade e responsabilidade da instituição autorizada a ministrar o curso.

Art. 44. O Ministério da Justiça fixará a natureza e a quantidade de armas de propriedade e responsabilidade do estabelecimento financeiro, do curso de formação de vigilantes, da empresa especializada e da executante dos serviços orgânicos de segurança. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 45. A aquisição e a aposse de armas e munições por estabelecimento financeiro, empresa especializada, empresa executante de serviços orgânicos de segurança e cursos de formação de vigilantes dependerão de autorização do Ministério da Justiça. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 46. As armas e munições de propriedade e responsabilidade dos cursos de formação de vigilantes, das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros serão guardadas em lugar seguro, de difícil acesso a pessoas estranhas ao serviço.

Art 47. Todo armamento e munição destinados à formação, ao treinamento e ao uso dos vigilantes serão fiscalizados e controlados pelo Ministério da Justiça.

Art. 48. Incorrerão nas penas previstas no art. 40 os cursos de formação de vigilantes, as empresas especializadas, as empresas que executam serviços orgânicos de segurança e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições de sua propriedade e responsabilidade. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 49. O armamento e as munições de que tratam os arts. 42 e 43 serão recolhidos ao Ministério da Justiça, para custódia, no caso de paralisação ou extinção da empresa especializada, da empresa executante dos serviços orgânicos de segurança do curso de formação de vigilantes ou da instituição financeira. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art 50. As empresas já em funcionamento no País, em 21 de junho de 1983 deverão adaptar-se a este Regulamento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação, sob pena de terem suspenso a seu funcionamento até que comprovem essa adaptação.

Parágrafo único. As empresas, após a adaptação prevista neste artigo, deverão requerer a fiscalização do órgão competente e apresentar ao Ministério da Justiça relação permenorizada das armas e munições de sua propriedade e responsabilidade.

Art. 51. O Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho baixarão normas dispondendo sobre a competência que lhes é atribuída pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)


Art. 52. A competência prevista nos arts. 27, 28, 32, 39, 40, caput , 41, 44, 45 e 47 poderá ser objeto de convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 53. As multas e taxas decorrentes da atividade de fiscalização das empresas de segurança privada constituirão recursos diretamente arrecadados na Fonte 150 a serem consignados no Orçamento do Departamento de Polícia Federal, no Programa de Trabalho 06.030.0174.2081.0001 - Operações do Policiamento Federal. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

Art. 54. O Ministério da Justiça, pelo seu órgão próprio, encaminhará, no prazo de 30 dias, ao competente Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados Regional - SFPC, do Ministério do Exército, com relação às empresas especializadas e empresas executantes dos serviços orgânicos de segurança em funcionamento e às que vierem a ser constituídas, os seguintes dados: [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

I - nome dos responsáveis;

II - números máximo e mínimo de vigilantes com que opera ou está autorizada a operar;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	34
--	--	------------------------------	----

III - quantidade de armas que possui ou está autorizada a possuir e respectiva dotação de munição;

IV - qualquer alteração na quantidade de armas a que se refere o item anterior;

V - certificado de segurança para guarda de armas e munições;

VI - transferência de armas e munições de uma para outra unidade da Federação; e

VII - paralisação ou extinção de empresas especializadas e de serviços orgânicos de segurança. [\(Redação dada pelo Decreto nº 1.592, de 1995\)](#)

§ 1º. Para as empresas já em funcionamento, o prazo referido neste artigo será contado a partir da sua adaptação, nos termos do art. 50 deste Regulamento.

§ 2º. Para as novas empresas o prazo será contado a partir da data da autorização para seu funcionamento.

Art 55. Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimento financeiro, apólice de seguro que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências quanto ao sistema de segurança previstas na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e neste Regulamento.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguro pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art 56. Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção.

§ 1º. Os descontos sobre prêmios previstos neste artigo constarão das tarifas dos seguros aprovados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.


§ 2º. Enquanto as taxas e descontos não forem incluídos nas tarifas, as Seguradoras, de comum acordo com o Instituto de Resseguros do Brasil, darão tratamento privilegiado aos segurados que dispuserem de outros meios de proteção além dos requisitos mínimos exigidos.

Art 57º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República

JOÃO FIGUEIREDO  
Ibrahim Abi-Ackel

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.11.1983

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	35
--	--	------------------------------	----

## ANEXO IX



### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL


PORTARIA Nº 387/2006 - DG/DPF

PUBLICADA NO D.O.U. Nº 169, SEÇÃO 1, PG. 80, DE 01 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA PUBLICADA NO D.O.U. Nº 190, SEÇÃO 1, PG. 27, DE 03 DE OUTUBRO DE 2006

## ÍNDICE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PORTARIA.....	00
Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	01
Capítulo II - DAS UNIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.....	02
Capítulo III - DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS.....	03
Seção I - Da Vigilância Patrimonial.....	03
Requisitos de autorização.....	03
Certificado de Segurança.....	04
Processo de autorização.....	05
Processo de revisão de autorização.....	07
Atividade.....	07
Seção II - Do Transporte de Valores.....	08
Requisitos de autorização.....	08
Certificado de Segurança.....	09
Certificado de Vistoria.....	09
Processo de autorização.....	10
Processo de revisão de autorização.....	11
Atividade.....	12
Seção III - Da Escolta Armada.....	13
Requisitos de autorização.....	13
Processo de autorização.....	14
Atividade.....	15
Seção IV - Da Segurança Pessoal.....	15
Requisitos de autorização.....	15
Processo de autorização.....	15
Atividade.....	16
Seção V - Dos Cursos de Formação.....	16
Requisitos de autorização.....	16
Certificado de Segurança.....	17
Processo de autorização.....	17
Processo de revisão de autorização.....	18
Atividade.....	19
Capítulo IV - DO SERVIÇO ORGÂNICO DE SEGURANÇA.....	20
Requisitos de autorização.....	20

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	36
--	--	------------------------------	----

Certificado de Segurança.....	21
Processo de autorização.....	21
Processo de revisão de autorização.....	22
Atividade.....	23

## **Capítulo V - DA FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS DE SEGURANÇA DOS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS..... 23**

Requisitos.....	23
Processo de análise do plano de segurança.....	24
Execução dos planos de segurança.....	25

<b>Capítulo VI - DOS PRODUTOS CONTROLADOS E ACESSÓRIOS..... 25</b>	
Requisitos para aquisição.....	26
Processo de aquisição de armas e munições.....	28
Processo de aquisição de coletes à prova de balas.....	31
Transporte de armas e munições.....	32
Guarda de armas, munições e coletes à prova de balas.....	33
Comunicação de ocorrências.....	33
Utilização de cães adestrados.....	33

<b>Capítulo VII - DA ALTERAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS..... 34</b>	
Processo de alteração de atos constitutivos.....	34
Razão social.....	35
Sócios.....	35
Endereço.....	35
Capital social.....	35


## **Capítulo VIII - DO UNIFORME DO VIGILANTE..... 36**

<b>Capítulo IX - DO VIGILANTE..... 37</b>	
Requisitos profissionais.....	37
Cursos de formação, extensão e reciclagem.....	37
Carteira Nacional de Vigilante - CNV.....	38
Direitos.....	40
Deveres.....	40
Apuração das condutas dos vigilantes.....	40

<b>Capítulo X - DAS PENALIDADES..... 41</b>	
Penas aplicáveis às Empresas Especializadas e às que possuem Serviço Orgânico de Segurança.....	41
Penas aplicáveis aos Estabelecimentos Financeiros.....	41

## **Capítulo XI - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS..... 41**

<b>Seção I - Das infrações cometidas pelas Empresas Especializadas e pelas que possuem Serviço Orgânico de</b>	
<b>Segurança..... 41</b>	
Penas de Advertência.....	42
Penas de Multa.....	42
Penas de Proibição Temporária de Funcionamento.....	47
Penas de Cancelamento da Autorização de Funcionamento.....	47

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	37
--	--	------------------------------	----

**Seção II - Das infrações cometidas pelos Estabelecimentos Financeiros que realizam guarda de valores ou movimentação de**

<b>numerário.....</b>	<b>49</b>
<b>Pena de Advertência.....</b>	<b>49</b>
<b>Pena de Multa.....</b>	<b>49</b>
<b>Pena de Interdição.....</b>	<b>50</b>

<b>Seção III - Das Disposições Comuns.....</b>	<b>50</b>
<b>Dosimetria da pena de multa.....</b>	<b>50</b>
<b>Circunstâncias agravantes.....</b>	<b>50</b>
<b>Circunstâncias atenuantes.....</b>	<b>51</b>
<b>Reincidência.....</b>	<b>51</b>
<b>Contumácia.....</b>	<b>51</b>


<b>Capítulo XII - DO AUTO DE INFRAÇÃO.....</b>	<b>52</b>
--	-----------

<b>Capítulo XIII - DA EXECUÇÃO NÃO AUTORIZADA DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA.....</b>	<b>53</b>
--	-----------

<b>Capítulo XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>Sociedades anônimas de capital fechado.....</b>	<b>54</b>
<b>Sócios pessoas jurídicas.....</b>	<b>55</b>
<b>Prestação de informações.....</b>	<b>55</b>
<b>Processos administrativos em geral.....</b>	<b>55</b>
<b>Multas e taxas.....</b>	<b>56</b>

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA**

<b>PRIVADA.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO I - Curso de Formação de Vigilante.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO II - Reciclagem do Curso de Formação de Vigilante.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO III - Curso de Extensão em Transporte de Valores.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO IV - Reciclagem da Extensão em Transporte de Valores.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO V - Curso de Extensão em Escolta Armada.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO VI - Reciclagem da Extensão em Escolta Armada.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO VII - Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada.....</b>	<b>00</b>
<b>ANEXO VIII - Reciclagem da Extensão em segurança Pessoal privada.....</b>	<b>00</b>
<b>Artigos com dilação temporal da vigência.....</b>	<b>00</b>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	38
--	--	------------------------------	----

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PORTARIA**

### **I. HISTÓRICO NORMATIVO**

A Lei nº 7.102, de 20/06/1983, foi instituída para regulamentar as atividades de segurança privada, em especial a segurança dos estabelecimentos financeiros e o funcionamento das empresas prestadoras de serviços de segurança privada.

Após alguns anos, foi publicada a Lei nº 8.863, de 20/03/1994, que buscou definir as atividades de segurança privada, prevendo o serviço orgânico de segurança, pelo qual é facultado às empresas criar o seu próprio sistema de segurança.

Em seguida, foi editada a Lei nº 9.017, de 30/03/1995, que, na parte em que alterou as disposições normativas alusivas à área de segurança privada, atribuiu ao Departamento de Polícia Federal a competência para fiscalizar os estabelecimentos financeiros e as empresas de segurança privada, assim como previu a cobrança de taxas, atualizou os valores referentes a multas e estabeleceu parâmetros para o capital social mínimo das empresas e o transporte de numerário.

A Lei nº 7.102/83 foi regulamentada pelo Decreto n.º 89.056, de 24/11/1983, que, por sua vez, foi atualizado pelo Decreto n.º 1.592, de 10/08/1995.

O Departamento de Polícia Federal, depois da edição das normas acima indicadas, instituiu a Portaria nº 992-DG/DPF, de 25/10/1995, responsável pelo disciplinamento de toda a atividade de segurança privada existente no país.


Após a Portaria nº 992/95-DG/DPF, a Direção Geral do Departamento de Polícia Federal editou as Portarias n.º 1.129, de 15/12/1995 (que aprovou o Certificado de Segurança e de Vistoria, emitidos pelas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal), n.º 277, de 13/04/98 (que alterou diversos dispositivos da Portaria n.º 992/95-DG/DPF), n.º 891, de 12/08/99 (que instituiu e aprovou o modelo da Carteira Nacional de Vigilante e respectivo formulário de requerimento), n.º 836, de 18/08/2000 (que alterou dispositivos da Portaria n.º 891/99) e n.º 076, de 08/03/2005 (que alterou o art. 113 da Portaria n.º 992/95).

Paralelamente às inovações ocorridas na legislação de segurança privada, ocorreram consideráveis mudanças na estrutura do Departamento de Polícia Federal relativamente às unidades responsáveis pelo controle e fiscalização da atividade, estando, atualmente, a cargo da Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada – CGCSP, em nível central, e das Delegacias de Controle de Segurança Privada – DELESP e Comissões de Vistoria – CV, em nível das Superintendências Regionais.

### **II. NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO**

Passados mais de dez anos da publicação da Portaria nº 992/95-DG/DPF, os servidores do Departamento de Polícia Federal que atuam na área de segurança privada, assim como os representantes das classes empresarial e obreira do segmento, sem olvidar os órgãos e entidades correlatas, há muito sentiam a necessidade de reformular a mencionada portaria, a qual, por vezes, apresentava incongruências quando cotejada com a Lei n.º 7.102/93, assim como com o Decreto n.º 89.056/93.

A considerável gama de normas no âmbito do Departamento de Polícia Federal regulando a segurança privada, aliada aos pareceres e orientações das 03 (três) divisões da CGCSP (Divisão de Estudos, Legislação e Pareceres – DELP, Divisão de Controle Operacional de Fiscalização – DICO e Divisão de Análise de Processos e Expedição de Documentos – DAPEX), tornava o controle e a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	39
--	--	------------------------------	----

fiscalização da atividade carente de uma norma atualizada que absorvesse todas as anteriores e afastasse as divergências até então existentes.

Registre-se que, em anteriores oportunidades, foram instituídos grupos de trabalho com a finalidade de apresentar proposta de atualização da Portaria nº 992/95-DG/DPF, entretanto não obtiveram sucesso.


Com o escopo de efetivamente implementar um diploma que apare as arestas normativas do segmento da segurança privada, padronizando os procedimentos de controle e fiscalização em todo o país, apresenta-se a minuta a seguir.

Dentre as importantes mudanças trazidas pelo texto, destacam-se a sua reorganização geral, a consolidação com outras portarias, a autorização para compra de armas e munições entre empresas de segurança em atividade, criação de tipos punitivos específicos para instituições financeiras, previsão de novas infrações para empresas, mudança do critério da compra de munições para cursos de formação considerando a média dos últimos 12 (doze) meses, criação dos cursos de reciclagem nas extensões etc.

É certo que alguns dispositivos não puderam ser modificados em virtude de encontrar embargos na Lei nº 7.102/83, no Decreto nº 89.056/83 e na Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

Cabe lembrar que, seguindo a mesma linha de atuação havida quando da elaboração de anteprojeto do Estatuto da Segurança Privada, todas as Superintendências Regionais (DELESP e CV), as Divisões da CGCSP, assim como as entidades que compõem a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada – CCASP, foram consultadas e tiveram suas sugestões analisadas, para que a novel portaria pudesse espelhar o sentimento de todos os envolvidos na atividade.

Por fim, cumpre informar que o trabalho de atualização das normas de segurança privada observou as inovações trazidas pelo projeto GESP – Gerência Eletrônica da Segurança Privada, o qual será responsável pela informatização dos procedimentos relativos à atividade, agilizando a tramitação de requerimentos e otimizando os trabalhos de controle e fiscalização por parte do Departamento de Polícia Federal.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	40
--	--	------------------------------	----



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

PORTARIA Nº 387/2006 - DG/DPF, de 28 de AGOSTO de 2006.

*Altera e consolida as normas aplicadas sobre segurança privada.*

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 27, inciso V, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.300/MJ, de 04 de setembro de 2003, resolve:

CAPÍTULO I

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A presente portaria disciplina, em todo o território nacional, as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e serão complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

§ 2º A política de segurança privada envolve a gestão pública e as classes patronal e laboral, obedecendo aos princípios da dignidade da pessoa humana, das relações públicas, da satisfação do usuário final, da prevenção e ostensividade para dar visibilidade ao público em geral, da proatividade para evitar ou minimizar os efeitos nefastos dos eventos danosos, do aprimoramento técnico-profissional dos seus quadros, inclusive com a criação de divisões especializadas pelas empresas para permitir um crescimento sustentado em todas as áreas do negócio, da viabilidade econômica dos empreendimentos regulados e da observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial – exercida dentro dos limites dos estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de proteger os bens patrimoniais;

II - transporte de valores – consiste no transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;


III - escolta armada – visa a garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valores;

IV - segurança pessoal – exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas;

V - curso de formação – tem por finalidade formar, especializar e reciclar os vigilantes.

**Art. 2º** Para os efeitos desta portaria são utilizadas as seguintes terminologias:



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	41
--	--	------------------------------	----

I - empresas especializadas – são prestadoras de serviço de segurança privada, autorizadas a exercer as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação;

II - empresas possuidoras de serviços orgânicos de segurança – são empresas não especializadas, autorizadas a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores;

III - vigilantes – são os profissionais capacitados pelos cursos de formação, empregados das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança, registrados no DPF, responsáveis pela execução das atividades de segurança privada;

IV - plano de segurança de estabelecimento financeiro – conjunto de informações que detalha as condições e os elementos de segurança dos estabelecimentos financeiros que realizam guarda ou movimentação de numerário, sujeito ao exame e aprovação na forma desta portaria;

## **CAPÍTULO II**

### **DAS UNIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

**Art. 3º** O controle e a fiscalização das atividades de segurança privada serão exercidos pelos órgãos e unidades abaixo indicados:

I - Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada - CCASP – órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, presidido pelo Diretor-Executivo do DPF, composto por representantes de entidades de classes patronal e laboral que atuam na segurança privada, bem como por representantes de órgãos públicos exercentes de atividades correlatas, regulamentado pelas Portarias nº 1.546/95-MJ e 2.494/04-MJ, com as alterações posteriores;

II - Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada - CGCSP – unidade central vinculada à Diretoria-Executiva do DPF, responsável pela regulação, controle, coordenação e fiscalização das atividades de segurança privada, assim como pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada - DELESP e Comissões de Vistoria - CV;

III - Delegacias de Controle de Segurança Privada - DELESP – unidades regionais vinculadas às Superintendências de Polícia Federal nos Estados e no Distrito Federal, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições;


IV - Comissões de Vistoria - CV – unidades vinculadas às Delegacias de Polícia Federal descentralizadas, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições, compostas por, no mínimo, 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, ocupantes de cargo da carreira policial do DPF.

§ 1º As Comissões de Vistoria, cujas atribuições são as constantes desta portaria e demais normas internas do órgão, serão constituídas por ato do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal.

§ 2º Os funcionários do quadro administrativo do DPF poderão também integrar a composição das DELESP e CV para auxílio nas funções internas do órgão, especialmente na análise de procedimentos recebidos, sendo-lhes vedado o desempenho de atividades privativas do presidente ou chefe da CV ou DELESP, bem como a participação em atividades externas de fiscalização.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	42
--	--	------------------------------	----

## Seção I

### Da Vigilância Patrimonial

#### Requisitos de autorização

**Art. 4º** O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

II - prova de que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de 30 (trinta) vigilantes, devidamente habilitados;

IV - comprovar a posse ou a propriedade de, no mínimo, 02 (dois) veículos comuns, com sistema de comunicação;

V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento;

b) dependências destinadas ao setor administrativo;

c) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;

d) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira, reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso;

e) vigilância patrimonial ou equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente.


§ 1º A comprovação, por parte da empresa, da contratação do efetivo mínimo de vigilantes poderá ser feita até 60 (sessenta) dias após a publicação do alvará de funcionamento.

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

**Art. 5º** As empresas que desejarem constituir filial ou outras instalações na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado, não necessitarão de nova autorização do Diretor-Executivo, ficando, no entanto, obrigadas a requerer à DELESP ou CV:

I - autorização para alteração de atos constitutivos visando a abertura de nova filial, prevista no art. 102 desta portaria;

II - realização de vistoria, conforme disposto no art. 6º desta portaria;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	43
--	--	------------------------------	----

III - expedição do alvará de funcionamento com certificado de segurança, conforme disposto no art. 7º desta portaria.

**Parágrafo Único.** No caso das outras instalações, assim consideradas aquelas onde estão guardadas, no máximo, 05 (cinco) armas de fogo, dispensam-se as obrigações dos incisos I e III, devendo o local, no entanto, ser provido de cofre para a guarda do armamento mencionado neste parágrafo.

## **Certificado de Segurança**

**Art. 6º** As empresas que pretenderem obter autorização de funcionamento nas atividades de segurança privada deverão apresentar requerimento dirigido ao Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal solicitando a realização de vistoria nas instalações físicas de seus estabelecimentos, devendo:

- I - comprovar o recolhimento da taxa correspondente;
- II - apresentar o livro destinado ao registro de armas e munições.

**Art. 7º** Após a verificação da adequação das instalações físicas do estabelecimento, a DELESP ou CV lavrará o respectivo relatório de vistoria, consignando a aprovação ou os motivos que ensejaram a reprovação, submetendo-o à apreciação do Superintendente Regional.

§ 1º Aprovadas as instalações físicas, o certificado de segurança será autorizado pelo Superintendente Regional, tendo validade até a próxima revisão de autorização de funcionamento do estabelecimento.

§ 2º A renovação do certificado de segurança constitui requisito para a revisão da autorização de funcionamento do estabelecimento, devendo ser requerido juntamente com o processo de revisão mediante a comprovação do recolhimento da taxa correspondente.

§ 3º Do ato que reprovar as instalações físicas caberá recurso, em 10 (dez) dias, dirigido ao Superintendente Regional, que, se não reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará ao Diretor-Executivo.

§ 4º O recurso poderá ser instruído com a prova do saneamento das irregularidades apontadas.

§ 5º O Diretor-Executivo decidirá o recurso com base na documentação existente, podendo designar uma Comissão Especial para vistoria definitiva, notificando-se o interessado da decisão.


§ 6º O trânsito em julgado da decisão que reprovar as instalações físicas ensejará a lavratura do auto de infração correspondente.

§ 7º Na hipótese de reprovação, o interessado que desejar solucionar a irregularidade deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo requerimento.

## **Processo de autorização**

**Art. 8º** Para obter autorização de funcionamento, as empresas de vigilância patrimonial deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:

- I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	44
--	--	------------------------------	----

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - certidões negativas de débito do FGTS, da Previdência Social, da Receita Federal e da Dívida Ativa da União;

IV - comprovante do capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

V - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, Título de Eleitor e Certificado de Reservista dos administradores, diretores, gerentes e sócios;

VI - certidões negativas de registros criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa;

VII - certidão negativa de débito da Dívida Ativa da União, relativamente aos sócios;

VIII - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias, coloridas, de corpo inteiro do vigilante devidamente fardado, de frente, costas e lateral;

IX - declaração das Forças Armadas e Auxiliares ou das DELESP e CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

X - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada, setor operacional e do local de guarda de armas e munições;

XI - cópia dos documentos de posse ou propriedade de, no mínimo, 02 (dois) veículos comuns para uso exclusivo da empresa, dotados de sistema de comunicação, identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa;

XII - fotografias coloridas dos veículos, demonstrando o nome e logomarca da empresa, da frente, lateral, traseira e do sistema de comunicação veicular;

XIII - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço;

XIV - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.


§ 1º Na instrução do procedimento a DELESP ou CV deverá, obrigatória e previamente, ouvir em termo de declarações os sócios ou proprietários da empresa, bem como proceder a outras diligências que se fizerem necessárias, visando a obter as seguintes informações:

I - atividade econômica exercida anteriormente;

II - origem dos recursos financeiros apresentados para a formação e/ou constituição do capital social da empresa, vinculando-os ao total de quotas integralizadas no capital social;

III - eventual participação anterior ou atual em empresa de segurança privada cancelada, encerrada ou extinta, como sócio, diretor, administrador ou proprietário;

IV - razões pelas quais a empresa anterior foi cancelada, encerrada ou extinta;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	45
--	--	------------------------------	----

V - existência de dívida fiscal, tributária, trabalhista ou em cartório de protesto de títulos em nome do declarante;

VI - outros esclarecimentos considerados úteis.

§ 2º Analisadas as informações obtidas, a DELESP ou CV, considerando qualquer delas relevante para a instrução do processo, fará constar do parecer conclusivo as observações pertinentes, as quais, em sendo incompatíveis com a atividade de segurança privada, poderão implicar a exclusão do entrevistado do quadro societário da empresa ou o indeferimento do pedido.

**Art. 9º** As empresas de vigilância patrimonial autorizadas a funcionar na forma desta portaria deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.

### Processo de revisão de autorização

**Art. 10.** Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de vigilância patrimonial deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo instruído com:

I - os documento previstos nos incisos I, III, IV, V, VI e VII, mencionados no art. 8º desta portaria;

II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

III - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

IV - certificado de segurança válido, inclusive de suas filiais e outras instalações no mesmo Estado, caso possuam;

V - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria.


§ 1º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão, a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

§ 2º As empresas que possuírem autorizações específicas em escolta armada ou segurança pessoal deverão observar também os requisitos respectivos destas atividades.

**Art. 11.** Os processos administrativos de autorização e de revisão de funcionamento, em todos os casos previstos nesta portaria, serão, depois de analisados e instruídos pela DELESP ou CV, encaminhados à CGCSP com parecer conclusivo e, posteriormente, ao Diretor-Executivo, para decisão.

§ 1º Os alvarás de funcionamento terão validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação no D.O.U., autorizando a empresa a funcionar nos limites da unidade da federação para o qual foi expedida.

§ 2º O requerimento de revisão da autorização de funcionamento deverá ser apresentado no prazo de até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento da autorização que estiver em vigor.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	46
--	--	------------------------------	----

§ 3º Protocolado o requerimento no prazo disposto no parágrafo anterior e, não havendo qualquer decisão até a data de vencimento da autorização em vigor, poderá ser expedida declaração da situação processual pela CGCSP.

## Atividade

**Art. 12.** As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividade econômica diversa da que estejam autorizadas.

**Art. 13.** A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos estabelecimentos vigilados.

## Seção II

### Do Transporte de Valores

#### Requisitos de autorização

**Art. 14.** O exercício da atividade de transporte de valores, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

II - prova de que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de 16 (dezesseis) vigilantes com extensão em transporte de valores;

IV - comprovar a propriedade de, no mínimo, 02 (dois) veículos especiais;

V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento;

b) dependências destinadas ao setor administrativo;


c) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;

d) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira, reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso;

e) garagem exclusiva para, no mínimo, 02 (dois) veículos especiais de transporte de valores;

f) cofre para guarda de valores e numerários, com os dispositivos de segurança necessários;

g) alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com órgão policial próximo ou empresa de segurança privada;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	47
--	--	------------------------------	----

h) vigilância patrimonial e equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente;

i) sistema de comunicação próprio, que permita a comunicação ininterrupta entre seus veículos e a central da empresa.

§ 1º Caso adote um sistema de comunicação complementar, a empresa deverá comprovar a sua aquisição à DELESP ou CV, que fará comunicação à CGCSP.

§ 2º A comprovação, por parte da empresa, da contratação do efetivo mínimo de vigilantes poderá ser feita até 60 (sessenta) dias após a publicação do alvará de funcionamento.

§ 3º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

**Art. 15.** As empresas que desejarem constituir filial ou outras instalações na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado, não necessitarão de nova autorização do Diretor-Executivo, ficando, no entanto, obrigadas a proceder conforme o art. 5º desta portaria.

### **Certificado de Segurança**

**Art. 16.** O interessado que pretender autorização para funcionamento de empresa de transporte de valores deverá possuir certificado de segurança, conforme estabelecido nos arts. 6º e 7º desta portaria.

### **Certificado de Vistoria**

**Art. 17.** Os veículos especiais utilizados pelas empresas de transporte de valores deverão possuir Certificado de Vistoria, cuja expedição ou renovação deverá ser requerida pelo interessado à DELESP ou CV da circunscrição do estabelecimento ao qual o veículo especial estiver vinculado, desde que esteja com a autorização de funcionamento em vigor, devendo anexar:

I - cópia do documento que comprove a posse ou propriedade do veículo especial;

II - fotografias dos veículos especiais, coloridas, de frente, lateral, traseira e do sistema de comunicação veicular, quando da primeira expedição;


III - cópias autênticas dos certificados de qualidade e de conformidade;

IV - documentação que comprove a regularidade junto ao órgão de trânsito competente;

V - comprovante do recolhimento da taxa correspondente.

§ 1º O veículo especial deverá atender às exigências contidas na Portaria nº 1.264/MJ, de 29 de setembro de 1995, e alterações posteriores, bem como em regulamentação do Comando do Exército, incluindo sistema de comunicação, por veículo, que permita a comunicação ininterrupta com a central da empresa.

§ 2º A DELESP ou CV, após analisar o requerimento de vistoria do veículo especial, comunicará ao interessado a data, horário e local em que será realizada a vistoria, juntamente com a guarnição e o armamento utilizado.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	48
--	--	------------------------------	----

§ 3º Não será expedido certificado de vistoria para os veículos especiais que não estiverem em perfeitas condições de uso.

**Art. 18.** Após a vistoria do veículo especial, a DELESP ou CV lavrará o respectivo relatório, consignando a aprovação ou os motivos que ensejaram a reprovação, submetendo-o à apreciação do Superintendente Regional.

§ 1º Aprovada a vistoria, o certificado de vistoria será expedido pelo Superintendente Regional, tendo validade de 01 (um) ano.

§ 2º O requerimento de renovação do certificado de vistoria deverá ser apresentado no prazo de até 30 (trinta) dias antes da data do seu vencimento, devendo ser instruído com os documentos previstos no art. 17 desta portaria.

§ 3º Do ato que reprovar a vistoria caberá recurso, em 10 (dez) dias, dirigido ao Superintendente Regional, que, se não reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará ao Diretor-Executivo.

§ 4º O recurso poderá ser instruído com a prova do saneamento das irregularidades apontadas.

§ 5º O Diretor-Executivo decidirá o recurso com base na documentação existente, podendo designar uma Comissão Especial para vistoria definitiva.

§ 6º O trânsito em julgado da decisão que reprovar o veículo especial poderá ensejar a lavratura do auto de infração correspondente.

§ 7º Na hipótese de reprovação, o interessado que desejar solucionar a irregularidade deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo requerimento.

**Art. 19.** Os veículos especiais de transporte de valores somente poderão trafegar acompanhados da via original ou cópia autenticada do respectivo certificado de vistoria, afixado na parte de dentro do pára-brisa do veículo.

## Processo de autorização

**Art. 20.** Para obter autorização de funcionamento, as empresas de transporte de valores deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;


III - certidões negativas de débito do FGTS, da Previdência Social, da Receita Federal e da Dívida Ativa da União;

IV - comprovante do capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

V - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, Título de Eleitor e Certificado de Reservista dos administradores, diretores, gerentes e sócios;

VI - certidões negativas de registros criminais expedidas pela Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, assim como pela Justiça Federal, Estadual, Militar dos Estados e da União, onde houver, e



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	49
--	--	------------------------------	----

Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa;

VII - certidão negativa de débito da Dívida Ativa da União, relativamente aos sócios;

VIII - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro do vigilante devidamente fardado, de frente, costas e lateral;

IX - declaração das Forças Armadas e Auxiliares ou das DELESP e CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

X - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada, setor operacional e do local de guarda de armas e munições;

XI - cópia dos documentos de propriedade de, no mínimo, 02 (dois) veículos especiais de transporte de valores de uso exclusivo, dotados de sistema de comunicação, identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa;

XII - fotografias coloridas dos veículos especiais, demonstrando o nome e logomarca da empresa, da frente, lateral, traseira e do sistema de comunicação veicular;

XIII - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço;

XIV - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.

**Art. 21.** As empresas de transporte de valores autorizadas a funcionar na forma desta portaria deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.

### Processo de revisão de autorização

**Art. 22.** Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de transporte de valores deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, instruído com:

I - os documentos previstos nos incisos I, III, IV, V, VI e VII, mencionados no art. 20 desta portaria;

II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos especiais utilizados;


III - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

IV - certificado de segurança de segurança válido, inclusive de suas filiais e outras instalações no mesmo estado, caso possuam;

V - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria.

§ 1º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão, a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

§ 2º Os veículos especiais deverão estar com os certificados de vistoria válidos.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	50
--	--	------------------------------	----

§ 3º As empresas que possuírem autorizações específicas em escolta armada ou segurança pessoal deverão observar também os requisitos respectivos destas atividades.

## Atividade

**Art. 23.** As empresas de transporte de valores não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.

**Art. 24.** As empresas de transporte de valores deverão utilizar uma guarnição mínima de 04 (quatro) vigilantes por veículo especial, já incluído o condutor, todos com extensão em transporte de valores.

**Art. 25.** No transporte de valores de instituições financeiras, as empresas de transporte de valores deverão utilizar veículos especiais, de sua posse ou propriedade, nos casos em que o numerário a ser transportado seja igual ou superior a 20.000 (vinte mil) UFIR.

**Parágrafo único.** Nos casos em que o numerário a ser transportado for maior que 7.000 (sete mil) e inferior a 20.000 (vinte mil) UFIR, poderá ser utilizado veículo comum, de posse ou propriedade das empresas de transporte de valores, sempre com a presença de, no mínimo, 02 (dois) vigilantes especialmente habilitados.

**Art. 26.** Nas regiões onde for comprovada a impossibilidade do uso de veículo especial, as empresas de transporte de valores poderão ser autorizadas a efetuar o transporte por via aérea, fluvial ou por outros meios, devendo:

I - utilizar, no mínimo, 02 (dois) vigilantes especialmente habilitados;

II - adotar as medidas de segurança necessárias, por ocasião do embarque e desembarque dos valores, junto às aeronaves, embarcações ou outros veículos;

III - observar as normas da Aviação Civil, da Capitania dos Portos ou de outros órgãos fiscalizadores, conforme o caso;

IV - comprovar que possui convênio ou contrato com outra empresa de transporte de valores devidamente autorizada, quando não possuir autorização na(s) unidade(s) da federação por onde necessite transitar durante o transporte.


**Parágrafo único.** Aplicar-se-á o disposto neste artigo aos casos em que for necessário realizar o transporte de forma intermodal, isto é, por mais de uma modalidade de veículo, quer seja aéreo, fluvial ou por qualquer outro meio.

**Art. 27.** As empresas que exercerem atividade de transporte de valores poderão transitar por outras Unidades da Federação.

**Art. 28.** A mudança do local onde o veículo especial estiver operando deverá ser previamente comunicada à DELESP ou CV.

§ 1º A desativação do veículo especial, e a eventual reativação, deverá ser precedida de expedição do Certificado de Vistoria respectivo, observando o procedimento previsto nos arts. 17 e 18.

§ 2º No caso de desativação temporária, a empresa comunicará à DELESP ou CV o motivo da desativação bem como o local onde o veículo especial poderá ser encontrado.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	51
--	--	------------------------------	----

**Art. 29.** As empresas de transporte de valores, as que possuem serviço orgânico de transporte de valores e os estabelecimentos financeiros poderão proceder à alienação entre si, a qualquer título, de seus veículos especiais, desde que haja a devida comunicação à DELESP ou CV em até 05 (cinco) dias úteis, devendo o adquirente requerer a renovação dos certificados de vistoria correspondentes, observando-se o procedimento previsto nos arts. 17 e 18.

### Seção III

#### Da Escolta Armada

##### Requisitos de autorização

**Art. 30.** O exercício da atividade de escolta armada dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir autorização há pelo menos 01 (um) ano na atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores;

II - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de 08 (oito) vigilantes com extensão em escolta armada e experiência mínima de um ano nas atividades de vigilância ou transporte de valores;

III - comprovar a posse ou propriedade de, no mínimo, 02 (dois) veículos, os quais deverão possuir as seguintes características:

- a) estar em perfeitas condições de uso;
- b) 04 (quatro) portas e sistema que permita a comunicação ininterrupta com a central da empresa;
- c) ser identificados e padronizados, com inscrições externas que contenham o nome, o logotipo e a atividade executada pela empresa.

##### Processo de autorização

**Art. 31.** Para obter autorização de funcionamento na atividade, as empresas que desejarem exercer a atividade de escolta armada deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:


I - os previstos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e XIV, mencionados no art. 8º desta portaria;

II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

III - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas de corpo inteiro do vigilante devidamente fardado, de frente, costas e lateral;

IV - declaração das Forças Armadas e Auxiliares ou das DELESP e CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

V - cópia dos documentos de posse ou propriedade de, no mínimo, 02 (dois) veículos de escolta para uso exclusivo da empresa, dotados de sistema de comunicação, identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	52
--	--	------------------------------	----

VI - fotografias coloridas dos veículos pela frente, lateral, traseira e do sistema de comunicação veicular;

VII - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço;

VIII - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

IX - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria.

§1º Os requisitos dos incisos III e IV somente serão exigidos caso a empresa pretenda utilizar uniforme diverso do já autorizado pelo DPF em suas atividades de segurança privada.

§2º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão ou a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

**Art. 32.** As empresas autorizadas a exercer a atividade de escolta armada deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.

### Atividade

**Art. 33.** Os vigilantes empenhados na atividade de escolta armada deverão compor uma guarnição mínima de 04 (quatro) vigilantes, por veículo, já incluído o condutor, todos especialmente habilitados.

**Parágrafo único.** Nos casos de transporte de cargas ou valores de baixo valor, a critério do contratante, a guarnição referida no *caput* poderá ser reduzida até a metade.

**Art. 34.** A execução da escolta armada iniciar-se-á, obrigatoriamente, no âmbito da Unidade da Federação em que a empresa possua autorização.

**Art. 35.** As empresas que exercerem a escolta armada cujos veículos necessitarem, no exercício das atividades, transitar por outras unidades da federação, deverão comunicar a operação, previamente, às unidades do DPF e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, e às Secretarias de Segurança Pública respectivas.

## Seção IV


### Da Segurança Pessoal

#### Requisitos de autorização

**Art. 36.** O exercício da atividade de segurança pessoal dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir autorização há pelo menos 01 (um) ano na atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores;

II - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de 08 (oito) vigilantes com extensão em Segurança Pessoal e experiência mínima de um ano nas atividades de vigilância ou transporte de valores.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	53
--	--	------------------------------	----

## Processo de autorização

**Art. 37.** Para obter autorização de funcionamento, as empresas que desejarem exercer a atividade de segurança pessoal deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:

I - os previstos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e XIV, mencionados no art. 8º desta portaria;

II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

III - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

IV - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria.

§1º. Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão ou a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

§2º. O vigilante deverá utilizar em serviço traje adequado à missão, estabelecido pela empresa, não assemelhado ao uniforme das forças de segurança pública, com logotipo, visível ou não, portando todos os documentos aptos a comprovar a regularidade da execução do serviço de segurança pessoal contratado.

**Art. 38.** As empresas autorizadas a exercer a atividade de segurança pessoal deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.

## Atividade

**Art. 39.** A execução da segurança pessoal iniciar-se-á, obrigatoriamente, no âmbito da Unidade da Federação em que a empresa possua autorização.

**Art. 40.** As empresas que exercerem a atividade de segurança pessoal cujos vigilantes necessitarem transitar por outras unidades da federação, deverão comunicar a operação, previamente, às unidades do DPF e do DPRF, e às Secretarias de Segurança Pública respectivas.

## Seção V


### Dos Cursos de Formação

## Requisitos de autorização

**Art. 41.** O exercício da atividade de curso de formação, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

II - comprovar a idoneidade dos sócios, administradores, diretores, gerentes e empregados, mediante a apresentação de certidões negativas de registros criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	54
--	--	------------------------------	----

III - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento;

b) dependências destinadas ao setor administrativo

c) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira, reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso.

d) vigilância patrimonial ou equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente.

e) no mínimo, 03 (três) salas de aula adequadas, possuindo capacidade mínima para formação mensal simultânea de 60 (sessenta) vigilantes, limitando-se o número de 45 (quarenta e cinco) alunos por sala de aula;

f) local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal;

g) sala de instrutores;

h) estande de tiro próprio ou convênio com organização militar, policial ou clube de tiro.

§ 1º Possuindo estande de tiro próprio, sua aprovação e autorização dependerão da observância das seguintes especificações e dispositivos de segurança:

I - distância mínima de 10 (dez) metros da linha de tiro até o alvo;

II - 04 (quatro) ou mais boxes de proteção, com igual número de raias sinalizadas;

III - pára-balas disposto de maneira que impeça qualquer forma de ricochete;

IV - sistema de exaustão forçada e paredes revestidas com proteção acústica, quando se tratar de recinto fechado localizado em área urbana.

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de curso de formação.


## **Certificado de Segurança**

**Art. 42.** O interessado que pretender autorização para funcionamento de empresa de curso de formação deverá possuir certificado de segurança, conforme estabelecido nos arts. 6º e 7º desta portaria.

**Parágrafo único.** A empresa de curso de formação só poderá desenvolver suas atividades no interior das instalações aprovadas pelo certificado de segurança.

## **Processo de autorização**

**Art. 43.** Para obter autorização de funcionamento, as empresas de curso de formação deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	55
--	--	------------------------------	----

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - certidões negativas de débito do FGTS, da Previdência Social, da Receita Federal e da Dívida Ativa da União;

IV - comprovante do capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

V - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, Título de Eleitor e Certificado de Reservista ou dos administradores, diretores, gerentes e sócios;

VI - prova de que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

VII - certidão negativa de débito da Dívida Ativa da União, relativamente aos sócios;

VIII - relação dos instrutores, anexando cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, documentos que comprovem a habilitação necessária para seu credenciamento junto ao DPF e prova de que não tenham condenação criminal registrada;

IX - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada, do local de guarda de armas e munições, das salas de aula, do local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal e do estande de tiro próprio, se houver;

X - cópia dos documentos que comprovem o convênio com organização militar, policial ou clube de tiro, se for o caso;

XI - cópia do modelo dos certificados de conclusão dos cursos a serem ministrados;

XII - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.

### **Processo de revisão de autorização**

**Art. 44.** Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de curso de formação deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, instruído com:

I - os documentos previstos nos incisos I, III, IV, V, VI e VII mencionados no art. 43 desta portaria;


II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

III - certificado de segurança válido, inclusive de suas filiais e outras instalações no mesmo Estado, caso possuam;

IV - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria.

### **Atividade**

**Art. 45.** As empresas de curso de formação não poderão desenvolver atividade econômica diversa da que esteja autorizada.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	56
--	--	------------------------------	----

**Art. 46.** As empresas de curso de formação deverão:

I - matricular apenas alunos que comprovem os requisitos do art. 109;

II - informar ao DPF, em até 05 (cinco) dias após o início de cada curso de formação ou de extensão, a relação nominal e a qualificação dos candidatos matriculados;

III - informar ao DPF, em até 24 (vinte e quatro) horas após o início de cada curso de reciclagem, a relação nominal e a qualificação dos candidatos matriculados;

IV - informar ao DPF, em até 05 (cinco) dias após a conclusão de cada curso de formação, extensão ou reciclagem, a relação nominal e a qualificação dos candidatos aprovados, encaminhando-se os documentos que comprovem os requisitos do art. 109, bem como os respectivos certificados para registro, informando-se também a quantidade de munição efetivamente utilizada;

V - manter em arquivo a documentação apresentada pelos vigilantes, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos;

VI - utilizar somente armas e munições de sua propriedade, com as exceções previstas nos arts. 51 e 74, parágrafo único, desta portaria;

VII - comunicar, em até de 48 (quarenta e oito) horas, o descredenciamento de qualquer de seus instrutores.

**Art. 47.** Os novos instrutores das empresas de curso de formação deverão ser previamente credenciados pela DELESP ou CV, cujo indeferimento poderá ser objeto de recurso dirigido ao Superintendente Regional, no prazo de 10 (dez) dias.

**Parágrafo único.** Os instrutores de armamento e tiro terão credenciamento especial, conforme normatização específica do DPF.

**Art. 48.** As empresas de curso de formação expedirão certificados de conclusão de curso, que deverão conter os dados de identificação do vigilante, o período de duração e a carga horária.

**Parágrafo único.** Os certificados de conclusão terão validade em todo o território nacional, após devidamente registrados pela DELESP ou CV, que verificará se a empresa de curso de formação possui autorização e certificado de segurança válidos, cuja falta impedirá os registros.

**Art. 49.** As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão repassar às empresas de curso de formação as munições que pretender substituir por novas, desde que:

I - sejam utilizadas na formação, extensão ou reciclagem de seus vigilantes;


II - adquiram, mediante autorização, as munições que irão substituir as que serão utilizadas;

III - obtenham prévia autorização para o transporte das munições que serão utilizadas.

**Parágrafo único.** As empresas de curso de formação deverão registrar a munição recebida, informando ao DPF sua utilização.

**Art. 50.** As empresas de curso de formação poderão ministrar cursos de supervisão de segurança ou similares, vedando-se, no caso, o registro profissional e o registro do certificado de conclusão do curso.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	57
--	--	------------------------------	----

**Art. 51.** As empresas de curso de formação poderão ministrar cursos de segurança não previstos nas grades curriculares anexas a esta portaria, a quaisquer pessoas interessadas, com uso de armas e munições de propriedade destas, vedando-se, no caso, o registro profissional e o registro do certificado de conclusão do curso.

**Art. 52.** Não serão autorizados os cursos de formação, extensão e reciclagem de vigilantes realizados por instituições militares e policiais.

**Art. 53.** Os representantes sindicais dos empresários e empregados das atividades de segurança privada terão acesso às instalações das empresas de curso de formação podendo, inclusive, participar como observadores dos exames finais e formatura dos vigilantes, desde que comuniquem com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas aos dirigentes dos cursos.

**Parágrafo único.** Os líderes classistas mencionados neste artigo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade por ocasião de suas visitas, deverão formular suas representações por escrito à DELESP ou CV.

## CAPÍTULO IV

### DO SERVIÇO ORGÂNICO DE SEGURANÇA


#### Requisitos de autorização

**Art. 54.** A empresa que pretender instituir serviço orgânico de segurança deverá requerer autorização prévia ao DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - exercer atividade econômica diversa da vigilância patrimonial e transporte de valores;
- II - utilizar os próprios empregados na execução das atividades inerentes ao serviço orgânico de segurança;
- III - comprovar que os administradores, diretores, gerentes e empregados que sejam responsáveis pelo serviço orgânico de segurança não tenham condenação criminal registrada;
- IV - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:
  - a) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;
  - b) sistema de alarme ou outro meio de segurança eletrônica, conectado com a unidade local da Polícia Militar, Civil ou empresa de segurança privada;
  - c) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições.

**Parágrafo único.** Os requisitos do inciso IV, alíneas "a" e "b", poderão ser dispensados pelo Superintendente tendo em vista as peculiaridades da empresa solicitante, tais como número de vigilantes, extensão da área, porte das instalações e sua localização.

**Art. 55.** As empresas que desejarem constituir serviço orgânico em filial ou outras instalações na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado, não necessitarão de nova autorização do Diretor-Executivo, devendo apenas comunicar à DELESP ou CV e requerer a expedição de novo certificado de segurança, observados os termos do art. 56.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	58
--	--	------------------------------	----

## Certificado de Segurança

**Art. 56.** Os estabelecimentos das empresas com serviço orgânico de segurança deverão possuir certificado de segurança, conforme estabelecido nos arts. 6º e 7º desta portaria, ficando dispensados no caso de possuir, no máximo, 05 (cinco) armas de fogo, devendo, nesta hipótese, manter o referido armamento em cofre exclusivo.

## Processo de autorização

**Art. 57.** Para obter autorização de funcionamento, as empresas com serviço orgânico de segurança deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, Título de Eleitor e Certificado de Reservista dos responsáveis pelo serviço orgânico de segurança;

IV - certidões negativas de registros criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar, dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos responsáveis pelo serviço orgânico de segurança, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa;

V - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro, do vigilante devidamente fardado, de frente, costas e lateral;

VII - declaração das Forças Armadas e Auxiliares ou das DELESP e CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

VIII - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial do setor operacional e do local de guarda de armas e munições;


IX - fotografias coloridas dos veículos especiais, se houver, da frente, lateral, traseira e do sistema de comunicação veicular;

XII - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço, se houver veículos especiais;

XIII - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.

**Art. 58.** As empresas com serviço orgânico autorizadas a funcionar na forma desta portaria deverão informar o início da sua atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.

## Processo de revisão de autorização

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	59
--	--	------------------------------	----

**Art. 59.** Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas com serviço orgânico de segurança deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, instruído com:

I - os documentos previstos nos incisos I, III, IV, V e XIII mencionados no art. 57 desta portaria;

II - relação atualizada dos vigilantes, das armas, das munições e dos veículos especiais utilizados;

III - certificado de segurança válido, se exigível, inclusive de suas filiais e outras instalações no mesmo Estado;

IV - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria.

**Parágrafo único.** Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão ou a reciclagem, e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

### Atividade

**Art. 60.** A empresa com serviço orgânico de segurança poderá exercer as atividades de vigilância patrimonial e de transporte de valores, desde que devidamente autorizada e exclusivamente em proveito próprio.

§ 1º A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos estabelecimentos da empresa com serviço orgânico de segurança, assim como das residências de seus sócios ou administradores.

§ 2º A atividade de transporte de valores observará o disposto nos arts. 24 a 28.

## CAPÍTULO V

### DA FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS DE SEGURANÇA DOS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS


#### Requisitos

**Art. 61.** Os estabelecimentos financeiros que realizarem guarda de valores ou movimentação de numerário deverão possuir serviço orgânico de segurança, autorizado a executar vigilância patrimonial ou transporte de valores, ou contratar empresa especializada, devendo, em qualquer caso, possuir plano de segurança devidamente aprovado pela DELESP ou CV.

**Art. 62.** O plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:

I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;

II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento, bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	60
--	--	------------------------------	----

III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de 30 (trinta) dias;

IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura;

V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

§ 1º Os elementos previstos nos incisos I e II são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais 01 (um) dentre os previstos nos incisos III a V.

§ 2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V serão utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência.

§ 3º As instalações físicas da instituição financeira integram o plano de segurança, devendo ser adequadas e suficientes para garantir a segurança da atividade bancária.

§ 4º O plano de segurança tem caráter sigiloso, devendo ser elaborado pelo próprio estabelecimento financeiro ou pela empresa especializada por ele contratada para fazer a sua vigilância patrimonial.

## **Processo de análise do plano de segurança**

**Art. 63.** O estabelecimento financeiro deverá requerer à DELESP ou CV, de sua circunscrição, a aprovação de seu plano de segurança, devendo anexar:

I - a descrição da quantidade e da disposição dos vigilantes;

II - os projetos de construção, instalação e manutenção do sistema de alarme, sob a responsabilidade de empresa idônea;

III - descrição de toda a área do estabelecimento, indicando os pontos de acesso de pessoas e de veículos especiais, local de guarda de numerário, localização dos vigilantes e dos dispositivos de segurança adotados;


IV - cópia do alvará do serviço orgânico de segurança ou resumo do contrato de prestação de serviço com empresa de segurança, conforme o caso;

V - cópia da última portaria de aprovação do plano de segurança, em caso de renovação;

VI - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.

**Art. 64.** Após análise do plano de segurança e a vistoria do estabelecimento financeiro, a DELESP ou CV lavrará o respectivo relatório de vistoria, consignando a proposta de aprovação ou os motivos que ensejaram a sua reprovação.

§ 1º Aprovado o plano de segurança pela DELESP ou CV, será o mesmo submetido ao Superintendente Regional, o qual expedirá a respectiva portaria, que terá validade de 01 (um) ano.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	61
--	--	------------------------------	----

§ 2º Reprovado o plano pela DELESP ou CV, caberá recurso, em 10 (dez) dias, dirigido ao Superintendente Regional, podendo ser instruído com o saneamento das faltas que motivaram a reprovação.

§ 3º O requerimento de renovação do plano de segurança deverá ser apresentado no prazo de até 30 (trinta) dias antes da data do seu vencimento, devendo ser instruído com os documentos previstos no art. 63 desta portaria.

§ 4º A decisão do Superintendente que mantiver a reprovação do plano de segurança, assim como o transcurso do prazo para recurso sem a sua interposição, ensejarão a lavratura do auto de infração correspondente.

### **Execução dos planos de segurança**

**Art. 65.** Os estabelecimentos financeiros que realizem guarda de valores ou movimentação de numerário somente poderão utilizar vigilantes armados, ostensivos e com coletes à prova de balas.

**Art. 66.** O transporte de numerário, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, deverá ser efetuado conforme o art. 25 desta portaria.

**Art. 67.** Os estabelecimentos financeiros que utilizarem portas de segurança deverão possuir detector de metal portátil, a ser utilizado em casos excepcionais, quando necessária a revista pessoal.

**Art. 68.** As salas de auto-atendimento, quando contíguas às agências e postos bancários, integram a sua área e deverão possuir, pelo menos, 01 (um) vigilante armado, ostensivo e com colete à prova de balas, conforme análise feita pela DELESP ou CV por ocasião da vistoria do estabelecimento.

**Art. 69.** Qualquer alteração nos planos de segurança deverá ser previamente autorizada pelo DPF, seguindo o procedimento previsto no art. 63 desta portaria.

**Parágrafo único.** Configura também alteração do plano de segurança qualquer mudança de endereço ou alteração física das instalações bancárias.


## **CAPÍTULO VI**

### **DOS PRODUTOS CONTROLADOS E ACESSÓRIOS**

**Art. 70.** As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente poderão utilizar as armas, munições, coletes à prova de balas e outros equipamentos descritos nesta portaria, cabendo ao Diretor-Executivo do Departamento de Polícia Federal (DIREX), autorizar, em caráter excepcional e individual, a aquisição e uso pelas empresas de outras armas e equipamentos, considerando as características estratégicas de sua atividade ou sua relevância para o Interesse Nacional.

§ 1º As empresas de vigilância patrimonial poderão dotar seus vigilantes, quando em efetivo serviço, de revólver calibre 32 ou 38, cassetete de madeira ou de borracha, além de algemas, vedando-se o uso de quaisquer outros instrumentos não autorizados pelo DIREX.

§ 2º As empresas de transporte de valores e as que exercerem a atividade de escolta armada poderão dotar seus vigilantes de carabina de repetição calibre 38, espingardas de uso permitido nos

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	62
--	--	------------------------------	----

calibres 12, 16 ou 20, e pistolas semi-automáticas calibre .380 "Short" e 7,65 mm, além dos instrumentos previstos no § 1º deste artigo.

§ 3º As empresas que exercerem a atividade de segurança pessoal poderão dotar seus vigilantes de pistolas semi-automáticas calibre .380 "Short" e 7,65 mm, além do previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º As empresas de curso de formação poderão adquirir todas as armas e munições previstas neste artigo, bem como material e petrechos para recarga.

§ 5º As empresas com serviço orgânico de segurança poderão adquirir as armas e munições previstas para as empresas de vigilância patrimonial e as de transporte de valores, conforme a autorização que possuir.

§ 6º As empresas de vigilância patrimonial e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão, excepcionalmente, adquirir carabinas de repetição calibre 38, conforme as características da área vigilada.

§ 7º As empresas de transporte de valores deverão, e as demais empresas de segurança privada poderão, dotar seus vigilantes de coletes à prova de balas, observando-se a regulamentação específica do Comando do Exército;

§ 8º Cada veículo especial de transporte de valores ou de escolta armada deve contar com uma arma curta para cada vigilante e, no mínimo, uma arma longa para cada dois integrantes da guarnição.

## Requisitos para aquisição

**Art. 71.** As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente serão autorizadas a adquirir armas, munições e coletes à prova de balas se estiverem com a autorização de funcionamento e o certificado de segurança válidos, e desde que haja a comprovação de contratação do efetivo mínimo de vigilantes.


§ 1º A comprovação do efetivo mínimo de que trata o *caput* deverá obedecer às disposições específicas para cada atividade autorizada, sendo dispensada para empresas com serviço orgânico de segurança.

§ 2º No caso de empresas de transporte de valores e de empresas com serviço orgânico de transporte de valores, somente serão autorizadas as aquisições de armas, munições e coletes à prova de balas para uso em veículos especiais se os certificados de vistoria correspondentes estiverem válidos.

**Art. 72.** Os requerimentos de aquisição de armas, munições e coletes à prova de balas das empresas especializadas, com exceção das empresas de curso de formação, poderão ser feitos simultaneamente ao requerimento de autorização para funcionamento, em procedimentos separados, podendo ser solicitadas, neste caso, até 10 (dez) armas, com até 03 (três) cargas de munição para cada uma delas.

§ 1º No caso de empresas de transporte de valores, poderão ser solicitadas, ainda, 04 (quatro) espingardas calibre 12, com 03 (três) cargas de munição correspondente, para cada veículo especial adquirido.

§ 2º As armas e munições adquiridas pelas novas empresas poderão, quando necessário, permanecer em depósito na DELESP ou CV da respectiva circunscrição, com exceção do armamento e respectiva

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	63
--	--	------------------------------	----

munição necessários à defesa das próprias instalações, sendo a retirada das demais autorizada conforme a necessidade operacional da empresa, comprovada mediante a apresentação de contratos que justifiquem a sua utilização em postos de serviço ou outro documento que justifique a utilização do material.

**Art. 73.** As empresas de segurança especializadas, exceto as empresas de curso de formação, terão seus requerimentos de aquisição de armas e munições analisados com base nos contratos de prestação de serviço que justifiquem as respectivas aquisições, bem como nos veículos especiais e de escolta que possuírem.

**Parágrafo único.** As empresas com serviço orgânico de segurança terão seus requerimentos analisados observando-se a quantidade de vigilantes, por turno de trabalho, e as características da área vigilada.

**Art. 74.** Os requerimentos poderão ser formulados com a finalidade de substituir armas e munições obsoletas, inservíveis ou imprestáveis, situação em que deverão ser entregues à DELESP ou CV, para serem encaminhados ao Comando do Exército para destruição, logo após o recebimento da autorização respectiva.

**Parágrafo único.** As munições obsoletas de que trata o *caput* poderão ser doadas aos cursos de formação para fins de realização dos cursos de formação, reciclagem ou extensão dos vigilantes da empresa doadora, devendo ser feita prévia comunicação à DELESP ou CV, assim como realizados os competentes registros de saída da munição da empresa doadora e entrada da munição no curso de formação.

**Art. 75.** Os requerimentos poderão ser formulados com base em ocorrências de furtos ou roubos de armas, munições ou coletes à prova de balas, até 6 (seis) meses após os fatos, desde que:

- I - sejam adotadas as providências previstas no art. 93 desta portaria;
- II - tenham sido adotadas providências no sentido de coibir e inibir tais sinistros;
- III - a análise do histórico das ocorrências assim recomendar.

**Art. 76.** As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir pelo menos 02 (duas) e no máximo 03 (três) cargas para cada arma que possuírem, de acordo com o calibre respectivo.


**Art. 77.** A quantidade mínima de munição das empresas de transporte de valores deverá ser de 02 (duas) cargas completas por cada arma que a empresa possuir.

**Art. 78.** Nos requerimentos de aquisição de armas de fogo das empresas de transporte de valores, observar-se-ão os quantitativos abaixo indicados:

- I - revólveres calibre 38, pistolas semi-automática .380 "short" ou 7,65 mm, sendo 01 (uma) arma para cada vigilante da guarnição do veículo especial;
- II - 02 (duas) espingardas calibre 12 para cada veículo especial, no mínimo.

**Art. 79.** As empresas de curso de formação poderão adquirir armas conforme a sua capacidade de formação simultânea, limitando-se o quantitativo de armas a 30% (trinta por cento) dessa capacidade.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	64
--	--	------------------------------	----

**Art. 80.** As empresas de curso de formação poderão adquirir munição em quantidade máxima, de acordo com a quantidade e o tipo de calibre descritos no programa de matéria de Armamento e Tiro, constante de cada anexo desta portaria, tomando-se por base a média mensal de alunos formados nos últimos 06 (seis) meses, multiplicada por 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) – fator de crescimento médio semestral – e depois por 6,00 (seis) – correspondente à munição prevista para 06 (seis) meses de atividade, subtraído do total o estoque remanescente da requerente.

**Parágrafo Único.** Em se tratando de primeira autorização, a empresa de curso de formação poderá adquirir munição em quantidade máxima, de acordo com o tipo de calibre antes descrito, tomando-se por base a capacidade de formação simultânea (número de alunos por sala de aula multiplicado pelo número de salas de aulas), multiplicada por 06 (seis) – correspondente à munição prevista para 06 (seis) meses de atividade.

**Art. 81.** As empresas de curso de formação poderão adquirir materiais para recarga de munições, tais como estojo, projétil, espoleta e pólvora, observando-se o disposto no art. 80 desta portaria.

**Parágrafo único.** Somente será autorizada a aquisição do equipamento de recarga destinado ao manejo dos calibres previstos no art. 70 desta portaria.

**Art. 82.** Somente será autorizada a aquisição de armas, munições, equipamentos e materiais para recarga, e coletes à prova de balas, em estabelecimentos comerciais autorizados pelo Comando do Exército, ou de empresas de segurança privada autorizadas pelo DPF.

## **Processo de aquisição de armas e munições**

**Art. 83.** As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem adquirir armas e munições deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, informando a quantidade e especificações das armas e munições, anexando os seguintes documentos:

I - relação das armas e munições que possui, descrevendo o calibre, número de série e número de registro no SINARM, o local ou posto de serviço onde estão situadas, ou declaração de que não as possui firmada pelo seu representante legal;

II - relação atualizada dos vigilantes;

III - cópia do contrato firmado com o contratante do serviço, contendo o número de vigilantes, local da prestação do serviço e total de armas previsto para a execução do contrato, em vigor há, no máximo, 06 (seis) meses;


IV - relação alusiva aos incidentes de roubo, furto, extravio, perda e recuperação de armas e munições de propriedade da empresa, referente aos últimos 12 (doze) meses que antecederem a data do requerimento, informando as medidas adotadas para inibir e/ou impedir novas ocorrências, e as medidas disciplinares adotadas quanto à caracterização de dolo ou culpa dos profissionais possivelmente envolvidos;

V - comprovante do recolhimento da taxa correspondente.

§ 1º Além da documentação acima relacionada, a empresa deverá apresentar os livros de registro e controle de armas e de munições, podendo utilizar sistema informatizado, que será verificado pela DELESP ou CV, observando-se:

I - os termos de abertura e encerramento, assinado pelo dirigente ou representante da empresa;



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	65
--	--	------------------------------	----

II - numeração e rubrica das folhas;

III - quanto ao livro de registro e controle de armas, deverá conter informações mencionando número e data de publicação do alvará de autorização de aquisição; dados do fornecedor, incluindo razão social, CNPJ e endereço; número e data de emissão da nota fiscal; dados da arma adquirida, incluindo espécie, marca, calibre, número de série, número no SINARM; e histórico de ocorrências;

IV - quanto ao livro de registro e controle de munições, deverá conter informações mencionando número e data de publicação do alvará de autorização de aquisição; dados do fornecedor, incluindo razão social, CNPJ e endereço; número e data de emissão da nota fiscal; dados da munição adquirida, incluindo calibre, marca, quantidade adquirida, estoque anterior, quantidade consumida e total; e histórico do consumo e utilização.

§ 2º O disposto no inciso III do caput não se aplica às empresas com serviço orgânico de segurança.

§ 3º A empresa autorizada a exercer a atividade de escolta armada deverá apresentar a documentação de posse ou propriedade dos veículos utilizados na atividade, cujo quantitativo também será considerado na análise de aquisição de armamento.

§ 4º A empresa de transporte de valores deverá apresentar a documentação de posse ou propriedade dos veículos utilizados na atividade, bem como os respectivos certificados de vistoria em vigor, cujo quantitativo também será considerado na análise de aquisição de armamento.

**Art. 84.** As empresas de curso de formação que desejarem adquirir armas, munições, equipamentos e materiais para recarga deverão apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, especificando a natureza e a quantidade, anexando os seguintes documentos:

I - relação das armas e munições que possui, descrevendo o calibre, número de série e número de registro no SINARM, bem com os materiais de recarga, ou declaração de que não as possui, firmada pelo seu representante legal;

II - declaração da capacidade simultânea de formação de vigilantes, mencionando o número de salas de aulas;

III - comprovação de que o estoque atual está igual ou inferior a 30 % (trinta por cento) de sua capacidade simultânea de formação;


IV - relação alusiva aos incidentes de roubo, furto, extravio, perda e recuperação de armas, munições de propriedade da empresa, referente aos últimos 12 (doze) meses que antecederem a data do requerimento, informando as medidas adotadas para inibir e/ou impedir novas ocorrências, e as medidas disciplinares adotadas quanto à caracterização de dolo ou culpa dos profissionais possivelmente envolvidos;

V - comprovante do recolhimento da taxa correspondente.

**Parágrafo único.** Além da documentação acima relacionada, a empresa deverá apresentar os livros de registro e controle de armas e de munições, podendo utilizar sistema informatizado, que será verificado pela DELESP ou CV, observando-se:

I - os termos de abertura e encerramento, assinado pelo dirigente ou representante da empresa;

II - numeração e rubrica das folhas;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	66
--	--	------------------------------	----

III - quanto ao livro de registro e controle de armas, deverá conter informações mencionando número e data de publicação do alvará de autorização de aquisição; dados do fornecedor, incluindo razão social, CNPJ e endereço; número e data de emissão da nota fiscal; dados da arma adquirida, incluindo espécie, marca, calibre, número de série, número no SINARM; e histórico de ocorrências;

IV - quanto ao livro de registro e controle de munições, deverá conter informações mencionando número e data de publicação do alvará de autorização de aquisição; dados do fornecedor, incluindo razão social, CNPJ e endereço; número e data de emissão da nota fiscal; dados da munição adquirida, incluindo calibre, marca, quantidade adquirida, estoque anterior, quantidade consumida e total; e histórico do consumo e utilização.

**Art. 85.** As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão adquirir armas e munições de outras empresas especializadas e com serviço orgânico que estejam em atividade ou que as tenham encerrado, devendo apresentar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, anexando os seguintes documentos:

I - relação das armas e munições a serem transferidas, descrevendo o calibre, número de série e número de registro no SINARM;

II - cópia da portaria de cancelamento da empresa, se for o caso;

III - documento de anuência da empresa cedente em negociar o armamento, declarando a inexistência de penhora sobre este ou de qualquer outro impedimento;

IV - comprovante do recolhimento da taxa correspondente.

§ 1º As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão observar, ainda, o procedimento previsto no art. 83 desta portaria.

§ 2º As empresas de curso de formação deverão observar, ainda, o procedimento previsto no art. 84 desta portaria.

§ 3º No caso de as armas a serem adquiridas pertencerem a empresas com serviço orgânico de segurança, originalmente compradas com autorização da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC, do Comando do Exército, deverá ser anexado documento de anuência deste órgão.


**Art. 86.** A autorização para compra de armas e munições será expedida mediante alvará assinado pelo Diretor-Executivo, publicada em D.O.U, contendo CNPJ, razão social e endereço da empresa, natureza e quantidade das armas e munições autorizadas, válida por um período de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

### **Processo de aquisição de coletes à prova de balas**

**Art. 87.** As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem adquirir coletes à prova de balas deverão apresentar requerimento dirigido a DELESP ou CV, especificando quantidade, tamanho, modelo e nível de proteção, anexando os seguintes documentos:

I - relação dos coletes à prova de balas que possui, descrevendo o fabricante, o número de série, a data de fabricação, o prazo de validade e o nível de proteção, ou declaração de que não os possui, firmada pelo seu representante legal;

II - relação atualizada dos vigilantes;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	67
--	--	------------------------------	----

III - relação alusiva aos incidentes de roubo, furto, extravio, perda e recuperação de coletes à prova de balas de propriedade da empresa, referente aos últimos 12 (doze) meses que antecederem a data do requerimento, informando as medidas adotadas para inibir e/ou impedir novas ocorrências, e as medidas disciplinares adotadas quanto à caracterização de dolo ou culpa dos profissionais possivelmente envolvidos.

**Parágrafo único.** Poderão ser adquiridos coletes à prova de balas de empresas especializadas ou das que possuem serviço orgânico de segurança, que estejam em atividade ou que as tenham encerrado, devendo ser anexados os seguintes documentos:

I - relação dos coletes a serem transferidos, descrevendo o fabricante, o número de série, a data de fabricação, o prazo de validade e o nível de proteção;

II - cópia da portaria de cancelamento da empresa, se for o caso;

III - documento de anuência da empresa cedente em negociar o material, declarando a inexistência de penhora sobre este ou de qualquer outro impedimento.

**Art. 88.** As empresas obrigadas a possuir coletes deverão providenciar a aquisição de novos coletes à prova de balas, em até 30 (trinta) dias antes do final do prazo de suas respectivas validades, providenciando a destinação dos coletes substituídos, nos termos disciplinados pelo Comando do Exército.

**Art. 89.** A autorização para compra de coletes à prova de balas será expedida pela DELESP ou CV, com validade de 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma vez e por igual prazo, constando CNPJ, razão social e endereço da empresa, especificação e quantidade dos coletes autorizados.

## Transporte de armas e munições

**Art. 90.** As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem transportar armas e munições entre estabelecimentos da mesma empresa ou para suprimento de postos de serviço, ou em outras situações que se fizerem necessárias, deverão apresentar requerimento à DELESP ou CV em que conste:

I - a descrição das armas e munições a serem transportadas;

II - a descrição dos endereços de origem e destino, bem com o motivo da necessidade do transporte;


III - o trajeto do material a ser transportado, quando entre municípios não contíguos;

IV - o comprovante do recolhimento da taxa correspondente.

**Art. 91.** A guia de autorização para o transporte de armas e munições será expedida pela DELESP ou CV, com o prazo de validade de até 30 (trinta) dias.

§ 1º Poderá ser expedida autorização para transporte de armas e munições, para suprimento de postos de serviço no âmbito do município da empresa, ou entre municípios de uma região metropolitana, com o prazo de validade previsto no *caput*.

§ 2º O transporte deverá ser efetuado em veículo da empresa e por sócio ou funcionário portando documento comprobatório do vínculo empregatício, sendo que as armas deverão estar desmuniçadas e acondicionadas separadamente das munições, bem como acompanhadas da respectiva guia.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	68
--	--	------------------------------	----

§ 3º Quando se tratar de transferência definitiva de armas e munições entre estabelecimentos da empresa, a requerente deverá solicitar autorização à DELESP ou CV de origem, instruindo-o com documentação que justifique a necessidade operacional, conforme disposto no art. 73.

§ 4º No caso do parágrafo anterior o pedido será encaminhado à DELESP ou CV de destino, que elaborará parecer conclusivo acerca da necessidade operacional do estabelecimento destinatário, restituindo o expediente à DELESP ou CV de origem para a expedição da guia ou notificação do interessado do indeferimento do pedido.

### **Guarda de armas, munições e coletes à prova de balas**

**Art. 92.** As armas, munições e coletes à prova de balas de propriedade das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança serão guardados em local seguro, em seu estabelecimento, de acesso restrito a pessoas estranhas ao serviço.

**Parágrafo único.** Os materiais mencionados neste artigo e que estejam sendo empregados na vigilância de estabelecimentos financeiros poderão ser guardados, em local seguro, no próprio posto de serviço.

### **Comunicação de ocorrências**

**Art. 93.** As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança comunicarão ao DPF, por qualquer meio hábil, as ocorrências de furto, roubo, perda, extravio ou recuperação das armas, munições ou coletes à prova de balas de sua propriedade, em até 24 (vinte e quatro) horas do fato.

§ 1º Após a comunicação de que trata o caput, o comunicante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para encaminhar à DELESP ou CV:

- I - cópia do boletim de ocorrência policial;
- II - cópia do registro da arma;
- III - informações sobre as apurações realizadas pela empresa.

§ 2º A DELESP ou CV providenciará o registro da ocorrência no SINARM, após receber e analisar a documentação referida no § 1º.


§ 3º Outros incidentes com armas de fogo ou munição, ainda que não previstos no *caput* deste artigo, devem também ser comunicados à DELESP ou CV no prazo de 10 (dez) dias.

### **Utilização de cães adestrados**

**Art. 94.** As empresas de vigilância patrimonial e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão utilizar cães em seus serviços, desde que possuam autorização de funcionamento e certificado de segurança válido.

**Art. 95.** Os cães a que se refere o artigo anterior deverão:

- I - ser adequadamente adestrados por profissionais comprovadamente habilitados em curso de cinofilia;
- II - ser de propriedade da empresa de vigilância patrimonial ou da que possui serviço orgânico de segurança, ou de canil de organização militar, de "Kanil Club" ou particular.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	69
--	--	------------------------------	----

**Parágrafo único.** O adestramento a que se refere o inciso I deste artigo deverá seguir procedimento básico e técnico-policial-militar semelhante ao adotado pela Polícia Militar.

**Art. 96.** Os cães adestrados deverão estar sempre acompanhados por vigilantes devidamente habilitados para a condução do animal.

**Parágrafo único.** A habilitação a que se refere este artigo deverá ser obtida em treinamento prático, em órgão militar ou policial, "Kanil Club" ou empresa de curso de formação, expedindo-se declaração ou certificado de conclusão de curso.

**Art. 97.** O cão, quando utilizado em serviço, deverá possuir peitoral de pano sobre o seu dorso, contendo logotipo e nome da empresa.

**Art. 98.** A atividade de vigilância patrimonial com cão adestrado não poderá ser exercida no interior de edifício ou estabelecimento financeiro, salvo fora do horário de atendimento ao público.

## CAPÍTULO VII

### DA ALTERAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS

**Art. 99.** As empresas especializadas que desejarem efetuar alterações em seus atos constitutivos deverão requerer autorização específica, desde que estejam com a autorização de funcionamento e o certificado de segurança em vigor.

**Parágrafo único.** As alterações que impliquem mudanças na razão social e CNPJ dependerão de autorização do Diretor-Executivo, ficando as alterações de sócios, endereço, capital social, e as demais, a cargo da DELESP ou CV.

**Art. 100.** Expedida a autorização para alteração de atos constitutivos, a empresa especializada deverá levá-la a registro perante a Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, devolvendo o ato devidamente registrado à DELESP ou CV.

**Parágrafo único.** O alvará de autorização ou de revisão de funcionamento será novamente publicado no caso de alterações de razão social e CNPJ, sendo mantido o prazo de validade original.


**Art. 101.** As empresas que possuem serviço orgânico de segurança deverão comunicar previamente ao DPF as alterações de seus atos constitutivos, quando referentes a razão social, quadro societário, endereço e responsável pelo setor de segurança.

**Parágrafo único.** No caso de alteração de endereço, a empresa deverá observar o disposto no art. 56 desta portaria, apresentando as fotografias das instalações físicas, em especial da fachada, dos setores administrativo e operacional, bem como do local de guarda de armas e munições.

#### Processo de alteração de atos constitutivos

**Art. 102.** Para obterem a autorização para alteração de atos constitutivos, as empresas especializadas deverão protocolar requerimento dirigido ao Diretor-Executivo, a DELESP ou CV, conforme o caso, indicando o que se quer alterar e anexando:

- I - cópia do contrato social consolidado ou equivalente;
- II - cópia da minuta dos atos constitutivos a serem alterados;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	70
--	--	------------------------------	----

III - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta portaria;

IV - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.

### **Razão social**

§ 1º No caso de alteração de razão social, a requerente deverá anexar também as certidões negativas de débito do FGTS, da Previdência Social, da Receita Federal e da Dívida Ativa da União.

### **Sócios**

§ 2º No caso de alteração do quadro societário, a DELESP ou CV ouvirá em termo de declarações o sócio que pretender ingressar na sociedade, na forma do art. 8º, § 1º, devendo-se anexar, ainda, relativamente a este:

I - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, Título de Eleitor e Certificado de Reservista;

II - certidões negativas de registros criminais expedidas pela Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, assim como pela Justiça Federal, Estadual, Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, das unidades da federação de seu domicílio e da empresa;

III - certidão negativa de débito da Dívida Ativa da União.

### **Endereço**

§ 3º No caso de alteração de endereço, será observado o procedimento previsto nos arts. 6º e 7º desta portaria, apresentando, ainda:

I - as fotografias das instalações físicas, em especial da fachada, bem como do local de guarda de armas e munições, em se tratando de empresas especializadas;


II - as fotografias das instalações físicas, em especial da fachada, do local de guarda de armas e munições, das salas de aula, do local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal e do estande de tiro próprio, se houver, em se tratando de empresas de curso de formação.

### **Capital social**

§ 4º No caso de alteração do capital social, a requerente deverá juntar, ainda, documento que comprove a integralização do capital social mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR, procedimento dispensável às empresas que possuem serviço orgânico de segurança.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO UNIFORME DO VIGILANTE**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	71
--	--	------------------------------	----

**Art. 103.** O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1º A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa;

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de 06 (seis) meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante e fotografia colorida em tamanho 3 x 4.

§ 2º O traje dos vigilantes empenhados na atividade de segurança pessoal não necessitará observar o caráter da ostensividade, aplicando-se quanto a estes o disposto no art. 37, § 2º.

**Art. 104.** O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

**Art. 105.** O modelo de uniforme dos vigilantes não será aprovado quando semelhante aos utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares.

**Art. 106.** A empresa que prestar serviços de vigilância em indústrias, usinas, portos, aeroportos, navios fundeados em águas nacionais ou em outros estabelecimentos que venham impor riscos à incolumidade física de seus vigilantes, deverá adotar, além do uniforme, equipamentos de segurança necessários ao desempenho do trabalho, tais como capacetes, botas, óculos, cintos especiais e outros necessários, observadas as regras de segurança do serviço a ser executado.

**Art. 107.** As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, podendo um deles ser terno ou paletó, observadas as peculiaridades da atividade e o local de prestação do serviço, bem como os requisitos do art. 103, §1º.

**Art. 108.** Para obterem a autorização para modificação de uniforme já autorizado, ou acréscimo de um novo, as empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir alvará de autorização e certificado de segurança válidos, devendo protocolar requerimento à DELESP ou CV, anexando:

I - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro, do vigilante devidamente fardado, de frente, costas e lateral;


II - memorial descritivo das alterações propostas;

III - declaração das Forças Armadas e Auxiliares, ou da DELESP ou CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

IV - comprovante de recolhimento da taxa correspondente.

## **CAPÍTULO IX**

### **DO VIGILANTE**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	72
--	--	------------------------------	----

### Requisitos profissionais

**Art. 109.** Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, comprovados documentalmente:

I - ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental;

IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada;

V - ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;

VI - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal;

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

VIII - possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas.

§ 1º Os exames de saúde física e mental e de aptidão psicológica serão renovados por ocasião da reciclagem do vigilante, às expensas do empregador.

§ 2º O exame psicológico será aplicado por profissionais previamente cadastrados no DPF, conforme normatização específica.

~~§ 3º Os vigilantes aptos a exercer a profissão terão o registro profissional em sua CTPS, a ser executado pela DELESP ou CV, por ocasião do registro do certificado de curso de formação, extensão ou reciclagem.~~

### Cursos de formação, extensão e reciclagem

**Art. 110.** São cursos de formação, extensão e reciclagem:

I – curso de formação de vigilante (Anexo I);

II – curso de reciclagem da formação de vigilante (Anexo II);

III – curso de extensão em transporte de valores (Anexo III);

IV – curso de reciclagem em transporte de valores (Anexo IV);


V – curso de extensão em escolta armada (Anexo V);

VI – curso de reciclagem em escolta armada (Anexo VI);

VII – curso de extensão em segurança pessoal (Anexo VII);

VIII – curso de reciclagem em segurança pessoal (Anexo VIII).



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	73
--	--	------------------------------	----

§ 1º Para a matrícula nos cursos de formação, reciclagem e extensão de vigilante, o candidato deverá preencher os requisitos previstos no art. 109 desta portaria, exceto o disposto no inciso IV, dispensado no caso dos cursos de formação.

§ 2º O curso de formação de vigilante será pré-requisito para os cursos de extensão e cada curso será pré-requisito para a reciclagem correspondente.

§ 3º A realização de extensão e reciclagem em transporte de valores, escolta armada ou segurança pessoal, implicará a reciclagem do curso de formação do vigilante.

§ 4º A frequência e avaliação seguirão as regras estabelecidas em cada programa de curso constante nos anexos desta portaria.

§ 5º O candidato aprovado fará jus ao certificado de conclusão do curso, que deverá ser registrado pela DELESP ou CV para ser considerado válido em todo o território nacional.

§ 6º O curso de formação habilitará o vigilante ao exercício da atividade de vigilância patrimonial e os cursos de extensão prepararão os candidatos para exercerem as atividades específicas de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal.

§ 7º Os cursos de formação, extensão e reciclagem são válidos por 02 (dois) anos, após o que os vigilantes deverão ser submetidos a curso de reciclagem, conforme a atividade exercida, às expensas do empregador.

### **Carteira Nacional de Vigilante - CNV**

**Art. 111.** A Carteira Nacional de Vigilante - CNV - instituída pela Portaria 891/99 -DG/DPF, será de uso obrigatório pelo vigilante, quando em efetivo serviço, constando seus dados de identificação e as atividades a que está habilitado.

§ 1º A CNV somente será expedida se o vigilante preencher os requisitos profissionais previstos no art. 109 desta portaria, estiver vinculado à empresa especializada ou a que possua serviço orgânico de segurança, e possuir curso de formação, extensão ou reciclagem dentro do prazo de validade.

**Art. 112.** A CNV deverá ser requerida pela empresa contratante à DELESP ou CV, ou através das entidades de classe, até 30 (trinta) dias após a contratação do vigilante, devendo-se anexar:

I - Carteira de Identidade e CPF;


II - CTPS, na parte que identifique o vigilante e comprove vínculo empregatício com empresa especializada ou executante de serviços orgânicos de segurança autorizada a funcionar pelo DPF;

III - 02 (duas) fotografias recentes do vigilante, de frente, colorida, de fundo branco, tamanho 2 x 2 cm;

IV - comprovante de recolhimento da taxa correspondente, às expensas do empregador.

§ 1º Os documentos mencionados nos incisos I e II deste artigo deverão ser apresentados em cópias reprográficas e originais, sendo estes restituídos após conferência pelo órgão recebedor, ou em cópias autênticas, e sendo as cópias anexadas ao formulário de requerimento.

§ 2º O protocolo do requerimento, de porte obrigatório pelo vigilante enquanto não expedida a CNV, terá validade de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento do pedido pelo DPF, na forma do "caput", e comprovará a regularidade do vigilante durante esse período.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	74
--	--	------------------------------	----

§ 3º Não sendo expedida a Carteira Nacional de Vigilante no prazo fixado no parágrafo anterior, o Chefe da DELESP ou Presidente da Comissão de Vistoria poderão prorrogá-lo por mais 60 (sessenta) dias, revalidando por esse período o prazo constante do protocolo de entrega do formulário.

**Art. 113.** As CNV serão expedidas pela CGCSP com o prazo de validade de 04 (quatro) anos.

**Parágrafo único.** As CNV vencidas e as que tenham sido expedidas com erro serão encaminhadas pela DELESP ou CV à CGCSP, para fins de controle e destruição.

**Art. 114.** O pedido de renovação da CNV deverá ser apresentado no prazo de até 60 (sessenta) dias, antes da data do seu vencimento, devendo ser instruído com os documentos previstos no art. 112 desta portaria.

**Parágrafo único.** A CNV com prazo de validade vencido será obrigatoriamente entregue à DELESP ou CV, no ato do recebimento da nova carteira.

**Art. 115.** Nos casos de perda, extravio, destruição, furto ou roubo, o vigilante poderá requerer a segunda via de sua CNV, mediante apresentação obrigatória do boletim de ocorrência policial ou equivalente, além dos documentos previstos no art. 112 desta portaria.

**Art. 116.** As CNV que contenham erro material serão retificadas e novamente expedidas sem a necessidade do recolhimento da taxa correspondente, caso em que possuirão o mesmo prazo de validade da anteriormente expedida.

**Parágrafo único.** As CNV com erro serão obrigatoriamente entregues à DELESP ou CV, no ato do recebimento da carteira retificada.

## Direitos


**Art. 117.** Assegura-se ao vigilante:

- I - o recebimento de uniforme, devidamente autorizado, às expensas do empregador;
- II - porte de arma, quando em efetivo exercício;
- III - a utilização de materiais e equipamentos em perfeito funcionamento e estado de conservação, inclusive armas e munições;
- IV - a utilização de sistema de comunicação em perfeito estado de funcionamento;
- V - treinamento regular nos termos previstos nesta portaria;
- VI - seguro de vida em grupo, feito pelo empregador;
- VII - prisão especial por ato decorrente do exercício da atividade.

## Deveres

**Art. 118.** São deveres dos vigilantes:

- I - exercer as suas atividades com urbanidade, probidade e denodo;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	75
--	--	------------------------------	----

II - utilizar, adequadamente, o uniforme autorizado, apenas em serviço;

III - portar a Carteira Nacional de Vigilante - CNV;

IV - manter-se adstrito ao local sob vigilância, observando-se as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal;

V - comunicar, ao seu superior hierárquico, quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento que utiliza, em especial quanto ao armamento, munições e colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização.

### **Apuração das condutas dos vigilantes**

**Art. 119.** As empresas de segurança privada deverão:

I - apurar, em procedimento interno, o envolvimento de seus vigilantes, quando no exercício de suas atividades, nas ocorrências de crimes contra o patrimônio e contra a organização do trabalho, juntando cópias do boletim de ocorrência e de outros documentos esclarecedores do fato;

II - encaminhar o procedimento apuratório à CGCSP, através da DELESP ou CV, para conhecimento e difusão às empresas de segurança privada, em nível nacional.

## **CAPÍTULO X**

### **DAS PENALIDADES**

#### **Penas aplicáveis às Empresas Especializadas e às que possuem Serviço Orgânico de Segurança**

**Art. 120.** As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que contrariarem as normas de segurança privada ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa, de 500 (quinhentas) a 5.000 (cinco mil) UFIR;

III - proibição temporária de funcionamento;


IV - cancelamento da autorização de funcionamento.

#### **Penas aplicáveis aos Estabelecimentos Financeiros**

**Art. 121.** O estabelecimento financeiro que contrariar as normas de segurança privada ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa, de 1.000 (mil) a 20.000 (vinte mil) UFIR;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	76
--	--	------------------------------	----

III - interdição.

## CAPÍTULO XI

### DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### Seção I

#### **Das Infrações cometidas pelas Empresas Especializadas e pelas que possuem Serviço Orgânico de Segurança**

##### **Pena de Advertência**

**Art. 122.** É punível com a pena de advertência a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - deixar de fornecer ao vigilante os componentes do uniforme ou cobrar pelo seu fornecimento;

II - permitir que o vigilante utilize o uniforme fora das especificações;

III - reter certificado de conclusão de curso ou CNV pertencente ao vigilante;

IV - deixar de providenciar, em tempo hábil, a renovação do certificado de segurança;

V - deixar de providenciar, em tempo hábil, a renovação do Certificado de Vistoria;

VI - permitir o tráfego de veículo especial de transporte de valores desacompanhado de cópia do Certificado de Vistoria respectivo;

VII - deixar de reconhecer a validade de certificado de conclusão de curso devidamente registrado pela DELESP ou CV;

VIII - possuir, em seu quadro, até 5 % (cinco por cento) de vigilantes sem CNV ou com a CNV vencida.


##### **Pena de Multa**

**Art. 123.** É punível com a pena de multa, **de 500 (quinhentas) a 1.250 (um mil, duzentas e cinquenta) UFIR**, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - deixar de apresentar qualquer informação ou documento, na forma da legislação vigente, quando solicitado pela CCASP, CGCSP, DELESP ou CV, para fins de controle ou fiscalização;

II - permitir que o vigilante exerça suas atividades sem os equipamentos de proteção individual necessários ao desempenho do trabalho em ambientes que possam causar riscos à sua incolumidade, tais como capacetes, botas, óculos, cintos especiais e outros necessários;

III - permitir que o vigilante exerça suas atividades sem o uniforme;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	77
--	--	------------------------------	----

IV - permitir que o vigilante utilize o uniforme fora do serviço;

V - alterar seus atos constitutivos ou o modelo do uniforme dos vigilantes, sem prévia autorização do DPF;

VI - permitir a utilização de cães que não atendam às exigências específicas previstas nesta portaria;

VII - não possuir, manter desatualizado ou utilizar irregularmente os livros de registro e controle de armas e de munições, ou equivalente;

VIII - deixar de devolver ao vigilante interessado, em até 05 (cinco) dias após os registros, o seu Certificado de Conclusão do Curso;

IX - deixar de expedir e encaminhar à DELESP ou CV, em até 05 (cinco) dias, os certificados de conclusão de curso, para fins de registro - a empresa de curso de formação;

X - deixar de encaminhar ao DPF, em até 05 (cinco) dias após o início do curso de formação ou de extensão, a relação nominal e a qualificação dos candidatos matriculados, bem como a quantidade de munição a ser utilizada;

XI - deixar de encaminhar ao DPF, em até 24 (vinte e quatro) horas após o início do curso de reciclagem, a relação nominal e a qualificação dos candidatos matriculados, bem como a quantidade de munição a ser utilizada;

XII - deixar de encaminhar ao DPF, em até 05 (cinco) dias após o término de cada curso, a relação nominal e a qualificação dos concludentes, bem como a quantidade de munição utilizada;

XIII - deixar de expedir a segunda via do certificado de curso de formação, extensão ou reciclagem, quando solicitada pelo interessado;

XIV - permitir o tráfego de veículo especial de transporte de valores com o Certificado de Vistoria vencido;

XV - alterar o local onde o veículo especial estiver operando, sem prévia comunicação à DELESP ou CV;

XVI - proceder à desativação ou reativação do veículo especial, em desacordo com o procedimento previsto no art. 28 desta portaria;

XVII - deixar de comunicar à DELESP ou CV a desativação temporária de veículo especial;

XVIII - possuir, em seu quadro, mais de 5% (cinco por cento) e menos de 20 % (vinte por cento) de vigilantes sem CNV ou com a CNV vencida.


**Art. 124.** É punível com a pena de multa, **de 1.251 (um mil, duzentas e cinqüenta e uma) a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR**, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - exercer a atividade de segurança privada em unidade da Federação na qual não está autorizado;

II - contratar, como vigilante, pessoa que não preencha os requisitos profissionais exigidos;

III - exercer atividade de segurança privada com vigilante sem vínculo empregatício;

IV - deixar de efetuar as anotações e os registros devidos na CTPS do vigilante;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	78
--	--	------------------------------	----

V - deixar de encaminhar a CTPS do vigilante à DELESP ou CV, para fins de registro profissional;

VI - permitir que o vigilante exerça suas atividades com a utilização de armas, munições, coletes à prova de balas, ou outros equipamentos, que não estejam em perfeito estado de conservação e funcionamento, ou fora do prazo de validade;

VII - exercer quaisquer das atividades de segurança privada sem dispor do efetivo mínimo necessário de vigilantes;

VIII - deixar de promover a reciclagem do vigilante, os exames de saúde e de aptidão psicológica, quando devidos;

IX - deixar de assistir, jurídica e materialmente, o vigilante quando em prisão por ato decorrente de serviço;

X - deixar de apurar administrativamente o envolvimento do vigilante nos crimes ocorridos em serviço;

XI - deixar de contratar o seguro de vida em grupo para o vigilante;

XII - dar destinação diversa da prevista no art. 88 desta portaria aos seus coletes à prova de balas com prazo de validade vencido;

XIII - não possuir sistema de comunicação ou possuí-lo com problemas de funcionamento;

XIV - utilizar veículos comuns sem que estejam devidamente identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa;

XV - utilizar veículo especial de transporte de valores sem os equipamentos exigidos ou em desacordo com as normas vigentes;

XVI - realizar transporte de valores em desacordo com o disposto no art. 25;

XVII - exercer a atividade de transporte de valores por via aérea, fluvial ou por outros meios, sem a autorização competente;

XVIII - exercer a atividade de transporte de valores por via aérea, fluvial ou por outros meios, sem a presença de, no mínimo, 02 (dois) vigilantes, ou deixar de observar as normas e as medidas de segurança necessárias;


XIX - utilizar veículo especial ou comum, em serviço, sem a guarnição mínima de vigilantes ou em irregular estado de conservação;

XX - utilizar veículo especial ou comum, em serviço, desprovido de um sistema de comunicação ou com sistema que apresente problemas de funcionamento;

XXI - matricular, em curso de formação, extensão ou reciclagem, candidato que não preencha os requisitos necessários;

XXII - deixar de aplicar a grade curricular, os exames teóricos e práticos, e a carga de tiro mínima, previstos nos anexos desta portaria;

XXIII - promover a avaliação final do candidato que não houver concluído o curso com frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária em cada disciplina;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	79
--	--	------------------------------	----

XXIV - promover a aprovação do candidato que não obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 50 % (cinquenta por cento) em cada disciplina;

XXV - permitir que instrutor não credenciado ministre aulas nos cursos de formação, reciclagem ou extensão de vigilantes;

XXVI - deixar de informar aos órgãos de segurança o serviço a ser executado com passagem por outras Unidades da Federação;

XXVII - deixar de atualizar mensalmente seus dados perante o DPF, conforme prescrição do art. 154 desta portaria;

XXVIII - possuir, em seu quadro, entre 20 e 50 % (vinte e cinquenta por cento) de vigilantes sem CNV ou com a CNV vencida.

**Art. 125.** É punível com a pena de multa, **de 2.501 (duas mil, quinhentas e uma) a 5.000 (cinco mil) UFIR**, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - utilizar em serviço armamento, munição ou outros produtos controlados que não sejam de sua propriedade;

II - adquirir, a qualquer título, armas, munições ou outros produtos controlados, de pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas à sua comercialização;

~~III - alienar, a qualquer título, armas, munições ou outros produtos controlados, sem prévia autorização do DPF;~~

IV - guardar armas, munições ou outros produtos controlados que não sejam de sua propriedade;

V - guardar armas, munições ou outros produtos controlados em local inadequado;

VI - negligenciar na guarda ou conservação de armas, munições ou outros produtos controlados;

VII - permitir que o vigilante utilize armamento ou munição fora do serviço;


VIII - realizar o transporte de armas ou munições sem a competente guia de autorização;

IX - permitir que o vigilante desempenhe suas funções fora dos limites do local do serviço, respeitadas as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal;

X - utilizar vigilante desarmado ou sem coletes à prova de balas em estabelecimentos financeiros que realizam guarda de valores ou movimentação de numerário, ou em serviço de transporte de valores;

XI - deixar de comunicar à DELESP ou CV, no prazo de 05 (cinco) dias, a transferência da posse ou da propriedade de veículo especial de transporte de valores;

XII - transferir a posse ou propriedade de veículo especial à empresa que não possua autorização para atuar na atividade de transporte de valores;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	80
--	--	------------------------------	----

XIII - utilizar veículos comuns, destinados à atividade de escolta armada, em desacordo com o art. 33 desta portaria;

XIV - dar outra destinação às armas e munições adquirida para fins de formação, reciclagem ou extensão dos vigilantes ou para o exercício da atividade de segurança privada autorizada;

XV - permitir a utilização, por alunos e instrutores, de armas ou munições que não sejam de sua propriedade, excetuando-se as hipóteses dos arts. 51 e 74, parágrafo único, desta portaria;

XVI - permitir a realização de cursos de formação, reciclagem ou extensão de vigilantes fora das dependências autorizadas da empresa, ou em desacordo com as regras de segurança necessárias;

XVII - executar atividade de segurança privada em desacordo com a autorização expedida pelo DPF;

XVIII - executar ou contribuir, de qualquer forma, para o exercício da atividade de segurança privada não autorizada;

XIX - impedir ou dificultar o acesso dos policiais da DELESP ou CV às suas dependências e instalações, quando em fiscalização;

XX - declarar fato inverídico ou omitir fato verdadeiro ao DPF;

XXI - deixar de comunicar furto, roubo, extravio ou a recuperação de armas, munições e coletes à prova de balas de sua propriedade, ao DPF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência, bem como deixar de adotar as providências referidas no § 1º do art. 93 desta portaria;

XXII - continuar funcionando durante o período de proibição temporária de funcionamento;

XXIII - possuir, em seu quadro, mais de 50 % (cinquenta por cento) de vigilantes sem CNV, ou com a CNV vencida.

## Pena de Proibição Temporária de Funcionamento

**Art. 126.** É punível com a pena de proibição temporária de funcionamento, que variará entre 03 (três) e 30 (trinta) dias, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:


I - incluir estrangeiro na constituição societária ou na administração da empresa, sem amparo legal;

II - ter na constituição societária, como sócio ou administrador, pessoas que tenham condenação criminal registrada;

III - não possuir pelo menos 02 (dois) veículos especiais em condições de tráfego, para as empresas que exerçam a atividade de transporte de valores.

§ 1º No caso de aplicação da pena de proibição temporária de funcionamento, as armas, munições, coletes à prova de balas e os veículos especiais deverão ser lacrados pela DELESP ou CV, permanecendo, pelo período que durar a proibição, em poder da empresa, mediante lavratura de termo de fiel depositário.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	81
--	--	------------------------------	----

§ 2º Na hipótese de regularização após a lavratura do auto de infração, e antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de proibição temporária de funcionamento poderá ser convertida na pena de multa, no valor máximo previsto no art. 125.

§ 3º Se a empresa temporariamente proibida de funcionar não sanar, dentro do prazo de cumprimento da pena, as irregularidades apontadas no processo administrativo que deu origem à punição, será instaurado o competente processo de cancelamento da autorização de funcionamento.

### **Pena de Cancelamento da Autorização de Funcionamento**

**Art. 127.** É punível com a pena de cancelamento da autorização de funcionamento a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - seus objetivos ou circunstâncias relevantes indicarem a prática de atividades ilícitas, contrárias, nocivas ou perigosas ao bem público e à segurança do Estado e da coletividade;

II - possuir capital social integralizado inferior a 100.000 (cem mil) UFIR;

III - deixar de comprovar, nos prazos previstos nos arts. 4º, § 1º e 14, § 2º, a contratação do efetivo mínimo de vigilantes, necessário à atividade autorizada;

IV - deixar de possuir instalações físicas adequadas à atividade autorizada, conforme aprovado pelo certificado de segurança;

V - ter sido penalizado pela prática da infração prevista no art. 125, XXIII, e não regularizar a situação após 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado da decisão;

VI - deixar de sanar, dentro do prazo de cumprimento da pena, as irregularidades que ensejaram a proibição temporária de funcionamento;

VII - a contumácia;


VIII - deixar de possuir quaisquer outros requisitos para o seu funcionamento.

§ 1º No caso de serem constatadas irregularidades quando da análise de processo de revisão de autorização de funcionamento, se, após a lavratura do auto de infração correspondente, a empresa autuada desejar solucionar a irregularidade, deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo requerimento de revisão, conforme previsto no art. 11 desta portaria.

§ 2º Na hipótese de regularização após a lavratura do auto de infração, e antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de cancelamento poderá ser convertida na pena de multa, no valor máximo previsto no art. 125.

§ 3º Nos casos de cancelamento de autorização para funcionamento das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança, as armas, munições e coletes à prova de balas serão arrecadados e permanecerão custodiados na DELESP ou CV pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados do trânsito em julgado da decisão administrativa de cancelamento de autorização, após o quê serão encaminhados ao Comando do Exército para destruição, procedendo-se ao registro no SINARM.

§ 4º As empresas terão o prazo previsto no § 3º para, se quiserem, alienar suas armas, munições, coletes à prova de balas e veículos especiais, devendo ser observado o procedimento previsto no art. 85 desta portaria.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	82
--	--	------------------------------	----

§ 5º Com o trânsito em julgado da pena de cancelamento, a DELESP ou CV oficiará à Junta Comercial ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, às Receitas Federal, Estadual e Municipal, e à Secretaria de Segurança Pública, comunicando o cancelamento.

§ 6º Transcorridos 180 (cento e oitenta) dias da publicação da portaria de cancelamento da autorização de funcionamento, a empresa de segurança privada poderá requerer nova autorização de funcionamento, exceto se tiver sofrido a pena por exercer atos ilícitos, contrários, nocivos ou perigosos ao bem público do Estado e da coletividade, hipótese em que o prazo será de 05 (cinco) anos.

**Art. 128.** Aplicar-se-á o disposto no § 3º do artigo anterior às empresas especializadas e às que possuem serviço orgânico que pretenderem, espontaneamente, encerrar suas atividades, contando-se o prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da portaria de cancelamento de autorização.

**Art. 129.** Os casos não previstos nesta seção serão analisados e decididos, fundamentadamente, nos termos do art. 23 da Lei nº 7.102/83 e 120 desta Portaria.

## Seção II

### Das infrações cometidas pelos Estabelecimentos Financeiros que realizam guarda de valores ou movimentação de numerário

#### Pena de Advertência

**Art. 130.** É punível com a pena de advertência o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - deixar de comunicar à DELESP ou CV o encerramento de suas atividades;

II - deixar de comunicar à DELESP ou CV quaisquer irregularidades ocorridas com os vigilantes que prestam serviço nas suas instalações;

III - deixar de comunicar à DELESP ou CV quaisquer irregularidades ocorridas com os veículos especiais de sua posse ou propriedade.

#### Pena de Multa

**Art. 131.** É punível com a pena de multa, **de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) UFIR**, o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:


I - impedir ou dificultar o acesso de Policiais Federais às suas instalações, quando em fiscalização;

II - deixar de atender à notificação para apresentar as imagens de vídeo, captadas e gravadas pelo circuito interno de TV, quando solicitadas em até 30 (trinta) dias da ocorrência de qualquer ação criminosa havida no interior do estabelecimento financeiro;

III - retardar, injustificadamente, o cumprimento de notificação da DELESP ou CV, ou usar de meios para procrastinar o seu cumprimento;

IV - permitir que o vigilante realize atividades diversas da vigilância patrimonial ou transporte de valores, conforme o caso.

**Art. 132.** É punível com a pena de multa, **de 10.001 (dez mil e um) a 20.000 (vinte mil) UFIR**, o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	83
--	--	------------------------------	----

I - dispor de um sistema de alarme que não atenda aos critérios de rapidez e segurança;

II - dispor de vigilantes no estabelecimento financeiro em número insuficiente ao mínimo necessário, conforme previsto no plano de segurança aprovado;

III - promover o transporte de numerário, bens ou valores em desacordo com a legislação;

IV - permitir o funcionamento do estabelecimento financeiro com desacordo do plano de segurança aprovado.

### **Pena de Interdição**

**Art. 133.** É punível com a pena de interdição o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - deixar de apresentar o plano de segurança no prazo regulamentar;

II - funcionar sem plano de segurança aprovado; ou

III - não obter a aprovação do plano de segurança apresentado.

§ 1º Após a lavratura do auto de infração correspondente, o estabelecimento financeiro que desejar solucionar a irregularidade deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo plano de segurança, conforme previsto no art. 63 desta portaria.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o processo punitivo instaurado será sobrestado até a decisão final do novo plano apresentado que, se aprovado, implicará a conversão da pena de interdição na pena de multa prevista no art. 132 desta portaria, e, se reprovado, ensejará o prosseguimento do processo punitivo.

§ 3º No caso de ser aplicada, com trânsito em julgado, a pena de interdição, o estabelecimento financeiro será devidamente lacrado, notificando-se o responsável e cientificando-se o Banco Central do Brasil.

**Art. 134.** Os casos não previstos nesta seção serão analisados e decididos, fundamentadamente, nos termos do art. 7º da Lei nº 7.102/83 e 121 desta Portaria.

## **Seção III**

### **Das Disposições Comuns**


#### **Dosimetria da pena de multa**

**Art. 135.** Na fixação da pena de multa, serão consideradas:

I - a gravidade da conduta;

II - as conseqüências, ainda que potenciais, da infração;

III - a condição econômica do infrator.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	84
--	--	------------------------------	----

### **Circunstâncias agravantes**

**Art. 136.** São consideradas circunstâncias agravantes, quando não constituírem infração:

I - impedir ou dificultar, por qualquer meio, a ação fiscalizadora da DELESP ou CV;

II - omitir, intencionalmente, dado ou documento de relevância para o completo esclarecimento da irregularidade em apuração;

III - deixar de proceder de forma ética perante as unidades de controle e fiscalização do DPF.

### **Circunstâncias atenuantes**

**Art. 137.** São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - colaborar, eficientemente, com a ação fiscalizadora da DELESP ou CV;

III - corrigir as irregularidades constatadas ou iniciar de forma efetiva a sua correção, ainda durante as diligências.

### **Reincidência**

**Art. 138.** A reincidência, genérica ou específica, caracteriza-se pelo cometimento de nova infração depois de transitar em julgado a decisão administrativa que impôs pena em virtude do cometimento de infração anterior.

§ 1º Considera-se específica a reincidência quando as infrações anteriores e posterior tiverem a mesma tipificação legal, e genérica quando tipificadas em dispositivos diversos.

§ 2º No caso de infrações puníveis com a pena de advertência, havendo reincidência genérica ou específica, aplicar-se-á a pena prevista no art. 123 ou 129 desta portaria, a depender do ente infrator.


§ 3º No caso de infrações puníveis com a pena de multa, a reincidência genérica implicará o aumento de 1/3 (um terço), enquanto a reincidência específica implicará o aumento de metade da pena aplicada.

§ 4º No caso de infrações cometidas pelas instituições financeiras, a reincidência será determinada, individualmente, por cada estabelecimento financeiro infrator.

**Art. 139.** Transcorridos 05 (cinco) anos do trânsito em julgado da última punição, a empresa de segurança privada não mais se sujeitará aos efeitos da reincidência.

### **Contumácia**

**Art. 140.** Considera-se contumácia a prática de 03 (três) ou mais transgressões específicas, ou 05 (cinco) genéricas, ocorridas durante o período de 01 (um) ano.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	85
--	--	------------------------------	----

## CAPÍTULO XII

### DO AUTO DE INFRAÇÃO

**Art. 141.** A DELESP ou CV realizará fiscalizações nas empresas especializadas, nas que possuem serviço orgânico de segurança e nos estabelecimentos financeiros, iniciando-se:

I - de ofício, a qualquer tempo ou por ocasião dos requerimentos apresentados pelas empresas especializadas, pelas que possuem serviço orgânico de segurança ou pelos estabelecimentos financeiros;

II - mediante solicitação da CGCSP, das entidades de classe ou dos órgãos de segurança pública;

III - mediante representação, havendo suspeita da prática de infrações administrativas.

**Parágrafo único.** Para os fins deste capítulo, observar-se-ão os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23/11/1999.

**Art. 142.** Constatada a prática de infração administrativa, a DELESP ou CV lavrará o respectivo Auto de Constatação de Infração e Notificação contendo data, hora, local e descrição do fato, qualificação dos vigilantes e outras circunstâncias relevantes, indicando o dispositivo normativo infringido, ressaltando-se que em caso de concurso material de infrações será lavrado um ACI para cada infração constatada.

**Parágrafo único.** Para fins de prova da infração, a DELESP ou CV poderá arrecadar os materiais utilizados, inclusive armas, munições e coletes à prova de balas, realizar fotografias, tomar depoimentos de testemunhas ou vigilantes, assim como realizar outras diligências que se fizerem necessárias.

**Art. 143.** O Auto de Constatação de Infração e Notificação iniciará o processo administrativo punitivo, em que serão assegurados ao autuado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 144.** A DELESP ou CV notificará o autuado através da entrega, mediante recibo, de uma via do auto lavrado, concedendo o prazo de 10 (dez) dias, ininterruptos, para a apresentação de defesa escrita.

**Parágrafo único.** A notificação de que trata o *caput* poderá ser realizada:

I - por meio da ciência, no próprio auto, de qualquer sócio ou empregado da autuada;

II - pelo envio de cópia do auto, mediante aviso de recebimento, ao endereço da autuada; ou


III - por qualquer outro meio hábil, que assegure a certeza da ciência do ato por parte da autuada.

**Art. 145.** Após o prazo da defesa, com ou sem a sua apresentação, a DELESP ou CV elaborará parecer conclusivo e encaminhará o processo administrativo punitivo à CGCSP, propondo a aplicação da pena ou o seu arquivamento.

**Parágrafo único.** A CGCSP enviará o processo administrativo punitivo à apreciação do Diretor-Executivo, ouvida a CCASP, cuja decisão será publicada no D.O.U.

**Art. 146.** Da decisão do Diretor-Executivo caberá recurso ao Diretor-Geral no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da portaria punitiva no D.O.U.

**Parágrafo único.** O recurso de que trata o *caput* somente terá efeito suspensivo quando se tratar de aplicação das penas de proibição temporária de funcionamento, cancelamento da autorização de funcionamento ou interdição de estabelecimento financeiro.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	86
--	--	------------------------------	----

**Art. 147.** Da decisão do Diretor-Geral caberá recurso ao Ministro da Justiça no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação no D.O.U.

**Parágrafo único.** O recurso de que trata o *caput* somente terá efeito suspensivo quando se tratar de aplicação das penas de proibição temporária de funcionamento, cancelamento da autorização de funcionamento ou interdição de estabelecimento financeiro.

## CAPÍTULO XIII

### DA EXECUÇÃO NÃO AUTORIZADA DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA

**Art. 148.** A execução não autorizada das atividades de segurança privada por pessoa física ou jurídica, através de qualquer forma, implicará a lavratura do auto de encerramento respectivo.

§ 1º No caso de constatação de serviços não autorizados, a DELESP ou CV:

I - deverá, para fins de prova, arrecadar as armas e munições utilizadas, podendo realizar fotografias, tomar depoimentos de testemunhas ou vigilantes, bem como realizar outras diligências que se fizerem necessárias;

II - notificará o responsável pela atividade, entregando cópia do auto de encerramento e dos autos de arrecadação lavrados, consignando o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita;

III - notificará, ainda, o tomador dos serviços, caso haja, entregando cópia do auto respectivo, de que poderá ser igualmente responsabilizado caso contribua, de qualquer modo, para a prática de infrações penais possivelmente praticadas pelo contratado.

§ 2º Findo o prazo previsto para a apresentação da defesa, a DELESP ou CV decidirá fundamentadamente sobre o encerramento das atividades, notificando o autuado.

§ 3º Da decisão de que trata o parágrafo anterior, caberá recurso ao Superintendente Regional, no prazo de 10 (dez) dias, cientificando o autuado após a decisão final.

§ 4º Transitada em julgado a decisão administrativa que reconhecer a atividade como sendo de segurança privada não autorizada, deverá a DELESP ou CV:

I - instaurar o procedimento penal cabível, em caso de recalcitrância;


II - comunicar à CGCSP;

III - oficiar aos contratantes da empresa encerrada, à Junta Comercial ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, às Receitas Federal, Estadual e Municipal, e à Secretaria de Segurança Pública, comunicando o encerramento.

§ 5º Se a decisão do processo não reconhecer a atividade como sendo de segurança privada não autorizada, o procedimento instaurado será arquivado.

## CAPÍTULO XIV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	87
--	--	------------------------------	----

**Art. 149.** As atividades de vigilância patrimonial, de transporte de valores, de escolta armada e de segurança pessoal poderão ser executadas por uma mesma empresa, desde que devidamente autorizada em cada uma destas atividades.

**Art. 150.** A empresa especializada nas atividades de segurança privada adotará firma ou razão social, observando-se:

I - a não utilização de nome de fantasia;

II - a não utilização de firma ou razão social idêntica ou similar a uma outra já autorizada;

III - a não utilização de termos de uso exclusivo pelas instituições militares ou órgãos de segurança pública;

IV - a não utilização de termos contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e à coletividade.

**Art. 151.** As empresas e profissionais que não realizem atividades típicas de segurança privada não são disciplinados por esta portaria.

### **Sociedades anônimas de capital fechado**

**Art. 152.** Nas empresas especializadas constituídas sob a forma de sociedades anônimas de capital fechado, os requisitos exigidos aos sócios para a autorização e revisão da autorização de funcionamento somente deverão ser observados pelas pessoas físicas que participam da administração da companhia.

§ 1º As modificações na composição da administração da companhia deverão ser comunicadas no prazo de até 5 (cinco) dias ao DPF, instruindo-se o procedimento com os documentos que comprovem os requisitos exigidos nesta portaria para os administradores da empresa de segurança privada.

§ 2º As empresas de que trata este artigo, para obtenção da autorização e revisão da autorização de funcionamento, deverão comprovar a nacionalidade brasileira de todos os seus acionistas.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às empresas que possuem serviço orgânico de segurança.

### **Sócios pessoas jurídicas**


**Art. 153.** As empresas de segurança privada poderão ter pessoas jurídicas como sócios.

§ 1º Os titulares das pessoas jurídicas sócias das empresas de segurança privada, deverão preencher os mesmos requisitos dos sócios destas.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às empresas que possuem serviço orgânico de segurança.

### **Prestação de informações**

**Art. 154.** As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão manter atualizados seus dados, apresentando mensalmente ao DPF:

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	88
--	--	------------------------------	----

- I - relação dos empregados contratados e dispensados;
- II - relação de armas, munições e coletes à prova de balas;
- III - relação de veículos comuns e especiais, caso existam;
- IV - relação dos postos de serviço;
- V - relação de todos os seus estabelecimentos.

### **Processos administrativos em geral**

**Art. 155.** Os procedimentos previstos nesta portaria observarão as formas e os meios disciplinados em normatização específica do DPF.

**Art. 156.** Constatada a falta ou imprestabilidade de qualquer documento, o interessado será notificado a cumprir as exigências no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da notificação.

**Parágrafo único.** Decorrido o prazo estabelecido no "caput" deste artigo sem que tenha havido o atendimento integral e tempestivo da notificação, o processo administrativo será arquivado, dando-se ciência ao interessado, que poderá, a qualquer tempo, apresentar novo requerimento.

### **Multas e taxas**

**Art. 157.** Todos os atos administrativos que necessitarem de publicação em D.O.U. deverão ser precedidos de recolhimento do preço público correspondente às despesas, junto à Imprensa Nacional, às expensas do requerente.

**Art. 158.** As multas e taxas decorrentes da atividade de fiscalização das empresas de segurança privada constituirão recursos diretamente arrecadados na Fonte 150 (cento e cinquenta), a serem consignados no Orçamento do DPF, no Programa de Trabalho 06.030.0174.2081.001 - Operação do Policiamento Federal.

**Art. 159.** Os emolumentos mencionados no artigo anterior serão recolhidos em moeda corrente nacional, através da Guia de Recolhimento da União – GRU, com o(s) valor(es) mencionado(s) na Tabela do Anexo da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995 e, no caso de multas, de acordo com os valores estabelecidos nos arts. 14 e 40 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, conforme disponibilizado no endereço eletrônico do Departamento de Polícia Federal ([www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)).


**Art. 160.** Os casos omissos serão resolvidos pela CGCSP e submetidos à aprovação do Diretor-Executivo.

**Art. 161.** Ficam revogadas as Portarias nº 992, de 25/10/95; nº 1.129, de 15/12/1995; nº 277, de 13/04/98; nº 836, de 18/08/2000; e nº 76, de 03/03/2005.

**Art. 162.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial.

PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA  
Diretor-Geral



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	89
--	--	------------------------------	----

## Exposição de Motivos dos Currículos dos Cursos para os Profissionais da Segurança Privada

1. No mundo globalizado atual, em que as culturas e mazelas sociais – com suas inevitáveis consequências – ampliam-se a todos os campos da atividade humana, a segurança sobressai como uma das principais necessidades do homem no seu convívio social.


2. O Brasil adota a teoria do monopólio estatal da força para constituir a garantia de segurança interna e liberdade. A autodefesa está adstrita à legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito, ou, por fim, como medida preventiva, a contratação de segurança privada. As atividades de segurança privada, com números cláusulos, são reguladas, controlados e fiscalizadas pela Polícia Federal. A segurança privada é subsidiária e complementar à segurança pública e subordina-se aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade. Fora de controle, corre-se o risco de se perder de vista a distinção entre o público e o privado no domínio da segurança interna, bem como poderão surgir “milícias populares”, para grupos divergentes defenderem interesses próprios ou uns contra os outros, “exércitos particulares” para guardar áreas de domínio do crime, ou o combate da criminalidade por “iniciativa privada”.

3. No âmbito do Departamento de Polícia Federal a missão da Coordenação-Geral de Segurança Privada é de regular, controlar e fiscalizar o segmento da segurança privada em todo o País, em conjunto com as Delegacias Especializadas de Segurança Privada – DELESP, junto às Superintendências Regionais, e as Comissões de Vistoria, junto às Delegacias Descentralizadas.

4. A missão da Polícia Federal será cada vez mais efetiva na proporção do crescimento do setor da segurança privada em nível nacional. Certamente, a elevação do setor inicia pela boa formação de seus quadros, o vigilante: é através da educação e treinamento que formamos profissionais-cidadãos, capacitando-os para atender a sociedade.

5. Esses fundamentos nos levaram a modificar o quadro de cursos, extensões e reciclagens e os respectivos Planos de Curso e Programas de Matérias, visando adequar o perfil do vigilante com a exigência do mercado e a evolução da sociedade brasileira. Para tanto, instituímos, no art. 110 da presente Portaria, os seguintes cursos, detalhados em oito anexos, a saber:

- ANEXO I - Curso de Formação de Vigilante;
- ANEXO II - Reciclagem do Curso de Formação de Vigilante;
- ANEXO III - Curso de Extensão em Transporte de Valores;
- ANEXO IV - Reciclagem da Extensão em Transporte de Valores;
- ANEXO V - Curso de Extensão em Escolta Armada;
- ANEXO VI - Reciclagem da Extensão em Escolta Armada;
- ANEXO VII - Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada;
- ANEXO VIII - Reciclagem da Extensão em segurança Pessoal privada.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	90
--	--	------------------------------	----

## ANEXO I

### **CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE - CFV**

## **PROGRAMA DE CURSO**

### **1. PERFIL DO VIGILANTE**

- a) PREVENTIVO/OSTENSIVO – atributo de o vigilante ser visível ao público em geral, a fim de evitar a ação de delinquentes, manter a integridade patrimonial e dar segurança às pessoas.
- b) PROATIVIDADE - ação de antever e se antecipar ao evento danoso, com o fim de evitá-lo ou de minimizar seus efeitos e, principalmente, visar à adoção de providências para auxiliar os agentes de segurança pública, como na coleta das primeiras informações e evidências da ocorrência, de preservação dos vestígios e isolamento do local do crime.
- c) ~~RELAÇÕES PÚBLICAS – qualidade de interação com o público, urbanidade, sociabilidade e transmissão de confiança, priorizando o atendimento adequado às pessoas com deficiência.~~
- d) VIGILÂNCIA – atributo de movimento, dinamismo e alerta, contrapondo-se ao conceito estático.
- e) DIREITOS HUMANOS – respeito à dignidade da pessoa humana, compromisso que o Brasil assumiu perante a comunidade internacional e princípio constitucional de prevalência dos direitos humanos.
- f) TÉCNICO-PROFISSIONAL – capacidade de empregar todas as técnicas, doutrinas e ensinamentos adequados para a consecução de sua missão.
- g) ADESTRAMENTO – atributo relacionado à desenvoltura corporal, com aprimoramento físico, domínio de defesa pessoal e capacitação para o uso proporcional da força através do emprego de tecnologias não-letais e do uso da arma de fogo, como último recurso de defesa própria ou de terceiros.
- h) HIGIEDEZ FÍSICA E MENTAL – certeza de não ser possuidor de patologia física ou mental.
- i) PSICOLÓGICO – perfil psicológico adequado ao desempenho do serviço de vigilante.
- j) ESCOLARIDADE – 4ª série (exigência legal).

### **2. OBJETIVOS**

#### **2.1 Gerais**


Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da profissão de vigilante, em complemento à segurança pública, incluídas as atividades relativas à vigilância patrimonial, à segurança física de estabelecimentos financeiros e outros, preparo para dar atendimento e segurança às pessoas e manutenção da integridade do patrimônio que guarda, bem como adestramento para o uso de armamento não-letal, armamento convencional e o emprego de defesa pessoal.

Elevar o nível do segmento da segurança privada a partir do ensino de seus vigilantes.

#### **2.2 Específicos**

Ao final do curso, o aluno deverá adquirir conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes para:

- a) compreender o ser humano como titular de direitos fundamentais;
- b) desenvolver hábitos de sociabilidade no trabalho e no convívio social;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	91
--	--	------------------------------	----

- c) executar uma vigilância dinâmica e alerta, interagindo com o público em geral;
- d) prevenir ocorrências inerentes às suas atribuições, dentro da área física a ele delimitada, a fim de manter a integridade patrimonial e de dar segurança às pessoas;
- e) antecipar-se ao evento danoso, a fim de impedir sua ocorrência ou de minimizar seus efeitos, principalmente, adotar as providências de auxílio aos agentes de segurança pública, como a coleta das primeiras informações e evidências da ocorrência, preservação dos vestígios e provas do crime e isolamento do local;
- f) operar com técnica e segurança equipamentos de comunicação, alarmes e outras tecnologias de vigilância patrimonial;
- g) manusear e empregar, com segurança, armamento não-letal e armamento letal convencional na atividade de vigilante, de forma escalonada e proporcional, como instrumentos de defesa própria ou de terceiros;
- h) defender-se com o uso de técnicas adequadas;
- i) manter-se saudável e em forma física;
- j) identificar condutas ilícitas descritas na legislação penal;
- k) identificar o conceito, a legislação e as atribuições das empresas de segurança privada;
- l) aplicar conhecimentos de primeiros socorros;
- m) proteger o meio ambiente;
- n) adotar medidas iniciais de prevenção e de combate a incêndios;
- o) tomar as primeiras providências em caso de crise;
- p) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas, notadamente pela criação de divisões especializadas pela sua empresa, para permitir um crescimento sustentado em todas as áreas de segurança privada.

### 3. PÚBLICO ALVO

O público alvo será composto pelos candidatos regularmente inscritos, após o preenchimento dos requisitos mínimos previstos em lei e, especialmente, nesta Portaria – art. 110.

### 4. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.


#### 4.1 Metodologia

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso, bem como palestras e mesas redondas abrangendo temas de interesse dos futuros vigilantes. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do Curso.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

As disciplinas teóricas (excetuadas a de Educação Física, Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros, Defesa Pessoal e Armamento e Tiro) serão ministradas de forma seqüencial, conforme um conteúdo programático for pré-requisito para os subseqüentes.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	92
--	--	------------------------------	----

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, sendo que os psicólogos que venham a aplicar os testes psicológicos deverão estar inscritos no SINARM e os instrutores de tiro no SINARM ou no DFPC/EB; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo o Plano de Curso, Grade Horária e os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas teóricas de Tecnologias Não-Letais devem abordar de forma abrangente todas as circunstâncias e cenários de seu possível uso, objetivando preservar a incolumidade física das pessoas controladas com uso da força durante o exercício da profissão, em conformidade com os preceitos da ONU relativos aos Direitos Humanos.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso, de forma intercalada com as demais disciplinas, com o fim de valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

A disciplina de Criminalística e Técnica de Entrevista será ministrada, preferencialmente, por policial lotado em unidade de controle e fiscalização do segmento da segurança privada, neste caso observados os termos da Instrução Normativa nº 03/2004, do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal.

## 4.2 Carga horária


A carga horária total do curso será de 160 (cento e sessenta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

### 4.2.3 Distribuição do tempo


a) Disciplinas curriculares.....	138 h/a
b) Verificação de aprendizagem.....	20 h/a
c) Abertura de curso.....	02 h/a
<b>TOTAL.....</b>	<b>160 h/a</b>

## 4.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
NOÇÕES DE SEGURANÇA PRIVADA (NSP)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.	08 h/a
LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)	Dotar o aluno de conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles nos quais pode incorrer. Desenvolver conhecimentos sobre conceitos, legislação e técnicas de proteção ambiental na área de vigilância.	08 h/a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	93
--	--	------------------------------	----

DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO (DDH&RHT)	Ampliar conhecimentos para respeitar a visão política e prática da afirmação dos Direitos Humanos. Conscientizar e instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento intra e interpessoal. Desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência. Dotar o aluno de conhecimentos que o capacitem a desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam o seu bom relacionamento no trabalho e em outras esferas do convívio social.	<b>06 h/a</b>
SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO (SSP&CO)	Desenvolver conhecimentos sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, atribuições constitucionais de cada corporação policial, da guarda municipal e das Forças Armadas. Dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e da guarda municipal em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância. Ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu <i>modus operandi</i> , com o fim de evitar cooptação do vigilante.	<b>06 h/a</b>
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS (PCI&PS)	Dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente na evacuação de prédios. Capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.	<b>12 h/a</b>
EDUCAÇÃO FÍSICA (EF)	Aprimorar o condicionamento físico, visando diminuição das tensões inerentes ao Curso de Formação, e capacitar o aluno a desenvolver um programa básico permanente de preparação física pessoal.	<b>12 h/a</b>
DEFESA PESSOAL (DP)	Desenvolver habilidades, fundamentos e técnicas de defesa pessoal e de terceiros.	<b>20 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento empregado na atividade de vigilância, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros. Capacitar o aluno a empregar de forma segura e eficaz as armas e munições não-letais disponíveis, como uma resposta de força proporcional.	<b>22 h/a</b>
VIGILÂNCIA (VIG)	Desenvolver conhecimentos sobre vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas, como vigilância em banco, shopping, hospital, escola, indústria, com o fim de manter a integridade do patrimônio que guarda, executar os serviços que lhe competem e realizar uma vigilância dinâmica, alerta, integrada e interativa. Capacitar o aluno a identificar as técnicas de vigilância em geral e compreender as funções do vigilante, bem	

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	94
--	--	------------------------------	----


	<p>como avaliar sua importância num esquema de segurança.</p> <p>Desenvolver conhecimentos sobre o plano de segurança das empresas.</p> <p>Dotar o aluno de conhecimentos específicos que o capacitem ao desempenho das atribuições de promover a segurança física de instalações, em sua área de atuação, adotando medidas de prevenção e repressão de ocorrências delituosas.</p> <p>Identificar emergência, evento crítico e crise.</p> <p>Desenvolver conhecimentos sobre táticas e técnicas iniciais na tomada das primeiras providências frente a um evento crítico ou uma crise.</p>	<b>16 h/a</b>
<b>RADIOCOMUNICAÇÃO E ALARMES (RD&amp;AL)</b>	<p>Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o sistema de telecomunicações utilizado pelas empresas de segurança.</p> <p>Desenvolver conhecimentos sobre os sistemas computadorizados e de controle eletrônico, não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes.</p> <p>Desenvolver conhecimentos sobre os sistemas de alarmes e outros meios de alerta, não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes.</p> <p>Capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos eletrônicos e de comunicação.</p>	<b>16 h/a</b>
<b>CRIMINALÍSTICA TÉCNICA ENTREVISTA (CRI&amp;TE)</b>	<p>Dotar o aluno de noções sobre criminalística (evidências, vestígios e local de crime).</p> <p>Instrumentalizar o aluno de técnicas de isolamento do local do crime, preservação de vestígios até a chegada da polícia técnica; coletar evidências iniciais que possam desaparecer antes da chegada da polícia e que importem na apuração policial, busca de provas e autoria; observar e descrever pessoas, coisas, áreas e locais, de forma diligente; demais iniciativas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas.</p> <p>Desenvolver conhecimentos que identifiquem as drogas mais usadas, legislação específica, tráfico ilícito, uso indevido e dependência, bem como as atividades policiais preventiva e repressiva.</p> <p>Desenvolver conhecimentos sobre técnicas de entrevista prévia, visando colher dados necessários ou relevantes às investigações policiais.</p>	<b>12 h/a</b>

#### 4.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.

#### 4.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária em cada disciplina.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	95
--	--	------------------------------	----

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

#### 4.6 Avaliação

Ao final de cada disciplina teórica será realizada uma avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver o mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez) pontos.

A complexidade das questões elaboradas deverá ser condizente com o nível de escolaridade dos alunos.

A avaliação das disciplinas práticas (Educação Física, Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros, Defesa Pessoal e Armamento e Tiro) será realizada de forma prática, sendo que a disciplina de Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros será de forma simulada.

### 5. PROGRAMA DE MATÉRIAS

#### 5.1 NOÇÕES DE SEGURANÇA PRIVADA (NSP)

**Carga horária:** 08 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

**Objetivo da disciplina:**


**Desenvolver conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.

**Identificar** direitos e deveres trabalhistas do vigilante.

**Exercer suas faculdades legais** quando for oportuno.

UNID	OBJETIVOS INSTRUÇÃOAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	IDENTIFICAR na legislação conceitos, missão, políticas, terminologias de segurança privada.	<b>SEGURANÇA PRIVADA (Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056/83, Portaria nº 387/06-DPF):</b> - Conceito; - Complemento da Segurança Pública; - Políticas; - Terminologias (Vigilante, Empresas Especializadas, Serviço Orgânico, Estabelecimentos Financeiros, Transporte de Valores, Segurança Pessoal Privada, Escolta Armada, classe patronal e classe laboral; - Atividades de Segurança Privada.
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</b> Recursos: 01 professor e caderno didático. Carga Horária: 02 h/a.		
	IDENTIFICAR os órgãos reguladores da segurança privada e suas	<b>ÓRGÃOS REGULADORES/MISSÃO:</b> - Ministério da Justiça;



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	96
--	--	------------------------------	----

<b>02</b>	atribuições.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>CCASP;</b></li> <li>- <b>Departamento de Polícia Federal (Diretor Executivo, CGCSP, DELESP, CV);</b></li> <li>- <b>Exército Brasileiro/DFPC - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados;</b></li> <li>- <b>SSP: papel subsidiário.</b></li> </ul>
-----------	--------------	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e resolução de exercício.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

<b>03</b>	IDENTIFICAR direitos e deveres do vigilante, processo de apuração de suas condutas e infrações administrativas que pode vir a praticar em nome da empresa.	<b>VIGILANTE:</b> -Direitos; -Deveres; -Regulamento Disciplinar; -Apuração de suas condutas; -Infrações administrativas.
-----------	--	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

<b>04</b>	IDENTIFICAR direitos e deveres trabalhistas do vigilante.	<b>DIREITO TRABALHISTA:</b> -Contrato de Trabalho (Salário, adicionais, estabilidade no emprego); -Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); -Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; -Sindicatos; -Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; -Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposta, Testemunhas).
-----------	---	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

## 5.2 LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)

**Carga horária:** 08 horas-aula **Avaliação:** VF (01 h/a)


### Objetivo da disciplina:

**Dotar** o aluno de conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer.


**Desenvolver conhecimentos** sobre conceitos, legislação e técnicas de proteção ambiental na área de vigilância, com o fim de propiciar ao vigilante oportunidade de reflexão quanto ao seu relevante papel na preservação ambiental e os métodos como educador e fiscalizador dos direitos e deveres do cidadão para com o meio ambiente.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
------	--------------------------	-----------------------



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	97
--	--	------------------------------	----

	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	IDENTIFICAR princípios constitucionais relacionados à segurança privada	<b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b> -Da legalidade (art. 5º, II, CF/88); -Da intimidade, honra e imagem (art. 5º, X, CF/88); -De domicílio (art. 5º, XI, CF/88); -Inviolabilidade de correspondência (art. 5º, XII, CF/88); -Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88); -De locomoção (art. 5º, XV, CF/88); -De reunião (art. 5º, XVI, CF/88); -De associação (art. 5º, XVII, CF/88); -De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88); -Da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF/88); -Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88); -Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88); -Dos direitos do preso (art. 5º, LXIII, CF/88); -De <i>habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII, CF/88).
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</b> Recursos: 01 professor e caderno didático. Carga Horária: 02 h/a.		
02	INTERPRETAR os elementos do crime e os tipos penais mais incidentes sobre a atividade de segurança privada.	<b>DIREITO PENAL:</b> -Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); -Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); -Maioridade penal; -Autoria, co-autoria e participação; -Homicídio (art. 121); -Lesão corporal (art. 129); -Constrangimento ilegal (art. 146); -Ameaça (art. 147); -Seqüestro e cárcere privado (art. 148); -Violação de domicílio (art. 150); -Violação de correspondência (art. 151); -Furto (art. 155); -Roubo (art. 157); -Dano (art. 163); -Apropriação indébita (art. 168); -Estelionato (art. 171); -Receptação (art. 180); -Incêndio (art. 250); -Quadrilha ou bando (art. 288); -Resistência (art. 329); -Desobediência (art. 330); -Desacato (art. 331); -Corrupção ativa (art. 333).

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	98
--	--	------------------------------	----

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

<b>03</b>	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos, legislação e técnicas de proteção ambiental na área de vigilância.	<b>MEIO AMBIENTE:</b> -Conceito; -Proteção; -Desenvolvimento sustentável; -Coleta seletiva de lixo; <b>CRIMES AMBIENTAIS (LEI Nº 9.605/98):</b> -Crime contra a fauna (art. 29); -Crime contra a flora (art. 38, 41 e 49); -Crimes ambientais de poluição (art. 54) .
-----------	---	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

### 5.3 DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO (DDH&RHT)

**Carga horária:** 06 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

**Objetivo da disciplina:**


**Ampliar conhecimentos** para respeitar a visão política e prática da afirmação dos Direitos Humanos.

**Conscientizar e instrumentalizar** o aluno para o desenvolvimento intra e interpessoal.

**Dotar o aluno de conhecimentos** que o capacitem a desenvolver hábitos de sociabilidade e permitam o seu bom relacionamento no trabalho e em outras esferas do convívio social.

**Desenvolver** atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	APONTAR no Direito Constitucional brasileiro a evolução dos direitos humanos. APONTAR os incisos do artigo 5º da CF/88 que tratam dos direitos e garantias individuais.	<b>DIREITOS HUMANOS:</b> <b>-Evolução histórica;</b> <b>-Evolução histórico-constitucional dos direitos humanos no Brasil;</b> <b>-Conceito.</b> <b>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS:</b> <b>-Direitos fundamentais da pessoa humana;</b> <b>-Dos direitos e garantias fundamentais (tortura, provas ilícitas, direito ao silêncio e o princípio da presunção da inocência);</b> <b>-Direitos fundamentais da pessoa detida;</b> <b>-O crime de tortura no contexto dos direitos humanos e o tratamento</b>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	99
--	--	------------------------------	----

		<b>constitucional (art. 5º CF/88);</b> <b>Lei nº 9.455/97:</b> <b>-Da prisão e o direito a imagem;</b> <b>-Do terrorismo, da segurança do cidadão, do Estado e os direitos humanos fundamentais;</b> <b>-Da responsabilidade civil objetiva e subjetiva e o crime de tortura, tratamento desumano ou degradante.</b>
--	--	--

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.


<b>02</b>	<p>IDENTIFICAR as situações gerais na aplicação de armamentos letais e não-letais no cumprimento dos deveres do vigilante.</p> <p>IDENTIFICAR os requisitos básicos e específicos para utilização ou não de armas não-letais, de arma de fogo e da força física pelo vigilante.</p> <p>IDENTIFICAR os equipamentos existentes na contenção de criminosos e veículos.</p>	<p><b>USO PROPORCIONAL DA FORÇA COM ARMAS NÃO-LETAIS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO COMO ÚLTIMO RECURSO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Princípios básicos sobre o uso da força física e armas de fogo (letais), bem como de equipamentos não-letais;</li> <li>- Considerações gerais. Emprego de armas não-letais e letais;</li> <li>- Requisitos gerais no emprego de armas de fogo (letais) e da força física;</li> <li>- Disposições específicas no uso da arma de fogo;</li> <li>- Lei nº 10.826/03;</li> <li>- Requisitos básicos quanto à decisão acerca da utilização ou não de arma de fogo e ou da força física.</li> </ul>
-----------	--	--

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

<b>03</b>	<p>DOTAR o aluno de conhecimentos que o capacitem a desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam aprimorar seu relacionamento no trabalho e em outras esferas de convívio social.</p> <p>DESENVOLVER atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.</p>	<p><b>COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Princípios de comunicação interpessoal;</li> <li>- Processo de comunicação;</li> <li>- Dicção, afasias, inibições;</li> <li>- Linguagem e fala.</li> </ul> <p><b>ÉTICA E DISCIPLINA NO TRABALHO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Normas de conduta socialmente adequadas no ambiente de trabalho;</li> <li>- Trato social cotidiano: regras de convivência.</li> </ul> <p><b>ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar quais características e circunstâncias que definem pessoas com deficiência;</li> <li>- Atender adequada e prioritariamente as pessoas com deficiência, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos sociais e individuais (vide Lei nº 7.853/89);</li> </ul> <p><b>COMANDO E SUBORDINAÇÃO</b>  <b>DISCIPLINA E HIERARQUIA</b></p>
-----------	--	--

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	100
--	--	------------------------------	-----

	<p>APRESENTAÇÃO PESSOAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Hábitos adequados e cuidados que o homem de segurança deve ter com a sua apresentação pessoal, asseio, postura e discrição;</li> <li>- Princípios de apresentação pessoal;</li> <li>- <b>Asseio, postura e discrição.</b></li> </ul>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.  <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático.  <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.</p>	

#### 5.4 SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO (SSP&CR)

**Carga horária:** 06 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)


##### Objetivo da disciplina:

**Desenvolver conhecimentos** sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, as atribuições constitucionais de cada corporação policial, da guarda municipal e das Forças Armadas, com o fim de o vigilante saber como complementar com seu serviço o de segurança pública.

**Dotar** o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e da guarda municipal em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.

**Ampliar** conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu *modus operandi*, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e colabore com a polícia.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, as atribuições constitucionais de cada corporação policial, da guarda municipal e das Forças Armadas.	<p><b>DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-<b>Sistema Nacional de Segurança Pública (art. 144 CF/88);</b></li> <li>-<b>Polícia Federal (art. 144, §1º, CF/88);</b></li> <li>-<b>Polícia Rodoviária Federal (art. 144, §2º, CF/88);</b></li> <li>-<b>Polícias Cíveis (art. 144, § 4º, CF/88);</b></li> <li>-<b>Polícias Militares e Bombeiros (art. 144, §§ 5º e 6º, CF/88);</b></li> <li>-<b>Guarda Municipal (art. 144, § 8º, CF/88);</b></li> <li>-<b>Forças Armadas (art. 142, §1º, CF/88);</b></li> <li>-<b>Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999: Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.</b></li> </ul>
<p>Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</b>  <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático.  <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.</p>		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	101
--	--	------------------------------	-----

<b>02</b>	DOTAR o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e da guarda municipal em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.	<b>COMO ACIONAR OS ÓRGÃOS DO SSP:</b> -Polícia Militar; -Guarda Municipal; -Telefones, alarmes, etc; - Polícia Judiciária; -Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial e Processo Penal (polícia de investigação).
-----------	--	--

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

<b>03</b>	AMPLIAR conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu <i>modus operandi</i> , para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e colabore com a polícia.	<b>CRIME ORGANIZADO:</b> -Conceito: delinquência organizada transnacional, associação ilícita, controle de área, vantagem financeira; -Potencial ofensivo: alcance, dano social, intimidação e ameaça, corrupção e infiltração, sofisticação; -Características: pluralidade de agentes, planejamento empresarial, cadeia de comando, compartimentação, código de honra, controle territorial, estabilidade, fins lucrativos; -Modalidades: assalto a banco, espionagem industrial, roubo de cargas, transporte de valores, contrabando, falsificação de produtos, tráfico de drogas, desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, seqüestro.
-----------	--	--

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

## 5.5 PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS (PCI&PS)

**Carga horária:** 12 horas-aula


**Avaliação:** VF (04 h/a)

### Objetivo da disciplina:

**Dotar** o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios de pequenas proporções, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente para orientar a evacuação de prédios.

**Capacitar** o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
	DOTAR o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS: - Considerações preliminares;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	102
--	--	------------------------------	-----

01	incêndios de pequenas proporções, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente para orientar a evacuação de prédios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de fogo e incêndio;</li> <li>- Triângulo do fogo;</li> <li>- Meios de propagação;</li> <li>- Formação de incêndios e sinistros conexos;</li> <li>- Classes de incêndios;</li> <li>- Métodos preventivos;</li> <li>- Papel dos Bombeiros e das Brigadas de Incêndio.</li> </ul> <p><b>COMBATE A INCÊNDIO DE PEQUENAS PROPORÇÕES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Métodos de extinção;</li> <li>- Extintores de incêndios;</li> <li>- Evacuação de locais;</li> <li>- <b>Trabalho em conjunto com as Brigadas de Incêndio e precedente à chegada dos Bombeiros.</b></li> </ul>
----	---	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e exercício prático.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

02	CAPACITAR o aluno, através de exercícios simulados, a desempenhar técnicas de prevenção e combate a incêndios	<p><b>EXERCÍCIOS PRÁTICOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exercícios simulados para desempenhar técnicas de prevenção e combate a incêndios</li> <li>- Manuseio de extintores</li> <li>- Exercícios práticos para prevenir e combater incêndios.</li> </ul>
----	---	---

**Estratégias de Ensino:** Aula de exercício prático.

**Recursos:** 01 professor com equipamentos e cenário adequado.

**Carga Horária:** 04 h/a

03	CAPACITAR o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.	<p><b>CONDUTA NA PRESTAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise primária e secundária da vítima;</li> <li>- Transporte de feridos;</li> <li>- Acidentes traumáticos e hemorrágicos;</li> <li>- Respiração artificial;</li> <li>- Massagem cardio-pulmonar.</li> </ul>
----	---	--

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e exercício prático.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.


## 5.6 EDUCAÇÃO FÍSICA (ED)

**Carga horária:** 12 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)

**Objetivo da disciplina:**

**Ampliar conhecimentos** para construir uma mentalidade de prática continuada de atividade física em busca de saúde, bem estar físico, psicológico e social.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	103
--	--	------------------------------	-----

**Exercitar/desenvolver** qualidades físicas que favoreçam o aumento da capacidade física geral e específica, sempre que possível em situações compatíveis com o contexto físico, mental e social da atividade do vigilante.

**Desenvolver** força e resistência muscular por meio de exercícios em circuito (facultativo), corridas e exercícios livres, que permitam ao praticante a manutenção de seu condicionamento independente de espaço específico ou uso de aparelhos.

**Fortalecer atitudes** de comportamento grupal, exercitando a empatia, a cooperação, a solução compartilhada de problemas e equilíbrio frente ao desgaste emocional decorrente do desgaste físico.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	MENSURAR pulsação como orientação à prática regular de corridas. REALIZAR atividades de coordenação e aquisição de habilidades. DESENVOLVER estratégias para melhorar capacidade aeróbia. DESENVOLVER estratégias para melhorar a resistência muscular localizada. INTERAGIR entre grupos.	- Verificações diagnósticas; - Exercícios educativos de corrida; - Corridas Lineares; - Exercícios localizados em circuitos; - Orientações básicas de montagem de treinamento físico.
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula prática com treinamento progressivo da atividade de corrida, exercícios aquáticos ou circuito. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, pista de atletismo, ginásio poliesportivo e materiais de circuito (ambientes facultativos). <b>Carga Horária:</b> 12 h/a.		

## 5.7 DEFESA PESSOAL (DP)

**Carga horária:** 20 horas-aula

**Avaliação:** VF (04 h/a)

**Objetivo da disciplina:**


**Ampliar conhecimentos** para defesa própria e de terceiros durante o trabalho do vigilante e mesmo na vida cotidiana.

**Exercitar/desenvolver habilidades** para domínio de pessoas, visando à realização de ações na área de vigilância com o uso adequado de força e de novas habilidades motoras, potencializando aquelas pré-adquiridas.

**Fortalecer atitudes para** valorizar o comportamento grupal, exercitando a empatia, a cooperação, a solução compartilhada de problemas e a abnegação, bem como desenvolver a coragem, decisão e iniciativa perante situações de perigo.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	104
--	--	------------------------------	-----

01	<p>EXECUTAR técnicas de artes marciais eficientemente, de acordo com seus princípios teóricos e mecânicos.</p> <p>EXERCITAR a coordenação motora, flexibilidade, força e velocidade.</p> <p>EXERCITAR, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo no treinamento e situação real do trabalho do vigilante.</p> <p>EXERCITAR movimentos condicionados específicos e preparatórios para o treinamento de técnicas de artes marciais.</p>	<p>DEFESA PESSOAL:</p> <p>a) Técnicas de amortecimento de queda (Ukemi Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Amortecimento de queda lateral;</li> <li>- Amortecimento de queda para trás;</li> <li>- Amortecimento de queda para frente;</li> <li>- Rolamento para frente;</li> <li>- Rolamento para trás.</li> </ul> <p>b) Técnicas de Projeção (Nague Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O Soto Gari;</li> <li>- O Goshi;</li> <li>- Koshi Guruma;</li> <li>- Kote Gaeshi;</li> </ul> <p>c) Técnicas de socos, chutes e defesas (Atemi Waza):</p> <p><b>Técnicas de socos (Tsuki Waza):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jab / direto;</li> <li>- Cruzado;</li> <li>- Upper;</li> <li>- Cotoveladas.</li> </ul> <p><b>Técnicas de chutes (Keri Waza):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Chute frontal, lateral e circular.</li> <li>- Joelhada;</li> </ul> <p><b>Técnicas de defesas (Uke Waza):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Shuto Uke;</li> <li>- Nagashi Uke.</li> </ul> <p>d) Técnicas de Estrangulamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Hadaka Jime 1;</li> <li>- Hadaka Jime 2 ("Mata-Leão").</li> </ul> <p>e) Técnicas de chaves de braço e punho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Kote Hineri (Sankio) posição deitada;</li> <li>- Kote Osae (Nikio);</li> <li>- Ude Garami.</li> </ul>
----	---	---

**Estratégias de Ensino:** Exercícios de aquecimento, educativos para melhoria da coordenação motora, agilidade, força e flexibilidade e exercícios educativos específicos.

**Recursos:** 01 professor e monitores, um dojô, apitos, sacos de pancadas, luvas de foco, aparadores de chutes e cronômetro.

**Carga Horária:** 04 h/a.


02	<p>DEMONSTRAR técnicas de Defesa Pessoal, com base nas técnicas de artes marciais enfocadas no módulo anterior.</p> <p>EXERCITAR, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real.</p> <p>EXERCITAR a coordenação motora e a flexibilidade.</p>	<p>DEFESA PESSOAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Defesa de soco ao rosto;</li> <li>- Defesa de chute frontal</li> <li>- Defesa de chute lateral;</li> <li>- Defesa de pegada pelas costas;</li> <li>- Defesa de gravata lateral;</li> <li>- Defesa de gravata pelas costas;</li> <li>- Defesa de facada por baixo;</li> <li>- Arma de fogo apontada ao peito.</li> </ul>
----	---	---

**Estratégias de Ensino:** Exercícios de defesa de ataques armados e desarmados com utilização de técnicas de defesa pessoal.

**Recursos:** 01 professor e monitores, um dojô, apitos, cronômetro, simulacros de armas de fogo, facas e bastões.

**Carga Horária:** 08 h/a.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	105
--	--	------------------------------	-----

<b>03</b>	<p>DEMONSTRAR técnicas de Defesa Pessoal e Domínio Tático, com base nas técnicas de artes marciais enfocadas nos módulos anteriores;</p> <p>EXERCITAR, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real.</p> <p>EXERCITAR a coordenação motora, flexibilidade, força e velocidade.</p> <p>DESENVOLVER sentimento de grupo e cooperação em situação de estresse ou perigo.</p> <p>DESENVOLVER o trabalho coordenado e em equipe.</p>	<p><b>DOMÍNIO TÁTICO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impedimento de saque de arma;</li> <li>- Retenção de saque de arma;</li> <li>- Domínio 1 – Utilizando técnicas de estrangulamento (Hadaka Jime 1 ou 2)</li> <li>- Trabalho em duplas e trios;</li> <li>- Domínio 2 – Técnicas de projeção + chave de punho (Kote Hineri). Trabalho individual e em grupo;</li> <li>- Domínio 3 (Condução) – Ude Garami + Hadaka Jime;</li> <li>- Algema 1 (deitado) – Kote Hineri;</li> <li>- Algema 2 (de pé) – Kote Hineri.</li> </ul>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Exercícios de defesa pessoal, domínio tático e algemas.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, um dojô, apitos, cronômetro, coldre, simulacros de armas de fogo e algemas.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 08 h/a.</p>		

## 5.8 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 22 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)

### Objetivo da disciplina:

**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante, com amparo de sua responsabilidade ética para com a comunidade, nos mecanismos disponíveis para a proteção de sua integridade física, psíquica e a de terceiros, na sua instituição, e nos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo.


**Avaliar** as vantagens na utilização dos recursos não-letais na atividade de Segurança Privada, para que o vigilante disponha de meios adequados para aplicar a força de maneira proporcional contra uma ameaça, protegendo a sua incolumidade física bem como a de terceiros.

**Habilitar** o aluno a manusear e operar Armas e Munições Não-Letais.


**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.

**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
-------	-----------------------	-----------------------

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	106
--	--	------------------------------	-----

	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>DISCUTIR E ANALISAR o uso legal e progressivo da força pelo vigilante</p> <p>ELENCAR as qualidades necessárias ao bom desempenho do trabalho de vigilância</p> <p>IDENTIFICAR as armas de fogo a serem utilizadas, regras de segurança e de conduta no estande e cuidados no porte.</p> <p>ELENCAR regras de segurança, limpeza e conservação.</p>	<p><b>20. SOBREVIVÊNCIA DO VIGILANTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Arma de fogo como último recurso para defesa pessoal ou de terceiros;</li> <li>- Toda missão é importante;</li> <li>- Trabalho em equipe;</li> <li>- Conduta individual (transporte e guarda);</li> <li>- Armamento utilizado (Revólver Cal 38);</li> <li>- Noções básicas de balística (poder de parada e munição transfixiante);</li> <li>- Nomenclatura e função das principais peças;</li> <li>- Limpeza e conservação.</li> </ul>
<p><b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, caderno didático, sala de aula, multimídia.</p> <p><b>Carga horária:</b> 04 h/a.</p>		
02	<p>DISCUTIR E ANALISAR o uso legal e progressivo da força pelo vigilante</p> <p>IDENTIFICAR as Armas Não-Letais a serem utilizadas na vigilância patrimonial, regras de segurança e de conduta no estande e cuidados no manuseio, no transporte e armazenamento.</p> <p>CAPACITAR o aluno a utilizar Armas Não-Letais, nas diversas situações, através de projeção de <i>slides</i>, manuseio das Munições e das Armas NL, de bem como resolver incidentes de funcionamento (pane e solução).</p>	<p><b>21. AUTODEFESA E AÇÃO DO VIGILANTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Arma Não-Letal como recurso valioso para defesa pessoal ou de terceiros, permite a neutralização da ação delituosa, sem a necessidade do contato físico;</li> <li>- Conduta individual (transporte e guarda);</li> <li>- Armamento e Munição Não-Letais utilizados;</li> </ul> <p><b>REGRAS DE SEGURANÇA E MANEJO DAS ARMAS E MUNIÇÕES NÃO-LETAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de emprego</li> <li>- Conduta no estande;</li> <li>- Inspeção da arma;</li> <li>- Fundamentos do emprego das diversas munições em função do local, direção de vento e confinamento;</li> <li>- Postura de operação de Munições;</li> <li>- Incidentes de tiro (pane e solução);</li> <li>- Treinamento em seco com munições inertes.</li> <li>- Teoria e prática de operação.</li> </ul>
<p><b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, multimídia, sala de aula e estande, equipamentos de defesa pessoal, munição de manejo e armas.</p> <p><b>Carga horária:</b> 04 h/a.</p>		
	CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, nas diversas posições de tiro, através de projeção de <i>slides</i> , manuseio da arma e de	<p><b>REGRAS DE SEGURANÇA E MANEJO DO REVÓLVER NO ESTANDE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de cobertura e abrigo;</li> <li>- Conduta no estande;</li> </ul>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	107
--	--	------------------------------	-----

03	treinamento em seco, bem como resolver incidentes de tiro (pane e solução).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inspeção da arma;</li> <li>- Carregar e descarregar o armamento;</li> <li>- Fundamentos do tiro (base, empunhadura, visada, respiração e acionamento da tecla do gatilho);</li> <li>- Posição de tiro (de pé, ajoelhado, deitado, barricada à esquerda e barricada à direita);</li> <li>- Incidentes de tiro (pane e solução);</li> <li>- Treinamento em seco com dois olhos abertos;</li> <li>- Teoria e prática de saque e coldreamento da arma.</li> </ul> <p>* VISADA E EMPUNHADURA: com os dois olhos abertos, empunhadura de mão dupla. Justificativa: estudos apontam que confrontos armados ocorrem em distâncias de 3 a 6 metros.</p>
----	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, multimídia, sala de aula e estande, munição de manejo.

**Carga horária:** 04 h/a.

04	EFETUAR tiro em visão primária – TVP - nas três posições, a 07 metros, 10 tiros em cada posição, com os dois olhos abertos.	<p>REVOLVER CALIBRE 38:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- TVP de pé, a 10 metros, 10 tiros;</li> <li>- TVP ajoelhado barricado, a 07 metros, 10 tiros;</li> <li>- TVP deitado barricado, a 07 metros, 10 tiros;</li> </ul>
----	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38, munição (30 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

05	EFETUAR tiro rápido - TR, partindo da posição de retenção, 5 metros, 12 tiros, com os dois olhos abertos.	<p>REVOLVER CALIBRE 38:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino da unidade;</li> <li>- Treinamento em seco com munição de manejo;</li> <li>- TR, posição de retenção, a 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 12 tiros.</li> </ul>
----	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.


**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, Revolver cal. 38, munição (12 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

06	EFETUAR tiro rápido, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, 5 metros, 12 tiros, com dois olhos abertos.	<p>REVOLVER CALIBRE 38:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino da unidade;</li> <li>- Treinamento em seco de pé</li> <li>- TR, posição de retenção, a 5 metros, barricada à direita e à esquerda, com 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 12 tiros.</li> </ul> <p>*BARRICADA: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.</p>
----	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38, munição (12 tiros)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	108
--	--	------------------------------	-----

<b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
<b>07</b>	EFETUAR tiro rápido, partindo com a arma coldreada, com saque, de pé, 5 metros, 12 tiros, com dois olhos abertos.	REVÓLVER CALIBRE 38: - Treino da unidade; - TR, com saque, a 5 metros, com 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 12 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estandes, revólver e munição (12 tiros). <b>Carga horária:</b> 04 horas-aula.		
<b>VERIFICAÇÃO FINAL      REVÓLVER CAL 38      10 TIROS</b>		
<b>EFETUAR tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 10 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).</b>		
<b>MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO</b>		
<b>CALIBRE</b>		<b>QUANTIDADE</b>
Calibre 38		76

## 5.9 VIGILÂNCIA (VIG)

**Carga horária:** 16 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)

### Objetivo da disciplina:

**Desenvolver conhecimentos** sobre vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas, como banco, shopping, hospital, escola, indústria, com o fim de manter a integridade do patrimônio que guarda, executar os serviços que lhe competem e realizar uma vigilância dinâmica, alerta, integrada e interativa

**Capacitar** o aluno a identificar as técnicas de vigilância em geral e compreender as funções do vigilante, bem como avaliar sua importância num esquema de segurança.


**Desenvolver conhecimentos** sobre o plano de segurança das empresas.

**Dotar** o aluno de conhecimentos específicos que o capacitem ao desempenho das atribuições de promover a segurança física de instalações, em sua área de atuação, adotando medidas de prevenção e repressão de ocorrências delituosas.

**Identificar** emergência, evento crítico e crise.

**Desenvolver conhecimentos** sobre táticas e técnicas iniciais na tomada das primeiras providências frente a um evento crítico e crise.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre vigilância geral e sobre as	TIPOS DE VIGILÂNCIA: - Conceito de vigilância;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	109
--	--	------------------------------	-----

<b>01</b>	áreas de vigilância especializadas, como banco, shopping, hospital, escola, indústria, com o fim de manter a integridade do patrimônio que guarda, executar os serviços que lhe competem e realizar uma vigilância dinâmica, alerta, integrada e interativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perfil do vigilante (alerta, dinâmico, interativo, preventivo, proativo, técnico e adestrado);</li> <li>- Conceito de área de guarda (sob responsabilidade do vigilante);</li> <li>- Integridade patrimonial e das pessoas;</li> <li>- Vigilância em geral;</li> <li>- Vigilância em banco;</li> <li>- Vigilância em shopping;</li> <li>- Vigilância em hospital;</li> <li>- Vigilância em escola;</li> <li>- Vigilância na indústria;</li> <li>- Vigilância em prédio;</li> <li>- Outras modalidades.</li> </ul>
-----------	--	--

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

<b>02</b>	CAPACITAR o aluno a identificar as técnicas de vigilância em geral e compreender as funções do vigilante, bem como avaliar sua importância num esquema de segurança.	<b>FUNÇÕES DO VIGILANTE:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar e compreender as funções do vigilante;</li> <li>- Empregar técnicas de guarda e avaliação da sua importância num esquema de segurança;</li> <li>- Guarda fixo e guarda móvel (ronda), sede do guarda;</li> <li>- Desempenho do vigilante.</li> </ul>
-----------	--	--

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

<b>03</b>	DOTAR o aluno de conhecimentos específicos que o capacitem ao desempenho das atribuições de promover a segurança física de instalações, em sua área de atuação, adotando medidas de prevenção e repressão de ocorrências delituosas. DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre o plano de segurança das empresas.	<b>SEGURANÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas necessárias a um perfeito sistema de controle e segurança física de instalações;</li> <li>- Proteção de entradas não permitidas;</li> <li>- Controle de entradas permitidas;</li> <li>- Prevenção de sabotagem;</li> <li>- Controle de entradas e saídas de materiais e pessoas;</li> <li>- Plano de segurança.</li> </ul>
-----------	---	---


Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

<b>04</b>	DOTAR o aluno de conhecimentos sobre medidas a serem tomadas diante de situações emergenciais ou evento crítico.	<b>EMERGÊNCIA E EVENTO CRÍTICO:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assaltos, tumultos, pânico;</li> <li>- Evacuação de locais;</li> <li>- Planos de emergência;</li> <li>- Explosivos;</li> <li>- Detecção de artefatos ou objetos suspeitos;</li> <li>- Chamado da polícia especializada a cada caso;</li> <li>- Relatório de ocorrência.</li> </ul>
-----------	--	---

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	110
--	--	------------------------------	-----

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

<b>05</b>	<p>CONCEITUAR crise.</p> <p>ENUMERAR as características de uma crise.</p> <p>CONCEITUAR gerenciamento de crises.</p> <p>CITAR os objetivos do gerenciamento de crises.</p> <p>CITAR as fontes de informação numa crise.</p> <p>DEFINIR as autoridades locais que devam ser imediatamente comunicadas.</p> <p>CONHECER o Plano de Segurança da Empresa.</p>	<p><b>CRISE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Conceito de crise;</li> <li>-Características de uma crise;</li> <li>-Conceito de gerenciamento de crises;</li> <li>-Objetivos do gerenciamento de crises;</li> <li>-Fontes de informação numa crise;</li> <li>-Autoridades locais que devam ser imediatamente comunicadas;</li> <li>-Plano de Segurança da Empresa.</li> </ul>
-----------	--	---

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

## 5.10 RADIOCOMUNICAÇÃO E ALARMES (RD&AL)

**Carga horária:** 16 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

### Objetivo da disciplina:


**Desenvolver conhecimentos** teóricos e práticos sobre o sistema de telecomunicações utilizado pelas empresas de segurança.

**Desenvolver conhecimentos** sobre os sistemas computadorizados e de controle eletrônico não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes.

**Desenvolver conhecimentos** sobre os sistemas de alarmes e outros meios de alerta não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes

**Capacitar** o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos eletrônicos e de comunicação.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	<p>DESENVOLVER CONHECIMENTOS teóricos e práticos sobre o sistema de telecomunicações utilizado pelas empresas de segurança.</p> <p>CAPACITAR o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos de comunicação.</p>	<p><b>EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções gerais;</li> <li>- Conceito e apresentação;</li> <li>- Comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios;</li> <li>- Atendimento telefônico;</li> <li>- Uso do rádio;</li> <li>- Código "Q";</li> <li>- Alfabeto fonético;</li> <li>- Disciplina de rede;</li> <li>- Operações com telefone, radiofonia e central de rádio.</li> </ul>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	111
--	--	------------------------------	-----

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 08 h/a.

<b>02</b>	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre os sistemas computadorizados e de controle eletrônico não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes. CAPACITAR o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos.	EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS: - Noções gerais; - Conceito e apresentação; - Operações com equipamentos eletrônicos disponíveis.
-----------	---	--

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

<b>03</b>	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre os sistemas de alarmes e outros meios de alerta, não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes CAPACITAR o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos.	EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS: - Noções gerais; - Conceito e apresentação; - Operações com equipamentos de alarme e outros meios de alerta disponíveis.
-----------	---	---

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.

### 5.11 CRIMINALÍSTICA E TÉCNICA DE ENTREVISTA (CRI&TE)

**Carga horária:** 12 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

#### Objetivo da disciplina:

**Dotar** o aluno de conhecimentos sobre criminalística, evidências, vestígios e local de crime.


**Instrumentalizar** o aluno de técnicas de isolamento do local do crime, preservação de vestígios até a chegada da polícia técnica; coletar evidências iniciais que possam desaparecer antes da chegada da polícia e que importem na apuração policial, busca de provas e autoria; observar e descrever pessoas, coisas, áreas e locais, de forma diligente; demais iniciativas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas.

**Desenvolver conhecimentos** das técnicas de entrevista prévia, visando colher dados necessários ou relevantes às investigações policiais.

**Desenvolver conhecimentos** que identifiquem as drogas mais usadas, a legislação específica, o tráfico ilícito, o uso indevido e a dependência, bem como a atividade policial preventiva e repressiva.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno</b>	



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	112
--	--	------------------------------	-----

	<b>deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	<p>DOTAR o aluno de conhecimentos sobre criminalística, vestígios e local de crime.</p> <p>INSTRUMENTALIZAR o aluno de técnicas de isolamento do local do crime, preservação de vestígios até a chegada da polícia técnica; coletar evidências iniciais que possam desaparecer antes da chegada da polícia e que importem na apuração policial, busca de provas e autoria.</p> <p>OBSERVAR E DESCREVER pessoas, armas, veículos, coisas, áreas e locais, de forma diligente.</p> <p>TOMAR demais medidas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas, desde que não atrapalhem a atividade policial.</p>	<p><b>LOCAL DO CRIME:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções gerais e conceito;</li> <li>- Objetivos: salvar vidas, prestar socorro às vítimas e auxiliar a polícia na apuração da materialidade e autoria;</li> <li>- Isolamento do local;</li> <li>- Preservação das provas ou vestígios materiais até a chegada da polícia técnica;</li> <li>- Coleta de evidências ligadas às circunstâncias do crime, como rol de testemunhas, tirar fotografias ou efetuar filmagens, tipo de armas, veículos, etc;</li> <li>- Método de observação e descrição de pessoas envolvidas (características e sinais particulares, como estatura, idade, sexo, voz, cor, compleição física, cabelos, tatuagens, rosto e olhos, com o fim de reproduzir retrato falado, vestimentas, equipamentos e petrechos), armas e calibres, veículos, equipamentos, coisas, áreas, circunstâncias, sequência dos fatos e locais.</li> <li>- Sistema de memorização;</li> <li>- Técnicas de arrecadação de provas quando podem desaparecer antes do isolamento do local e da chegada da polícia, identificando as situações em que a medida é cabível;</li> <li>- Outras providências que competem ao vigilante, desde que não atrapalhem a atividade policial.</li> </ul>

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.


<b>02</b>	<p>DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre técnicas de entrevista prévia, visando colher dados necessários ou relevantes às investigações policiais.</p>	<p><b>TÉCNICA DE ENTREVISTA PRELIMINAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções gerais e conceito;</li> <li>- Entrevista preliminar de autor, vítima e testemunha;</li> <li>- Perguntas genéricas: nome, identificação, endereço, telefone, local de trabalho e breve histórico do envolvimento, participação ou assistência à ocorrência;</li> <li>- Perguntas específicas no caso de possível evasão do local ou desfalecimento de qualquer dos atores acima elencados, antes da chegada da polícia;</li> <li>- Preservação, compartimentação e sigilo das informações;</li> <li>- Elaboração de relatório para ser entregue à polícia;</li> <li>- Maneiras legais de agir.</li> </ul>
-----------	--	--

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.**


**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 04 h/a.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	113
--	--	------------------------------	-----

03	DESENVOLVER CONHECIMENTOS que identifiquem drogas mais usadas, legislação específica, tráfico ilícito, uso indevido e dependência, bem como as atividades policiais preventiva e repressiva.	TRÁFICO DE DROGAS: <ul style="list-style-type: none"><li>- Noções gerais;</li><li>- Conceito e apresentação dos tipos de drogas;</li><li>- Efeitos psíquicos e físicos;</li><li>- Dependência, abstinência e tolerância;</li><li>- <i>Modus operandi</i> do traficante para viciar os novos consumidores;</li><li>- Estrutura do crime organizado;</li><li>- Prevenção e repressão ao tráfico;</li><li>- Educação preventiva;</li><li>- Coleta de dados e informações – sigilo;</li><li>- Repasse às autoridades policiais competentes.</li></ul>
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.</b>		
<b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático.		
<b>Carga Horária:</b> 04 h/a.		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	114
--	--	------------------------------	-----

## ANEXO II

### **RECICLAGEM DO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE - RCFV**

## **PROGRAMA DE CURSO**

### **1. REQUISITO**

Ter concluído o Curso de Formação de Vigilante - CFV

### **2. OBJETIVO**

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o recapacite para o exercício da atividade de segurança privada.

### **3. ORGANIZAÇÃO**

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

#### **3.1 Metodologia**

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.


#### **3.2 Carga horária**

A carga horária total do curso será de 30 (trinta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

##### **3.2.3 Distribuição do tempo**

d) Disciplinas curriculares.....28 h/a

e) Verificação de aprendizagem.....02 h/a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	115
--	--	------------------------------	-----

**TOTAL.....30 h/a**

### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante. Desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.	<b>18 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de segurança privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros. Realizar limpeza e conservação da arma. Praticar tiro.	<b>10 h/a</b>

### 3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 50 % (cinquenta por cento) em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no Plano de Curso, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.5 Composição das turmas


As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.

### 3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez) pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

## 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	116
--	--	------------------------------	-----

#### 4.1 REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)

**Carga horária:** 18 horas-aula


**Avaliação:** VF (02 h/a)

##### Objetivo da disciplina:

**Desenvolver e atualizar conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência, segurança pública, criminalística, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes e vigilância.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de segurança privada.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada</p> <p>RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de</p>	<p><b>Aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF)</b></p> <p><b>Papel do empresário e do representante de classe</b></p> <p><b>Direito, deveres e atribuições do vigilante</b></p> <p><b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88)</li> <li>-De locomoção (art. 5º, XV, CF/88)</li> <li>-De reunião (art. 5º, XVI, CF/88)</li> <li>-De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88)</li> <li>-Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88)</li> <li>-Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88)</li> </ul> <p><b>DIREITO PENAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos)</li> <li>-Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito)</li> <li>-Autoria, co-autoria e participação</li> <li>-Homicídio (art. 121)</li> <li>-Lesão corporal (art. 129)</li> <li>-Seqüestro e cárcere privado (art. 148)</li> <li>-Roubo (art. 157)</li> <li>-Dano (art. 163)</li> <li>-Apropriação indébita (art. 168)</li> <li>-Quadrilha ou bando (art. 288)</li> <li>-Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal</li> </ul>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	117
--	--	------------------------------	-----

	Formação de Vigilante.	<p><b>DIREITO TRABALHISTA:</b>  Contrato de Trabalho (Salário, adicionais, estabilidade no emprego)  Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário)  Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido.  Sindicatos  Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho  <b>-Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas)</b></p> <p><b>Direitos humanos e relações humanas. Atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.</b></p>
--	------------------------	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 06 h/a

02	ATUALIZAR E REAVALIAR conhecimentos sobre vigilância	Modalidades de vigilância (banco, shopping, hospital, escola, indústria, prédios) Técnicas de vigilância Controle de entrada e saída de pessoas Identificação de suspeitos Identificação de emergências, crises, ou qualquer evento crítico: medidas imediatas e mediatas Planos de segurança
----	--	--

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 06 h/a


03	ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação  ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego de alarmes	Sistema de telecomunicação utilizado pela empresa e disponibilidade no mercado  Vigilância eletrônica e alarmes  Manuseio, uso correto, conservação e manutenção.
----	--	---

**Estratégias de Ensino:** Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 03 h/a

04	DESENVOLVER E ATUALIZAR CONHECIMENTOS sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, convênio com a Polícia Federal sobre a prestação de informações, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.	Órgãos policiais (como acionar, relacionamento) Quadrilhas e suspeitos, <i>modus operandi</i> Local do crime: isolamento, medidas imediatas, sem interferir e nem inviabilizar o trabalho da polícia Preservação de vestígios Entrevista preliminar quando as pessoas tendem a se dispersar antes da chegada da polícia Coleta inicial de evidências ou vestígios que
----	--	--

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	118
--	--	------------------------------	-----

		possam desaparecer antes da chegada da polícia Observar e descrever pessoas, coisas, veículos, cenas, locais, armas, etc Identificação de drogas Trato com as vítimas.
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático. <b>Carga Horária:</b> 03 h/a		

#### 4.2 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (conceito do instrutor)

**Objetivo da disciplina:**


**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.

**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.

**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço

**Praticar** tiro.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 12 tiros.	<b>22. REVÓLVER CALIBRE 38</b>  - Nomenclatura e funcionalidade; - Limpeza e conservação; - Carregar e descarregar a arma; - Incidente de tiro (sanar pane); - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 12 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38 e munição (12 tiros) <b>Carga horária:</b> 04 h/a.		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	119
--	--	------------------------------	-----

<b>02</b>	EFETUAR tiro rápido, retenção, 5 metros, com dois olhos abertos, 08 tiros	<b>REVOLVER CALIBRE 38:</b> - Treino da unidade; - Treinamento em seco; - T. R, retenção, 5 metros, barricada à direita e à esquerda, 2 acionamentos em 3" a cada comando, 08 tiros
-----------	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.  
**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38, munição (08 tiros)  
**Carga horária:** 02 h/a.

<b>03</b>	EFETUAR tiro rápido, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, 5 metros, 08 tiros, com dois olhos abertos.	<b>REVOLVER CALIBRE 38:</b> - Treino da unidade; - Treinamento em seco; - T. R, retenção, 5 metros, barricada à direita e à esquerda, 2 acionamentos em 3" a cada comando, 08 tiros
-----------	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.  
**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38, munição (08 tiros)  
**Carga horária:** 02 h/a.

<b>04</b>	EFETUAR tiro rápido, sacando (arma no coldre), 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros.	<b>23. REVÓLVER CALIBRE 38</b>  - Treino da unidade; - Treinamento em seco; - T.R, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando, 12 tiros
-----------	--	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.  
**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38 e munição (12 tiros)  
**Carga horária:** 02 h/a.


MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO	
CALIBRE	QUANTIDADE
Calibre 38	40

#### ANEXO III

### CURSO DE EXTENSÃO EM TRANSPORTE DE VALORES - CTV

## PROGRAMA DE CURSO

### 1. REQUISITO

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	120
--	--	------------------------------	-----

Ter concluído o Curso de Formação de Vigilante - CFV

## 2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de transporte de valores, adotando medidas preventivas e repressivas ante possíveis ataques.

## 3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

### 3.1 Metodologia

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do Curso.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo o Plano de Curso, Grade Horária e os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso de forma a valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.


As aulas práticas com veículo especial ou simulacro deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de alcançar-se o máximo de aproveitamento.

### 3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 (cinquenta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

#### 3.2.3 Distribuição do tempo



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	121
--	--	------------------------------	-----

f) Disciplinas curriculares.....	43 h/a
g) Verificação de aprendizagem.....	07 h/a
<b>TOTAL.....</b>	<b>50 h/a</b>

### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de transporte de valores, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de transporte de valores, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.	05 h/a
TRANSPORTE DE VALORES (TV)	Capacitar o aluno a desempenhar as atividades relacionadas ao transporte de valores em veículos especiais.	10 h/a
RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (RSE)	Capacitar o aluno a resolver, em equipe, as situações de emergência relacionadas ao transporte de valores em veículos especiais.	10 h/a
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento diversificado empregado na atividade especializada de transporte de valores, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.	18 h/a

### 3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.


### 3.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	122
--	--	------------------------------	-----

máximo de 10 (dez) pontos. A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" será realizada de forma prática.

#### 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

##### 4.1 LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)

**Carga horária:** 05 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

##### Objetivo da disciplina:


**Desenvolver conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de transporte de valores, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.

**Identificar** direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em transporte de valores.

**Recordar e atualizar** conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de transporte de valores, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos, no desempenho das atividades de transporte de valores.

UNID	OBJETIVOS INSTRUÇÃOAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de transporte de valores.	<b>Aspectos legais sobre transporte de valores (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF); Papel do empresário e do representante de classe; Direito, deveres e atribuições do vigilante especialista em transporte de valores.</b>
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</b> <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático. <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.		
<b>02</b>	RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de transporte de valores, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.	<b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b> -Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88) -De locomoção (art. 5º, XV, CF/88); -De reunião (art. 5º, XVI, CF/88); -De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88); -Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88); -Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88).  <b>DIREITO PENAL:</b> -Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); -Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	123
--	--	------------------------------	-----

		<b>cumprimento do dever legal e exercício regular de direito);</b> <b>-Autoria, co-autoria e participação;</b> <b>-Homicídio (art. 121);</b> <b>-Lesão corporal (art. 129);</b> <b>-Seqüestro e cárcere privado (art. 148);</b> <b>-Roubo (art. 157);</b> <b>-Dano (art. 163);</b> <b>-Apropriação indébita (art. 168);</b> <b>-Quadrilha ou bando (art. 288);</b> <b>-Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.</b>
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático. <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.		
<b>03</b>	IDENTIFICAR direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em transporte de valores.	<b>DIREITO TRABALHISTA:</b> -Contrato de Trabalho (Salário, adicionais, estabilidade no emprego); -Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); -Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; -Sindicatos; -Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; -Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas).
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático. <b>Carga Horária:</b> 01 h/a.		

#### 4.2 TRANSPORTE DE VALORES (TV)

**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)


**Objetivo da disciplina:**

**Ampliar conhecimentos** sobre transporte de valores.

**Desenvolver habilidades** para desempenhar as atividades de transporte de valores em veículos especiais.

**Exercitar o aluno** nas atividades de transporte de valores em veículos especiais.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
	IDENTIFICAR os meios, técnicas e táticas de transporte de valores em veículos especiais.	<b>Veículo especial (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais);</b>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	124
--	--	------------------------------	-----

01		<b>Formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais);</b> <b>Atribuições de cada membro da equipe;</b> <b>Conceito de valores;</b> <b>Itinerários e variantes;</b> <b>Carga e descarga de valores;</b> <b>Cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, carga e descarga dos veículos;</b> <b>Rádio e código "Q";</b> <b>Responsabilidades sobre a atividade.</b>
----	--	---

**Estratégias de Ensino:** **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.

02	PRATICAR E EMPREGAR técnicas e táticas de transporte de valores em veículos especiais.	<b>Embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento, condução da arma e do rádio, proteção dos valores, colocação dos valores no destino final, recibo, registros, etc);</b> <b>Comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios;</b> <b>Uso de colete balístico;</b> <b>Elaboração de itinerários;</b> <b>Reconhecimento de roteiros (pontos de apoio);</b> <b>Reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício);</b> <b>Direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo – conteúdo apenas teórico).</b> <b>Procedimentos em operações urbanas, em operações intermunicipais (viagens) e em transporte intermodal (em aeroportos, comboios/escortas).</b>
----	--	---

**Estratégias de Ensino:** Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.

**Recursos:** 01 professor e monitores.

**Carga Horária:** 08 h/a.

#### 4.3 RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (RSE)


**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)

##### **Objetivo da disciplina:**


**Capacitar** o aluno de habilidades para resolver, em equipe, as situações de emergência (proatividade, ação e reação) relacionadas ao transporte de valores em veículos especiais.

**Dotar** o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar, polícia rodoviária e da guarda municipal em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	125
--	--	------------------------------	-----

**Ampliar** conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu *modus operandi*, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e que possa fornecer informações à polícia.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	CONHECER as formas de ataque INTERPRETAR os respectivos planos de reação elaborados pela empresa. IDENTIFICAR sua parcela de participação no plano de reação PRATICAR exercício simulado ELABORAR relatórios.	<b>Ataques a veículos especiais (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa)</b> <b>Técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos;</b> <b>Planos de reação;</b> <b>Procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc);</b> <b>Procedimento da equipe durante e após o ataque;</b> <b>Relatório da ocorrência (exercício prático).</b>
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais.</b> <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores. <b>Carga Horária:</b> 06 h/a.		
02	DOTAR o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e da guarda municipal em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância. AMPLIAR conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu <i>modus operandi</i> , para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e prestar informações à polícia.	<b>Como acionar os órgãos da SSP:</b> <b>Polícia Militar;</b> <b>Polícia Rodoviária;</b> <b>Guarda Municipal;</b> <b>Telefones, alarmes, etc.</b> Quadrilhas de assalto a banco e carros; Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial e Processo Penal (polícia de investigação); Convênio com a Polícia Federal para prestar informações policiais; <b>Legislação que obriga prestar informações ao COAF e outros órgão (ENCLA).</b>
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores. <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.		
03	DOTAR o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios nos veículos de transporte de valores. CAPACITAR o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.	Identificar as causas de incêndio em veículos; Métodos de combate e extinção; Manejo dos extintores de incêndio usados em veículos; Segurança dos valores durante e após o sinistro; Conceito de primeiros socorros; Análise primária e secundária; Transporte de feridos; Acidentes traumáticos; Hemorragias; Reanimação cardio-pulmonar;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	126
--	--	------------------------------	-----

		Acionamento de equipe de para-médicos.
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva e prática com auxílio de recursos audiovisuais e simulações. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores. <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.		

#### 4.4 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 18 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)


##### Objetivo da disciplina:

**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.

**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de transporte de valores, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.

**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de <i>slides</i> , manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 05 tiros.	<b>24. PISTOLA CAL. .380</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nomenclatura e funcionalidade;</li> <li>- Limpeza e conservação;</li> <li>- Municiar e desmuniciar carregador;</li> <li>- Carregar e alimentar a arma;</li> <li>- Incidente de tiro (sanar pane);</li> <li>- TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 05 tiros.</li> </ul>
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (05 tiros). <b>Carga horária:</b> 03 h/a.		
<b>02</b>	EFETUAR tiro rápido - TR, retenção, 5 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.	<b>PISTOLA CAL. .380</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino da unidade;</li> <li>- Treinamento em seco com munição de manejo;</li> <li>- TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.</li> </ul>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	127
--	--	------------------------------	-----

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (04 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

03	EFETUAR tiro rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros.	PISTOLA CAL. .380 - Treino unidade; - Treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros; *BARRICADA: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
----	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (04 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

04	EFETUAR tiro rápido - TR, sacando, 5 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.	PISTOLA CAL. .380 - Treino da unidade; - Treinamento em seco com munição de manejo; - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
----	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (04 tiros)

**Carga horária:** 02h/a.

05	ELENCAR regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 18 tiros.	ESCOPETA CAL. 12 - Nomenclatura e funcionalidade; - Limpeza e conservação; - Carregar e alimentar arma; - Passagem de arma; - Posição de tiro; - Transição de arma (não sana pane faz a transição para a pistola, uso obrigatório da bandoleira); - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 18 tiros.
----	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estandes, escopeta cal. 12 e munição (18 tiros).


**Carga horária:** 06 h/a.

06	EFETUAR tiro rápido, TR, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 06 tiros (prévia da prova).	PISTOLA CAL. .380: - Treino da unidade; - Treinamento em seco de pé; - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 06 tiros.
----	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.


**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. 380 e munição (06 tiros)

**Carga horária:** 03 h/a.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	128
--	--	------------------------------	-----

<b>VERIFICAÇÃO FINAL</b>	<b>PISTOLA CAL .380</b>	<b>12 TIROS</b>
<b>EFETUAR tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 10 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).</b>		
<b>MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO</b>		
	<b>CALIBRE</b> Calibre .380 Calibre 12	<b>QUANTIDADE</b> 33 18



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	129
--	--	------------------------------	-----

## ANEXO IV

### **RECICLAGEM EM TRANSPORTE DE VALORES - RTV**

## **PROGRAMA DE CURSO**

### **1. REQUISITO**

Ter concluído o Curso de Extensão em Transporte de Valores - CTV

### **2. OBJETIVO**

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o recapacite para o exercício da atividade especializada de transporte de valores.

### **3. ORGANIZAÇÃO**

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

#### **3.1 Metodologia**

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.


#### **3.2 Carga horária**

A carga horária total do curso será de 30 (trinta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

##### **3.2.3 Distribuição do tempo**

h) Disciplinas curriculares.....28 h/a

i) Verificação de aprendizagem.....02 h/a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	130
--	--	------------------------------	-----

**TOTAL.....30 h/a**

### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada Revisar assuntos das disciplinas básicas do Curso de Formação de Vigilante e do Curso de Extensão em Transporte de Valores.	<b>12 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de transporte de valores, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros. Realizar limpeza e conservação da arma. Praticar tiro.	<b>16 h/a</b>

### 3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 50 % (cinquenta por cento) em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no Plano de Curso, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.5 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.


### 3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez) pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

## 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

### 4.1 REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	131
--	--	------------------------------	-----

**Carga horária:** 12 horas-aula


**Avaliação:** VF (02 h/a)

**Objetivo da disciplina:**

**Desenvolver e atualizar conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, segurança pública, criminalística, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, modalidades de transporte de valores e resolução de emergências.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de transporte de valores.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada</p> <p>RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de</p>	<p><b>Aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF)</b></p> <p><b>Papel do empresário e do representante de classe</b></p> <p><b>Direito, deveres e atribuições do vigilante</b></p> <p><b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88)</li> <li>-De locomoção (art. 5º, XV, CF/88)</li> <li>-De reunião (art. 5º, XVI, CF/88)</li> <li>-De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88)</li> <li>-Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88)</li> <li>-Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88)</li> </ul> <p><b>DIREITO PENAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos)</li> <li>-Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito)</li> <li>-Autoria, co-autoria e participação</li> <li>-Homicídio (art. 121)</li> <li>-Lesão corporal (art. 129)</li> <li>-Seqüestro e cárcere privado (art. 148)</li> <li>-Roubo (art. 157)</li> <li>-Dano (art. 163)</li> <li>-Apropriação indébita (art. 168)</li> <li>-Quadrilha ou bando (art. 288)</li> <li>-Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal</li> </ul> <p><b>DIREITO TRABALHISTA:</b></p> <p>Contrato de Trabalho (Salário, adicionais,</p>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	132
--	--	------------------------------	-----

	Vigilante e no Curso de Extensão em Transporte de Valores.	estabilidade no emprego) Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário) Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido. Sindicatos Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho <b>-Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas)</b>  <b>Direitos humanos e relações humanas.</b>
--	--	---

**Estratégias de Ensino:** **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a


<b>02</b>	ATUALIZAR E REAVALIAR treinamento da atividade de transporte de valores  ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação	<b>Veículo especial (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais)</b> <b>Formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais)</b> <b>Atribuições de cada membro da equipe</b> <b>Conceito de valores</b> <b>Itinerários e variantes</b> <b>Carga e descarga de valores</b> <b>Cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, carga e descarga dos veículos</b> <b>Conhecimento sobre plano de segurança dos bancos clientes aprovados pela Polícia federal</b> Sistema de telecomunicação utilizado pela empresa e disponibilidade no mercado <b>Manuseio, uso correto, conservação e manutenção.</b> <b>Rádio e código "Q"</b> Responsabilidades sobre a atividade.
-----------	--	---

**Estratégias de Ensino:** Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.

**Recursos:** 01 professor e monitores.

**Carga Horária:** 06 h/a

<b>03</b>	CONHECER as formas de ataque INTERPRETAR os respectivos planos de reação elaborados pela empresa IDENTIFICAR sua parcela de participação no plano de reação PRATICAR exercício simulado  ELABORAR relatórios  ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego de alarmes  DESENVOLVER E ATUALIZAR	Vigilância eletrônica e alarmes <b>Manuseio, uso correto, conservação e manutenção.</b> <b>Ataques a veículos especiais (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa)</b> <b>Técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos</b> <b>Planos de reação.</b> <b>Procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc)</b> <b>Procedimento da equipe durante e após o ataque</b>
-----------	---	---

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	133
--	--	------------------------------	-----

	<p>CONHECIMENTOS sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, convênio com a Polícia Federal sobre a prestação de informações, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.</p>	<p>Relatório da ocorrência (exercício prático). Órgãos policiais (como acionar, relacionamento) Quadrilhas e suspeitos, <i>modus operandi</i> Local do crime: isolamento, medidas imediatas, sem interferir e nem inviabilizar o trabalho da polícia Preservação de vestígios Entrevista preliminar quando as pessoas tendem a se dispersar antes da chegada da polícia Coleta inicial de evidências ou vestígios que possam desaparecer antes da chegada da polícia Observar e descrever pessoas, coisas, veículos, cenas, locais, armas, etc</p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniçadas), malotes e outros recursos necessários.  <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.  <b>Carga Horária:</b> 04 h/a</p>		

#### 4.2 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 16 horas-aula

**Avaliação:** VF (conceito do instrutor)

##### Objetivo da disciplina:


**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.

**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada transporte de valores, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.


**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço

**Praticar** tiro.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>EFETUAR tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos</p>	<p>PISTOLA CAL. .380</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nomenclatura e funcionalidade;</li> <li>- Limpeza e conservação;</li> <li>- Municiar e desmuniciar carregador;</li> <li>- Carregar e alimentar a arma;</li> <li>- Incidente de tiro (sanar pane);</li> <li>- TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 04 tiros.</li> </ul>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	134
--	--	------------------------------	-----

	abertos, 04 tiros.	
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros). <b>Carga horária:</b> 04 h/a.		
02	EFETUAR tiro rápido - TR, retenção, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.	<b>25. PISTOLA CAL. .380</b>  - Treino da unidade; - Treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros). <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
03	EFETUAR Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros,	<b>26. PISTOLA CAL. .380</b>  - Treino unidade; - Treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros; <b>*BARRICADA:</b> obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (04 tiros). <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
04	EFETUAR tiro rápido - TR, sacando, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 06 tiros.	<b>27. PISTOLA CAL. .380</b>  - Treino da unidade; - Treinamento em seco com munição de manejo; - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 06 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (06 tiros). <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
05	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver	<b>ESCOPIETA CAL. 12</b> - Nomenclatura e funcionalidade; - Limpeza e conservação; - Desmontagem e montagem; - Carregar e alimentar arma; - Passagem de arma; - Posição de tiro;

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	135
--	--	------------------------------	-----

	incidentes de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 12 tiros.	- Transição de arma (não sana pane, faz a transição para a pistola, uso obrigatório da bandoleira);  28. - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 12 tiros.
--	--	---


**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, escopeta cal. 12, munição (12 tiros).

**Carga horária:** 06 h/a.

#### MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO

CALIBRE	QUANTIDADE
Calibre .380	18
Calibre 12	12

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	136
--	--	------------------------------	-----

## **ANEXO V**

### **CURSO DE EXTENSÃO EM ESCOLTA ARMADA - CEA**

## **PROGRAMA DE CURSO**

### **1. REQUISITO**

Ter concluído o Curso de Formação de Vigilante - CFV

### **2. OBJETIVO**

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de escolta armada, adotando medidas preventivas e repressivas ante possíveis ataques.

### **3. ORGANIZAÇÃO**

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

#### **3.1 Metodologia**

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do Curso.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.


Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo o Plano de Curso, Grade Horária e os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso de forma a valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

As aulas práticas com veículo leve deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de alcançar-se o máximo de aproveitamento.



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	137
--	--	------------------------------	-----

### 3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 (cinquenta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

#### 3.2.3 Distribuição do tempo

j) Disciplinas curriculares.....	43 h/a
k) Verificação de aprendizagem.....	07 h/a
<b>TOTAL.....</b>	<b>50 h/a</b>


### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada na especialidade de escolta armada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.  Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.	<b>05 h/a</b>
ESCOLTA ARMADA (TV)	Capacitar o aluno a desempenhar as atividades relacionadas à escolta armada.	<b>10 h/a</b>
RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (RSE)	Capacitar o aluno a resolver, em equipe, as situações de emergência relacionadas à escolta armada.	<b>10 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento diversificado empregado na atividade especializada de escolta armada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.	<b>18 h/a</b>

### 3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classes com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.

### 3.5 Frequência

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	138
--	--	------------------------------	-----

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez). A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" será realizada de forma prática.

## 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

### 4.1 LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)

**Carga horária:** 05 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

#### Objetivo da disciplina:


**Desenvolver conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de escolta armada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.

**Identificar** direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em escolta armada.

**Recordar e atualizar** conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de escolta armada.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada na especialidade de escolta armada.	<b>Aspectos legais sobre escolta armada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF); Papel do empresário e do representante de classe; Direito, deveres e atribuições do vigilante especialista em escolta armada.</b>
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</b> <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático. <b>Carga Horária:</b> 02 h/a		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	139
--	--	------------------------------	-----

02	<p>RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.</p>	<p><b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b>  <b>-Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88);</b>  <b>-De locomoção (art. 5º, XV, CF/88);</b>  <b>-De reunião (art. 5º, XVI, CF/88);</b>  <b>-De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88);</b>  <b>-Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88);</b>  <b>-Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88);</b>  <b>DIREITO PENAL:</b>  <b>-Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos);</b>  <b>-Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito);</b>  <b>-Autoria, co-autoria e participação;</b>  <b>-Homicídio (art. 121);</b>  <b>-Lesão corporal (art. 129);</b>  <b>-Seqüestro e cárcere privado (art. 148);</b>  <b>-Roubo (art. 157);</b>  <b>-Dano (art. 163);</b>  <b>-Apropriação indébita (art. 168);</b>  <b>-Quadrilha ou bando (art. 288);</b>  <b>-Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.</b></p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.  <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático.  <b>Carga Horária:</b> 02 h/a.</p>		
03	<p>IDENTIFICAR direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em escolta armada.</p>	<p><b>DIREITO TRABALHISTA:</b>  <b>-Contrato de Trabalho (Salário, adicionais, estabilidade no emprego);</b>  <b>-Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário);</b>  <b>-Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido;</b>  <b>-Sindicatos;</b>  <b>-Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho;</b>  <b>-Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas).</b></p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.  <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático.  <b>Carga Horária:</b> 01 h/a.</p>		

## 4.2 ESCOLTA ARMADA (EA)


**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)

**Objetivo da disciplina:**

**Ampliar conhecimentos** sobre escolta armada.

**Desenvolver habilidades** para desempenhar as atividades de escolta armada.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	140
--	--	------------------------------	-----

**Exercitar o aluno** nas atividades de escolta armada em veículos.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	IDENTIFICAR os meios, técnicas e táticas de escolta armada.	<b>Veículo adequado (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais);</b> <b>Formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais);</b> <b>Atribuições de cada membro da equipe;</b> <b>Conceito de cargas ou valores escoltados;</b> <b>Mapas rodoviários impressos e eletrônicos disponíveis;</b> <b>Itinerários e variantes;</b> <b>Carga e descarga de valores;</b> <b>Cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, paradas, carga e descarga dos veículos;</b> <b>Conhecimento sobre vigilância eletrônica de transporte de cargas;</b> <b>Rádio e código "Q";</b> <b>Responsabilidades sobre a atividade.</b>

**Estratégias de Ensino:** **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a.


02	PRATICAR E EMPREGAR técnicas e táticas de escolta armada em veículos	<b>Embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento no comboio, condução da arma e do rádio, proteção dos valores, colocação dos valores no destino final, recibo, registros, etc);</b> <b>Formação do comboio;</b> <b>Elaboração de itinerários;</b> <b>Comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos ou outros meios;</b> <b>Uso de colete balístico;</b> <b>Reconhecimento de roteiros (pontos de apoio);</b> <b>Reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício);</b> <b>Direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo – conteúdo apenas teórico).</b>
----	--	--

**Estratégias de Ensino:** Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas) e outros recursos necessários.

**Recursos:** 01 professor e monitores.

**Carga Horária:** 08 h/a.

#### 4.3 RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (RSE)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	141
--	--	------------------------------	-----

**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)


**Objetivo da disciplina:**

**Capacitar** o aluno de habilidades para resolver, em equipe, as situações de emergência (proatividade, ação e reação) relacionadas ao escolta armada em veículos.

**Dotar** o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e polícia rodoviária federal ou estadual em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.

**Ampliar** conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu *modus operandi*, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e que possa fornecer informações à polícia.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	CONHECER as formas de ataque INTERPRETAR os respectivos planos de reação elaborados pela empresa. IDENTIFICAR sua parcela de participação no plano de reação PRATICAR exercício simulado ELABORAR relatórios.	<b>Ataques ao comboio (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa);</b> <b>Técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos;</b> <b>Planos de reação;</b> <b>Procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc)</b> <b>Procedimento da equipe durante e após o ataque;</b> <b>Relatório da ocorrência (exercício prático).</b>
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais.</b>		
<b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.		
<b>Carga Horária:</b> 06 h/a.		
<b>02</b>	DOTAR o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e polícia rodoviária federal ou estadual em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância. AMPLIAR conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu <i>modus operandi</i> , para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e prestar informações à polícia.	<b>Como acionar os órgãos da SSP:</b> <b>Polícia Militar;</b> <b>Polícia rodoviária;</b> <b>Telefones, alarmes, etc;</b> Quadrilhas de assalto a banco, carros-fortes e cargas; Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial e Processo Penal (polícia de investigação); Convênio com a Polícia Federal para prestar informações policiais.
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.		
<b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.		
<b>Carga Horária:</b> 02 h/a		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	142
--	--	------------------------------	-----

03	<p>DOTAR o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios nos veículos de escolta armada.</p> <p>CAPACITAR o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.</p>	<p>Identificar as causas de incêndio em veículos; Métodos de combate e extinção; Manejo dos extintores de incêndio usados em veículos; Segurança dos valores durante e após o sinistro; Conceito de primeiros socorros; Análise primária e secundária; Transporte de feridos; Acidentes traumáticos; Hemorragias; Reanimação cardio-pulmonar; Acionamento de equipe de para-médicos.</p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva e prática com auxílio de recursos audiovisuais e simulações.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 02 h/a</p>		

#### 4.4 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 18 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)


##### Objetivo da disciplina:

**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.


**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de escolta armada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.

**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de <i>slides</i>, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>EFETUAR tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 05 tiros.</p>	<p><b>29. PISTOLA CAL. .380</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nomenclatura e funcionalidade;</li> <li>- Limpeza e conservação;</li> <li>- Municiar e desmuniciar carregador;</li> <li>- Carregar e alimentar a arma;</li> <li>- Incidente de tiro (sanar pane);</li> <li>- TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 05 tiros.</li> </ul>
<p><b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p><b>Recursos:</b> . 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (05 tiros).</p> <p><b>Carga horária:</b> 03 h/a.</p>		


	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	143
--	--	------------------------------	-----

02	EFETUAR tiro rápido - TR, retenção, 5 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.	PISTOLA CAL. .380 - Treino da unidade; - Treinamento em seco com munição de manejo; - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (04 tiros) <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
03	EFETUAR Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros.	PISTOLA CAL. .380 - Treino unidade; - Treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e á esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros; *BARRICADA: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (04 tiros) <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
04	EFETUAR tiro rápido - TR, sacando, 5 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.	PISTOLA CAL. .380 - Treino da unidade; - Treinamento em seco com munição de manejo; - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (04 tiros) <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
05	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de <i>slides</i> , manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 18 tiros.	ESCOPETA CAL. 12 - Nomenclatura e funcionalidade; - Limpeza e conservação; - Carregar e alimentar arma; - Passagem de arma; - Posição de tiro; - Transição de arma (não sana pane faz a transição para a pistola, uso obrigatório da bandoleira); - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 18 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estandes, escopeta cal. 12 e munição (18 tiros). <b>Carga horária:</b> 06 h/a.		
	EFETUAR tiro rápido, TR, sacando,	PISTOLA CAL. .380:

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	144
--	--	------------------------------	-----

06	5 metros, com dois olhos abertos, 06 tiros (Prévia da prova)	- Treino da unidade; - Treinamento em seco de pé;  - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 06 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola cal. 380 e munição (06 tiros) <b>Carga horária:</b> 03 h/a.		
<b>VERIFICAÇÃO FINAL                    PISTOLA CAL .380    </b>		



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	145
--	--	------------------------------	-----

## ANEXO VI

### **RECICLAGEM EM ESCOLTA ARMADA - REA**

## **PROGRAMA DE CURSO**

### **1. REQUISITO**

Ter concluído o Curso de Extensão em Escolta armada - CEA

### **2. OBJETIVO**

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o recapacite para o exercício da atividade especializada de escolta armada.

### **3. ORGANIZAÇÃO**

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

#### **3.1 Metodologia**

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.


As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.

#### **3.2 Carga horária**

A carga horária total do curso será de 30 (trinta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

##### **3.2.3 Distribuição do tempo**

- l) Disciplinas curriculares.....28 h/a
- m) Verificação de aprendizagem.....02 h/a

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	146
--	--	------------------------------	-----

**TOTAL.....30 h/a**

### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada Revisar assuntos das disciplinas básicas do Curso de Formação de Vigilante e do Curso de Extensão em Escolta Armada.	<b>12 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de escolta armada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros. Realizar limpeza e conservação da arma. Praticar tiro.	<b>16 h/a</b>

### 3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 50 % (cinquenta por cento) em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no Plano de Curso, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.5 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.


### 3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez) pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

## 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

### 4.1 REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	147
--	--	------------------------------	-----

**Carga horária:** 12 horas-aula


**Avaliação:** VF (02 h/a)

**Objetivo da disciplina:**

**Desenvolver e atualizar conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, segurança pública, criminalística, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, modalidades de escolta armada e resolução de emergências.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de escolta armada.

UNID	OBJETIVOS INSTRUÇÃOAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	<p>DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada</p> <p>RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de</p>	<p><b>Aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF)</b></p> <p><b>Papel do empresário e do representante de classe</b></p> <p><b>Direito, deveres e atribuições do vigilante</b></p> <p><b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88)</li> <li>-De locomoção (art. 5º, XV, CF/88)</li> <li>-De reunião (art. 5º, XVI, CF/88)</li> <li>-De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88)</li> <li>-Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88)</li> <li>-Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88)</li> </ul> <p><b>DIREITO PENAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos)</li> <li>-Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito)</li> <li>-Autoria, co-autoria e participação</li> <li>-Homicídio (art. 121)</li> <li>-Lesão corporal (art. 129)</li> <li>-Seqüestro e cárcere privado (art. 148)</li> <li>-Roubo (art. 157)</li> <li>-Dano (art. 163)</li> <li>-Apropriação indébita (art. 168)</li> <li>-Quadrilha ou bando (art. 288)</li> <li>-Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal</li> </ul> <p><b>DIREITO TRABALHISTA:</b></p> <p>Contrato de Trabalho (Salário, adicionais,</p>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	148
--	--	------------------------------	-----

	Vigilante e no Curso de Extensão em Escolta Armada.	estabilidade no emprego) Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário) Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido. Sindicatos Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho <b>-Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas)</b>  <b>Direitos humanos e relações humanas.</b>
--	---	---

**Estratégias de Ensino:** **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a


02	ATUALIZAR E REAVALIAR treinamento da atividade de escolta armada  ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação	<b>Veículo adequados (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais)</b> <b>Formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais)</b> <b>Atribuições de cada membro da equipe</b> <b>Conceito de cargas ou valores escoltados</b> <b>Mapas rodoviários impressos e eletrônicos disponíveis</b> <b>Itinerários e variantes</b> <b>Carga e descarga de valores</b> <b>Cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, paradas, carga e descarga dos veículos</b> <b>Conhecimento sobre vigilância eletrônica de transporte de cargas</b> Sistema de telecomunicação utilizado pela empresa e disponibilidade no mercado <b>Manuseio, uso correto, conservação e manutenção.</b> <b>Formação do comboio</b> <b>Elaboração de itinerários</b> <b>Comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios</b> <b>Uso de colete balístico</b> <b>Rádio e código "Q"</b> Responsabilidades sobre a atividade.
----	---	---

**Estratégias de Ensino:** Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.

**Recursos:** 01 professor e monitores.

**Carga Horária:** 06 h/a

03	CONHECER as formas de ataque INTERPRETAR os respectivos planos de reação elaborados pela empresa IDENTIFICAR sua parcela de participação no plano de reação PRATICAR E EMPREGAR técnicas e táticas de escolta armada em veículos PRATICAR exercício simulado	<b>Embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento no comboio, condução da arma e do rádio, proteção dos valores, colocação dos valores no destino final, recibo, registros, etc)</b> <b>Reconhecimento de roteiros (pontos de apoio)</b> <b>Reconhecimento de veículos e indivíduos</b>
----	--	--

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	149
--	--	------------------------------	-----

	<p>ELABORAR relatórios</p> <p>ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego de alarmes</p> <p>DESENVOLVER E ATUALIZAR CONHECIMENTOS sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, convênio com a Polícia Federal sobre a prestação de informações, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.</p>	<p><b>suspeitos (simulações para exercício)</b> Direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo).</p> <p><b>Ataques ao comboio (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa)</b> <b>Técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos</b> <b>Planos de reação.</b> <b>Procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc)</b> <b>Procedimento da equipe durante e após o ataque</b> Relatório da ocorrência (exercício prático). <b>Como acionar os órgãos da SSP:</b> <b>Polícia Militar</b> <b>Polícia rodoviária</b> <b>Telefones, alarmes, etc</b> Quadrilhas de assalto a banco, carros-fortes e cargas Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial e Processo Penal Convênio com a Polícia Federal para prestar informações policiais</p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 04 h/a</p>		

#### 4.2 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 16 horas-aula

**Avaliação:** VF (conceito do instrutor)

##### Objetivo da disciplina:


**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.

**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada escolta armada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.


**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço

**Praticar** tiro.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	150
--	--	------------------------------	-----

01	<p>ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>EFETUAR tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p><b>30. PISTOLA CAL. .380</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nomenclatura e funcionalidade;</li> <li>- Limpeza e conservação;</li> <li>- Municiar e desmuniciar carregador;</li> <li>- Carregar e alimentar a arma;</li> <li>- Incidente de tiro (sanar pane);</li> <li>- TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 04 tiros.</li> </ul>
<p><b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros).</p> <p><b>Carga horária:</b> 04 h/a.</p>		
02	<p>EFETUAR tiro rápido - TR, retenção, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p><b>31. PISTOLA CAL. .380</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino da unidade;</li> <li>- Treinamento em seco (munição de manejo);</li> <li>- TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.</li> </ul>
<p><b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros).</p> <p><b>Carga horária:</b> 02 h/a.</p>		
03	<p>EFETUAR Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros,</p>	<p><b>32. PISTOLA CAL. .380</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino unidade;</li> <li>- Treinamento em seco (munição de manejo);</li> <li>- TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros;</li> </ul> <p>*BARRICADA: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.</p>
<p><b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (04 tiros).</p> <p><b>Carga horária:</b> 02 h/a.</p>		
04	<p>EFETUAR tiro rápido - TR, sacando, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 06 tiros.</p>	<p><b>33. PISTOLA CAL. .380</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino da unidade;</li> <li>- Treinamento em seco com munição de manejo;</li> <li>- TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em</li> </ul>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	151
--	--	------------------------------	-----

		3" a cada comando – 06 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (06 tiros). <b>Carga horária:</b> 02 h/a.		
05	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidentes de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 12 tiros.	ESCOPIETA CAL. 12 - Nomenclatura e funcionalidade; - Limpeza e conservação; - Desmontagem e montagem; - Carregar e alimentar arma; - Passagem de arma; - Posição de tiro; - Transição de arma (não sana pane, faz a transição para a pistola);  34. - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 12 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, escopeta cal. 12, munição (12 tiros). <b>Carga horária:</b> 06 h/a.		
<b>MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO</b>		
<b>CALIBRE</b>		<b>QUANTIDADE</b>
Calibre .380		18
Calibre 12		12

## ANEXO VII

### CURSO DE EXTENSÃO EM SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA - CSPP

## PROGRAMA DE CURSO


### 1. REQUISITO

Ter concluído o Curso de Formação de Vigilante - CFV

### 2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de segurança pessoal privada, adotando medidas preventivas e repressivas ante possíveis ataques às pessoas que protege.

### 3. ORGANIZAÇÃO

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	152
--	--	------------------------------	-----

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

### 3.1 Metodologia

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do Curso.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo o Plano de Curso, Grade Horária e os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso de forma a valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

As aulas práticas com veículo leve deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de alcançar-se o máximo de aproveitamento.

### 3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 40 (quarenta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.


#### 3.2.3 Distribuição do tempo

n) Disciplinas curriculares.....	33 h/a
o) Verificação de aprendizagem.....	07 h/a
<b>TOTAL.....</b>	<b>40 h/a</b>

### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de segurança pessoal privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.	04 h/a



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	153
--	--	------------------------------	-----

	Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança pessoal privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.	
SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA ( <b>SPP</b> )	Capacitar o aluno a desempenhar as atividades relacionadas à segurança pessoal privada.	<b>08 h/a</b>
RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA ( <b>RSE</b> )	Capacitar o aluno a resolver, em equipe, as situações de emergência relacionadas à segurança pessoal privada.	<b>10 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO ( <b>AT</b> )	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento diversificado empregado na atividade especializada de segurança pessoal privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.	<b>11 h/a</b>

### 3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.

### 3.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez) pontos. A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" será realizada de forma prática.

## 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

### 4.1 LEGISLAÇÃO APLICADA (LA)


**Carga horária:** 04 horas-aula

**Avaliação:** VF (01 h/a)

#### Objetivo da disciplina:

**Desenvolver conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de segurança pessoal privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.


**Identificar** direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em segurança pessoal privada.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	154
--	--	------------------------------	-----

**Recordar e atualizar** conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança pessoal privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos, no desempenho das atividades de segurança pessoal privada.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de segurança pessoal privada.	<b>Aspectos legais sobre segurança pessoal privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF); Papel do empresário e do representante de classe; Direito, deveres e atribuições do vigilante especialista em segurança pessoal privada.</b>
Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</b> Recursos: 01 professor e caderno didático. Carga Horária: 01 h/a		
<b>02</b>	RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de segurança pessoal privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.	<b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b> -Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88); -De locomoção (art. 5º, XV, CF/88); -De reunião (art. 5º, XVI, CF/88); -De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88); -Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88); -Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88). <b>DIREITO PENAL:</b> -Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); -Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); -Autoria, co-autoria e participação; -Homicídio (art. 121); -Lesão corporal (art. 129); -Seqüestro e cárcere privado (art. 148); -Roubo (art. 157); -Dano (art. 163); -Apropriação indébita (art. 168); -Quadrilha ou bando (art. 288); -Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 01 professor e caderno didático. Carga Horária: 02 h/a		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	155
--	--	------------------------------	-----

<b>03</b>	IDENTIFICAR direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em segurança pessoal privada.	<b>DIREITO TRABALHISTA:</b> -Contrato de Trabalho (Salário, adicionais, estabilidade no emprego); -Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); -Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; -Sindicatos; -Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; -Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas)
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático. <b>Carga Horária:</b> 01 h/a		

#### 4.2 SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA (SPP)

**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)


**Objetivo da disciplina:**

**Ampliar conhecimentos** sobre segurança pessoal privada.

**Desenvolver habilidades** para desempenhar as atividades de segurança pessoal privada.

**Exercitar o aluno** nas atividades de segurança pessoal privada.

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	IDENTIFICAR os meios, técnicas e táticas de segurança pessoal privada.	<b>Missão de segurança de pessoas: proteção do escoltado;</b> <b>Sistemas de segurança pessoal: modalidades (com um segurança e mais de um, relacionamento entre vigilantes na mesma missão, a pé, em hotéis, em aeroportos, na multidão, em festas e convenções, na residência, convívio com a família);</b> <b>Procedimentos individuais ou na formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais): foco no escoltado;</b> <b>Atribuições de cada membro da equipe Sigilo profissional das operações e sobre a pessoa, família, atividades e patrimônio do escoltado;</b> <b>Responsabilidades sobre a atividade.</b>
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. <b>Recursos:</b> 01 professor e caderno didático.		

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	156
--	--	------------------------------	-----

Carga Horária: 04 h/a		
02	PRATICAR E EMPREGAR técnicas e táticas de segurança pessoal privada em veículos	<p><b>Veículo adequado (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais);</b>  <b>Embarque e desembarque do escoltado;</b>  <b>Embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento no cenário, condução da arma e do rádio, proteção do escoltado e sua retirada a salvo da cena de conflito, registros, etc);</b>  <b>Formação do comboio;</b>  <b>Elaboração de itinerários;</b>  <b>Uso de colete balístico;</b>  <b>Alarmes em veículos e residenciais e outros meios de vigilância eletrônica (funcionamento, uso adequado, conservação e manutenção);</b>  <b>Comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios;</b>  <b>Rádio e código "Q";</b>  <b>Mapas rodoviários impressos e eletrônicos disponíveis;</b>  <b>Itinerários e variantes;</b>  <b>Batedores e reconhecimento prévio;</b>  <b>Reconhecimento de roteiros (pontos de apoio);</b>  <b>Reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício);</b>  <b>Direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo).</b></p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula prática e dialogada com auxílio de veículo leve, meios de comunicação, armas (desmuniadas) e outros recursos necessários.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 06 h/a</p>		

#### 4.3 RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (RSE)

**Carga horária:** 08 horas-aula


**Avaliação:** VF (02 h/a)

##### Objetivo da disciplina:


**Capacitar** o aluno de habilidades para resolver, em equipe, as situações de emergência (proatividade, ação e reação) relacionadas ao segurança pessoal privada em veículos.

**Dotar** o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e polícia rodoviária federal ou estadual em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.

**Ampliar** conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu *modus operandi*, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e que possa fornecer informações à polícia.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	157
--	--	------------------------------	-----

UNID	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>CONHECER as formas de ataque  INTERPRETAR os respectivos planos de reação elaborados pela empresa.  IDENTIFICAR sua parcela de participação no plano de reação  PRATICAR exercício simulado  ELABORAR relatórios.</p>	<p><b>Ataques ao escoltado (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa);</b>  <b>Técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos;</b>  <b>Planos de reação;</b>  <b>Procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc);</b>  <b>Procedimento da equipe antes, durante e após o ataque</b>  <b>atentado/seqüestro/bomba, molestações/ameaças/telefonemas anônimos;</b>  <b>Relacionamento com a polícia (grupo de gerenciamento de crises, grupo anti-sequestro, grupos de operações especiais (SWAT));</b>  <b>Procedimentos no trato com a imprensa;</b>  <b>Relatório da ocorrência (exercício prático).</b></p>
<p>Estratégias de Ensino: <b>Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais.</b></p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 05 h/a</p>		
02	<p>DOTAR o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento dos órgãos de segurança pública em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.</p> <p>AMPLIAR conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu <i>modus operandi</i>, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e prestar informações à polícia.</p>	<p><b>Como acionar os órgãos da SSP:</b>  <b>Polícia Militar;</b>  <b>Polícia Rodoviária;</b>  <b>Polícia Civil;</b>  <b>Grupos de gerenciamento de crises, anti-sequestro e swat;</b>  <b>Telefones, alarmes, etc;</b>  Quadrilhas de seqüestradores, assalto a banco, carros-fortes e cargas;  Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial e Processo Penal (polícia de investigação);  Convênio com a Polícia Federal para prestar informações policiais.</p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 02 h/a</p>		
03	<p>DOTAR o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios nos veículos e residência do escoltado.</p> <p>CAPACITAR o aluno a prestar assistência inicial em caso de</p>	<p>Identificar as causas de incêndio em veículos e em residência;  Métodos de combate e extinção;  Manejo dos extintores de incêndio;  Segurança do escoltado durante e após o sinistro;</p>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	158
--	--	------------------------------	-----

	emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.	Conceito de primeiros socorros; Análise primária e secundária; Transporte de feridos; Acidentes traumáticos; Hemorragias; Reanimação cardio-pulmonar; Acionamento de equipe de para-médicos.
<b>Estratégias de Ensino:</b> Aula expositiva e prática com auxílio de recursos audiovisuais e simulações. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores. <b>Carga Horária:</b> 02 h/a		

#### 4.4 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 11 horas-aula

**Avaliação:** VF (02 h/a)


##### Objetivo da disciplina:

**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.

**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança pessoal privada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.

**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
<b>01</b>	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 10 tiros.	<b>35. PISTOLA CAL. .380</b>  - Nomenclatura e funcionalidade; - Limpeza e conservação ; - Municiar e desmuniciar carregador; - Carregar e alimentar a arma; - Incidente de tiro; - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 10 tiros.
<b>Estratégias de ensino:</b> Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. <b>Recursos:</b> 01 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (10 tiros). <b>Carga horária:</b> 03 h/a.		
<b>02</b>	<b>EFETUAR tiro rápido - TR, partindo da posição de retenção, 5 metros, com os dois olhos abertos, 12 tiros.</b>	PISTOLA CAL. .380 - Treino da unidade; - Treinamento em seco com munição de manejo; - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 12 tiros.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	159
--	--	------------------------------	-----

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (12 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

<b>03</b>	EFETUAR Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros,	<b>PISTOLA CAL. .380</b> - Treino unidade; - Treinamento em seco com munição de manejo; - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 12 tiros; <b>*BARRICADA:</b> obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
-----------	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. .380 e munição (12 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

<b>04</b>	EFETUAR tiro rápido, TR, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros.	<b>PISTOLA CAL. .380:</b> - Treino da unidade; - Treinamento em seco de pé; - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 12 tiros.
-----------	---	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. 380 e munição (12 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

<b>05</b>	EFETUAR tiro rápido, TR, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros. (prévia da prova).	<b>PISTOLA CAL. .380:</b> - Treino da unidade; - Treinamento em seco de pé; - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 12 tiros.
-----------	--	--

**Estratégias de ensino:** Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola cal. 380 e munição (12 tiros)


**Carga horária:** 02 h/a.

### **VERIFICAÇÃO FINAL      PISTOLA CAL. .380      12 TIROS**

**EFETUAR tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 12 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).**

### **MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO**

<b>CALIBRE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Calibre .380	70

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	160
--	--	------------------------------	-----

## ANEXO VIII

### **RECICLAGEM EM SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA - RSPP**

## **PROGRAMA DE CURSO**

### **1. REQUISITO**

Ter concluído o Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada - CESPP

### **2. OBJETIVO**

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o recapacite para o exercício da atividade especializada de segurança pessoal privada.

### **3. ORGANIZAÇÃO**

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar das Escolas de Formação e demais normas vigentes.

#### **3.1 Metodologia**

As Escolas de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

O Plano de Curso e a Grade Horária ficam a cargo das Escolas de Formação, com base neste Programa de Curso.

As Escolas de Formação deverão manter em arquivo os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, observando-se a inscrição prévia no SINARM ou no DFPC/EB para os instrutores de tiro; os monitores serão de livre opção das Escolas de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.


#### **3.2 Carga horária**

A carga horária total do curso será de 22 (vinte e duas) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula, exceto a prova que poderá ser aplicada em horário excedente.

##### **3.2.3 Distribuição do tempo**

- p) Disciplinas curriculares.....20 h/a  
q) Verificação de aprendizagem.....02 h/a



	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	161
--	--	------------------------------	-----

**TOTAL.....22 h/a**

### 3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada Revisar assuntos das disciplinas básicas do Curso de Formação de Vigilante e do Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada.	<b>10 h/a</b>
ARMAMENTO E TIRO (AT)	Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de segurança pessoal privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros. Realizar limpeza e conservação da arma. Praticar tiro.	<b>10 h/a</b>

### 3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 50 % (cinquenta por cento) em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no Plano de Curso, podendo aproveitar as disciplinas concluídas apenas no curso subsequente da mesma Escola.

### 3.5 Composição das turmas


As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos cada uma.

### 3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 5 (cinco) pontos num máximo de 10 (dez) pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

## 4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	162
--	--	------------------------------	-----

#### 4.1 REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)

**Carga horária:** 10 horas-aula


**Avaliação:** VF (02 h/a)

##### Objetivo da disciplina:

**Desenvolver e atualizar conhecimentos** sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, segurança pública, criminalística, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, modalidades de segurança pessoal privada e resolução de emergências.

**Fortalecer atitudes** para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de segurança pessoal privada.

UNID	OBJETIVOS INSTRUÇÃOAIS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
01	<p>DESENVOLVER CONHECIMENTOS sobre conceitos e legislação de segurança privada</p> <p>RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação</p>	<p><b>Aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria nº 387/06-DPF)</b></p> <p><b>Papel do empresário e do representante de classe</b></p> <p><b>Direito, deveres e atribuições do vigilante</b></p> <p><b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, CF/88)</li> <li>-De locomoção (art. 5º, XV, CF/88)</li> <li>-De reunião (art. 5º, XVI, CF/88)</li> <li>-De propriedade (art. 5º, XXII, CF/88)</li> <li>-Da identidade (art. 5º, LVIII, CF/88)</li> <li>-Da liberdade (art. 5º, LXI, CF/88)</li> </ul> <p><b>DIREITO PENAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos)</li> <li>-Excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito)</li> <li>-Autoria, co-autoria e participação</li> <li>-Homicídio (art. 121)</li> <li>-Lesão corporal (art. 129)</li> <li>-Seqüestro e cárcere privado (art. 148)</li> <li>-Roubo (art. 157)</li> <li>-Dano (art. 163)</li> <li>-Apropriação indébita (art. 168)</li> <li>-Quadrilha ou bando (art. 288)</li> <li>-Boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal</li> </ul> <p><b>DIREITO TRABALHISTA:</b></p>

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	163
--	--	------------------------------	-----

	de Vigilante e no Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada.	<p>Contrato de Trabalho (Salário, adicionais, estabilidade no emprego)</p> <p>Salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário)</p> <p>Causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido.</p> <p>Sindicatos</p> <p>Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho</p> <p><b>-Processos na Justiça Trabalhista (Comissão de Conciliação Prévia, Preposto, Testemunhas)</b></p> <p><b>Direitos humanos e relações humanas.</b></p>
--	---	---

Estratégias de Ensino: **Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.**

**Recursos:** 01 professor e caderno didático.

**Carga Horária:** 02 h/a


02	<p>ATUALIZAR E REAVALIAR treinamento da atividade de segurança pessoal privada</p> <p>ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação</p>	<p><b>Missão de segurança de pessoas: proteção do escoltado</b></p> <p><b>Sistemas de segurança pessoal: modalidades (com um segurança e mais de um, relacionamento entre vigilantes na mesma missão, a pé, em hotéis, em aeroportos, na multidão, em festas e convenções, na residência, convívio com a família)</b></p> <p><b>Procedimentos individuais ou na formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais): foco no escoltado</b></p> <p><b>Atribuições de cada membro da equipe</b></p> <p><b>Sigilo profissional das operações e sobre a pessoa, família, atividades e patrimônio do escoltado</b></p> <p><b>Responsabilidades sobre a atividade.</b></p> <p><b>Uso de colete balístico</b></p> <p><b>Comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios</b></p> <p><b>Rádio e código "Q"</b></p>
----	---	---

**Estratégias de Ensino:** Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.

**Recursos:** 01 professor e monitores.

**Carga Horária:** 04 h/a

03	<p>CONHECER as formas de ataque</p> <p>INTERPRETAR os respectivos planos de reação elaborados pela empresa</p> <p>IDENTIFICAR sua parcela de participação no plano de reação</p> <p>PRATICAR E EMPREGAR técnicas e táticas de segurança pessoal privada</p> <p>PRATICAR exercício simulado</p> <p>ELABORAR relatórios</p>	<p><b>Ataques ao escoltado (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa)</b></p> <p><b>Técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos</b></p> <p><b>Planos de reação.</b></p> <p><b>Procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc)</b></p> <p><b>Procedimento da equipe antes, durante e após o ataque</b></p> <p><b>atentado/seqüestro/bomba,</b></p>
----	---	---

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	164
--	--	------------------------------	-----

<p>ATUALIZAR E REAVALIAR os conhecimentos e o emprego de alarmes</p> <p>DESENVOLVER E ATUALIZAR CONHECIMENTOS sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, convênio com a Polícia Federal sobre a prestação de informações, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.</p>	<p><b>molestações/ameaças/telefonemas anônimos</b></p> <p><b>Procedimentos no trato com a imprensa</b></p> <p>Relatório da ocorrência (exercício prático). Direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo) – Atividade simulada;</p> <p><b>Alarmes em veículos e residenciais e outros meios de vigilância eletrônica (funcionamento, uso adequado, conservação e manutenção)</b></p> <p><b>Relacionamento com a polícia (grupo de gerenciamento de crises, grupo anti-sequestro, SWAT)</b></p> <p><b>Como acionar os órgãos da SSP:</b></p> <p><b>Polícia Militar</b> <b>Polícia rodoviária</b> <b>Telefones, alarmes, etc</b></p> <p>Quadrilhas de assalto a banco, carros-fortes e cargas Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial e Processo Penal Convênio com a Polícia Federal para prestar informações policiais</p>
<p><b>Estratégias de Ensino:</b> Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p><b>Recursos:</b> 01 professor e monitores.</p> <p><b>Carga Horária:</b> 04 h/a</p>	

#### 4.2 ARMAMENTO E TIRO (AT)

**Carga horária:** 10 horas-aula

**Avaliação:** VF (conceito do instrutor)

##### Objetivo da disciplina:


**Discutir e analisar** o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo.

**Habilitar** o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros.

**Fortalecer atitudes** para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço

**Praticar** tiro.

Unid.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
	<b>Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:</b>	
	ELENCAR Regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. CAPACITAR o aluno a utilizar arma	36. PISTOLA CAL. .380

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	165
--	--	------------------------------	-----

<b>01</b>	de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). EFETUAR tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 08 tiros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regras de segurança;</li> <li>- Nomenclatura e função das peças;</li> <li>- Limpeza e conservação;</li> <li>- municiar e desmuniciar carregador</li> <li>- Carregar e descarregar;</li> <li>- Treinamento em seco (munição de manejo);</li> <li>- TVP, Retenção, 7 metros – 08 tiros.</li> </ul>
-----------	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, revolver cal. 38 e munição (08 tiros)

**Carga horária:** 04 h/a.

<b>02</b>	EFETUAR tiro rápido, partindo da posição de retenção, 5 metros, 08 tiros, com dois olhos abertos.	PISTOLA CAL. .380 <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino da unidade;</li> <li>- Treinamento em seco com munição de manejo;</li> <li>- TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 08 tiros.</li> </ul>
-----------	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (08 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

<b>03</b>	EFETUAR tiro rápido, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, 5 metros, com dois olhos abertos, 08 tiros.	PISTOLA CAL. .380 <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treino unidade</li> <li>- Treinamento em seco com munição de manejo</li> <li>- TR, retenção, de pé, barricada à direita e á esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 08 tiros;</li> <li>*BARRICADA: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.</li> </ul>
-----------	---	---

**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 02 professores, estande, pistola calibre .380, munição (08 tiros)


**Carga horária:** 02h/a.

<b>04</b>	EFETUAR tiro rápido, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos. 12 tiros.	<b>37. PISTOLA CALIBRE .380:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinamento em seco (munição de manejo);</li> <li>- Tiro Rápido, Retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 12 tiros.</li> </ul>
-----------	---	---


**Estratégias de ensino:** Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.

**Recursos:** 01 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (12 tiros)

**Carga horária:** 02 h/a.

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	166
--	--	------------------------------	-----

MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO	
CALIBRE	QUANTIDADE
Calibre .380	36

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	167
--	--	------------------------------	-----

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIREÇÃO-GERAL**

**DESPACHO** Nº 6047/2006 – DG/DPF

BRASÍLIA-DF, 03/10/2006

**REFERÊNCIA:** DESPACHO Nº 2952/2006 – GAB/CGCSP/DIREX  
PROT. : 08200.022887/2006-46.


**ASSUNTO:** DILAÇÃO DE PRAZO PARA VIGÊNCIA DE DISPOSITIVOS DA PORTARIA Nº 387/2006.

Considerando as razões expendidas no Despacho nº 2952/2006-GAB/CGCSP/DIREX, devidamente aprovado pelo Senhor Diretor-Executivo, AUTORIZO a dilação temporal, para 02 de janeiro de 2007, da vigência das normas dos seguintes artigos da Portaria 387/2006 – DF/DPF:

- I. Arts. 65 e 68, quanto à exigência de coletes à prova de balas;
- II. Art. 67, quanto à exigência do detector de metais;
- III. Arts. 80 e 81, quanto ao novo cálculo para autorização de aquisição de munições e petrechos pelos Cursos de Formação;
- IV. Art. 110 e os 8 (oito) anexos, quanto aos novos cursos e seus currículos.

À DIREX/DPF para conhecimento e providências decorrentes.

**PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA**  
Diretor-Geral

	Contratação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada	Termo de Referência 021/2009	168
--	--	------------------------------	-----

**ANEXO X**  
**DO RELÓGIO DE REGISTRO DE PONTO BIOMÉTRICO**  
**(Impressão Digital)**

**ITEM 1 - RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO - Coletor Inner Plus II Bio Light – Com capacidade para 100 ou mais usuários.**

**Especificações Técnicas:**

- Sensor ótico para verificação da impressão digital;
- Modo de operação 1:N ou 1:1, com ou sem o uso de um cartão de identificação;
- Controla portas, cancelas ou catracas;
- Display de cristal liquido de 2 linhas e 16 colunas;
- Nobreak interno;
- Modo de operação: on-line ou off-line;
- Comunicação: linha plus
- RS 485 – para distâncias até 1500 metros – permite a ligação de até 32 equipamentos em uma porta serial.
- Número de usuários: 100 digitais;
- Armazenamento de até 16000 eventos no próprio coletor,
- Dimensões:
  - Largura – 200 mm
  - Altura – 160 mm
  - Profundidade – 72 mm
  - Alimentação: 127V ou 220V 60Hz

**ITEM 2 – SOFTWARE DE CONTROLE E TRATAMENTO DE PONTO**

**Especificações Técnicas:**

- Sistema Operacional: compatível com Windows 95/NT ou superior. A partir de Outubro/2007, com disponibilização em versão Java, compatível com Linux e outros sistemas operacionais;
- Alimentação: 90 Vac a 230 Vac, 50 Hz ou 60 Hz;
- Alimentação Opcional: 12 Vdc;
- Banco de Dados: versão padrão oferecida em Acess;
- Versão em SQL Server.
- Modo padrão de comunicação: OFF LINE

**Observação:** Os computadores para o GERENCIAMENTO do sistema serão fornecidos pelo CONTRATANTE.





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**CONTRATO PE-034/2010 – PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E  
DESARMADA (Processo TST n.º 504.602/2009-8).**

**CONTRATANTE:** **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo ....., .....

**CONTRATADA:** ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., com sede no ....., Brasília, DF, CEP ....., telefone (xx) ....., fax (xx) ....., doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo ....., .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO**

Este contrato fundamenta-se:

- I - no Pregão Eletrônico n.º 34/2010, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006, a Lei n.º 10.520/2002 e os Decretos n.ºs 5.450/2005 e 6.204/2007;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
  - a) constem no Processo Administrativo TST n.º 504.602/2009-8;
  - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações das Leis n.ºs 8.078/90, 8.666/93 e 9.784/99;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, nos termos e condições constantes neste contrato, no edital e nos anexos.

ITEM	POSTO DE TRABALHO	QUANT. DE POSTOS DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
1	Vigilância Armada	5	12 horas noturnas – Escala 12x36
2	Vigilância Armada	5	12 horas diurnas – Escala 12x36
3	Vigilância Desarmada	5	12 horas noturnas – Escala 12x36
4	Vigilância Desarmada	6	12 horas diurnas – Escala 12x36
5	Vigilância Desarmada	12	44 horas semanais
6	Supervisão	1	12 horas noturnas – Escala 12x36
7	Supervisão	1	12 horas diurnas – Escala 12x36

**Subcláusula única.** Os serviços serão prestados de acordo com os turnos e postos estabelecidos na Tabela acima, podendo o TST alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, respeitando a carga horária e a folga semanal remunerada da categoria.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Este contrato tem vigência de doze meses, contados da data da sua assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, na forma do art. 57, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

**Subcláusula primeira.** O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último, e terá validade e eficácia legal após a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Subcláusula segunda.** A prorrogação do contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

**Subcláusula terceira.** A pelo menos sessenta dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de três dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

**Subcláusula quarta.** Se positiva a resposta, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

**Subcláusula quinta.** A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula sexta.** Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da cláusula treze deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR**

O valor total deste contrato é de **R\$ .....** (.....).

**Subcláusula primeira.** O valor mensal deste contrato é de **R\$ .....** (.....).

**Subcláusula segunda.** O valor total e os valores unitários mensais (por posto de trabalho) estão discriminados nas planilhas de custos e formação de preços constante no anexo deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO**

Será permitida repactuação do contrato, desde que observada a periodicidade mínima de um ano, a contar da data da proposta ou, da data do orçamento a que a proposta se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

**Subcláusula primeira.** Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

**Subcláusula segunda.** As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

I - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**Subcláusula terceira.** Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI - a disponibilidade orçamentária do Contratante.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula quarta.** O Contratante realizará diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

**Subcláusula quinta.** O prazo para solicitação da repactuação contratual pela Contratada terá início a partir da data de homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato e findará na data da prorrogação contratual subsequente, ou seja, na data em que for assinado o termo aditivo de prorrogação.

- I - Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, perderá o direito a repactuar, o qual poderá ser exercido novamente apenas após a nova data base da categoria;
- II - Nas hipóteses em que as negociações para a celebração do acordo ou convenção de trabalho, ou solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem após a data-base da categoria profissional abrangida pelo contrato e, nesse intervalo, o Contratante convoque a Contratada para prorrogação contratual, caberá à Contratada solicitar a inclusão, no novo termo aditivo a ser celebrado, de cláusula que resguarde o seu direito à repactuação tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou convenção devidamente registrado.

**Subcláusula sexta.** Os efeitos financeiros decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte.

- I - a partir da assinatura do termo aditivo;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**Subcláusula sétima.** No caso previsto no inciso III, da subcláusula anterior, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula oitava.** O valor do contrato, depois de aplicada a repactuação, deverá estar compatível com o praticado no mercado.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho 02.061.0571.4256.0001, elemento de despesa 3093.37 – Locação de mão-de-obra, nota de empenho ....., emitida em .....

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS**

A Contratada deverá executar os serviços, objeto contratual, na forma e prazos especificados neste contrato e seus anexos.

**Subcláusula primeira.** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

**Subcláusula segunda.** A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

**Subcláusula terceira.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por um servidor designado pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

**Subcláusula primeira.** À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - encaminhar à Secretaria de Administração Orçamento e Finanças - SEAOF os documentos que relacionem às ocorrências que impliquem possíveis sanções punitivas a serem aplicadas à Contratada;
- II - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

- III - ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições, em desacordo com as especificações;
- IV - manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- V - acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade destes serviços ou não cumprimento do contrato;
- VI - promover, mensalmente, antecedendo a atestação dos serviços prestados, rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e providenciar o pagamento da fatura apenas após a Contratada comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas.

**Subcláusula segunda.** A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

#### **CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I - **provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega da nota fiscal para efeito de posterior verificação de sua conformidade com os serviços prestados;
- II - **definitiva**, mediante recibo, em até cinco dias úteis, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

**Subcláusula primeira.** Os serviços executados em desconformidade com o especificado neste contrato, no edital ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazê-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**Subcláusula segunda.** A notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula terceira.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

**CLÁUSULA DEZ - DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

- I - Quando houver ressalva no ateste dos serviços pela Fiscalização, no que concerne a execução do objeto do contrato, e pela gestão do contrato, em relação às demais obrigações contratuais, ocorrerá à interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à Contratada, até que sejam escoimados os vícios detectados;
- II - As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá efetuar os pagamentos, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, e, fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

- I - Pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

**Subcláusula segunda.** As faturas deverão corresponder à prestação dos serviços do mês de competência.

**Subcláusula terceira.** A contratada deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, para que haja o acerto do faturamento; e deverão estar acompanhadas da documentação descrita nos incisos subseqüentes.

- I - Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- II - Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado;
  - a) Outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela Fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no inciso anterior.
- III - Comprovante de pagamentos dos vales-alimentação e vales-transporte de todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços;
  - a) Por ocasião da apresentação da primeira nota fiscal, a empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços;
  - b) A prova de pagamento dos vales-alimentação e vales-transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos.
- IV - Certidão Negativa de Débitos das Contribuições Previdenciárias, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.
  - a) A não apresentação das certidões supramencionadas ensejará a postergação do pagamento até a regularização da situação da empresa frente ao Fisco. A manutenção dessa condição, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993.
- V - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- a) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;
- b) Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – RE;
- c) Cópia da Relação de Tomadores/Obras – RET;
- d) Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP – Tomador/Obra;
- e) Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;
- f) Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP; e
- g) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP.
- h) A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.
- i) O Tribunal, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

**Subcláusula quarta.** Serão retidos da Contratada, em conta vinculada, os custos relativos às provisões de férias e abono de férias, 13º salário, multa do FGTS e impacto sobre férias e 13º salário, em conformidade com a Resolução n.º 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anexo IV deste contrato. Ao valor do depósito em conta vinculada será acrescido o percentual de lucro proposto pela Contratada.

- I - Os valores serão liberados quando apresentado pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;
- II - O saldo total da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa no momento do



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados;

- III - Os valores provisionados mencionados na Subcláusula quarta serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da empresa.

**Subcláusula quinta.** Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no artigo 4º da Resolução nº 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça, depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa.

- I - Os valores retidos da Contratada referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; à incidência do grupo A da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do anexo deste contrato, sobre os valores de 13º salário e férias; e ao valor correspondente ao percentual de lucro proposto, serão liberados somente quando da ocorrência das indenizações trabalhistas, com prévia autorização do Contratante, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 98/2009.

**Subcláusula sexta.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Na execução deste contrato, a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

- I - executar os serviços, objeto da presente licitação, conforme determinado neste contrato e seus anexos;
- II - iniciar as atividades objeto desta contratação em, no máximo, cinco dias úteis após a assinatura deste contrato, prestando os serviços de acordo com a legislação vigente;
- III - estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, com observância das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, para o desempenho das atividades objeto deste contrato, bem como conhecimentos teóricos e práticos afetos à categoria profissional e aos requisitos básicos estabelecidos neste contrato;
- IV - observar a garantia de estabilidade concedida aos profissionais advindos da relação jurídica anterior, para prestação dos serviços idênticos, nos termos da cláusula trigésima segunda da Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010-SIDSV/DF, desde que sejam atendidos os demais requisitos previstos neste contrato;
  - a. Em caso de utilização de mão-de-obra nos termos do inciso anterior, a Contratada não será dispensada de fornecer os uniformes e cursos qualificados, respectivamente, nos anexos I e III, além dos demais insumos de mão-de-obra indicados nos anexos deste documento.
- V - empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, com os requisitos básicos abaixo descritos, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional, de acordo com a legislação vigente:
  - a. nacionalidade brasileira;
    - a.1) No caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
  - b. idade mínima de 21 (vinte e um) anos, conforme o art. nº 16 da Lei nº 7.102 de 20/6/1983;
  - c. quitação com as obrigações eleitorais;
  - d. instrução correspondente ou superior à quarta série do primeiro grau;
  - e. atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

- f. certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;
  - g. folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;
  - h. certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade
- VI - fornecer, a cada seis meses, aos profissionais alocados nos postos de trabalho, inclusive aos supervisores, uniformes novos, conforme descrição constante no anexo I, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, no prazo de cinco dias úteis, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, resguardado o direito do Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.
- a. o primeiro fornecimento deverá ocorrer em até cinco dias antes do início da execução do contrato.
  - b. o uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao Contratante, no prazo de cinco dias úteis a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.
  - c. as despesas com o fornecimento dos uniformes serão exclusivamente da Contratada.
- VII - apresentar à Área Administrativa Responsável do TST, no início das atividades, fichas dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverão estar sempre atualizadas e acondicionadas em pastas suspensas, contendo todas as identificações dos empregados: foto; tipo sanguíneo/fator Rh; endereço/telefone residencial; comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do curso de formação.
- VIII - criar métodos e programas de incentivo profissional visando a motivar o profissional no desempenho de suas atividades;
- IX - indicar, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, preposto (s), para atender os profissionais alocados nos postos de trabalho, em horário comercial.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- X - instruir os seus empregados sobre as normas de segurança e regulamentos internos do TST, bem como, quanto ao seu devido cumprimento.
- XI - supervisionar, por meios próprios, os postos de serviço.
- XII - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TST ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- XIII - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, permitindo à Fiscalização do TST acesso aos respectivos dados.
- XIV - assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores.
- XV - manter seus funcionários, quando em serviço, devidamente uniformizados e com o crachá de identificação.
  - a. arcar com o ônus de fornecimento, pelo TST, de cada crachá de identificação dos seus empregados, conforme norma vigente, sendo atualmente o valor de R\$ 5,62 (cinco reais e sessenta e dois centavos), não estando incluído o valor do cartão de proximidade que é de propriedade do TST;
  - b. indenizar, em caso de dano irreparável ou perda do crachá pelo empregado, a confecção de um novo, completo, no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), estando aí incluído o cartão de proximidade, conforme norma vigente.
  - c. recolher e devolver ao TST os crachás dos empregados removidos dos postos de serviços contratados
- XVI - fornecer todos os materiais necessários à execução dos serviços e de uso individual, inclusive material de consumo (caneta, papel, livro de ocorrência), coldre, revólveres, colete balístico e lanterna de mão tipo farolete, etc, zelando por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação individual ou eficiência estiver comprometida, conforme anexo II;
- XVII - cumprir as normas e regulamentos internos do TST;
- XVIII - acatar a Fiscalização dos serviços contratados, levado a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim pelo Contratante e atender às solicitações imediatamente;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XIX - não permitir que os empregados da empresa saiam armados do serviço, devendo o seu supervisor estar presente no horário da troca de turno dos postos e providenciar a guarda do armamento na empresa, quando for o caso, de acordo com a legislação vigente;
- XX - utilizar munição de procedência do fabricante, não sendo permitido o uso de munição recarregada;
- XXI - apresentar ao Contratante a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos registros de arma e porte de arma, que serão utilizadas pelos profissionais alocados em determinados postos de trabalho;
- XXII - observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como fornecer produtos apropriados aos profissionais alocados nos postos de serviços que estejam expostos a condições climáticas adversas, tais como: capas de chuva, conforme anexo II;
- XXIII - fiscalizar a limpeza e a organização dos vestiários de uso dos seus empregados, criando normas para utilização e aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis aos profissionais que não cumprirem o regulamento;
- XXIV - realizar, por meios próprios, a fiscalização das atividades contratadas em todas as instalações do CONTRATANTE;
- XXV - não permitir a utilização dos telefones do TST, sob sua responsabilidade, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;
  - a. será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos do TST, quando comprovadamente feitos por empregado da Contratada para tratar de assuntos alheios ao serviço;
- XXVI - não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando os serviços;
- XXVII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- XXVIII - providenciar a substituição de seus empregados em caso de falta, folga, férias ou outros, sendo no caso de falta, no prazo máximo de uma hora, não permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- XXIX - comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo Tribunal, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XXX - fornecer, aos profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, armários individuais, tipo roupeiro com cadeado e ou fechadura, para guarda de pertences, conforme anexo II, os quais deverão ser instalados em local colocado à disposição pelo Contratante;
- XXXI - informar previamente à Fiscalização do Tribunal as alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias com a antecedência mínima de cinco dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas;
- XXXII - substituir os empregados de forma diligente e inquestionável, sempre que for exigido pelo Tribunal, cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços, no prazo máximo de um dia útil;
  - a. não realizar cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias por profissionais substituídos anteriormente a pedido do TST nos termos do inciso anterior;
- XXXIII - fornecer aparelhos de radiocomunicação eficientes em todas as instalações do TST, na quantidade e especificações constantes no anexo II, com recurso de conversação em grupo, todos com fones de ouvido e microfone/PTT, para seus empregados, nos postos de trabalho, bem assim à Fiscalização do TST, sendo de responsabilidade da empresa Contratada a manutenção.
- XXXIV - comunicar ao TST, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- XXXV - identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Tribunal;
- XXXVI - alocar profissionais nos postos de trabalho de supervisão devidamente treinados, com capacidade de liderança, responsabilidade da função, atendimento de pessoas, motivação de equipe, identificação de riscos em geral e outros necessários à capacitação profissional de Supervisor;
- XXXVII - auxiliar, por meio dos empregados, nas atividades de prevenção e combate a incêndios, ou em outros sinistros, visando à segurança física de pessoal, de instalações e do patrimônio;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XXXVIII - substituir os materiais e equipamentos fornecidos, durante a execução do contrato, se constatado que não atendem às necessidades quanto ao desempenho, devendo apresentar outros novos no prazo de, no máximo, cinco dias úteis, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do Tribunal;
- XXXIX - responsabilizar-se pelo manuseio e pela guarda de cones, barreiras e/ou sinalizadores do TST, bem assim outros materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, cabendo à empresa contratada o ressarcimento de quaisquer danos e/ou prejuízos que porventura venham a ocorrer com o respectivo material;
- XL - submeter, previamente, os uniformes à aprovação do Tribunal, fornecendo-os semestralmente a cada empregado, conforme especificações no anexo I, sendo os primeiros entregues quando do início do contrato, resguardado o direito do Tribunal exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendam às condições mínimas de apresentação;
- XLI - proporcionar aos empregados, periodicamente, curso de reciclagem na área de atuação e em relações interpessoais, devendo a participação de cada um ter o intervalo máximo de um ano, sem que isso implique em ônus para o TST ou para os respectivos empregados;
- XLII - responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o TST.
- XLIII - responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**Subcláusula primeira:** A Contratada deverá fornecer e instalar dois Relógios de Controle de Ponto Biométrico (impressão digital), conforme especificações constantes no anexo V deste contrato, ou outro similar, que tenha as mesmas funcionalidades especificadas, sem ônus adicional para o Contratante.

- I. O Sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho, permitindo à Fiscalização do TST o acesso aos respectivos dados;





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- II. Os funcionários da Contratada deverão registrar no sistema eletrônico indicado no inciso anterior, os horários de início e término de sua jornada de trabalho. Além disso, o mencionado sistema permitirá aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;
- III. A instalação do sistema eletrônico de controle de frequência não exime a Contratada da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;

**Subcláusula segunda.** A Contratada deverá fornecer e instalar os relógios de controle de ponto biométrico indicados na Subcláusula primeira em até 05 (cinco) dias antes do início da execução do contrato.

**Subcláusula terceira.** A Contratada deverá orientar a cada um de seus empregados Supervisores, no sentido de:

- I. ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
- II. coordenar e fiscalizar as atividades, objetivando o bom andamento dos serviços;
- III. cuidar da disciplina;
- IV. controlar a frequência e verificar a apresentação individual dos empregados, inclusive no que diz respeito à higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc.);
- V. solucionar reivindicações apresentadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, no que se refere à melhoria e à qualidade dos serviços, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno dos pleitos formulados;
- VI. evitar confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho, ou entre estes e servidores ou visitantes do Tribunal, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do Contratante.
- VII. conhecer as missões de cada posto de trabalho.
- VIII. não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais, a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço.
- IX. não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização.



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

- X. entrar em áreas reservadas somente em caso de emergências ou quando devidamente autorizado.
- XI. prestar informações diárias ao Contratante quanto à execução do Contrato;
- XII. levar ao conhecimento da Fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XIII. não permitir que profissionais da Contratada entrem ou saiam das dependências do Contratante por locais que não aqueles previamente determinados;
- XIV. promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando imediata remessa à Fiscalização, com o devido registro;
- XV. fornecer aos empregados da Contratada, constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- XVI. fiscalizar, controlar e orientar, permanentemente, o correto porte de arma;
- XVII. providenciar a imediata substituição de armas defeituosas ou danificadas, verificando sempre a validade da munição;
- XVIII. coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;
- XIX. adotar todas as providências ao seu alcance, para que os serviços transcorram dentro da normalidade, sendo obedecidas as normas regulamentares e os padrões de conduta;
- XX. registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
- XXI. estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando a resolver os problemas relativos aos serviços;
- XXII. inspecionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos empregados (radiotransmissor, armamento e outros);
- XXIII. ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes;
- XXIV. passar ao superior imediato e à Fiscalização todas as informações referentes aos serviços;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XXV. fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo Contratante para a execução dos serviços;
- XXVI. fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pela vigilância.
- XXVII. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Fiscalização do contrato.
- XXVIII. receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las; e
- XXIX. realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

**Subcláusula quarta.** A Contratada deverá orientar a cada um de seus empregados Vigilantes, no sentido de:

- I. ser pontual e permanecer no posto de serviço determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro vigilante ou quando autorizado pela Chefia;
- II. caso lotado na Sede deste Tribunal, comunicar ao Supervisor os principais fatos relativos aos serviços, visando ao registro em livro de ocorrências;
- III. apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, barbeado, unhas aparadas e cabelos cortados, calçado engraxado;
- IV. colaborar, nos casos de emergência, na evacuação das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos;
- V. orientar o profissional substituto, sobre todos os procedimentos existentes no posto;
- VI. realizar rondas periódicas durante o turno de serviço conforme procedimentos e rotinas de serviços estabelecidos pelo Contratante;
- VII. utilizar o armamento em estrita obediência às Leis e regulamentos vigentes, única e exclusivamente, em legítima defesa ou estado de necessidade próprio ou de terceiro, para preservar a integridade dos bens do Contratante e de membros e servidores que estejam nas dependências do Contratante, buscando cessar ou conter a injusta agressão;
- VIII. quando necessário o emprego de força contra pessoas ou coisas, a ação deve obedecer aos dispositivos legais vigentes, baseando-se



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- em repelir o perigo ou a agressão e sempre com a exaustão suficiente para não prejudicar terceiros ou seus bens;
- IX. manter-se atento aos visitantes e, havendo alguma suspeita, abordar de forma educada, visando averiguar a real situação;
- X. interromper serviços de terceiros não-autorizados, impedindo seu acesso às dependências dos postos do Contratante, realizando as devidas comunicações;
- XI. proibir qualquer aglomerado de pessoas no posto ou próximo dele, comunicando o fato ao supervisor e à Fiscalização do Contratante, no caso de desobediência;
- a. em caso de emergência, o segurança deverá acionar a Polícia Militar, tel.: 190, ou entrar em contato com o Batalhão ou CPmind da circunscrição do seu posto de trabalho;
- XII. proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial no posto e nas imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços contratados;
- XIII. não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do Contratante, salvo nos casos de emergência;
- XIV. não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, em muros, paredes, pilastras, vidraças, gramados, janelas dentre outros, sem a prévia autorização do Contratante;
- XV. conforme orientação repassada pela fiscalização à Contratada, executar a(s) ronda(s) diária(s) verificando todas as dependências e instalações dos postos do Contratante, salvo as áreas reservadas e que necessitem de autorização prévia para o acesso, adotando, quando requeridas, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- XVI. assumir o posto de posse dos acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- XVII. receber de maneira educada o público, prestando as informações e orientações sempre que solicitado, encaminhando-o ao local pretendido;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XVIII. permitir a entrada de servidores e empregados fora do horário de expediente somente quando devidamente autorizados;
- XIX. não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização do Contratante;
- XX. ao chegar ao posto, receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- XXI. conhecer as missões do(s) posto(s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (rádio-comunicador, telefone, etc.) colocados à sua disposição para o serviço;
- XXII. acionar a Companhia de Polícia Militar mais próxima, bem como a gestão fiscalizadora, sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio, presença de delinquentes e de outros suspeitos;
- XXIII. adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- XXIV. não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- XXV. manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- XXVI. manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para os serviços;
- XXVII. levar ao conhecimento do supervisor, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XXVIII. promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à Segurança, com o devido registro;
- XXIX. deter elementos suspeitos e reter qualquer material e/ou equipamento que não tenha autorização de saída;
- XXX. operar equipamentos de raios-x e detectores de metais ou outros equipamentos de segurança, disponibilizados pelo CONTRATANTE, para promover a segurança;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XXXI. controlar entradas e saídas de materiais e equipamentos, exigindo sempre as respectivas autorizações fornecidas pelo setor competente;
- XXXII. conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- XXXIII. ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- XXXIV. em caso de roubo, furto, incêndio, rompimento de tubulação de água ou falta de energia elétrica e outros sinistros, comunicar ao supervisor, na impossibilidade desse, ao fiscal do contrato, para as providências cabíveis;
- XXXV. utilizar adequadamente os equipamentos e sistemas disponibilizados pelo Contratante para a execução dos serviços;
- XXXVI. não participar, no âmbito do Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas; e
- XXXVII. realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade;

**Subcláusula quinta.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**Subcláusula sexta.** A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

**Subcláusula sétima.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- I - assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- II - prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da Contratada, executores dos serviços, solicitarem para o desenvolvimento dos trabalhos;
- III - exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados;
- IV - ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente;
- V - exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais;
- VI - efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições estabelecidas no contrato;
- VII - exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato;
- VIII - deduzir da fatura mensal correspondente, qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos do Tribunal, quando comprovadamente feito por empregado da Contratada;
- IX - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais.

**CLÁUSULA TREZE – DA GARANTIA DO CONTRATO**

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula segunda.** É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais.

**CLÁUSULA QUATORZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA**

Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, a empresa que:

- I - apresentar documentação falsa;
- II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - fraudar na execução do contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo;
- V - fazer declaração falsa;
- VI - cometer fraude fiscal.

**Subcláusula primeira.** Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

**Subcláusula segunda.** No caso de atraso para início da execução do objeto, as multas aplicadas serão de:





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

- I - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II - 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso no início da execução do objeto, por período superior ao previsto no inciso acima;
- III - 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**Subcláusula terceira.** Além das multas elencadas nos itens acima, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

Grau	Correspondência
1	0,2% do valor mensal do Contrato
2	0,4% do valor mensal do Contrato
3	0,8% do valor mensal do Contrato
4	1,0% do valor mensal do Contrato
5	1,5% do valor mensal do Contrato
6	4,1% do valor mensal do Contrato

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	Grau	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais;	6	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	Por dia e por unidade de atendimento
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;	4	Por ocorrência
4	Retirar do Tribunal Superior do Trabalho quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	4	Por item e por ocorrência
5	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado	2	Por empregado e por ocorrência



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

	e/ou sem crachá;		
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização previsto em contrato ;	2	Por serviço e por dia
7	Retirar funcionários ou supervisores do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante.	5	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

08	Fornecer os equipamentos relacionados neste contrato e seus anexos em perfeitas condições de uso;	4	Por item e por dia
09	Prestar manutenção aos equipamentos, e de zelar pelas instalações utilizadas do TST;	3	Por item e por dia
10	Manter em estoque o material de consumo discriminado neste contrato para consumo diário;	2	Por item e por dia
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários;	1	Por funcionário e por dia
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;	2	Por ocorrência
13	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente dentro do prazo estabelecido em contrato;	2	Por funcionário e por dia
14	Entregar os salários, vales-transporte e/ou vales-refeição nas datas avençadas;	5	Por ocorrência e por dia
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por funcionário e por dia
16	Substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados;	3	Por equipamento e por dia
17	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos.;	3	Por item e por dia
18	Fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los;	4	Por empregado e por ocorrência
19	Fornecer 2 (dois) uniformes para cada categoria semestralmente;	2	Por funcionário e por dia
20	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas;	2	Por item e por ocorrência
21	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador;	3	Por item e por ocorrência
22	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada;	1	Por ocorrência
23	Não apresentar garantia contratual.	4	Por dia



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula quarta.** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**Subcláusula quinta.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

**CLÁUSULA QUINZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DEZESSETE - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

**CLÁUSULA DEZOITO - DA RESCISÃO**

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DEZENOVE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE**

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

**Subcláusula única.** A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como à sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**CLÁUSULA VINTE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**Subcláusula primeira.** Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Subcláusula segunda.** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

**Subcláusula terceira.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**Subcláusula quarta.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**Subcláusula quinta.** No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

**Subcláusula sexta.** De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica o TST ciente de que: "É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante".

- I - Conforme entendimento do Exmo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, manifestado nos autos administrativos nº 500.375/2009-9, a Resolução nº 07 do Conselho Nacional de



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

Justiça aplica-se também aos eventuais ocupantes de função comissionada no âmbito do TST, que direta ou indiretamente tenham poder de fiscalização ou gestão de contratos.

- II - A Contratada deverá obter dos empregados declaração, por escrito, de que não se enquadram na vedação mencionada na Subcláusula sexta e em seu inciso I.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília,                      de                      de 2010.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO I**  
**UNIFORME**

**VIGILANTE E SUPERVISOR**

Tipo	UNIDADE	Quantidade		Especificações	Justificativa
		Inicial	Semestral		
Terno	Unidade	02	02	Terno: estilo tipo paletó, com 02 (dois), 03 (três) ou 04 (quatro) botões. Tecido microfibra de boa qualidade: a) 73% viscose e 17% poliéster. ou b) 65% poliéster e 35% lã). Todos os tipos de ternos forrados internamente, inclusive a manga, em tecido cetim ou acetato, 02 (dois) ou 03 (três) botões na manga, 03 (três) bolsos internos, 03 (três) externos sendo 02 (dois) inferiores e 1 (um) superior esquerdo. Calça do terno modelo semi-bag, bolsos tipo faca, 02 (duas) ou 03 (três) pregas, cor preto (vigilante) e preto (supervisores).	Para identificação padronizada dos empregados, adequada ao ambiente de trabalho. Quantidade de acordo com a média de durabilidade.
Gravata	Unidade	02	02	Em tecido 100% poliéster ou 100% seda, cor preta, de boa qualidade.	
Camisa	Unidade	03	03	Estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cinza claro, de boa qualidade.	
Par de Sapatos	Par	01	01	Tipo social, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.	
Par de Meias	Par	03	03	Tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, cor preta, de boa qualidade.	
Cinto	Unidade	01	01	Tipo social, de couro e cor preta, de boa qualidade.	



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO II**

**MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

**1) MATERIAL DE CONSUMO**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	JUSTIFICATIVA
Livros anotação de ocorrência, contendo 100 (cem) folhas pautadas cada	unidades	11	Para uso dos supervisores e vigilantes para anotações/registro de ocorrências, observações e/ou alterações diárias
Canetas esferográficas de boa qualidade	unidades	08	Para uso dos supervisores e vigilantes para anotações/registro de ocorrências, observações e/ou alterações diárias
Resma de papel A4, contendo 500 (quinhentas) folhas cada.	unidades	02	Para utilização dos supervisores na confecção de escalas, avisos e demais comunicados escritos necessários à coordenação das atividades.

**2) MATERIAL DE TRABALHO**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
- Aparelho de radiocomunicação, níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo na transmissão que proporcione cobertura em todos os pontos extremos do Tribunal. - Led de medição de bateria, bateria principal, carregador de baterias independente, antena móvel, possibilidade de comunicação em grupo, microfone de lapela para os rádios transmissores, fone de ouvido.	unidade	26	Para comunicação eficiente, rápida e simultânea entre os postos nos diversos andares, subsolo e área externa do Tribunal, com transmissão de instruções, ocorrências e/ou outras comunicações pertinentes ao serviço. A cobertura mencionada na descrição corresponde à área total construída de 96.000 m <sup>2</sup> , num terreno de 57.600 m <sup>2</sup> ; dimensões internas dos blocos A e B possuem a seguinte cobertura ao piso do subsolo: distância Vertical: 49 m / distância horizontal: 200 m / distância entre Lages (média de 20 cm de espessura de concreto): 5 m - correspondendo a 4 lances de escada de um pavimento para outro.
Bateria - reserva	unidade	26	Necessário, em razão do posto de trabalho não poder ficar sem comunicação, uma vez que é comum o esgotamento da carga no decorrer das atividades.
Lanternas Vigilight, ou similar, de mão,	unidade	11	Para uso dos vigilantes e supervisores



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**


tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55 w / Luz auxiliar - lâmpada de 5 watts, alça metálica para transporte manual e alça de nylon a tiracolo, Dimensões: 12,5cm x 18cm x 9,2cm (L x P x A), tensão do carregador: 110v / 220v, peso máximo de 3,6 Kg.			nas rondas e vigilância das edificações.
Revólveres cal. 38, 6 tiros, municidados, com 6 munições reservas e porta-cartucho.	unidade	5	Para uso dos vigilantes armados, em seus respectivos postos de trabalho.
Coldre para os Revólveres cal. 38, interno, de cintura, com presilha ou passador de cinta, em couro.	unidade	5	Para uso dos vigilantes armados, em seus respectivos postos de trabalho.
Colete Balístico, modelo social, discreto, com proteção frontal, dorsal e lateral, Nível IIA, dentro das especificações, NIJ 0101.04 ou superior, com fibras de aramida e polietileno, ou com material semelhante com uma capa a mais cada.	unidade	5	Para uso dos vigilantes armados, em seus respectivos postos de trabalho.
Capa de chuva, plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor preta, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4 cm), tamanho extra grande.	unidade	10	Para deslocamentos entre postos de serviço externos.





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

**3) ARMÁRIOS (ROUPEIROS)**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	JUSTIFICATIVA
<p>Roupeiros de aço, portas grandes, com pintura antiferrugem e total de compartimentos (portas) suficientes ao número de empregados, sendo um compartimento para cada, com fechadura (à chave) ou pitão para cadeado.</p> <p>Modelo ilustrativo:</p> 	Porta	58	Para possibilitar o abrigo dos uniformes de trabalho, bem assim os pertences pessoais dos empregados, tais como: roupas, bolsas, mochilas, livros etc., uma vez que não é permitido manter qualquer destes acessórios nos postos de trabalho.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO III**

**CURSO DE RECICLAGEM  
(Portaria nº 387/2006 - DG/DPF)**

**1) CARGA HORÁRIA:**

A carga horária total do curso será de 30 (trinta) horas-aula, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 horas-aula.

**2) DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO:**

- a. Disciplinas curriculares: 28 h/a;
- b. Verificação de aprendizagem: 02 h/a;

**3) GRADE CURRICULAR:**

DISCIPLINA	OBJETIVO	CARGA HORÁRIA
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS (RADB)	<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.</li><li>Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.</li><li>Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Vigilante.</li><li>Desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.</li></ul>	18h/a
ARMAMENTO E TIRO (AT)	<ul style="list-style-type: none"><li>Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de segurança privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.</li><li>Realizar limpeza e conservação da arma.</li><li>Praticar tiro.</li></ul>	10h/a



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO IV**

**RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ – RETENÇÃO DAS PROVISÕES DE ENCARGOS  
TRABALHISTAS**

**RESOLUÇÃO N.º 98 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.**

Dispõe as provisões de encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública, na prática de atos administrativos, nos termos do disposto no artigo 14 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, observar os princípios da racionalidade e da economicidade;

CONSIDERANDO a responsabilidade subsidiária dos Tribunais, no caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada para prestar serviços terceirizados, de forma contínua, mediante locação de mão-de-obra, conforme a jurisprudência dos Tribunais trabalhistas;

CONSIDERANDO que os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas são pagos mensalmente à empresa, a título de reserva, para utilização nas situações previstas em lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Determinar que as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, a serem pagas pelos Tribunais e Conselhos às empresas contratadas para prestar serviços de



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

forma contínua, sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

Parágrafo único. Os depósitos de que trata o caput deste artigo devem ser efetivados em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal ou Conselho contratante.

Art. 2º A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - serão providenciadas pelo setor de administração do respectivo Tribunal ou Conselho.

Art. 3º Os depósitos de que trata o artigo 1º desta Resolução serão efetuados, com o acréscimo do Lucro proposto pela contratada.

Art. 4º O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação:

- I - 13º salário;
- II - Férias e Abono de Férias;
- III - Impacto sobre férias e 13º salário;
- IV - multa do FGTS.

Parágrafo único: Os valores provisionados para o atendimento deste artigo serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

Art. 5º Os Tribunais ou Conselhos deverão firmar acordo de cooperação com banco público oficial, que terá efeito subsidiário à presente Resolução, determinando os termos para a abertura da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação. (ANEXO II)

Art. 6º A assinatura do contrato de prestação de serviços entre os Tribunais ou Conselhos e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

I - solicitação pelo Tribunal ou Conselho contratante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação -, no nome da empresa, conforme disposto no artigo 1º desta Resolução (ANEXOS III, IV, V, VI, VIII e IX);



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

II - assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ou Conselho ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização. (ANEXO VII)

Art. 7º Os saldos da conta vinculada - bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Art. 8º Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no artigo 4º, depositados na conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

Art. 9º No âmbito dos Tribunais ou Conselhos, o setor de controle interno ou setor financeiro é competente para definir, inicialmente, os percentuais a serem aplicados para os descontos e depósitos, cabendo ao setor de execução orçamentária ou ao setor financeiro conferir a aplicação sobre as folhas de salário mensais das empresas e realizar as demais verificações pertinentes.

Art. 10 Os editais referentes às contratações de empresas para prestação de serviços contínuos aos Tribunais ou Conselhos, deverão conter expressamente o disposto no artigo 8º desta Resolução, bem como a obrigatoriedade de observância de todos os seus termos.

Art. 11 A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal ou Conselho para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados pelo Tribunal ou Conselho, ocorridas durante a vigência do contrato.

§ 1º Para a liberação dos recursos da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - a empresa deverá apresentar à unidade de controle interno ou setor financeiro os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas.

§ 2º Os Tribunais ou Conselhos, por meio dos setores competentes, expedirão, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos pela unidade de auditoria, a autorização de que trata o



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

caput deste artigo, que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

§ 3º A empresa deverá apresentar ao Tribunal ou Conselho, no prazo máximo de três dias, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação.

Art. 12 O saldo total da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Gilmar Mendes



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO I (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS								
Item	Risco Acidente do Trabalho						SIMPLES	
	1%		2%		3%			
GRUPO A	34,80		35,80		36,80		28,00	
TÍTULO	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
13º SALÁRIO	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33
FÉRIAS	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33	8,93	8,33
ABONO DE FÉRIAS	2,98	2,78	2,98	2,78	2,98	2,78	2,98	2,78
SUBTOTAL	20,84	19,44	20,84	19,44	20,84	19,44	20,84	19,44
INCIDÊNCIA GRUPO A	7,25	6,77	7,46	6,96	7,67	7,16	5,84	5,44
MULTA FGTS	4,35	4,30	4,35	4,30	4,35	4,30	4,35	4,30
A CONTINGENCIAR	32,44	30,51	32,65	30,71	32,86	30,90	31,03	29,19



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO II (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 07/2008**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL JUSTIÇA  
OU CONSELHO E O BANCO OFICIAL XXX  
S.A.**

O TRIBUNAL XXXXX, sediado na xxxxxx, Anexo I do Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF, CNPJ xxxxx, doravante denominado xxxx, sediado na neste ato representado pelo seu XXXXXXXXXXXX, NNNNNNNNN, RG nnnnnnnn SSP/UG e CPF 000.000.000-00, no uso das atribuições, conferidas pela Portaria nº nnn, de dd de mmmmm de 200x, e, de outro lado, o **BANCO xxxxx S/A**, com sede no Endereço, Cidade/UF, CNPJ nº 000.000.000/0001-0001, daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato representado pelo seu **GERENTE**, o Senhor xxxxxxxxxxx xxxxxxxx xxxxxxxx, portadora da Carteira de Identidade n.º nn.nnnn SSP/UG, CPF nº 000.000.000-00, têm justo e acordado celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para a prestação dos serviços de abertura automatizada de contas específicas destinadas a abrigar os recursos captados relativos a execução dos Encargos Trabalhistas da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

**DAS DEFINIÇÕES**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

- I. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho;
- II. **Proponente** – pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o

**CNJ;**





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**III. Encargos** – custos relativos às obrigações trabalhistas devidos quando da demissão de funcionário contratado pela empresa e a serviço do **Tribunal xxx**;

**IV. Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada** – Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada aberta em nome dos Proponentes de cada Contrato firmado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos de provisão para encargos trabalhistas de demissão de funcionários;

**V. Usuário(s)** – servidor(es) do **Tribunal ou Conselho**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos, do **BANCO**, Auto Atendimento Setor Público, doravante denominado simplesmente **AASP** e Repasse de Recursos de Projetos de Governo, doravante denominado simplesmente **RPG**.

## **DO OBJETO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente instrumento tem por objetivo regulamentar a prestação, pelo **BANCO**, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, bem como viabilizar o acesso do **Tribunal ou Conselho** aos saldos e extratos das contas abertas.

## **DOS PROCEDIMENTOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para a consecução do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica serão adotados os seguintes procedimentos:

**I.** Para cada Contrato será aberta uma conta-corrente específica em nome do Proponente do Contrato;

**II.** A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos de provisão para demissão de empregados, pagos aos Proponentes dos Contratos e será denominada Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada;

**III.** A movimentação dos recursos na Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada será providenciada exclusivamente à ordem do **Tribunal ou Conselho**;

**IV.** Será facultada ao **Tribunal ou Conselho** a movimentação de recursos da Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada para a Conta Única do Tesouro Nacional.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**DO FLUXO OPERACIONAL**

**CLÁUSULA QUARTA** – A abertura, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

- I. TRIBUNAL OU CONSELHO** firma o Contrato com os Proponentes;
- II. TRIBUNAL OU CONSELHO** envia ao **BANCO**, por intermédio do Aplicativo Auto-Atendimento Setor Público ou outro sistema que venha a substituí-lo, arquivo em meio magnético, em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes para abertura das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas em nome dos Proponentes que tiveram Contratos firmados;
- III. BANCO** recebe arquivo transmitido pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** e abre Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas, em nome do Proponente para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências do **BANCO** no território nacional;
- IV. BANCO** envia ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** arquivo retorno em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo os números das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas abertas em nome dos Proponentes, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos;
- V. TRIBUNAL OU CONSELHO**, excepcionalmente, envia Ofício, na forma do Anexo I do presente instrumento, à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, solicitando a abertura manual das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VI. BANCO** informa ao **TRIBUNAL OU CONSELHO**, na forma do Anexo II do presente instrumento, o número da Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada aberta em caráter de excepcionalidade;
- VII. TRIBUNAL OU CONSELHO** credita recursos, a título de provisão, nas Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas abertas e mantidas exclusivamente nas agências do **BANCO**, mediante emissão de Ordem Bancária do Tesouro – OB, tipo 26, finalidade especificamente criada;
- VIII. TRIBUNAL OU CONSELHO** solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo III do presente Instrumento;



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**IX.** **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira nas Contas Correntes (Bloqueadas) vinculadas efetuada pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** confirmando através de Ofício, nos moldes do Anexo IV, deste Instrumento;

**X.** **BANCO** disponibiliza ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos das Contas Correntes (Bloqueadas) vinculadas.

**CLÁUSULA QUINTA – O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:**

**I.** O acesso às Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, formalizada pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de regularização das contas junto às agências do **BANCO**;

**II.** Os recursos depositados nas Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas serão aplicados automaticamente, pelo **BANCO**, em caderneta de poupança, sendo remunerados mensalmente pela Taxa Referencial – TR – acrescido de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou outro índice que venha a ser utilizado para cálculo dos rendimentos em caderneta de poupança;

**DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO CNJ**

**CLÁUSULA SEXTA – Ao TRIBUNAL OU CONSELHO compete:**

**I.** Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do AASP, onde está estabelecido o vínculo jurídico como o **BANCO**, para amparar a utilização do aplicativo;

**II.** Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VI pó presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) representantes para os quais o **BANCO** atribuirá poderes de administradores dentro do AASP que além de poderem efetuar consultas aos saldos e estratos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas, terão a faculdade de criar tantas quantas chaves de usuários, com poderes apenas de consulta, no âmbito do RPG, forem necessárias para consultarem os saldos e extratos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;

**III.** Remeter ao **BANCO** arquivos em leiaute específico acordado entre os Partícipes, solicitando a abertura das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;

**IV.** Remeter Ofícios à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, solicitando, excepcionalmente, a abertura, em casos de Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas em nome dos Proponentes;



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

V. Remeter Ofícios à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;

VI. Comunicar aos Proponentes, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas, orientando-os a comparecer à Agência Poder Judiciário – Brasília DF, do **BANCO**, para providenciar sua regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, para que o **TRIBUNAL OU CONSELHO** possa ter acesso aos seus saldos e extratos bem como solicitar movimentações financeiras;

VII. Prover os ajustes técnicos em sua “conexão” para possibilitar o acesso ao AASP bem como ao aplicativo RPG, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;

VIII. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **Banco** por meio do módulo RPG, no aplicativo AASP;

IX. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações do AASP e do RPG;

X. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso ao AASP e ao RPG;

XI. Assumir como se sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos seus representantes legais devidamente cadastrados no AASP e no RPG, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;

XII. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;

XIII. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão ao AASP e ao RPG, em especial, no que concerne à segurança das informações;

XIV. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão ao AASP e ao RPG; e

XV. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações do AASP e do RPG colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **TRIBUNAL OU CONSELHO** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.

**DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **BANCO** compete:

- I. Disponibilizar o AASP e o RPG ao **TRIBUNAL OU CONSELHO**;
- II. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão ao AASP e ao RPG, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
- III. Informar ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio do AASP e do RPG;
- IV. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento;
- V. Processar os arquivos remetidos pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO** destinados a abrir Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VI. Gerar e encaminhar, via AASP, os arquivos retorno do resultado das aberturas das Contas Correntes (Bloqueadas) Vinculadas;
- VII. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento; e;
- VIII. Informar ao **TRIBUNAL OU CONSELHO** os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

**DO ACOMPANHAMENTO**

**CLÁUSULA OITAVA** – as partes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**CLÁUSULA NONA** – Este Acordo de Cooperação Técnica não aplica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Este Acordo Cooperação Técnica terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, por conveniência das partes, exceto se houver manifestação expressa em contrário, nos termos da lei.

**DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial XXXX será providenciada pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

**DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e as demais normas pertinentes.

**DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este acordo de cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela XXX.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes ficaram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Cccccccc-UF, de de 200x.

Pelo **TRIBUNAL OU CONSELHO**

Aaaaaaaa Cccccccc

**Cargo**

Pelo **BANCO**

**Mmmmmmm Gggggg  
Cargo**



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo III (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº /2009 – CNJ

Brasília, de de 2009.

A(o) Senhor(a) Gerente  
(NOME DO GERENTE)  
Agência XXXXXXXXXXX do Banco XXX S.A.  
ENDEREÇO  
CEP: NN.NNN-NNN - Cidade (UF)

**Assunto:** Abertura de Conta Corrente (bloqueada) Vinculada

Senhor(a) Gerente,

Solicitamos providenciar, excepcionalmente, abertura de Conta Corrente (bloqueada) vinculada, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber créditos ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução nº , de de 200x a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato **TRIBUNAL OU CONSELHO** n.º firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial XXX no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/200\_\_, página nº e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões.

CNPJ: \_\_\_\_\_  
Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome Personalizado: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Representante Legal: \_\_\_\_\_  
CPJ do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

**Aaaaaaaa Cccccc  
Cargo/Órgão**





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo IV (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Agência xxxxxxxxxxxx Cidade/UG – 200x/\_\_\_\_\_

Brasília (DF),        de        de 200x.

Senhor Secretário Geral,

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/200x – **TRIBUNAL OU CONSELHO**, de \_\_\_\_\_, 2009, informamos o número da Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada, aberta em nome do Proponente \_\_\_\_\_ (nome do Proponente), CNPJ \_\_\_\_\_ (número do CNPJ do Proponente) destinada a receber os créditos a título de provisão de encargos trabalhistas do Contrato \_\_\_\_\_ (número de Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial XXX do dia \_\_\_\_\_. 200x, página nº \_\_\_\_\_.

Número da Conta: \_\_\_\_\_  
Prefixo da Agência: 4200-5

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)

Agência Poder Judiciário – Brasília DF do Banco XXXXX S.A.

Ao Senhor  
**AAAAAAAAAAAAA CCCCCCCCCC**  
CARGO  
Órgão  
Endereço,  
CEP: NN.NNN-NNN  
Cidade – UF



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo V (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº /200x– CNJ

Brasília, de

de 200X

A(o) Senhor(a) Gerente  
(NOME DO GERENTE)  
Agência XXXXXXXXXXX Banco XXX S.A.  
ENDEREÇO  
CEP: NN.NNN-NNN  
Cidade (UF)

**Assunto:** Movimentação de Conta Corrente (bloqueada) Vinculada

Senhor Gerente,

Solicitamos providenciar, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ (valor numérico), da conta nº \_\_\_\_\_ (número da conta) de titularidade de \_\_\_\_\_ (nome do Proponente), CNPJ \_\_\_\_\_ (CNPJ do Proponente), aberta para abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 200x.

DEBITAR		CREDITAR			
Agência	Conta	Banco	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

AAAAAAAAAAAA CCCCCCCCCCCC  
Cargo /Órgão



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo VI (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Agência XXX – 200x/\_\_\_\_\_ (número seqüencial)

XXXX, de de 200X.

Senhor XXXXI;

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/200x – TRIBUNAL OU CONSELHO CNJ, de \_\_\_\_\_, 2009, informamos termos providenciado a movimentação financeira indicada a seguir:

DEBITAR		CREDITAR			
Agência	Conta	Banco	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)

Agência xxxxxxxxxxxxxx do Banco XXX S.A.

Ao Senhor  
**Aaaaaaaaaa Ccccccccc**  
Cargo  
Órgão  
Endereço,  
CEP: nn.nnn-  
Cidade – UF



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo VII (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

**A U T O R I Z A Ç Ã O**

À Agência AAAAAA do Banco xxxx S.A  
Endereço  
CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência) – Cidade (UF)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo em caráter irrevogável e irretratável, que o **TRIBUNAL OU CONSELHO**, solicite a esta agência bancária, ou providência por meio eletrônico, qualquer tipo de movimentação financeira na conta nº \_\_\_\_\_ (número da conta), de minha titularidade, destinada a receber os créditos ao amparo da Lei nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ a título de provisão de encargos trabalhista do Contrato \_\_\_\_\_ (número do Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial xxxx do dia \_\_\_\_\_. 200x, página nº \_\_\_\_\_, bem como tenha acesso irrestrito de seus saldos, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Proponente)

\_\_\_\_\_  
(local e data)



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo VIII (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº /200x - **TRIBUNAL OU CONSELHO,**

XXX, de de 200x

A (o) Sr (a). Gerente  
(NOME DO GERENTE)  
Agência nnnnnnnnnnnnn do Banco xxxx S.A.  
Endereço  
CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência)  
Cidade (UF)

Senhor (a) Gerente,

Solicitamos providencias a geração de chaves, padrão " j ", e senhas iniciais de acesso, ao aplicativo Repasse de Recursos de Projetos de Governo – RPG, via Auto Atendimento Setor Público – AASP, para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

Aaaaaaaaaa Ccccccccccc  
Cargo/Órgão



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Anexo IX (RESOLUÇÃO N.º 98/2009 DO CNJ)**

Ofício nº \_\_\_\_/200x - AAA

XXX,

de

de 200x

A (o) Senhor(a)  
(NOME DO PROPONENTE)  
(Cargo do Proponente e nome da empresa)  
(Endereço do Proponente).  
(CEP do endereço do Proponente)  
(Cidade e UF do Endereço do Proponente)

Prezado Sr (a). (nome do Proponente).

Informamos a abertura na conta nº \_\_\_\_\_ (número da conta),  
vinculada ao CNPJ \_\_\_\_\_ (número do CNPJ do Proponente)  
na Agência XXX do Banco do Brasil S.A, prefixo XXX-X, em seu nome, destinada a receber os  
créditos ao amparo da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e  
da Instrução Normativa nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2008.

2. Na oportunidade, solicitamos comparecer, em no Máximo 20 dias corridos, a  
partir desta data, à referida agência para regularizar a conta e fornecer a documentação necessária,  
de acordo com as normas do Banco Central, bem como autorizar, em caráter irrevogável de  
irretratável, este Conselho a ter acesso irrestrito aos saldos e extratos, inclusive de aplicações  
financeiras, quanto a, faculdade de solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta.

Atenciosamente,

**A aaaaaaaa Ccccccccc**  
**Cargo/Órgão**



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**ANEXO V  
DO RELÓGIO DE REGISTRO DE PONTO BIOMÉTRICO  
(Impressão Digital)**

**ITEM 1 - RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO - Coletor Inner Plus II Bio Light – Com capacidade para 100 ou mais usuários.**

**Especificações Técnicas:**

- Sensor ótico para verificação da impressão digital;
- Modo de operação 1:N ou 1:1, com ou sem o uso de um cartão de identificação;
- Controla portas, cancelas ou catracas;
- Display de cristal liquido de 2 linhas e 16 colunas;
- Nobreak interno;
- Modo de operação: on-line ou off-line;
- Comunicação: linha plus
- RS 485 – para distâncias até 1500 metros – permite a ligação de até 32 equipamentos em uma porta serial.
- Número de usuários: 100 digitais;
- Armazenamento de até 16000 eventos no próprio coletor,
- Dimensões:
  - Largura – 200 mm
  - Altura – 160 mm
  - Profundidade – 72 mm
  - Alimentação: 127V ou 220V 60Hz

**ITEM 2 – SOFTWARE DE CONTROLE E TRATAMENTO DE PONTO**

**Especificações Técnicas:**

- Sistema Operacional: compatível com Windows 95/NT ou superior. A partir de Outubro/2007, com disponibilização em versão Java, compatível com Linux e outros sistemas operacionais;
- Alimentação: 90 Vac a 230 Vac, 50 Hz ou 60 Hz;
- Alimentação Opcional: 12 Vdc;
- Banco de Dados: versão padrão oferecida em Acess;
- Versão em SQL Server.
- Modo padrão de comunicação: OFF LINE



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Observação:** Os computadores para o GERENCIAMENTO do sistema serão fornecidos pelo CONTRATANTE.

MINUTA